

JOÃO ELISIO FERRAZ DE CAMPOS

MENSAGEM
À
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA



PARANÁ

1987

TITULARES DO PODER EXECUTIVO EM 1986

GOVERNADOR

José Richa
João Elisio Ferraz de Campos

SECRETÁRIOS DE ESTADO

CASA CIVIL

Walter Alberto Pécoits
José Olímpio de Paula Xavier

CASA MILITAR

Aristides Garret do Prado

ADMINISTRAÇÃO

José Olímpio de Paula Xavier
José Carlos Campos Hidalgo

AGRICULTURA

Francisco Antônio de Albuquerque Neto
Brazílio de Araujo Neto

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Luiz Alberto Dalcanale

CULTURA E ESPORTE

Fernando Eugênio Ghignone
Suzana Maria Munhoz da Rocha Guimarães

EDUCAÇÃO

Gilda Poli Rocha Loures

FINANÇAS

João Elisio Ferraz de Campos
Geroldo Augusto Hauer

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Francisco Simeão Rodrigues Neto
Fernando Antônio de Miranda

INTERIOR

Airton Pompeu Reis

JUSTIÇA

Waldemar Alegretti

PLANEJAMENTO

Otto Bracarense Costa

REFORMA AGRÁRIA

Walter Alberto Pécoits

SAÚDE E BEM-ESTAR SOCIAL

Luiz Cordoni Júnior

SEGURANÇA PÚBLICA

Jesus Sarrão

TRABALHO E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS

Antenor Ribeiro Bonfim

TRANSPORTE

Heinz Georg Herwig

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	3
2. COMPLEMENTAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA ECONÔMICA	19
2.1 TRANSPORTES	21
2.1.1 Sistema Rodoviário	21
2.1.2 Hidrovias	22
2.1.3 Atividade Portuária	23
2.1.4 Infra-Estrutura Aeroportuária	24
2.1.5 Programas Complementares	24
2.2 ENERGIA	25
2.2.1 Eletrificação Rural	25
2.2.2 Distribuição Urbana	25
2.2.3 Ampliação e Manutenção do Sistema Estadual	26
2.2.4 Financiamento dos Programas de Investimento	27
2.2.5 Programas de Energia Alternativa	28
3. INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS SOCIAIS	33
3.1 EDUCAÇÃO	35
3.1.1 Ensino de 1º Grau	35
3.1.2 Ensino de 2º Grau	36
3.1.3 Ensino Supletivo	37
3.1.4 Educação Especial	38
3.1.5 Ensino de 3º Grau	39
3.1.6 Recursos Humanos no Ensino	40
3.1.7 Assistência Comunitária e ao Estudante	41
3.1.8 Política Administrativa	42
3.1.9 Distribuição de Material Escolar	44
3.1.10 Construções, Equipamento e Reequipamento Escolar	44
3.2 SAÚDE, BEM-ESTAR SOCIAL E SANEAMENTO	47
3.2.1 Ações na Área de Saúde	47
3.2.2 Bem-Estar Social	51
3.2.3 Saneamento	52
3.3 HABITAÇÃO POPULAR	55
3.3.1 Problemas Institucionais	55
3.3.2 Construções e Projetos	56
3.4 CULTURA E ESPORTE	57
3.4.1 Cultura	57
3.4.2 Esporte	59
3.5 SEGURANÇA E JUSTIÇA	61
3.5.1 Política de Segurança	61
3.5.2 Diretrizes da Justiça	61

4.	FOMENTO ÀS ATIVIDADES PRODUTIVAS	67
4.1	AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	69
4.1.1	Política Agrária	69
4.1.2	Apoio ao Pequeno Produtor e ao Trabalhador Rural	70
4.1.3	Política Fundiária	70
4.1.4	Apoio Creditício e Financeiro	71
4.1.5	Comercialização e Armazenagem	72
4.1.6	Pesquisa Agropecuária	73
4.1.7	Abastecimento	73
4.2	FOMENTO ÀS ATIVIDADES INDUSTRIAIS E TERCIÁRIAS	75
4.2.1	Geração de Empregos e Mercado Informal	75
4.2.2	Expansão Industrial	75
4.2.3	Comércio e Serviços	77
4.2.4	Turismo	78
4.2.5	Ação Institucional	78
4.2.6	Apoio a Outras Atividades Econômicas	79
4.3	FOMENTO AO SETOR MINERAL	81
4.3.1	Prospecção, Pesquisa e Lavra	81
4.3.2	Tecnologia Industrial	82
5.	OUTROS PROGRAMAS E POLÍTICAS BÁSICAS	85
5.1	MEIO AMBIENTE	85
5.1.1	Ação Institucional	87
5.1.2	Ações no Meio Rural	87
5.1.3	Erosão Urbana	88
5.2	PLANEJAMENTO E ORIENTAÇÃO AO DESENVOLVIMENTO ..	89
5.2.1	Planejamento Regional e Urbano	89
5.2.2	Ciência e Tecnologia	91
5.2.3	Outras Ações de Planejamento	92
5.3	POLÍTICAS DE MEIOS ADMINISTRATIVOS	93
5.3.1	Política Tributária	93
5.3.2	Arrecadação Geral do Estado	93
5.3.3	Imposto sobre Circulação de Mercadorias	94
5.3.4	Transferências Federais e Outras Receitas	95
5.3.5	Administração da Dívida Pública	95
5.3.6	Administração Financeira de Programas Especiais	96
5.3.7	Serviços Públicos e Ações Administrativas	96
5.3.8	Participação Comunitária	97

6. APÊNDICE ESTATÍSTICO	99
CONVENÇÕES	101
Transportes	103
Energia	133
Educação	141
Saúde	155
Saneamento	167
Habitação Popular	175
Segurança	187
Agricultura	191
Bancos de Fomento	207
Sistema Banestado	237
Meio Ambiente	249
Ciência e Tecnologia	257
Administração Financeira	261
Recursos Humanos e Administração Geral	271

1. INTRODUÇÃO

Senhor Presidente,
Senhores Deputados:

Há 25 anos o Paraná vive um novo ciclo na história do seu desenvolvimento político, econômico e social. No início da década dos anos 60, sob a pressão das exigências da sociedade que clamava pela substituição das velhas estruturas, o Executivo e o Legislativo se uniram para editar um estatuto revolucionário, que dotou o Estado de instrumentos hábeis para enfrentar a tarefa da modernização.

A lei que criou o Fundo de Desenvolvimento Econômico e a Companhia encarregada de administrá-lo — A CODEPAR, hoje BADEP —, de iniciativa do Poder Executivo, mas aperfeiçoada e aprovada nesta Casa, instituiu mecanismos apropriados, em sua época, para prover o Poder Público estadual dos recursos indispensáveis para implantar a infra-estrutura básica que faltava ao Estado — estradas, hidrelétricas, porto aparelhado para exportações, unidades armazenadoras e telecomunicações — para aperfeiçoar serviços públicos essenciais e financiar empreendimentos da iniciativa privada, destinados a diversificar a agricultura e desenvolver o setor industrial.

Com a contribuição generosa do seu povo e o Governo como indutor do processo, o Paraná serviu de exemplo como uma comunidade capaz de mobilizar seus recursos para desencadear um processo inédito de desenvolvimento.

Tudo isso foi possível graças a uma condição fundamental: com todas as limitações que a história e os cientistas políticos apontam, o Brasil era uma Federação. Os Estados tinham autonomia, podiam legislar sobre seus tributos e orientá-los para projetos de desenvolvimento.

Com a "reforma tributária" de 1967 os Estados perderam a autonomia fiscal, ficaram atrelados às diretrizes federais e dependentes, cada vez mais, dos recursos concedidos pela União. Foram despojados, gradativamente, de grande parte do seu poder de autodeterminação.

A partir de então, o desenvolvimento econômico do Paraná passou a subordinar-se quase totalmente às normas de aplicação dos recursos repassados por agências federais, como o BNDES, BNH, Caixa Econômica Federal, Banco Central e outras. Além disso, a fonte dos recursos repassados era a poupança institucional, como o Fundo de Garantia e o PASEP, gerados nos Estados, ou a poupança voluntária, como as Cadernetas de Poupança, todos controlados pelo Governo Federal.

Apesar de todas essas dificuldades o Paraná continuou crescendo, e cresceu muito.

Entre 1970 e 1980 o valor da produção agrícola multiplicou-se duas vezes e meia e o Estado continua sendo um dos principais esteios da agricultura nacional: participa com mais de dez por cento da geração da renda do setor e vinte por cento da produção de grãos — soja, trigo, milho e feijão.

No mesmo período, o valor da produção industrial cresceu mais de cinco vezes e a indústria paranaense, que em 1970 representava pouco mais de três por cento da indústria do País, gera, hoje, quase sete por cento da renda industrial brasileira.

Mas os paranaenses não puderam desfrutar, plenamente, dos benefícios desse esforço.

Os confiscos cambiais do café e da soja, por exemplo, drenaram para os cofres da União parte substancial da renda gerada pela nossa agricultura, sem a equivalente contrapartida de investimentos federais de interesse para a nossa economia e o nosso desenvolvimento.

Ao contrário, decisões arbitrárias de instituições financeiras do Poder Central restringiram a aplicação de recursos federais no Estado, como ocorreu no final dos anos 60 e 70 quando a instalação de indústrias de óleos vegetais e têxteis foi praticamente proibida, ou, de maneira menos explícita, recentemente, quando investimentos no gênero metalomecânico foram dificultados e induzidos, mediante incentivos oficiais, a se encaminharem para outros Estados.

Ademais, a política nacional de exportação para gerar divisas, adotada no período do chamado "milagre brasileiro", atingiu em cheio o Paraná, desarticulando a estrutura agrária que deu o principal suporte ao seu desenvolvimento, em décadas passadas.

A expansão, sem o necessário planejamento, dos produtos agrícolas que exigem mecanização intensiva resultou na redução drástica do pequeno produtor rural, um dos esteios da ocupação equilibrada do espaço interno com pequenas e médias cidades, características da ocupação econômica do Estado antes do predomínio do modelo exportador assentado na produção intensiva de grãos: a soja, principalmente.

O resultado perverso desse processo foi o êxodo de um milhão e duzentas mil pessoas que saíram do Paraná, só na década de 70, e a desordenada explosão populacional das grandes cidades paranaenses que absorveram, no mes-

mo período, cerca de dois milhões e seiscentas mil pessoas que abandonaram a zona rural do Estado.

Enquanto isso, o crescimento da indústria, apesar de ter sido elevado, em termos relativos, partiu de uma base pequena e pouco adensada e não possibilitou a absorção dessa mão-de-obra excedente.

Nos anos recentes, sobreveio a crise. Para nós, uma crise dupla. No plano nacional, que igualmente nos atinge, escassearam os recursos para investimentos: ano a ano, foram se tomando cada vez mais difíceis as dotações para fomento às atividades produtivas e para a expansão de programas essenciais de cunho social, como os de saneamento básico e de habitação popular. Internamente, esgotou-se o que tem sido, impropriamente, denominado "modelo paranaense de desenvolvimento".

A agricultura, não tem conseguido aumentar sua produção, nos últimos anos: não há novas fronteiras a ocupar e a produtividade das culturas de exportação já está ao nível dos padrões internacionais de hoje, o que não ocorre com a maioria dos produtos alimentícios.

O ritmo do crescimento industrial diminuiu com a recessão, a partir dos anos 80; de lá para cá, o setor não teve o dinamismo correspondente às expectativas da sociedade, apesar dos esforços dos empresários com o apoio que lhes tem dado o Governo.

Senhores Deputados:

Na história das nações, as crises têm sido os agentes das grandes transformações sociais, econômicas e políticas. Elas, por sua própria natureza, indicam a existência de impasses que a sociedade deve solucionar.

Apesar dos inúmeros efeitos negativos que penalizam a nossa sociedade, a crise recente serviu para evidenciar que atingimos o limite do crescimento possível, com o modelo que adotamos até agora. Mostra, também, que precisamos inovar, mudar a forma de produzir, criar novas oportunidades econômicas, como meio para resolvermos os problemas econômicos e sociais que nos afligem.

Precisamos criar empregos para os contingentes de jovens que, anualmente, ingressam na força de trabalho.

Precisamos crescer para gerar maior quantidade de tributos, indispensáveis ao financiamento dos programas sociais e econômicos do Governo, e para dar à população paranaense novas expectativas, em termos de realização social, profissional, econômica e cultural.

Nos últimos quatro anos, realizamos considerável esforço em direção a esses objetivos.

Desenvolvemos, com tecnologia inovadora que deu maior rendimento aos recursos aplicados, o maior projeto de eletrificação rural já realizado no Brasil, beneficiando 120 mil pequenas propriedades e implementamos, pela primeira vez no Estado, um amplo programa de suprimento de energia elétrica com tarifas subsidiadas, para os consumidores urbanos de baixa renda.

Incorporamos mais de um milhão de hectares ao programa, pioneiro no país, de preservação e manejo dos solos e de utilização racional das águas, preservando da destruição o patrimônio mais importante dos paranaenses que são as terras férteis do nosso território.

Promovemos a expansão da base industrial, apesar das restrições impostas pela crise econômica nacional, com deci-

dido apoio ao fortalecimento das indústrias existentes e a atração de novos empreendimentos para o Estado.

Privilegiamos as iniciativas do setor empresarial privado com o apoio dos órgãos estaduais de fomento — o BADEP, que em 1982 encaminhou mais da metade de seus créditos para projetos governamentais, destinou, entre 1983 e 1986, cerca de 94 por cento de seus financiamentos para empreendimentos da iniciativa privada.

Fortalecemos, com programas específicos de industrialização das matérias-primas que produzem, o formidável complexo de cooperativas que tanto tem contribuído para a modernização da nossa economia agropecuária.

Consolidamos, com um amplo programa de obras rodoviárias, a malha de estradas alimentadoras que beneficiam diretamente o pequeno produtor, garantindo o escoamento das suas safras, e expandimos, significativamente, a rede básica do nosso corredor de exportações.

Interiorizamos a estrutura física do sistema de serviços primários de saúde, integrando as prefeituras na realização das obras e na execução dos serviços, o que permitiu ao Paraná ser a primeira unidade da Federação a efetivar o programa das Ações Integradas de Saúde.

Ampliamos a assistência ao escolar carente com o aumento dos recursos para a merenda escolar — que é distribuída, hoje, inclusive nos períodos de férias — e implementamos programas na área do ensino para excepcionais e nas atividades extra-curriculares destinados a manter por mais tempo a criança na escola.

Asseguramos a participação da comunidade na condução dos negócios públicos, com a eleição dos diretores das escolas oficiais, criação dos conselhos comunitários de segu-

rança, de entorpecentes, de saúde, de assistência aos egressos das penitenciárias e incorporamos representantes da iniciativa privada aos órgãos de planejamento e decisão do Governo na área econômica, com o fortalecimento do Conselho Consultivo da Política Comercial e Industrial do Paraná (COIND), do qual já participam mais de mil empresários de todas as regiões do Estado.

Elaboramos programas de preservação e estabelecemos padrões de proteção ao meio ambiente, com legislação restritiva ao uso de produtos químicos nocivos na agricultura, o desenvolvimento de pesquisas para o controle biológico de pragas, a proteção dos mananciais, o monitoramento e fiscalização das bacias hidrográficas e avaliação permanente da qualidade das águas.

Estendemos às pequenas comunidades rurais desprovidas dos equipamentos urbanos que servem às cidades os benefícios de serviços primários de saneamento básico com a instalação de sistemas simplificados de abastecimento d'água utilizando, pelo processo de mutirão, a mão-de-obra voluntária das próprias comunidades.

Recuperamos financeiramente e restauramos a confiança popular em empresas do Governo, de importância fundamental para o nosso desenvolvimento, entre as quais o BANESTADO, a CAFE DO PARANÁ, a COPASA e outras, que encontramos em situação precária por deficiência gerencial.

Tive a honra de participar desse processo, presidindo o BADEP e exercendo a Secretaria das Finanças no período de governo do eminente Senador José Richa, que o povo paranaense, em memorável campanha eleitoral, reconduziu à Câmara Alta para, mais uma vez, representá-lo. Nos últimos dez meses, na Chefia do Poder Executivo, senti ainda mais de perto a responsabilidade de dar continuidade a esta obra.

Entretanto, a despeito de todo esse esforço, sentimos cada vez mais os sintomas de que o desenvolvimento do Estado está diante de um impasse.

Sabemos, por exemplo, que a nossa agricultura, embora moderna e com alta produtividade para alguns produtos, pode, rapidamente, tornar-se obsoleta se não incorporar novas tecnologias; se não ingressar, sem perda de tempo, no campo da biogenética; se não expandir o processamento industrial dos seus produtos e não acelerar o adensamento do parque agroindustrial.

A infra-estrutura agrária terá que se adequar aos novos tempos, com a construção de mais armazéns, a seco e a frio, a organização de novo sistema de distribuição e comercialização, o aumento da disponibilidade de energia ao nível de fazenda e a oferta de novos serviços públicos para melhorar a qualidade da vida no campo.

Na indústria, esta necessidade de novos avanços é mais nítida e mais urgente. A tecnologia industrial está passando por um processo qualitativo de mudanças só comparável ao impacto da Revolução Industrial, principalmente com a incorporação da cibernética, elemento chave do novo desenvolvimento que se esboça em escala mundial. As indústrias do Paraná não podem ficar à margem deste processo, sob pena de perderem cada vez mais espaço no mercado.

Estou certo, senhor Presidente e Senhores Deputados, que para enfrentarmos estes desafios e respondermos ao clamor das massas marginalizadas e carentes, que exigem seus direitos a uma vida digna e à oportunidade de receberem um justo quinhão das riquezas que produzimos, teremos que desenvolver, urgentemente, um novo modelo de desenvolvimento econômico para o Paraná, sem o que não haverá projeto de desenvolvimento social possível.

É evidente que não temos condições de perceber, ainda, com muita nitidez, os contornos deste modelo. A única premissa que podemos estabelecer é que deve ser competente, equilibrado, socialmente aceitável e calcado nas demandas da comunidade.

Nos dez meses que tivemos a honra de governar o nosso Estado, além de darmos continuidade a todos os programas que vinham sendo implementados pelo Executivo, tomamos algumas iniciativas que ampliam, consideravelmente, a capacidade do Estado para definir, com maior precisão, os rumos do seu desenvolvimento futuro.

Começamos obras fundamentais, com a construção de armazéns a seco e a frio e uma série de rodovias, entre as quais a duplicação do trecho Maringá-Londrina — um dos mais importantes do País, pelas riquezas que escoam. Iniciamos a elaboração de projetos de viabilidade econômica e de engenharia final para solucionar todos os estrangulamentos rodoviários que existem no Estado. Expandimos os programas de pesquisa e de desenvolvimento de tecnologia de produto na área mineral, abrindo um campo até agora inexplorado à atividade industrial paranaense.

Adotamos uma nova sistemática para apoiar as iniciativas do empresariado, com a emissão de títulos da Dívida Pública, a dilação de prazo especial para recolhimento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e a implementação do Programa de Estímulo às Atividades Produtivas, que objetiva financiar novos empreendimentos e a expansão dos atuais, exclusivamente no âmbito do setor privado da economia.

Criamos a Comissão de Política Financeira, órgão misto, integrado por membros do Governo e representantes da comunidade, encarregado de traçar a política financeira do Estado, aprovar projetos que deverão receber recursos prove-

nientes dos títulos do Governo, analisar o endividamento do Estado e propor medidas no campo financeiro.

Iniciamos um estudo denominado "Estratégia de Ação Econômica do Paraná", que deverá estar concluído em cinco meses e que objetiva identificar novas oportunidades e soluções, possibilitando às administrações futuras realizar as mudanças necessárias para fortalecer a economia, em benefício da sociedade.

Mas a ação do Poder Público e o trabalho do empresário privado necessitarão, cada vez mais, para acompanhar o ritmo do novo desenvolvimento mundial, de suporte científico da mais alta qualificação. Foi por este motivo que dedicamos atenção especial ao Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia, fortalecendo seus programas de trabalho. Assim, criamos o Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná — mediante a iniciativa de projeto de lei que mereceu a aprovação desta Assembléia — e o Prêmio Paranaense de Desenvolvimento e Tecnologia e elaboramos em conjunto com empresários e especialistas das diversas instituições científicas do Estado, o Programa Paranaense de Biotecnologia, destinado a orientar os esforços do Paraná nesta área avançada do conhecimento.

Os programas da área social absorveram em nossa administração, mais de 50 por cento dos dispêndios do Tesouro do Estado, demonstração de que a ênfase aqui registrada nos projetos de cunho econômico e nas obras de infra-estrutura não significa que tivéssemos relegado a segundo plano o atendimento às demandas sociais. Ao contrário, foram estas que definiram as prioridades dos investimentos no setor econômico.

Temos a convicção de que estas iniciativas nos autorizam a reafirmar o epíteto associado ao nosso período de Governo — "Preparando o Paraná do Futuro". Todas as providências

que aqui destacamos têm um horizonte muito mais amplo do que os 300 dias que passamos à frente do Poder Executivo: elas objetivaram criar novos instrumentos de ação para que as futuras administrações do Estado desempenhem, com mais tranquilidade, o importante papel do qual o Governo não pode abdicar: de indutor do desenvolvimento econômico e social.

Senhores representantes do povo paranaense:

A Constituição Estadual determina ao Governador que encaminhe mensagem a esta Casa, na abertura dos trabalhos de cada sessão legislativa, dando conta da situação do Estado e solicitando as providências que julgar necessárias ao bom desempenho do Poder Executivo, no exercício das suas funções constitucionais.

Procuramos cumprir a primeira parte deste mandamento com a maior fidelidade. Destacamos, nesta introdução e nas páginas que se seguem, problemas graves que a nossa sociedade terá de enfrentar para prosseguir no ritmo de progresso que os paranaenses esperam e relatamos algumas das mais importantes ações desenvolvidas pelo Governo para dar ao Estado as condições de enfrentar os dilemas que nos desafiavam.

A Vossas Excelências nada mais tenho a pedir para meu governo que termina daqui a 15 dias, com a posse do eminente Governador eleito Álvaro Dias.

O Governo, entretanto, e o Executivo, por via de consequência, não podem ser personalizados. O próximo Governador, e os que, depois dele, deverão vir, terão que enfrentar, com maior angústia e mais urgência do que eu — pois os problemas se aguçam e a sociedade torna-se cada vez mais exigente — o desafio de novas soluções, novas propostas e novos caminhos.

Permitam-me, pois, Senhores Deputados, que os conclame a continuar somando esforços com o Poder Executivo para que tenha prosseguimento, na futura administração do Governador Álvaro Dias, a definição dos parâmetros e dos limites desse novo modelo de desenvolvimento econômico que, urgentemente, carecemos.

Permitam-me, também, que aproveite este momento singular, que coincide com o início dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, para fazer uma advertência: o modelo de desenvolvimento que a sociedade paranaense almeja, capaz de traduzir em benefícios sociais os resultados econômicos, só será possível na medida em que o Estado, como já o fez no passado, possa dispor livremente dos recursos que o trabalho do seu povo produz para destiná-los aos planos, programas e projetos apoiados pela nossa comunidade.

Em síntese: quando tivermos restaurada, em nosso País, a Federação. Quando forem devolvidas aos Estados suas prerrogativas de autonomia financeira, tributária e fiscal, suporte essencial para a autonomia administrativa. Quando existir a configuração jurídica de um novo Brasil, onde, verdadeiramente, se possa instalar uma Nova República.

Para alcançarmos este objetivo precisamos mobilizar as lideranças do nosso Estado a fim de levar aos constituintes nosso clamor por uma reforma tributária, que já se faz tardia, e por uma redistribuição de atribuições entre a União, os Estados e os Municípios. Evidentemente, cabe a nós, políticos, a coordenação dessa luta; motivo que me animou a propor a questão perante esta Assembléia, que, renovada com o pronunciamento das urnas em 15 de novembro último, representa, com toda a autoridade, o povo paranaense.

Esta solenidade marca o início de uma nova Legislatura. Dentro de 15 dias, nesta Casa, será investido na Chefia do

Poder Executivo o governador eleito. Inaugura-se uma nova etapa na vida político-administrativa do nosso Estado.

Creio não haver dúvidas de que esse período será marcado por pressões cada vez maiores da sociedade brasileira, exigindo as reformas necessárias para que tenhamos um país economicamente mais forte e socialmente mais justo. As condições atuais da economia mundial e os desdobramentos previstos para o futuro próximo, entretanto, dificultam a ação governamental nesse sentido.

Tanto Vossas Excelências como o futuro governador deverão enfrentar dias difíceis para a vida institucional do País. Faço votos de que, fundamentados na independência dos poderes — essencial para a sobrevivência do regime democrático — Legislativo, Executivo e Judiciário possam assegurar ao povo paranaense a tranqüilidade e a paz necessárias para que tenhamos um novo ciclo de aperfeiçoamento democrático e os avanços sociais que, com tanta veemência, a sociedade reclama.

Curitiba, 1º de março de 1987

JOÃO ELISIO FERRAZ DE CAMPOS
Governador do Paraná

2. COMPLEMENTAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA ECONÔMICA

2. COMPLEMENTAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA ECONÔMICA

As condições de suprimento de energia elétrica no Paraná foram comprometidas, no início de 1986, com a continuidade de condições hidrológicas adversas que, desde 1985, castigaram a Região Sul. O racionamento decretado em janeiro pelo Governo Federal, e que perdurou até abril, afetou negativamente todos os consumidores, especialmente as empresas. A COPEL teve prejuízo superior a Cz\$ 93 milhões, decorrente da redução na sua receita de vendas e da elevação dos custos operacionais com maior volume de energia comprada e outros gastos, decorrentes das medidas de racionamento.

A partir de agosto melhoraram as condições hidrológicas e, com a entrada em teste de mais duas unidades geradoras de Itaipu e da linha Foz — Ivaiporã, em 750 v, houve uma rápida recuperação dos principais aproveitamentos. O balanço do exercício demonstra que a geração de energia elétrica apresentou considerável excedente em relação ao consumo no Estado. Computando-se a produção da COPEL, dos autoprodutores, da ELETROSUL, e a metade da geração das usinas em rios limítrofes, incluindo-se Itaipu, tem-se um total de 26.568 GWh gerados no Paraná, dos quais só 9.125 GWh foram consumidos no mercado paranaense. O restante foi enviado para outras unidades da Federação.

Mesmo assim, as condições do sistema interligado Sul-Sudeste não oferecem tranquilidade ao Estado, quanto à disponibilidade permanente de energia de acordo com as necessidades do desenvolvimento paranaense. Daí as medidas adotadas pelo Governo no sentido de assegurar a continuidade das obras da Usina Segredo e prosseguir na busca de alternativas. O desenvolvimento industrial, e o prosseguimento de programas essenciais ao bem-estar da população, como o CLIC-Rural e a CLIC-Urbana, exigem a continuidade dos esforços para ampliar a disponibilidade, principalmente com a geração de usinas sob controle do Estado.

No setor de transportes, com as metas dos 4 anos de Governo praticamente atingidos, e algumas ultrapassadas, a ênfase é o aperfeiçoamento da infra-estrutura rodoviária. Daí o empenho na duplicação de trechos fundamentais, como São Luiz do Purunã-Ponta Grossa, já concluído, e Ponta Grossa-Irati e Apucarana-Maringá iniciados.

A necessidade de fretes mais baratos, para permitir condições de competitividade aos produtos paranaenses, por outro lado, exigem a continuidade dos esforços para tornar viável a Ferrovia da Produção e o sistema de navegação fluvial da Bacia do Ivaí, projetos que tiveram andamento e foram, inclusive, aperfeiçoados no período.

2.1 TRANSPORTES

2.1.1 Sistema Rodoviário

Manter em condições de uso permanente os 14 mil quilômetros de estradas estaduais e federais delegadas, de todas as categorias — pavimentadas revestidas e de leito natural — que integram a rede de conservação rodoviária sob a responsabilidade do Estado, é uma das prioridades do Governo no setor de transportes. A intensidade cada vez maior do uso desse sistema pelos agentes da produção, dado o expansivo processo de desenvolvimento da nossa economia — apesar das eventuais conjunturas depressivas — tem exigido a implementação de sucessivos programas de restauração, melhora e conservação da infra-estrutura já existente, além da construção de novos trechos.

Os resultados obtidos, em 1986, no setor de obras rodoviárias, somados ao desempenho dos projetos iniciados no atual período de governo — ou aqueles que foram encontrados em andamento e aos quais se deu continuidade — asseguram, hoje, boas condições de tráfego nas rodovias do Estado possibilitando a movimentação de produtos, com rapidez e eficiência, tanto em direção aos centros de processamento e consumo como para exportação.

Até 31 de dezembro haviam sido concluídos 661,3 km de novos trechos de rodovias, pavimentados durante o ano de 1986, o que perfaz o total de 1.731,2 km a partir de março de 1983. Na mesma data, encontravam-se em construção 1.783,4 km e em licitação 901,1 km.

Pelo que representam em benefícios econômicos e sociais para as comunidades a que servem, merecem destaque os seguintes trechos de novas rodovias pavimentadas no exercício: segunda pista da Rodovia do Café (BR-376) entre São Luiz do Purunã e a cidade de Ponta Grossa, com 66,7 km; Palmital — entroncamento da PR-460 (Pitanga), com 58,7 km, no centro do Estado; Santo Antonio do Sudoeste — Barracão (PRT-153), com 24,70 km; Coronel Vivida — Vista Alegre — São João (PR-562), com 31,5 km.

Encontram-se em execução e licitação novas obras de pavimentação rodoviária imprescindíveis e inadiáveis para a continuidade do desenvolvimento paranaense, como é o caso da duplicação das rodovias Londrina-Maringá e Ponta Grossa-Piraí do Sul.

As obras de restauração e de rejuvenescimento de pavimento de rodovias deterioradas — principalmente em razão do uso intensivo por veículos de carga de alta tonelagem, no escoamento das safras agrícolas — são essenciais para manter em boas condições a rede pavimentada do Estado. Em 1986 foram concluídos os trabalhos de restauração e rejuvenescimento em 412,2 km de estradas e outros 741,6 km encontravam-se com as obras em andamento, em dezembro.

A construção de pontes, outro item importante do programa de obras rodoviárias, mereceu atenção especial no exercício. Foram concluídos 5.246 metros de novas pontes — destacando-se a que transpõe o Rio Iguaçú, em União da Vitória, com 470 m de comprimento — e encontram-se em andamento 2.421 metros. O projeto para a construção de uma ponte sobre o Rio Paraná, entre Porto Camargo, no Paraná, e Mato Grosso do Sul, está em fase de conclusão e a obra poderá ser iniciada desde que sejam rematados com êxito entendimentos com o Governo daquele Estado.

Os serviços de restauração e manutenção da rede capilar de rodovias municipais, que têm suporte no Programa de Apoio Rodoviário e no PRORURAL, receberam grande impulso, em 1986, graças ao desempenho das patrulhas rodoviárias instituídas a partir da implementação dos projetos de rodovias alimentadoras, apoiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Estão em funcionamento 54 patrulhas que dispõem de 642 unidades de equipamentos — máquinas diversas e caminhões — e, aproximadamente, mil operadores. O estreito relacionamento com as administrações municipais, que descentraliza e torna mais ágil a execução daqueles serviços, resultou na realização de 4.690 km de revestimento primário em rodovias municipais, no exercício.

Para reforçar a infra-estrutura de conservação de rodovias foram construídos 2.152,75 m² de prédios públicos, núcleos regionais do DER, obras de melhorias em distritos, postos de polícia rodoviária e outros. Ainda com a finalidade de ampliar a base técnica de suporte à elaboração de melhores projetos rodoviários, sobretudo de pavimentação de estradas, com economia de tempo e com menores custos, foi concluída a instalação do Laboratório Central do DER e criado um grupo de estudos especiais capaz de elaborar qualquer tipo de pesquisa de solo e pavimento.

As desapropriações de áreas de terras atingidas por faixa de domínio, necessárias à construções de rodovias, atingiu 9,9 milhões de metros quadrados, no valor de Cz\$ 27,3 milhões. Com as indenizações complementares de benfeitorias existentes nessas áreas, avaliadas em Cz\$ 20,5 milhões, o total despendido foi de Cz\$ 47,8 milhões. Foi significativo, em relação aos últimos anos, o aumento no percentual de áreas obtidas por doação. Só 37,6% das faixas de domínio não foram desapropriadas em 1982. Em 1983 a economia do Tesouro do Estado subiu para 51,8%, baixando um pouco — 48,3% — em 1984. Graças ao êxito das negociações mantidas com os proprietários 71,8% das áreas foram doadas, em 1985, resultado que perdurou em 1986, quando 28,1% das terras foram indenizadas e 71,9%, no valor de Cz\$ 99,3 milhões, obtidas por doação dos proprietários.

Em 1986 foram concluídos os serviços de elaboração de projetos de engenharia correspondentes a 1.107 km de rodovias e, no final do ano, estavam em andamento projetos para outros 1.771 km de estradas.

A programação do setor rodoviário demandou recursos da ordem de Cz\$ 3,3 bilhões dos quais cerca de Cz\$ 2,4 bilhões para construção, Cz\$ 478 milhões para conservação e Cz\$ 424 milhões para administração.

2.1.2 Hidrovias

Os estudos para o aproveitamento hidroviário e hidrelétrico do Rio Ivaí tiveram continuidade, em 1986, com o início de pesquisas sobre a viabilidade de maior diversificação do projeto pela inclusão de empreendimentos nas áreas de aproveitamento

de várzeas, irrigação e industrialização. Esse novo enfoque amplia as perspectivas de obtenção de recursos para a implementação do projeto definitivo, que passa a inscrever-se no quadro mais amplo de um programa de desenvolvimento regional integrado, passível de ser beneficiado com linhas de financiamento de diversas instituições nacionais e internacionais.

Foi contratado um estudo para o aproveitamento hidroviário dos rios Paranapanema e Tibagi. Os custos serão divididos, em partes iguais, entre os Governos do Paraná e de São Paulo. O objetivo básico é avaliar o fluxo potencial de cargas desde a foz do Paranapanema até as proximidades de Jataízinho (no Rio Tibagi), numa extensão de cerca de 330 km. Deverá estar concluído em abril de 1987.

O Estado repassou recursos à Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba, via convênios, para a recuperação dos flutuantes nos povoados de Ararapira, Vila Fátima, Tibicanga e Guaraqueçaba (sede), e para a aquisição de embarcações de passageiros. Uma das embarcações, com capacidade para 50 passageiros, já foi adquirida e encontra-se em operação, atendendo desde Paranaguá até Barra do Ararapira, na divisa de São Paulo, num percurso de cerca de 90 km. Encontra-se em construção mais uma embarcação com capacidade para 80 passageiros.

A Superintendência Nacional da Marinha Mercante (SUNAMAM) transferiu ao Estado a prerrogativa de examinar e decidir sobre pedidos de autorização para funcionamento de empresas de navegação de travessia, estabelecer normas, fixar e reajustar tarifas, e fiscalizar o funcionamento dos serviços de travessia.

2.1.3 Atividade Portuária

O ano de 1986 representou um considerável desafio para o Porto de Paranaguá. O aumento das importações de alimentos pelo Brasil, em decorrência do Plano Cruzado, teve grande reflexo na movimentação geral do Porto que, abruptamente, passou a ser, também, um terminal marítimo importador quando toda sua tecnologia, tanto material como administrativa, não estava adaptada para exercer este papel. Mesmo assim Paranaguá cumpriu toda a programação estabelecida pelo Governo Federal e desempenhou-se, na emergência, com a maior eficiência possível, desembarcando, pela primeira vez, alimentos e grandes quantidades de granéis — só as importações de milho totalizaram 370 mil toneladas.

Enquanto isso, as exportações sofreram uma queda significativa, principalmente da soja e seus derivados, o que fez com que a movimentação geral de mercadorias diminuísse em quase um milhão de toneladas em relação a 1985. A consequência maior foi uma redução de 700 milhões de dólares na receita cambial, entre um exercício e o outro — 2,5 bilhões em 1985 e 1,8 bilhão em 1986. Mesmo assim, os 12 milhões de toneladas movimentadas durante o ano resultaram numa receita operacional e patrimonial de Cz\$ 345 milhões.

O valor médio por tonelada exportada cresceu de 201 dólares para 254 dólares em relação ao ano anterior. Tal aumento deveu-se, entretanto, à grande queda nas exportações de granéis e não elide a preocupação com a tendência verificada, nos últimos anos, de queda sistemática do valor médio dos produtos paranaenses comercializados no mercado externo.

A implementação do plano de expansão e reequipamento com recursos do Tesouro do Estado, PORTOBRÁS e BNDES/FINAME prosseguiu, em 1986, com o término

de montagem do 4º shiploader — que ampliou em mais 6.000 toneladas/hora a capacidade nominal de carregamento de granéis — instalação de um guindaste 32/40 t, um portainer e dois trainstainers e execução parcial de serviços de dragagem e aterro hidráulico.

A manutenção dos critérios de austeridade administrativa com a contenção de custos não essenciais permitiu à Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA) dar continuidade à aplicação de recursos próprios no programa prioritário de manutenção e reforma de instalações e equipamentos. Foram aplicados, no exercício, Cz\$ 105 milhões em empreendimentos dos quais destacam-se: reforço de trechos do cais comercial, reforma do cais de inflamáveis, dragagem da bacia de evolução/canal de acesso, reforma de guindastes, equipamentos operacionais, silos e docagem do guindaste flutuante Amazonas.

2.1.4 Infra-Estrutura Aeroportuária

Para melhorar a infra-estrutura aeroportuária do Estado, propiciando aos municípios e regiões beneficiadas maior integração ao sistema alimentador de aeroportos municipais, nacionais e internacionais, foram concluídas, em 1986, as seguintes obras: terraplenagem do aeroporto de Realeza; pavimentação do Aeroporto de Guaratuba; restauração do pavimento da pista do Aeroporto de Paranavaí e construção do muro do Aeroporto de Paranaguá. Os recursos empregados totalizaram Cz\$ 3,17 milhões. Também foram concluídos seis projetos de aeroportos e estão em andamento a pavimentação do aeroporto de Realeza e a restauração da pista do aeroporto de Francisco Beltrão.

2.1.5 Programas Complementares

Entre outras melhoras introduzidas no setor de transportes merecem destaque: adoção de nova sistemática de cálculo da tarifa rodoviária através da introdução da curva do Percurso Médio Anual — PMA, para reduzir o custo quilométrico tarifário, e beneficiar usuários; unificação de preços de passagens nas seções comuns entre as linhas do DNER e do DSTC, propiciando aos usuários tarifas iguais para o mesmo serviço; criação de uma Central de Reclamações, sistema inédito no Brasil, através do telefone 158, com discagem paga pelo DSTC/SETR, de qualquer ponto do Paraná, já em funcionamento; ampliação do sistema de centrais de cargas, com a instalação da central de Campo Mourão, em atividade; está em fase de implantação a central de Santo Antônio da Platina; construção de 11 terminais rodoviários, com um custo total de Cz\$ 6,3 milhões e de 200 abrigos em concreto armado pré-moldado, na Região Sul do Estado, com o custo total de Cz\$ 996,6 mil e licitação para outros 260, no valor de Cz\$ 1,3 milhão.

O serviço de transporte coletivo rodoviário de passageiros foi realizado em 1986, no Estado, por 51 empresas, as quais operaram com 809 linhas de serviços, e utilizaram 2.589 veículos e transportaram 126 milhões de passageiros.

2.2 ENERGIA

2.2.1 Eletrificação Rural

Em prosseguimento à execução do Programa de Desenvolvimento do Sistema de Eletrificação Rural — PDER (Clic Rural), em fins de 1986, estavam firmados contratos com 120.000 proprietários — 100% da meta final estabelecida para esse programa. As ligações já efetuadas e os contratos em andamento, abrangem 2.633 obras distribuídas em 307 municípios do Estado.

No final do exercício, 1.671 dessas obras estavam concluídas e 354 se achavam em execução, totalizando 97.084 ligações com benefício para mais de 630 mil pessoas na área rural.

Considerando-se as ligações efetuadas por outras pequenas concessionárias e cooperativas de eletrificação rural, o número de propriedades eletrificadas em todo o Estado, até o final de 1986, elevou-se a 180.612, representando um acréscimo de 20% em relação a 1985. O consumo de eletricidade no meio rural cresceu 16% em relação a 1985, tendo passado de 455 GWh para 529 GWh.

De 26 a 31 de outubro de 1986, foi realizada, em Curitiba, a XI Conferência Latino-Americana de Eletrificação Rural — CLER, organizada pela COPEL, com patrocínio oficial do Ministério das Minas e Energia — MME, do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica — DNAEE, das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. — ELETROBRÁS e do Governo do Estado do Paraná. Participaram do evento 445 pessoas, representando 17 países.

Nove cooperativas de eletrificação rural do Estado (CERCAM, CERAPA, CERAST, CERNOPI, CERJA, CERCAR, CERME, CERPA e CERCHO) estão prestando serviços de operação e manutenção de redes de distribuição rural de propriedade da COPEL, às quais estão ligados diretamente 4.206 consumidores. A empresa também recebeu, a título de doação, 740 km de redes de distribuição rural e passou a atender diretamente 1.042 consumidores das cooperativas CERPAB (Pato Branco) e CERPIN (São José dos Pinhais), que foram desativadas, e assumiu, mediante contrato, os serviços de operação e manutenção do sistema elétrico da CERTOL (Toledo), que se encontra em fase de liquidação. Os 968 associados da entidade passaram a ser consumidores diretos da COPEL.

2.2.2 Distribuição Urbana

Em 1986 foi registrada acentuada expansão no atendimento através da Campanha de Ligação de Consumidores — CLIC URBANA —, iniciada em 1984, com o objetivo de oferecer os benefícios da energia elétrica às populações urbanas de menor poder aquisitivo no Estado. Foram efetuadas 14.800 ligações no exercício, elevando a 61.128

o total de consumidores integrados ao sistema de distribuição da COPEL desde o início da campanha. Essas ligações representam benefício direto a mais de 300.000 pessoas. Outros 46.430 consumidores residenciais urbanos foram ligados em 1986, segundo a programação normal da empresa.

Dando continuidade ao programa de melhoria no atendimento aos seus consumidores, a empresa instalou mais 10 agências e mais 16 plantões no Estado. Com esse acréscimo, a rede de atendimento elevou-se para 348 unidades, sendo 142 agências e 206 plantões.

Foram instalados, em 1986, 11 microcomputadores e 4 terminais de processamento de dados em onze municípios, em continuidade ao "Programa de Descentralização da Informática", cujo objetivo é o de dotar os serviços da COPEL que atendem o Interior do Estado de sistemas computacionais. Ao final do exercício foi concluída a fase de descentralização do faturamento, o que elevou significativamente o índice de eficácia do processo. No total já estão instalados 26 microcomputadores e 25 terminais, abrangendo as sedes das 4 superintendências regionais do Interior e as sedes dos 10 escritórios de distribuição da empresa. A etapa seguinte do programa consiste na instalação de novos microcomputadores nos departamentos regionais, a fim de propiciar condições para aplicações locais de processamento de dados.

A empresa continua em posição de destaque entre as congêneres do País quanto à confiabilidade do faturamento, tendo alcançado o índice de 99.978 faturas corretas em cada grupo de 100.000.

2.2.3 Ampliação e Manutenção do Sistema Estadual

O sistema elétrico estadual foi ampliado mediante a construção de 105 km de linhas de transmissão em 138 kV e 230 kV, elevando o sistema de transmissão de energia elétrica, sob responsabilidade da COPEL, a 5.275 km. Adicionalmente, foram construídas mais 14 subestações e executadas ampliações em 72 outras, totalizando aumento na potência de transformação de 327.000 kVA.

Por outro lado, foram analisadas, no período, as propostas para a execução das "Obras Preliminares do Desvio", primeira etapa da construção da Usina Hidrelétrica Segredo. O contrato para essa fase foi firmado em 11.11.86, com o Consórcio Paranaense de Construtores — CPC. As obras já foram iniciadas e a sua duração está prevista em 22 meses.

As obras de infra-estrutura de Segredo tiveram prosseguimento, cabendo destaque à conclusão da Vila Residencial, da Igreja e da república dos engenheiros, bem como o término da pavimentação, com pedras irregulares, de ruas, vias de interligações e pátios.

Todas essas obras foram executadas por associações de desempregados, cuja criação e contratação foi estimulada para ampliar a oferta de empregos no Paraná, enquanto persistiam os efeitos negativos da recessão econômica que assolou o País na primeira metade dessa década.

No final do ano, estavam praticamente concluídos os estudos de reavaliação do potencial hidrelétrico global do Estado do Paraná, que estão sendo executados como parte do trabalho de reavaliação do potencial hidrelétrico brasileiro, coordenado pela ELETROBRÁS.

Em fevereiro o DNAEE e a ELETROBRÁS aprovaram formalmente os estudos executados entre 1981 e 1985, para o aproveitamento hidrelétrico do rio Tibagi em toda a sua extensão. Tendo em vista o baixo custo de produção de energia elétrica previsto para as usinas estudadas nesse rio, a ELETROBRÁS incluiu as principais delas no seu Programa de Geração e Referência — 1987/2001, que visa a ampliar a oferta de eletricidade no País neste período.

As usinas de Cebolão (194 MW), Jataizinho (192 MW), Mauá (472 MW), S. Jerônimo (444 MW) e Telêmaco Borba (128 MW) estão sendo consideradas necessárias para atender ao crescimento do mercado de energia elétrica do Estado do Paraná. Durante os seus dois ou três primeiros anos de operação comercial, essas usinas poderão atender também a uma parte do mercado regional. As quatro primeiras deverão ter seus estudos de viabilidade técnico-econômica e ambiental iniciados em 1987, em função das datas de entrada em operação, no momento previstas para 1996 e 1997.

Nas atividades de manutenção do sistema elétrico, cabe destacar a regeneração de cerca de 250 mil litros de óleo mineral naftênico, utilizado em transformadores. O custo de regeneração foi de Cz\$ 3,45 por litro, contra um valor de compra de Cz\$ 21,00 por litro de óleo novo. Tal operação propiciou uma economia da ordem de Cz\$ 4,4 milhões em 1986.

2.2.4 Financiamento dos Programas de Investimento

No exercício de 1986, a COPEL aplicou, em diversos programas de investimento, recursos financeiros próprios da ordem de Cz\$ 540 milhões. A complementação desses recursos foi assegurada mediante a captação de empréstimos no País e no exterior.

No final do exercício, a empresa tomou recursos externos no valor de 26,9 milhões de dólares. O programa de eletrificação rural está recebendo recursos provenientes do contrato assinado com o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento — BIRD (Banco Mundial) em 1983, mediante interveniência da ELETROBRÁS, no valor de 104,2 milhões de dólares, dos quais 30,1 milhões de dólares foram desembolsados durante o ano de 1986.

Para as obras do sistema de transmissão, subestações, sistemas de comunicação e instalações de distribuição, objetos de programa de investimento com recursos também oriundos do Banco Mundial (contrato assinado em 1979), foram desembolsados durante o exercício de 1986 13,3 milhões de dólares.

Ainda, com relação a essas mesmas obras, foi obtida a autorização da FINAME, através do BADEP, para contratação de financiamento destinado à aquisição de materiais e equipamentos, no montante de até Cz\$ 4,2 milhões, dos quais foram efetivamente utilizados, em 1986, Cz\$ 240 mil. Para o Programa de Pesquisa em Eletrônica, foi autorizada a contratação, junto à FINEP, de financiamento no valor de Cz\$ 2,9 milhões, sem que, no entanto, tenha havido algum saque no decorrer de 1986.

Ainda em 1986, foi assinado, com a ELETROBRÁS, contrato de financiamento, conversível em capital — a critério da COPEL — no valor de Cz\$ 136,5 milhões, destinados à cobertura parcial de investimentos em obras de distribuição e transmissão, Cz\$ 102,4 milhões desse empréstimo foram recebidos no exercício. Foi celebrado, também, com a ELETROBRÁS, contrato de financiamento de Cz\$ 4,9 milhões desti-

nados a programa de substituição de lâmpadas. Com o Ministério Extraordinário para Assuntos de Irrigação foi firmado convênio, no valor de Cz\$ 700 mil, referentes ao PRONI — Programa Nacional de Irrigação.

O esquema financeiro para assegurar os recursos necessários à execução das obras da Usina Hidrelétrica Segredo estava praticamente assegurado no final de 1986, com a aprovação dos financiamentos solicitados à ELETROBRÁS (obras civis) e à FINAME (equipamentos nacionais) para aplicação na construção de Segredo. Os demais recursos necessários ao empreendimento encontram-se em negociação, com destaque para o empréstimo a ser obtido junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID, o qual, espera-se, deverá ser aprovado e assinado no 1º semestre de 1987.

Foi iniciada, no final do exercício, negociação de empréstimo externo no valor de 26,9 milhões de dólares, destinados a complementar os investimentos da COPEL. O ingresso dos recursos deverá ocorrer no início de 1987,

O orçamento da COPEL para 1986 foi elaborado originalmente, segundo orientação do Governo Federal, com a estimativa de uma taxa inflacionária média anual de 174,7%. O Programa de Estabilização Econômica, anunciado pelo Governo Federal em fevereiro de 1986, obrigou a empresa a reformular o orçamento, considerando-se uma inflação zero a partir de março, e a sustar parcialmente os reajustes tarifários previstos para o exercício. Naquela ocasião o setor obteve um reajuste de aplicação geral de 8% e mais 20% apenas para a classe industrial.

Em novembro de 1986 foi concedido aumento médio de 22,3% nas tarifas, com aplicação de percentuais diferenciados para as diversas classes de consumidores, o que permitiu uma recuperação parcial dos níveis tarifários.

A exemplo dos últimos exercícios, a COPEL encerrou o ano com todos os seus pagamentos a empreiteiros e fornecedores rigorosamente dentro dos prazos contratuais.

No decorrer do exercício de 1986, a empresa elevou seu capital social de Cz\$ 719,0 milhões para Cz\$ 2.472,1 milhões.

2.2.5 Programas de Energia Alternativa

Prosseguiram, em 1986, as ações no sentido de aprimorar o equilíbrio entre a oferta e a demanda de energia nas diversas regiões do Estado. Especial ênfase foi dada ao aproveitamento das potencialidades energéticas locais, visando à racionalização do uso da energia.

No setor do planejamento energético estadual, foram concluídos o Balanço Energético do Paraná — 1980/85, o Funcionamento e Diagnóstico do Sistema Energético do Paraná e a Articulação Sócio-Econômica e Energética do Paraná. Esses trabalhos ampliam a massa de informações referentes à energia e servirão de base para a elaboração do próximo Plano Estadual de Energia.

De acordo com o Balanço Energético, o crescimento médio do consumo de energia entre 1980 e 1985 foi de 4,25% a.a. A redução da participação dos derivados de

petróleo, no período, foi de 49,4% em 1980 para 38,8% em 1985, sendo compensada pelo aumento da participação da energia renovável e regional, como a energia hidráulica e a cana-de-açúcar.

Estudos para implantação de pequenas centrais hidrelétricas em território paranaense resultaram na seleção dos locais passíveis de aproveitamento, em sua primeira etapa. Na seqüência, foi elaborado o projeto de construção de uma PCH, com início previsto para o 1º semestre de 1987. Desenvolveu-se, também, um amplo e complexo estudo sobre a cobertura florestal da região Sudoeste do Estado, cuja situação é considerada crítica. Como resultado deste trabalho, está em elaboração o Plano Diretor de Manejo Florestal na Região Sudeste, que possibilitará um aumento da produção de lenha na área do estudo, além de reduzir os danos ambientais causados pelo desmatamento indiscriminado.

No Norte do Estado, a energia oriunda da lenha, que desempenha papel importante na matriz energética, atualmente apresenta graves sintomas de escassez. Soluções alternativas que assegurem o adequado suprimento energético também estão sendo pesquisadas na região.

Dentre as várias opções destaca-se o uso do bagaço excedente da cana-de-açúcar, com capacidade para substituir cerca de 800.000 m³ de lenha por ano. A primeira unidade, implantada em Mandaguari em 1985, com capacidade para processar 40.000 t de bagaço/ano, operou comercialmente durante todo o ano de 1986. Está em fase de estudos a implantação de mais 7 unidades, o que permitirá amenizar o problema ocasionado pela escassez de lenha na região.

O levantamento e a atualização constantes das informações relativas ao consumo de energia nos diversos segmentos industriais do Estado, realizados pela Agência de Energia, têm permitido identificar regiões onde possam ocorrer desequilíbrios entre a oferta e a demanda, o que possibilita a implementação de programas regionais de apoio às empresas, no sentido de equacionar seus problemas energéticos.

3. INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS SOCIAIS

3. INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS SOCIAIS

A ênfase nos programas voltados ao estímulo aos investimentos produtivos, ao desenvolvimento tecnológico e científico, e à expansão da infra-estrutura econômica básica, política que caracterizou a ação governamental, em 1986, não reduziu o ritmo das ações na área social tanto no que se refere à consolidação de uma infra-estrutura de serviços adequadas às necessidades e exigências da população como ao aperfeiçoamento dos serviços prestados pelos órgãos do Governo à comunidade.

Na área da educação, ao lado da continuidade das ações que melhor caracterizaram o empenho do Governo no setor, porque respondem às prioridades estabelecidas no Plano de Ação, merecem destaque outras propostas e projetos que tiveram desenvolvimento ou foram concluídos durante o ano.

Um dos temas de grande significação para o futuro do ensino é a utilização do computador na escola. A atitude tomada pelo Governo, neste assunto, foi promover uma ampla discussão para definir os parâmetros que devem orientar o processo de adoção desse novo recurso, que provavelmente revolucionaria toda a tecnologia do ensino. A experiência passada, de sérias distorções na introdução, sem o devido planejamento, de novos recursos tecnológicos nas escolas: o caso dos equipamentos para produção e projeção de "slides" e máquinas de filmar, grande parte sem uso e deteriorando-se em muitas escolas, é um exemplo e uma advertência. Daí a grande preocupação com o uso do computador: quando, como e em que condições ele deve ser introduzido como rotina nas escolas. O Paraná é o único Estado que iniciou este processo de formar uma massa crítica capaz de orientar, adequadamente, a introdução do computador no ensino.

Entre outros programas que caracterizam idêntica preocupação, destacam-se: o de educação tributária, com apoio do Ministério da Fazenda, objetivando a formação de contribuintes críticos; a criação de centros de língua estrangeira moderna, para oferecer novas opções, além do inglês; a implementação, pela primeira vez no Brasil, de um projeto de construção de escolas especializadas para excepcionais, já tendo sido destinados recursos para 22.

Nas áreas de saúde e de cultura, prosseguiu a ênfase na interiorização e descentralização das ações, com maior participação das prefeituras na execução dos programas. Graças à firmeza na condução dessa política, o Paraná é o Estado mais avançado na implementação das Ações Integradas de Saúde e os municípios, que nunca tiveram participação efetiva e organizada no desenvolvimento de uma política cultural mais ampla, estão cada vez mais integrados nos projetos da Secretaria da Cultura e do Esporte. Em contrapartida, surge um problema novo: a demanda cada vez maior

de recursos para atender projetos que, embora de iniciativa local, são de interesse regional e estadual.

Para os setores de habitação popular e saneamento houve o grande problema de escassez de recursos. A centralização cada vez maior nas mãos do Governo Federal, nas duas últimas décadas, tanto das decisões quanto dos recursos destinados a estes dois setores, levou o Estado a uma dependência quase total dos programas implementados e financiados pelo Banco Nacional da Habitação. A crise desta instituição nos últimos anos, seguida de sua abrupta extinção, em meados de 1986, foram fatores de inibição e atraso dos projetos do Estado. No caso da habitação popular o Governo compensou com o desenvolvimento do Projeto Mutirão, em parte financiado com recursos do Tesouro do Estado mas que, pela sua repercussão social e rendimento econômico — unidades muito mais baratas do que nos programas convencionais — terminou recebendo recursos do BNH, antes da sua extinção.

A participação cada vez maior das comunidades foi a tônica, no que se refere às políticas de bem-estar, segurança e justiça. Foi criada, na Casa Civil, a Subchefia para Assuntos do Bem-Estar Social que passou a orientar diretamente as ações do Instituto de Assistência ao Menor (IAM) e da Fundação de Promoção Social do Paraná (PROVOPAR) e deu assistência técnica e financeira — Cz\$ 40 milhões — a 638 entidades sociais de 209 municípios.

Os Conselhos Comunitários de Segurança, que além de participarem da definição das políticas de âmbito local e regional, na área policial, tem contribuído materialmente com os órgãos de segurança; o Conselho Estadual de Entorpecentes e os sete Conselhos Municipais de Entorpecentes, criados em 1986, para apoiar a ação do Governo no controle ao uso de drogas; são exemplos do progresso que se alcançou, no Estado, na mobilização da comunidade para assumir papel cada vez mais preponderante na condução dos negócios públicos.

3.1 EDUCAÇÃO

3.1.1 Ensino de 1º Grau

O empenho na condução da política educacional de 1º grau, em consonância com as diretrizes do Plano de Governo, culminou, em 1986, com uma série de atividades cuja principal característica foi a continuidade dos projetos e programas iniciados nos últimos três anos, todos eles implementados a partir das propostas levantadas no grande debate que envolveu autoridades, professores, alunos e comunidades e que vêm orientando a atuação do poder público estadual no atual período de governo.

Dentre as ações destinadas à melhora do ensino do 1º grau, destacam-se:

— formação e ampliação de acervos bibliográficos para fomentar programas de alfabetização; foram distribuídos 1.026.000 exemplares de literatura infanto juvenil, beneficiando 11.261 unidades escolares da rede de ensino estadual e municipal de zonas urbanas e rurais;

— fornecimento de material mínimo ao desenvolvimento das atividades escolares tais como: caderno, lápis, borracha, régua, papel, cola, apontador, lápis de cor, giz, beneficiando 311 municípios e toda a clientela do 1º grau;

— criação e autorização de funcionamento de 364 unidades escolares da rede estadual e municipal;

— fornecimento de equipamento básico às unidades escolares municipais, beneficiando 122 municípios;

— adequação das instalações físicas de unidades escolares rurais, beneficiando 177 municípios;

— adequação das instalações físicas de órgãos municipais de educação, beneficiando 50 municípios;

— implantação do projeto Tempo de Criança, que objetiva atender a criança que frequenta a escola, fora dos períodos de aula, mediante atividade de recreação e lazer, iniciação ao esporte, programações culturais e de assistência à alimentação e à saúde — na primeira etapa o projeto já atende aproximadamente 8.000 crianças entre 7 e 15 anos, em dez escolas de Curitiba, e nas fases seguintes deverá ser levado, gradativamente, a todas as escolas da rede estadual tendo em vista alcançar dois grandes benefícios: evitar a evasão escolar e melhorar o índice de produtividade e rendimento das crianças;

— implantação do projeto Pólo de Integração da Criança — PIC, inaugurado em 1986 na Cidade Industrial de Curitiba — iniciativa que já conta com o apoio de várias empresas privadas — para atender crianças fora da escola, em período integral e as que freqüentam a escola fora dos horários das aulas através de programas educacionais e culturais, de lazer, recreação, esporte e de assistência à alimentação e à saúde;

— repasse de recursos financeiros a 261 municípios através de convênios com o PROMUNICÍPIO no valor de Cz\$ 8,5 milhões, para o desenvolvimento de atividades junto às unidades escolares rurais municipais e comunidade;

— repasse de recursos financeiros, através de convênios com prefeituras municipais, para pagamento de pessoal docente, aquisição de material de consumo mínimo ao desenvolvimento das atividades escolares, em 1294 classes pré-escolares;

— repasse de recursos financeiros através de convênios a 97 municípios, no valor de Cz\$ 3,8 milhões, para apoiar a execução de projetos elaborados por unidades escolares, que apresentaram novas alternativas de trabalho;

— realização da II Jornada Paranaense de Alfabetização, em conjunto com a Universidade Federal do Paraná, com o objetivo de aprofundar estudos e discussões sobre alfabetização.

Em 1986 foram criados 22 centros de línguas estrangeiras modernas — CELEM, nos municípios-sede dos núcleos regionais de educação, para funcionamento no estabelecimento de ensino de maior porte da rede estadual de ensino, com vistas à oferta do ensino plurilingüista para alunos da rede pública estadual. Os CELEMs propiciarão o aprendizado e aprofundamento das línguas alemã, francesa, inglesa, espanhola e italiana, em atendimento aos graus de ensino e respectivas séries escolares. Objetivando estruturar e equipar com aparelhos modernos de aprendizagem os CELEMs, foi assinado, inicialmente, convênio com o Governo francês. Encontram-se em andamento processos de celebração de convênios com outros órgãos de representação de países estrangeiros.

3.1.2 Ensino de 2º Grau

O compromisso com a qualidade de ensino, uma das políticas básicas do Governo na área da Educação, vem orientando o cumprimento do Programa de Reorganização do Ensino de 2º Grau, desencadeado em 1983. A dinâmica descentralização/integração fundamentou a metodologia de trabalho, que teve na participação seu principal mecanismo de sustentação, tanto na realização das diferentes fases do processo central/regional/central como na integração entre os graus de ensino e as áreas pedagógica e administrativa.

Nas áreas de magistério, contabilidade e propedêutica deu-se continuidade à reformulação dos cursos respectivos, principalmente através de novas propostas curriculares.

No curso de magistério iniciou-se a implantação de novo currículo, já definido, em 1985, como principal resultado do projeto Magistério em Nova Dimensão; comple-

tou-se, com a participação de todas as áreas interessadas, a avaliação do curso prôpe-dêutico para o qual foi definido um novo currículo; deu-se continuidade à proposta de reformulação do curso de contabilidade por meio de cursos regionalizados de atualização de docentes e com a aquisição de 25 escritórios-modelo — no valor de um milhão de cruzados — para aprimoramento das disciplinas de cunho profissionalizante.

As atividades de estágio curricular, essenciais na formação do profissional a nível técnico, após a consolidação das medidas legais, passaram a fazer parte integrante do regimento escolar dos estabelecimentos do sistema estadual de ensino.

Desenvolveu-se uma nova proposta pedagógica e administrativa para os laboratórios de ciências, expressa no documento síntese da reunião técnica “A Questão dos Laboratórios de Ciências no Ensino de 2º Grau” e na proposta final do seminário sobre os “Laboratórios de Ciências no Ensino de 2º Grau”. Para que seja iniciada a implementação do novo sistema no ano letivo de 1987 foram adquiridos 55 laboratórios — 18 de biologia, 18 de física e 19 de química — no valor de Cz\$ 3,2 milhões.

Dando continuidade ao programa de melhora do ensino técnico agrícola e industrial do IV Acordo MEC/BIRD-SEED/PR, em 1986, foram executadas ações de construção, adaptação e de equipamento e reequipamento, nos dois colégios industriais e dois agrícolas que integram o Acordo. Além do aperfeiçoamento da infra-estrutura, o programa desenvolveu ações de capacitação de recursos humanos dos colégios industriais.

No ensino técnico agrícola foram desenvolvidas atividades de manutenção dos 8 colégios agrícolas e um colégio florestal funcionando em regime de internato, e do curso de piscicultura, implantação de projetos didáticos-econômicos, reparos e adaptações de bens móveis e imóveis desses estabelecimentos, aquisição de insumos agropecuários e gêneros alimentícios, material de limpeza e expediente.

3.1.3 Ensino Supletivo

Em 1986, a comunidade paranaense teve à sua disposição os serviços de 5 centros de estudos supletivos — CES e 10 núcleos avançados de estudos supletivos — NAES, para escolarização de 1º e 2º graus. Mediante a utilização de material didático específico e meios tecnológicos adequados, desvinculados de um calendário padrão e tendo por base apenas o ritmo de aprendizagem dos cursistas, foram beneficiados 4.826 alunos de 15 municípios.

Também foram estruturados, em 1986, mais dois CES nos municípios de Jacarezinho e Umuarama e 13 NAES nos municípios de Curitiba (Escola Polivalente), Guarapuava, Palmeira, Jaguariaíva, Umuarama, Alto Piquiri, Cianorte, União da Vitória, Irati, Guaraniaçu, Cambé, Castro e Rio Branco do Sul, com previsão de início de funcionamento para fevereiro/87.

Entre outras atividades na área de ensino supletivo, destacam-se:

- realização de exames supletivos de educação geral e de formação profissional, com atendimento a 10.465 candidatos de 12 municípios;

- realização, mediante convênios com o SENAI, SENAC e ETECLA, de cursos livres de iniciação profissional em diferentes modalidades de ocupação para o trabalho.

Foram beneficiados 1.485 alunos de supletivo em situações de desemprego e subemprego de 41 municípios;

— elaboração de 100 módulos de ensino, para atender aos 3.300 alunos matriculados nos CES e NAES, obedecendo às características da metodologia — ensino personalizado — adotada nestas escolas de ensino supletivo.

No ensino supletivo cabe, ainda, destacar a realização de:

— cursos de habilitação de professores leigos, através dos projetos Logos II e Hapront, visando à qualificação de professores que atuam em sala de aula de 1ª a 4ª série do 1º grau sem a devida habilitação. Foram beneficiados com os referidos cursos 2.786 professores de 171 municípios;

— cursos de capacitação pedagógica para professores e pessoal técnico-administrativo atuantes nos centros de ensino supletivo e núcleos avançados de ensino supletivo, sendo atendidos 230 professores de 26 municípios;

— cursos de atualização para professores de 1º grau supletivo, Educação Geral — Fase I, num total de 276 participantes envolvendo 50 municípios.

3.1.4 Educação Especial

De acordo com estimativas mundialmente aceitas, aproximadamente 10% da população apresenta algum tipo de excepcionalidade. Isto significa cerca de 850.000 pessoas no Paraná, 50% das quais na faixa etária de 0 a 19 anos.

Ao se pensar no atendimento educacional dessa parcela da população, percebe-se que 30 a 40% devem ser alunos do ensino comum, apesar de apresentarem algum tipo de excepcionalidade. Outros 30 a 40% têm dificuldades de tal ordem que os impedem de absorverem o ensino comum, mas possuem plenas possibilidades de freqüentarem a escola comum, porém inseridos em programas de educação especial. Outros 20 a 30% são portadores de deficiência cujo atendimento deve ser realizado em instituições especializadas.

A ação do Governo, nessa área, esteve sempre voltada para o adequado atendimento educacional das pessoas com excepcionalidades nos três contextos acima mencionados. Alguns dos resultados obtidos vêm mencionados a seguir:

— áreas de deficiências atendidas e número de municípios beneficiados: área auditiva — 154 municípios; físico-motora — 29 municípios; mental — 211 municípios e visual — 95 municípios;

— alunos excepcionais superdotados foram sistematicamente atendidos, através de projeto piloto, somente em Curitiba. A consolidação de sistematização dos conhecimentos permitirá, em 1987, a expansão do atendimento para o restante do Estado;

— alunos autistas, bem como alunos com deficiências múltiplas, são, até o momento, atendidos em escolas especiais na área da deficiência mental, dentro de grupos adequados às suas características;

— celebração de convênios com as instituições particulares que ofertam o ensino especial, com cedência de professores para as funções de diretor, vice-diretor e regên-

cia, com critérios de 1 professor para cada 6 alunos, com estudo ainda de situações particulares (deficiência mental severa e deficiências múltiplas) e cedência de secretários e zeladores;

— descentralização de serviços de avaliação, acompanhamento de programas, seminários, cursos, para os núcleos regionais de educação, em coordenação com serviços locais, tais como instituições de ensino superior, escolas especiais, etc.;

— aquisição de equipamentos específicos para atendimento aos alunos, nas áreas de deficiência visual, auditiva, mental e físico-motora, a saber:

— importação de 100 máquinas Perkins para a datilografia em braile, utilizada para pessoa cega, com previsão de importação de outras 100 para o ano de 1987;

— aquisição de lupas, telelupas, caixas de provas e demais equipamentos para todos os programas que atendam alunos com deficiência visual;

— aquisição de 130 equipamentos coletivos para utilização em programas de alunos portadores de surdez, com previsão orçamentária para equipagem de todos os programas para o ano de 1987;

— aquisição de equipamentos e repasse, através de subvenções sociais, para equipagem de 100 escolas na área da deficiência mental;

— aquisição de 300 cadeiras de postura/relaxamento/estudo/lazer para utilização pelo aluno portador de paralisia cerebral.

3.1.5 Ensino de 3º Grau

O Estado do Paraná mantém 13 instituições de ensino superior, as quais, no 1º semestre de 1986, ofertaram 6.486 vagas para 114 cursos.

Cumprindo fielmente a política educacional definida no Plano de Ação do Governo, a Secretaria da Educação não autorizou a criação de cursos nas IES estaduais isoladas. Entretanto, as Universidades de Ponta Grossa e Maringá, instalaram cursos pela via da extensão em Telêmaco Borba e Cianorte, respectivamente.

A preocupação com a melhora da qualidade do ensino, através da capacitação docente, levou as faculdades isoladas a programarem cursos de especialização e proporcionarem, aos seus professores, cursos de mestrado e doutorado, inclusive fora do Estado.

As instituições de ensino superior de dependência estadual, neste exercício, dispuseram de recursos financeiros num total de Cz\$ 870,1 milhões dos quais 77,98% (Cz\$ 671,6 milhões) originários do Tesouro do Estado e 22,01% (Cz\$ 198,6 milhões) provenientes de contribuições acadêmicas, convênios e outras fontes.

Esses valores evidenciam que a manutenção das 13 instituições de ensino superior estaduais é feita majoritariamente pelo Governo do Estado. Além disso, foram repassados recursos num total de Cz\$ 354,8 mil para 2 diretórios acadêmicos da UFPr e para 11 IES de dependência estadual e municipal, objetivando viabilizar projetos destinados preferencialmente à melhora da qualidade do ensino, à qualificação e

atualização dos docentes e à realização de eventos para discussão de interesse acadêmico e institucional.

3.1.6 Recursos Humanos no Ensino

Com a preocupação constante de valorizar o educador e promover uma distribuição equitativa de pessoal nas unidades educacionais do Estado, foram desenvolvidas, em 1986, as seguintes ações:

- nomeados 2.395 professores aprovados em concurso público de provas e títulos para ingresso no Quadro Próprio do Magistério, nível de atuação de 1ª a 4ª série do 1º grau;
- realizado concurso público complementar de ingresso ao magistério — nível de atuação de 1ª a 4ª série do 1º grau, nos municípios onde o número de candidatos aprovados no concurso inicial foi inferior ao número de vagas ofertadas;
- contratados 1.327 auxiliares administrativos II, para exercício em estabelecimentos de ensino, inspetorias estaduais e núcleos regionais da educação, em virtude de aprovação em teste seletivo;
- contratados 3.179 auxiliares de serviços gerais, para exercício em estabelecimentos de ensino, inspetorias estaduais e núcleos regionais da educação, em virtude de aprovação em teste seletivo;
- realizadas as inscrições ao concurso público para ingresso no Quadro Próprio do Magistério nos níveis de professor (5ª a 8ª série do 2º grau) e especialista de educação (orientador educacional e supervisor de ensino);
- designados 1.304 diretores de estabelecimentos de ensino, escolhidos através de eleição direta em novembro de 1985;
- realizada sessão pública de distribuição de aulas extraordinárias e CLT, com critérios pré-fixados pelo Decreto nº 6.743, de 13/11/85;
- readmitidos pelo Decreto nº 8.367, de 17/06/86, no Quadro Próprio do Magistério, 179 professores, nível de atuação de 1ª a 4ª série do 1º grau, e enquadrados pelo Decreto nº 8.366, de 17/06/86, 1.009 professores no Quadro Único de Pessoal do Poder Executivo, nos termos da Lei nº 8.247, de 13/01/86;
- autorizada realização de Teste Seletivo Interno para provimento no Quadro Próprio do Magistério, de 1.163 professores devidamente habilitados, integrantes do Quadro Único de Pessoal do Poder Executivo, enquadrados pelas Leis nº 7.208 e 8.247/86;
- efetuada revisão dos parâmetros de organização e distribuição do pessoal docente, técnico-pedagógico e de apoio nos estabelecimentos de ensino, adequando-se à atual realidade (Resolução nº 03/86);
- regulamentado através do Decreto nº 7.281/86 o artigo 49, do Estatuto do Magistério, que trata de remoções por concurso de escolha de vagas e por permuta, aos integrantes do Quadro Próprio do Magistério;

— normalizada, pela Resolução nº 1.197/86, a situação dos professores que estavam atuando fora do município de seus domicílios;

— assegurado piso salarial de três salários mínimos, a partir de janeiro de 1987, aos integrantes do Quadro Próprio do Magistério;

— assegurado aos atuais professores contratados pelo regime CLT vínculo empregatício por 2 anos, onde houver redução da oferta de aulas, assegurada ao Estado a possibilidade de designá-los para outros estabelecimentos de ensino onde haja necessidade de serviço, dentro do mesmo município;

— encaminhados à Assembléia Legislativa os seguintes projetos de lei: que dispõe sobre a redução do interstício de 2 para 1 ano, para o processamento das promoções por avanço vertical por habilitação dos integrantes do Quadro Próprio do Magistério e garante às professoras com mais de 25 anos de serviço e aos professores com mais de 30 anos de serviço que referido interstício será de seis em seis meses; que autoriza a contagem de aulas extraordinárias, a partir de 1980, para todos os efeitos legais e contagem de aulas suplementares aos detentores de 2 padrões, independente do número de atos designatórios ou de aulas ministradas; que assegura a contagem em dobro de férias para professores em atividades administrativas vinculadas ao magistério; que determina a implantação gradativa, a partir de 1987, do Regime Diferenciado de Trabalho para os integrantes do Quadro Próprio do Magistério;

— autorizada, pelo Decreto nº 9.646, de 18/11/86, a transformação de 3.776 funções gratificadas em 8.748, de igual natureza, da estrutura da Secretaria de Estado da Educação, referentes a diretores, diretores-auxiliares e secretários de estabelecimentos da rede estadual de ensino.

Para o aperfeiçoamento dos recursos humanos atuantes na área da educação foram realizados aproximadamente 664 eventos, compreendendo cursos, seminários, encontros, palestras, com a participação de cerca de 42.518 docentes, pessoal técnico-administrativo e de apoio.

3.1.7 Assistência Comunitária e ao Estudante

As ações de assistência ao estudante têm como principal objetivo melhorar as condições ao acesso e permanência, na rede escolar, às crianças de pré-escola, 1º grau e educação especial, principalmente às mais carentes, que constituem a grande maioria da população brasileira em idade escolar.

O Programa Estadual de Alimentação Escolar atende hoje cerca de 12.595 escolas da rede pública de ensino, totalizando 1.604.455 alunos do pré-escolar, do 1º e 2º grau, da educação especial e do supletivo, nos 311 municípios, além de escolares pertencentes a entidades particulares de ensino gratuito e filantrópico, mediante convênios especiais.

A distribuição da merenda escolar é controlada por uma coordenação de nível municipal e efetuada trimestralmente e de forma automática e descentralizada. As quantidades são calculadas por computador, com base no número de alunos de cada unidade escolar, o que evita a discriminação às escolas e torna o programa mais dinâmico, principalmente no que diz respeito ao controle e remessa aos municípios.

Em 1986, foram distribuídas 12,3 mil toneladas de gêneros alimentícios, no valor de Cz\$ 186 milhões e, ainda, 2.390.000 litros de leite *in natura*, no valor de Cz\$ 5,9 milhões, com recursos da FAE/MEC, perfazendo um total de cerca de 15 mil toneladas de merenda escolar distribuída.

Dentre as mais importantes realizações da área de saúde escolar destaca-se o pagamento de consultas médicas para alunos carentes não previdenciários; atendimento a escolares pelo serviço de avaliação auditiva, fornecimento de óculos, próteses auditivas e aparelhos ortopédicos, entre outros, distribuição de medicamentos de primeiros socorros através de farmácias escolares; distribuição do manual de Orientações Básicas em Saúde Escolar; aquisição de cinco gabinetes simplificados de oftalmologia para atendimento de escolares.

Em 1986, foram atendidos pelo Sistema Estadual de Manutenção de Ensino — SEME — Programa de Bolsas para Alunos da Comunidade, uma média mensal de 15.824 alunos, totalizando um gasto/bolsa de Cz\$ 12,9 milhões. Cerca de 4.751 alunos da rede particular de ensino (607 da Capital e 4.144 do Interior) receberam bolsas de estudo. A aplicação de recursos totalizou Cz\$ 3 milhões do Salário Educação Quota Estadual. As entidades estudantis de 1º e 2º grau receberam 70 bolsas-auxílio para a realização de encontros sobre a participação do aluno na escola. Com os recursos da FAE, foram concedidas 700 bolsas-trabalho a alunos de escola públicas de 2º grau.

Merece destaque a distribuição de 1.895.739 volumes de livros didáticos a todos os alunos de 1ª a 8ª série de 1º grau da rede oficial estadual e municipal. Com a execução do projeto de literatura infanto-juvenil “Os livros Criam Asas”, financiado pelo programa “Salas de Leitura” da FAE/MEC, foram distribuídos, até o final de 1986, 10.360 volumes de livros didáticos destinados ao aperfeiçoamento de professores e outros profissionais do ensino, no âmbito do ensino do 1º grau, e 118.762 livros didáticos para escolares, além de 4.303 sacolas-estante, beneficiando 1.370 escolas de 78 municípios.

Para incentivar a participação comunitária foram implementados projetos de estágios integrados das Universidades Estaduais de Londrina, Ponta Grossa e Maringá. Merecem destaque os programas: CRUTAC — Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária; THEMIS — atendimento aos beneficiados com prisão albergue, em regime de semiliberdade; UNIVOS — Projeto Unidade Volante de Serviço Social; PROCAF — Programa Comunitário de Atenção à Saúde Auxiliar.

3.1.8 Política Administrativa

O desenvolvimento de uma programação para responder aos anseios da comunidade paranaense em participar mais efetivamente do processo educacional, tendo como fundamento a superação de problemas de descontinuidade das ações, da falta de racionalização e praticidade e da ausência de realimentação como forma de resposta aos reclamos da sociedade e da comunidade na qual a escola se insere, teve continuidade em 1986.

Avanços importantes registraram-se no desenvolvimento do programa de informatização na área da Educação que abrangeu duas vertentes: a pedagógica, cuja ações foram operacionalizadas pelo Projeto de Educação e Informática/CEDIPAR — Centro

de Educação e Informação do Paraná e a administrativa, que envolveu cerca de 12 sistemas de processamento de dados da SEED e FUNDEPAR, ambos com apoio técnico e logístico da CELEPAR.

Na vertente pedagógica, em 1986, foi desencadeada a primeira fase com a realização de 8 seminários regionais de educação e informática, com envolvimento de 640 professores das áreas pedagógicas dos 22 núcleos regionais de educação e participação no III Congresso Internacional de Linguagem “Logo”, em Novo Hamburgo, para apresentação dos dados gerais dos seminários regionais.

A segunda vertente, a administrativa, envolve sistemas de acompanhamento e controle das tarefas do sistema estadual de ensino, nos seus vários níveis de intervenção, visando à melhoria qualitativa dos padrões educacionais do Estado.

No intuito de complementar a produção de estatísticas educacionais, de forma sistemática, comparando os resultados do desempenho do ensino de 1º e 2º grau, foi instituído, em 1986, o Sistema de Indicadores Educacionais. Os indicadores educacionais possibilitam o acompanhamento da flutuação da matrícula, a análise das taxas de disfunção do sistema, assim como as taxas de evasão, de reprovação e de repetência, entre outras.

O agrupamento dos indicadores por séries, graus de ensino, por localização, por turno e por dependência administrativa facilita tanto estudos globalizados quanto detalhados, atendendo, assim, aos diversos interesses do Estado e dos municípios.

Fosseguiu-se, em 1986, com a implementação do projeto de microfilmagem que modernizou o Serviço de Verificação de Vida Escolar de 1º e 2º grau e o Serviço de Registro de Diplomas, agilizando a autenticação de históricos escolares e o registro de diplomas e certificados.

Teve continuidade o Programa de Suprimento de Recursos Descentralizados — S.R.D, implementado com recursos do Salário-Educação Quota-Estadual e recursos próprios da FUNDEPAR, com vistas a suprir as necessidades dos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º grau, regular e supletivo, na manutenção e conservação de prédios e mobiliários públicos, bem como no atendimento às necessidades básicas do aluno. No exercício de 1986, foram atendidas todas as 2.877 escolas estaduais, com investimentos da ordem de Cz\$ 31,3 milhões realizados através das APMs ou de comissões comunidade/escola.

Merece destaque, ainda, a implementação do programa “Auxílio à Manutenção da Rede Municipal de Ensino” que beneficiou através de convênios entre SEED/FUNDEPAR e as PMs, a 115 prefeituras municipais do Estado, envolvendo, em 1986, a aplicação de recursos da ordem de Cz\$ 9,8 milhões do Salário-Educação Quota-Estadual.

Com a mesma finalidade foram dispendidos, até novembro, recursos da ordem de Cz\$ 19,2 milhões do PRÓRURAL e Cz\$ 137,2 milhões do Tesouro do Estado para a manutenção de 16.734 servidores da rede municipal de ensino de 310 prefeituras municipais, a serviço das unidades estaduais de educação. Também, com recursos do Tesouro do Estado, foram destinados Cz\$ 3,7 milhões para assistência técnica e financeira a 160 instituições particulares e Cz\$ 335,2 mil para apoio financeiro a estudantes carentes de 1º, 2º e 3º grau.

3.1.9 Distribuição de Material Escolar

O Sistema de Suprimento de Materiais foi implantado com o objetivo de suprir as necessidades básicas dos alunos e a manutenção das escolas de 1º grau da rede pública com materiais de consumo.

Através deste programa são atendidos com material escolar, os alunos carentes, das redes estadual e municipal de 1º grau, com material para prática desportiva aos alunos de 5ª a 8ª série das redes oficiais de ensino e, finalmente, com material de limpeza e expediente, as escolas estaduais.

O suprimento de material é calculado por computador, em função da capacidade física instalada do estabelecimento de ensino e ainda da compatibilização entre a necessidade e a disponibilidade orçamentária.

Com investimento de Cz\$ 41,7 milhões do Salário-Educação Quota-Estadual foi dado atendimento a cerca de 12.000 estabelecimentos de 1º grau que totalizaram 1.500.000 alunos.

A partir de 1983, as escolas especiais na sua quase totalidade ainda particulares, sem fins lucrativos, passaram a se beneficiar de todas as vantagens de uma escola regular, em termos de material de consumo, para limpeza, esportivo, didático, de expediente, material permanente, bem como, materiais diferenciados, nas várias áreas de excepcionalidade.

3.1.10 Construções, Equipamento e Reequipamento Prédios Escolares

Intensificou-se no exercício de 1986 o ritmo de construção de obras destinadas à ampliação e melhora da rede física escolar, atingindo-se a média de 2,33 salas por dia.

Foram concluídos 424 prédios com 76.057 m² de área construída, o que perfaz 851 novas salas de aula. Foram beneficiados 292 municípios e os investimentos totalizaram Cz\$ 61 milhões.

As obras construídas neste período foram executadas de forma descentralizada, mediante convênios com as prefeituras municipais. Entre as principais vantagens dessa sistemática destacam-se: propicia condições aos municípios para se organizarem técnico-administrativamente e adquirirem vivência com problemas de construção civil, capacitando-os a estabelecer um regime de conservação e manutenção durante o uso do prédio escolar; fortalece o mercado de trabalho do interior do Estado; possibilita o aprimoramento técnico-profissional das empresas e profissionais ligados à área de comercialização ou da industrialização da construção civil, na região; barateia o custo da construção, mediante contrapartida dos Municípios com a utilização de recursos próprios como equipamentos, agregados minerais, artefatos de cimento, entre outros.

Tal sistema está sendo aplicado com a participação da comunidade através das associações de pais e mestres, das associações de moradores e outras entidades.

Foi elaborado, e está em fase de avaliação, um projeto de sala móvel e outro de sala desmontável, idealizadas como alternativas destinadas a assentamentos dos

sem-terra, populações migratórias e situações de emergências, tais como, incêndios, vendavais, enchentes.

Em 1986 foi criado um programa de construções para as instituições de ensino especial, que beneficiou 22 entidades de 19 municípios com investimento da ordem de Cz\$ 13 milhões. Foram aplicados, ainda, Cz\$ 34 milhões com material permanente para estabelecimentos de ensino e Cz\$ 5,4 milhões para aquisição de 17 microônibus.

3.2 SAÚDE, BEM-ESTAR E SANEAMENTO

3.2.1. Ações na Área de Saúde

A participação da comunidade na formulação dos programas e na fiscalização dos resultados dos serviços públicos foi um dos pressupostos que fundamentaram a ação do governo, nos últimos quatro anos. Obedecendo a essa diretriz, foram realizados, no início da atual administração, os Encontros Municipais de Saúde, preparatórios aos 11 Encontros Regionais de Saúde ocorridos durante os anos de 1984 e 1985, com expressiva presença das principais lideranças das comunidades, nos quais os participantes tomaram conhecimento das ações em andamento na área de saúde e apresentaram reivindicações para adequá-las aos interesses da população.

Uma resenha dos principais problemas levantados naquelas reuniões permite avaliar não só as deficiências existentes nos serviços prestados pelo Estado nessa área como as precárias condições de saúde da população.

As principais denúncias e queixas apontavam: dificuldade de acesso da população das zonas rurais aos serviços; deficiência da rede física e atendimento precário nos centros e postos de saúde, que não tinham possibilidade de atender plenamente a demanda de consultas médicas nem dispunham de medicamentos suficientes para suprir as necessidades da população; insuficiência na oferta de exames preventivos de câncer ginecológico e no encaminhamento de casos mais complexos aos serviços especializados; estado de desnutrição de grande número de gestantes e crianças; ausência de orientação quanto aos métodos anticoncepcionais nos centros de saúde; e desinformação da população quanto aos seus direitos e quanto às causas dos problemas de saúde.

Em resposta a esse questionamento, as prioridades adotadas pelo governo no setor de saúde definiram providências, que vêm sendo implementadas nos últimos quatro anos e que resultaram em avanços no sentido da ampliação e melhora dos serviços destacando-se:

— descentralização do atendimento com a expansão dos serviços municipais de saúde e implementação do programa Ações Integradas de Saúde — trabalho conjunto de órgãos estaduais, federais e municipais, o que permite o atendimento dos casos mais simples nas unidades que prestam serviços primários e o encaminhamento dos mais complexos às instituições especializadas — ; instalação de laboratórios microrregionais e centros de saúde regionais; ampliação do contingente de profissionais, mediante contratação através das prefeituras e supervisão mais eficaz para melhorar a produtividade dos serviços; regularização do fornecimento de medicamentos da CEME para o Estado e aumento da produção do Laboratório Químico Farmacêutico da SESB, suprindo adequadamente os postos e centros de saúde;

— construção de sistemas simplificados de abastecimento de água potável nas zonas rurais, especialmente nas áreas endêmicas de esquistossomose; implementação, em todos os Municípios, do Programa Integrado de Vigilância da Água de abastecimento Público, desenvolvido em conjunto pela SESB e SUREHMA; assessoria aos sistemas de abastecimento de água administrados pelos municípios;

— estabelecimento de convênio com o Conselho Londrinense de Assistência à Mulher para atender exames preventivos do câncer ginecológico nos distritos sanitários de Jacarezinho, Londrina e Cornélio Procópio e compra de serviços de terceiros para 300 exames mensais no distrito sanitário de Ponta Grossa; descentralização de leitura do exame citopatológico para Cascavel e Maringá;

— implementação do Programa de Suplementação Alimentar em todo o Estado e criação de serviços de puericultura, para crianças até 18 meses nos centros de saúde;

— criação de serviços de planejamento familiar em 30 centros de saúde;

— formação de 200 comissões de saúde, das quais 50 em 1986, para discussão dos problemas locais e encaminhamento de reivindicações da população.

No exercício de 1986 teve prosseguimento a extensão da rede de unidades sanitárias e hospitalares e a melhora das instalações das unidades já existentes. Foram construídas 148 unidades (114 postos de saúde, 15 centros de saúde, 2 hospitais municipais, 16 centros sociais rurais e 1 hemocentro), ampliadas 2 (1 centro de saúde e 1 hospital) e reformadas 70 (11 centros de saúde, 42 postos de saúde e 17 hospitais), em convênio com 87 municípios, aumentando, assim, a oferta de recursos de saúde, principalmente de ações básicas de saúde nas áreas rurais e periféricas urbanas. A conclusão da construção do Hemocentro de Curitiba — HEMEPAR, destaca-se, possibilita o desenvolvimento de uma política adequada de sangue e hemoderivados no Paraná.

As Ações Integradas de Saúde, iniciadas em 1985, estenderam-se de 278 para todos os 311 municípios do Estado, totalizando o envolvimento de 1.005 postos de saúde e 33 hospitais municipais, além das 329 unidades sanitárias e 15 hospitais da Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha. Somando recursos do Governo Federal do Estado e dos municípios, esse programa de ação conjunta assegura o funcionamento dos serviços administrados pelas prefeituras e o atendimento a toda a população do Paraná. Ademais, fortalecem a municipalização dos serviços para melhor responder à demanda local e possibilitar soluções adequadas aos problemas prioritários de saúde, tanto os que se manifestam de maneira uniforme, na totalidade do território estadual como aqueles que têm caráter regional.

Para a coordenação e questão das atividades desse programa em todo o Estado, foram constituídas 193 comissões interinstitucionais municipais de saúde.

Além da manutenção dos serviços existentes, a rede de atendimento primário, à disposição da população, foi expandida, mediante às seguintes providências:

— ampliada a Terapia de Reidratação Oral - TRO, de 306 unidades de saúde da FSCMR e prefeituras municipais, para 880, abrangendo 311 municípios;

— ampliado o controle das infecções respiratórias agudas - IRA, de 200 unidades de saúde da FSCMR e prefeituras municipais, para 476, abrangendo 211 municípios;

— implantado o serviço de saúde mental nos Centros de Saúde Ouvidor Pardinho e Manoel de Abreu, em Curitiba, e no Centro de Saúde de Pinhais, no Município de Piraquara, e implementado o atendimento de saúde mental ao adolescente junto às demais atividades do Centro de Saúde Metropolitano;

— ampliado o número de clínicas odontológica simplificadas, de 58 para 79, conveniadas com prefeituras municipais, abrangendo 41 municípios e ampliado o número de consultórios odontológicos convencionais, de 208 para 305, atendendo 212 municípios;

— estendido o Programa de Suplementação Alimentar, de 161 para 311 municípios;

— credenciados 263 serviços de saúde pertencentes a prefeituras, instituições particulares e outras, para funcionarem como postos de vacinação;

— ampliado o controle das doenças sexualmente transmissíveis, de 15 para 21 centros de saúde de referência;

— estendido o Programa de Higiene e Controle de Alimentos, de 20 para 22 distritos sanitários; firmado convênio entre a SESB e a Universidade Estadual de Londrina para que esta realize 160 análises de rotina, mensalmente, em alimentos produzidos ou comercializados na área de abrangência dos distritos sanitários do norte do Estado; e credenciados pelo Ministério da Saúde, a pedido da SESB, os laboratórios do TECPAR, da Universidade Estadual de Londrina e da Universidade Estadual de Maringá, para a realização de análises de alimentos com vistas ao seu registro;

— iniciada a construção de 500 módulos sanitários em comunidades de 7 municípios, beneficiando 2.500 habitantes;

- ampliado o atendimento ambulatorial no HEMEPAR aos portadores de doenças hematológicas;

— descentralizada a pesquisa de Acetilcolinesterase para 19 laboratórios regionais, como apoio à pesquisa das intoxicações por agrotóxicos no homem;

— implantada a Bioquímica com dosagem de glicose, uréia, creatinina, colesterol, bilirrubina e transaminase, bem como provas de atividades reumáticas, em 19 laboratórios regionais, como apoio às Ações Integradas de Saúde;

— ampliada a distribuição de medicamentos à população, através das unidades de saúde das prefeituras, em convênio com 187 municípios;

— criado o 21º Distrito Sanitário, com sede em Toledo, abrangendo 10 municípios e Distrito Sanitário de Curitiba, com área de atuação somente na Capital.

— Dos cursos, reciclagens, treinamentos, encontros, seminários e conferências, realizados em 1986, na Capital e no interior do Estado, envolvendo 21.713 participantes de níveis superior, médio e elementar da FSCMR, das prefeituras municipais, do INAMPS, das instituições privadas, das universidades e da comunidade, destacam-se: 2 cursos de Especialização em Saúde Pública, um em Curitiba e outro em Londrina, com 68 participantes, em convênio com a FIOCRUZ do Ministério da Saúde; 2 cursos

de formação de técnico em Higiene Dental, em Curitiba, com 67 participantes do Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro e Santa Catarina; 2 cursos de Auxiliar de Enfermagem, em Curitiba, com 41 participantes oriundos da FSCMR, prefeituras municipais, outras instituições e da comunidade; 13 cursos de Agente de Saúde Pública, nas sedes dos distritos sanitários, com 283 participantes; 8 cursos de Introdução à Vigilância Epidemiológica, nas sedes distritais, com 303 participantes; 2 cursos Básicos de Vigilância Epidemiológica, em Curitiba e Londrina, com 164 participantes.

No cumprimento da 1ª fase do Projeto Larga Escala (capacitação de instrutor supervisor para posterior formação de pessoal de níveis médio e elementar), apoiado pela SESB e a Secretaria de Educação e previsto no convênio entre o Ministério da Saúde, o Ministério da Previdência e Assistência Social, o Ministério da Educação e a Organização Panamericana de Saúde (OPS), foram realizados, em Curitiba, cinco cursos de Capacitação pedagógica, para enfermeiros e outros profissionais de nível superior, com 179 participantes; um curso de capacitação técnica em materno-infantil e um curso de capacitação técnica em doenças transmissíveis, para enfermeiros, com 45 participantes.

Para acelerar o processo de coleta e difusão das informações epidemiológicas (relativas ao diagnóstico de saúde da população) e informações gerenciais (referentes à oferta de serviços de saúde), a Secretaria de Saúde celebrou convênio com a CELEPAR para prestação dos Serviços de informática que anteriormente eram contratados com a Fundação SESP, de Porto Alegre. No decorrer de 1986, após a realização dos devidos ajustes, aquelas informações passaram a ser processadas pela empresa paranaense. Paralelamente, foi implantado um cadastro das unidades estaduais e municipais de saúde e da capacidade potencial de produção dos recursos humanos que nelas trabalham, elementos indispensáveis à programação dos recursos financeiros necessários à cobertura dos custos das Ações Integradas de Saúde no Paraná.

A implementação do programa Ações Integradas de Saúde desloca para o âmbito do Estado e do Município a responsabilidade de muitas atividades até então exercidas direta e exclusivamente pelos órgãos federais. Em razão disso, a SESB tem iniciado uma série de serviços para adaptar-se rapidamente à nova realidade. Entre eles, destaca-se o Serviço de Registro de Produtos Alimentícios, que está sendo implantado por delegação do Ministério da Saúde. Para atender ao aumento previsto nas atividades desse mesmo setor, foi elaborado um plano de capacitação técnica para profissionais de níveis superior em vigilância sanitária de alimentos. No mesmo sentido, a SESB deu substancial colaboração para a reformulação da Portaria n.º 10, da Comissão Interministerial de Saúde e Agricultura, que trata da conservação e prazo de validade de produtos alimentícios.

Dentre outras iniciativas importantes no sentido de ampliar e melhorar os serviços de saúde à disposição da população, destacam-se: no Laboratório de Pesquisas Biológicas da SESB, a implantação do Setor de Imunobiológicos com a fabricação de soro anti-rábico homólogo para uso humano (antígenos de Mitsuda e de Montenegro) e conclusão de pesquisa para fabricação de soro antibotrópico; a introdução do sistema de notificação laboratorial de doenças passíveis de controle pelo Serviço de Vigilância Epidemiológica, em Curitiba, e o início da notificação compulsória e investigação de todos os casos de leptospirose.

No Hospital Colônia Adauto Botelho, iniciou-se a prática, no projeto denominado Mutirão, de reintegrar os pacientes asilados às suas famílias; já receberam alta 95 pacientes, com tempo de hospitalização entre um e trinta anos.

3.2.2 Bem-Estar Social

Desde 1984, o Governo vem executando e avaliando suas atividades voltadas para o bem-estar social através de uma constante revisão de programas de ação e métodos de trabalho, bem como de reformulação de conceitos e revisão destes programas. Esse processo, culminou, em 1986, com a criação, na Casa Civil, de uma Subchefia para Assuntos de Bem-Estar, setor que assumiu a responsabilidade direta de coordenar a atuação do Instituto de Assistência ao menor (IAM) e da Fundação de Promoção Social do Paraná. (PROMOPAR).

O IAM procurou adaptar-se às Diretrizes da Política do Bem-Estar do Menor, documento orientador das ações do poder público no atual período de Governo, com base nas seguintes prioridades: internamento como medida de último recurso; melhora na qualidade dos serviços; participação comunitária; maior utilização possível dos recursos e equipamentos públicos e comunitários existentes; e educação emancipadora.

Este redimensionamento da prática institucional permitiu que as ações daquele Instituto fossem concentradas em dois programas específicos: Assistência e Proteção ao Menor Órfão Abandonado e Infrator, com a finalidade de desenvolver ações preventivas e promocionais nas áreas de saúde, educação e serviço social e Municipalização dos Serviços de Bem-Estar do Menor, que se propõe a oferecer maior apoio técnico e financeiro às iniciativas comunitárias, uma vez que os municípios se constituem na instância político-administrativa mais próxima da população e, conseqüentemente, mais permeável às reivindicações e ao controle das ações desenvolvidas pelo poder público.

Na Continuidade da execução desses programas, foram intensificadas, em 1986, as atividades de supervisão das entidades sociais conveniadas, com vistas a um conhecimento cada vez maior dos problemas que as comunidades enfrentam; os debates com segmentos qualificados da população, tendo em vista a formação de conselhos comunitários de apoio ao menor; o incentivo às prefeituras no sentido de organizarem departamentos de Bem-Estar Social, providência básica para a municipalização das ações; o estímulo às associações de bairros, um dos elementos que facilitam a política de atendimento ao menor infrator no seu local de origem; a intensificação do trabalho junto aos juizados de menores; a reavaliação do atendimento dos CEMIC's, com a busca de novas alternativas que atendam melhor as necessidades regionais; capacitação técnica dos funcionários, levando-se em conta as exigências de uma postura mais científica no trabalho social; a revisão das competências dos diversos órgãos do Governo na área educacional — ações supletivas, paralelismos, competência em relação aos menores excepcionais entre outras; a descentralização administrativa, proporcionando maior autonomia aos escritórios regionais do próprio Instituto e às unidades sociais vinculadas.

As dezessete unidades sociais oficiais e os dois centros de triagem vinculados ao IAM atenderam, em 1986, considerada a rotatividade, 4.653 menores. Outros 45.577 foram atendidos pelas 471 unidades sociais particulares que mantêm convênios com aquele Instituto. Deve ser levado em conta, na análise desses números, que uma das diretrizes do atual Governo, nesse setor, prevê o internamento como medida de último recurso, motivo pelo qual aquelas, tanto as instituições oficiais como as conveniadas, têm procurado reduzir o número de internamentos. A ênfase é fortalecer o regime de semi-internato.

Na outra vertente da ação do Governo na área de bem-estar social está o atendimento ao adulto carente. A Fundação de Promoção Social do Paraná (PROMOPAR), órgão responsável pela execução da política pública do Estado em relação a esse segmento da população paranaense, desenvolveu suas atividades, em 1986, tendo em vista as diretrizes de descentralização, melhora dos serviços de atendimento direto e maior apoio à participação comunitária, via ampliação da assistência técnica sistemática e da cooperação financeira às entidades sociais particulares, grupos organizados da população e prefeituras municipais.

Dando continuidade ao processo iniciado em 1984, com a instalação, da unidade regional de Francisco Beltrão, que marcou o início de um programa destinado a dinamizar e descentralizar os serviços, foram criadas, em 1986, as unidades regionais de Ponta Grossa, Apucarana, Paranavaí, Guarapuava, União da Vitória e Curitiba; tiveram continuidade normal os trabalhos das unidades de Francisco Beltrão, Londrina, Foz do Iguaçu, Cascavel, Umuarama e Maringá.

O atendimento direto à população adulta carente, realizado pelos centros de triagem e atendimento social, beneficiou 39.547 pessoas, em 1986, com benefícios concretos e imediatos como passagens, órteses, próteses, cadeiras de rodas, hospedagem, documentação, auxílio financeiro e outros. O Asilo São Vicente de Paulo e o Recanto do Tarumã, que prestam atendimento integral ao idoso carente, sem amparo de familiares, abrigam, atualmente, uma população heterogênea, incluindo-se doentes mentais e adultos incapazes.

O auxílio às famílias dos migrantes que se deslocam para Curitiba à procura de emprego e moradia — constituído por hospedagem, alimentação e assistência nas áreas de saúde e educação psicológica, além de atendimento psicopedagógico com atividades dirigidas às crianças — na Hospedaria do Migrante, beneficiou 986 pessoas, em 1986.

A Casa do Paraplégico foi desativada, mas os internos passaram a ser atendidos pela Associação Paranaense de Assistência aos Paraplégicos, mediante convênio firmado com a PROMOPAR. Para a ampliação das atividades voltadas à reintegração social dos deficientes, o Governo repassou à Associação Paranaense de Assistência aos Paraplégicos e à Associação dos Deficientes Físicos o prédio onde iria funcionar o Centro de Reabilitação do Lesado Medular.

Ainda, em obediência à diretriz de descentralização, o Centro de Triagem e Atendimento Social de Cornélio Procopio foi transformado em unidade regional e as suas atividades de atendimento direto transferidas, mediante convênio, para a Prefeitura daquele Município. Desse modo, as entidades sociais não-oficiais, associações, grupos comunitários e prefeituras municipais de toda a área sob jurisdição do 18º Distrito Sanitário passaram a dispor do assessoramento técnico sistemático fornecido pela PROMOPAR através da unidade regional com sede em Cornélio Procopio.

3.2.3 Saneamento

Em dezembro de 1986, estavam implantados, no Estado, 541 serviços de abastecimento de água, dos quais 495 operados diretamente pela SANEPAR e 46 sob responsabilidade de prefeituras municipais. Além de todas as cidades-sede dos 311 municípios, 230 distritos contavam com esse benefício. Em relação a 1985, houve um acréscimo de 10,9% no número de sistemas da empresa estatal e de 10% no número total do Estado.

Houve ampliação dos serviços de abastecimento de 12 sedes municipais e de 9 distritos e encontravam-se em andamento, no final do ano, obras de ampliação em 13 cidades-sede, de implantação de novos sistemas em 26 distritos e de ampliação em outros 4.

Não houve nenhuma alteração quanto ao número de serviços de esgotos em operação no Estado — 37 da SANEPAR e 5 das prefeituras — situação que se mantém desde 1984, em virtude do elevadíssimo investimento exigido para as obras e a inexistência de linhas suficientes de financiamento. As obras de expansão das redes existentes, entretanto, ampliaram em 6,4% as ligações existentes na área de atuação da SANEPAR (mais 13.553 em relação a dezembro de 1985). É importante destacar que, para esse acréscimo, os investimentos realizados pela empresa, até setembro de 1986, já eram 48,8% maiores do que em todo o exercício de 1985. Esse comparativo, a preços correntes, contudo, é prejudicado como parâmetro de avaliação em razão da impossibilidade de um deflator adequado e universalmente aceito para equiparar o valor do cruzado de setembro de 86 ao do cruzeiro de dezembro de 85.

Em 31 de dezembro, estavam em andamento obras de implantação de serviços de esgotos nas sedes de dois municípios e de ampliação em outros três. Merece destaque o fato de terem sido concluídas as obras de ampliação dos sistemas de Londrina e Ponta Grossa, as de maior vulto realizadas no Estado nos últimos anos.

O Programa Estadual de Fluoretação da água distribuída atendia, até dezembro de 1985, 46 cidades, beneficiando uma população de 3.678.242 habitantes. Em 1986, foram concluídas as obras de incorporação de mais 13 cidades ao programa, totalizando 59 os sistemas de abastecimento de água fluoretada no Estado, o que beneficia aproximadamente 3.808.940 habitantes — 76% da população atendida com água da SANEPAR. No decorrer do ano, foram negociados recursos financeiros do FINSOCIAL para incorporação de mais 70 cidades, com população de 665 mil habitantes, em 1987. Ao término dessas obras, 90% da população abastecida pela empresa estará desfrutando de mais esse serviço, básico para a preservação da saúde.

Em 1986, entrou em operação o primeiro sistema de abastecimento de água, construído através do Programa de Minicomunidades do PRORURAL, cuja característica é orientar as comunidades na utilização de mão-de-obra não especializada, através de mutirão, para a construção, operação e administração de seus próprios sistemas de abastecimento de água. A SANEPAR elabora os projetos de engenharia, adquire os materiais e equipamentos, dá assistência técnica por ocasião da execução das obras e treinamento para a comunidade operar o sistema.

Programa alternativo, de responsabilidade da SESB, propiciou a construção de sistemas simplificados de abastecimento de água em 10 comunidades de 8 municípios, beneficiando 3.098 habitantes, a implantação de cloração em sistemas de abastecimento de água de 11 comunidades de 8 municípios, beneficiando 35.143 habitantes e de fluoretação em 17 comunidades de 11 municípios, beneficiando 70.104 habitantes. Também foram implantados 500 módulos sanitários — Programa de Saneamento Comunitário que atende áreas rurais e periurbanas com redes simplificadas de esgoto — em 7 municípios, beneficiando 2.500 pessoas.

Outra importante medida adotada em 1986, na área do saneamento, foi a legalização de áreas desapropriadas para a implantação de projetos de abastecimento de

água e de serviços de esgotos, o que demandou um dispêndio da ordem de Cz\$ 7 milhões. Dentre as áreas legalizadas, as de maior importância foram: as que envolvem o projeto Tibagi; as destinadas às principais instalações de obras de esgoto em Ponta Grossa e Londrina, faltando apenas 40% das áreas com interceptores instalados; as remanescentes do projeto Passaúna; 50% das áreas necessárias à construção de uma estação de tratamento e esgoto e 2 elevatórias do mesmo sistema, em Cascavel. Além do aumento da credibilidade da SANEPAR perante os proprietários e as prefeituras, facilitando as negociações para a construção de novas obras, a medida beneficiou a empresa com melhora no balanço econômico-financeiro, pelo aumento do imobilizado, e com o conseqüente aumento do capital social.

3.3 HABITAÇÃO POPULAR

3.3.1 Problemas Institucionais

Os programas de construção de conjuntos habitacionais para a população de baixa renda — até cinco salários mínimos — foram seriamente prejudicados com a implementação, a partir de fevereiro, do Programa de Estabilização Econômica (Plano Cruzado) do Governo Federal. No Paraná, de maneira à primeira vista paradoxal, a faixa mais atingida foi a dos assalariados que ganham de 3 a 5 salários mínimos, já que a mais carente, com renda de até três salários, dispõe do Programa Mutirão, desenvolvido com recursos do Tesouro do Estado mas que também já é beneficiado com os financiamentos do Sistema Financeiro da Habitação.

Os programas de habitação popular, em verdade, vinham-se deteriorando desde cerca de dez anos, pois os custos da construção e dos terrenos elevaram-se em ritmo mais acelerado do que os reajustes do salário-mínimo e as correções trimestrais das UPC's. Como havia o limite máximo de 800 UPC's para as casas financiadas, cada vez mais degradava-se o padrão de construção. No mesmo ritmo, cada vez mais diminuía a capacidade de pagamento das prestações, por parte das famílias financiadas.

O Plano Cruzado agravou, abruptamente, a situação. Em primeiro lugar, as autoridades monetárias levaram quatro meses, de fevereiro a julho, para fixar o valor em cruzados da OTN, a moeda — padrão que passou a reger os contratos do SFH. Em consequência, todos os programas do BNH ficaram parados, pois nenhum empregado correria o risco de assumir obrigações contratuais sem que estivesse definido o valor do pagamento de seus serviços em cruzados. Quando, finalmente, estabeleceram-se as novas condições o reajuste do limite máximo de financiamento para cada unidade foi de 35%, quando o custo da construção já se elevara para 140% e os terrenos encareceram em até 300%. Resultado: o custo real de uma casa ficou bem acima do limite máximo, de Cz\$ 86.000,00 do financiamento autorizado pelo Governo, por unidade comercializada.

Criou-se um impasse. Aumentar o limite do financiamento, por exemplo, inviabiliza totalmente a possibilidade de aquisição das famílias com renda até 5 salários-mínimos. A única saída seria atender famílias de renda maior. Tal solução, porém, desvirtuaria totalmente as finalidades dos programas conduzidos pela Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR), encarregada de executar a política de habitação popular do Governo.

Em 1986 a COHAPAR encaminhou ao BNH, para análise, projeto para financiar 7.040 casas, pelo Programa Normal. No final do ano, as empresas que tinham apresentado propostas para construir 3.001 destas unidades encaminharam pedido de desistência. As construtoras das 4.030 restantes continuavam aguardando, até o fim do ano, uma definição da Caixa Econômica Federal, que assumiu a responsabilidade do Sistema Financeiro da Habitação, após a extinção do BNH.

O projeto Mutirão também foi prejudicado com o Programa de Estabilização Econômica. A COHAPAR tinha um convênio, já assinado, com o BNH, para construir 6.076 casas, com o custo médio que oscilava, em fevereiro, entre 12 e 14 mil cruzados. De fevereiro a dezembro, entretanto, o aumento dos custos de construção fizeram com que uma obra do Programa Mutirão chegasse ao limite máximo de financiamento concedido pelo Sistema Financeiro da Habitação: Cz\$ 25.500,00. Desse modo, a verba prevista para construir as unidades projetadas tornou-se insuficiente, motivo pelo qual todos os programas da empresa estão sendo revistos. Além do mais, com a extinção do BNH e a passagem do sistema para a CEF, até o final do ano não haviam sido definidos as novas normas, para financiamento dos projetos.

3.3.2 Construções e Projetos

O BNH contava com recursos suficientes para financiar a construção de 200 mil casas populares em 1986. Por diversas razões, entre elas a burocracia na tramitação dos projetos, o Banco só contratou 80 mil unidades, das quais 25% no Paraná e 10% só para conjuntos residenciais do Programa Mutirão.

No final do ano a COHAPAR havia concluído a construção, com recursos do Sistema Financeiro da Habitação, de 42 conjuntos habitacionais, em 38 municípios, totalizando 1.812 casas e investimento da ordem de Cz\$ 77,4 milhões. Outros 26 conjuntos com 925 unidades foram construídos com recursos do Tesouro do Estado, pelo Programa Mutirão, em 26 municípios, com investimento da ordem de Cz\$ 44,6 milhões.

Encontravam-se em andamento em 31 de dezembro, 1.495 unidades distribuídas em 16 conjuntos localizados em 7 municípios, financiadas com recursos do BNH pelo Sistema Convencional, e 310 unidades, em 10 conjuntos situados em 10 municípios, financiadas com recursos do Governo Estadual — Tesouro do Estado e recursos próprios da COHAPAR.

Além desses, o BNH aprovou, em 1986, projetos para a construção de mais 8 conjuntos, em 6 municípios, totalizando 1.288 casás.

3.4 CULTURA E ESPORTE

3.4.1 Cultura

A expansão das ações de incentivo e apoio à cultura prosseguiram, em 1986, com a continuidade dos programas que foram implementados a partir do início do atual período de governo e com a introdução de outros.

A descentralização persistiu entre as prioridades da Secretaria da Cultura e do Esporte que instituiu, em convênio com a Universidade Estadual de Londrina, um escritório regional do Museu Paranaense para atender, com assistência técnica e apoio institucional, aos 22 municípios do Norte do Estado que possuem museus de âmbito local ou regional. Além desse atendimento direto, faz parte do projeto de interiorização redirecionar o trabalho dessas instituições orientando-as para a pesquisa da memória histórica das cidades e das regiões, modificando o conceito de que o museu é apenas um depositário de coisas velhas e mortas.

A principal carência do Estado na área de museus, entretanto, é a falta de um espaço físico capaz de abrigar, com todas as condições apropriadas, parte do acervo das artes plásticas paranaenses que se encontra espalhado em vários locais, a maioria inadequados, ou disperso em repartições públicas, o que impossibilita um trabalho organizado e sistemático de promoção cultural nesse campo. O exemplo mais claro dessa situação anômala é o Museu Alfredo Andersen, pequeno, com instalações impróprias, incapaz de acolher todas as obras de propriedade do Estado daquele que é considerado o “pai da pintura paranaense”.

Para resolver de maneira definitiva esse problema o Governo decidiu criar o Museu de Arte do Paraná. A idéia não se restringe à definição de um espaço onde se possa ter uma visão geral da arte paranaense; o projeto é mais ambicioso: prevê a existência de um amplo auditório, com instalações e equipamentos para exibição de filmes, projeções de slides, mostras de vídeo, realização de conferências, palestras e debates; salão apropriado para grandes exposições e salas aparelhadas para cursos das diversas modalidades de artes plásticas; enfim, um moderno e complexo centro cultural à altura do desenvolvimento já alcançado pelo Paraná em outras áreas. O novo museu, previsto para acolher as obras dos clássicos paranaenses, pelo menos até as décadas de 40 e 50, não conflitará com as atividades do Museu de Arte Contemporânea que continuará a promover exposições, conferências, palestras e cursos dos artistas vivos, com mais dinamismo e maior eficiência. O local escolhido para o Museu de Arte do Paraná foi o Palácio de São Francisco, prédio histórico com cerca de 2,600m² de área, que serviu de sede para o Governo do Estado e abriga, atualmente, o Tribunal Regional Eleitoral, em fase de mudança para novas instalações. O projeto da reforma já está sendo elaborado pela EMOPAR.

Outra ação relevante na área de museus foi a aquisição de uma sede própria para o Museu da Imagem e do Som, entidade reativada em 1985 após um período de paralisação praticamente total de suas atividades.

Problema difícil de ser resolvido, e que impede a expansão dos programas de interiorização ao campo do balé e da música, é a inexistência nas cidades do interior — à exceção de três ou quatro — de locais apropriados para exposições de dança e da Orquestra Sinfônica do Paraná. A solução está sendo equacionada com a programação de apresentações de parte do balé ou parte da orquestra — concertos só para corda, por exemplo — para atingir as platéias do interior. Este plano, a ser implementado a partir do próximo ano, complementa a ação governamental nesta área, ainda concentrada em Curitiba em virtude das dificuldades apontadas.

A Orquestra Sinfônica do Paraná já tem um público cativo, nos concertos matinais que têm um complemento didático: antes da apresentação o maestro explica os detalhes do concerto, o que resulta em um envolvimento muito grande da audiência. O Balé do Teatro Guaíra assumiu posição destacada no cenário artístico nacional, principalmente com o sucesso do Circo Místico, tanto no Brasil como em Portugal. Outro espetáculo do mesmo nível — O Romance das Quatro Luas — de autoria de Chico Buarque, Edu Lobo e Ferreira Gullar, começou a ser montado em 1986.

Outra medida adotada na área do Teatro foi a mudança nos critérios de contratação de espetáculos. Até então, os contratos eram fechados — quer dizer, os empresários que alugavam o teatro detinham para venda todos os 2.173 lugares. Com a modificação, só 2.000 lugares ficam à disposição do empresário; os outros 173 são distribuídos, gratuitamente, selecionando-se os beneficiários entre grupos locais de teatro, balé ou música, conforme o caso, alunos de escolas públicas e trabalhadores sindicalizados.

Uma das lacunas ainda existentes na atuação do Governo do Estado no campo da cultura é a falta de meios de comunicação de massa diretamente orientados pelos órgãos executores da política cultural. Alguns passos importantes para sanar essa deficiência foram dados, em 1986: o mais significativo foi transferência da Rádio Estadual do Paraná para a jurisdição da Secretaria da Cultura e do Esporte. Com essa medida, além de assumir com mais propriedade as funções educativas e culturais que, por lei, lhe são atribuídas, a emissora estadual cumprirá a tarefa de transmitir à comunidade informações adequadas sobre as diretrizes e os programas de ação do Governo na área cultural. A SECE lançou também, com a colaboração de um dos principais periódicos do Estado, um suplemento quinzenal, veículo informativo e de difusão cultural que, ademais, abrirá um espaço novo para a revelação de escritores paranaenses inéditos.

Entre as demais atividades que caracterizaram o desempenho do setor cultural, merecem destaque: a realização do 43º Salão Paranaense, com 153 artistas participantes e exposição dos paranaenses mais premiados nos salões anteriores; realização do Festival Paranaense de Música Regionalística e do Festival de Música de Londrina, já consagrado no calendário turístico nacional; realização do Encontro de Música Antiga, com concertos, palestras e seminários sobre música medieval, barroca e renascentista; edição dos primeiros fascículos de uma antologia de autores paranaenses com biografia, entrevista com o autor, crítica de textos e textos para utilização em escolas do 1º e 2º graus, universidades e pelos estudiosos da literatura; implementação de um programa de espetáculos itinerantes, com auditório móvel — palco, cadeiras e outras peças desmontáveis — para expandir e dinamizar os planos de interiorização

da cultura; publicação do trabalho A Represa e os Colonos — da série Cadernos do Patrimônio — resgate histórico-cultural da Colônia Tomás Coelho, em Araucária que deverá ser submersa com as obras de represamento do Rio Passaúna; elaboração de planos diretores para os centros históricos de Paranaguá, Lapa e Palmeira, áreas de interesse de preservação.

3.4.2 Esporte

Na área do esporte, foram incentivadas as programações destinadas às crianças e aos segmentos carentes da população, destacando-se: o Projeto Futuro, programa de iniciação esportiva, recreação e lazer, desenvolvido em 12 municípios com a participação de 30 mil pessoas, coordenado pela SECE, PM, SESB e PROMOPAR; o Projeto Verão 86, com atividades de recreação e lazer nos balneários paranaenses, com participação de 10.000 pessoas; o Projeto Esporte/Recreação, que promoveu atividades de recreação e lazer para habitantes de conjuntos habitacionais e clientela de centros sociais urbanos em 10 municípios, envolvendo 20.000 pessoas; tardes criativas, com atividades de desenho e pintura, desenvolvidas em 9 municípios, atingindo 10.000 pessoas; realização de cursos de técnica e aperfeiçoamento em várias modalidades esportivas, envolvendo 7 microrregiões do Estado, com clientela de 740 pessoas; apoio à melhora das práticas esportivas, através de campeonatos e orientação, envolvendo pólos esportivos do Estado e, aproximadamente, 10.000 participantes de 83 municípios; realização dos Jogos Escolares do Paraná, com a participação de 176 municípios, Jogos Abertos do Paraná, Jogos do Trabalhador do Paraná, Intercolegial Itaipu, IV Regional Sul de Basquetebol sobre Cadeiras de Rodas, com 119 participantes, Jogos Abertos do Vale do Ivaí e Vale do Pirapó; participação do Paraná nos Jogos Escolares Brasileiros em Vitória-ES, com 265 delegados.

3.5 SEGURANÇA E JUSTIÇA

3.5.1 Política de Segurança

A situação econômica precária das famílias marginalizadas que povoam as áreas periféricas das cidades continua sendo uma das principais causas da criminalidade. O Plano Cruzado evidenciou esse fato pois o aumento de renda que proporcionou às camadas mais carentes da população refletiu-se, imediatamente, em uma queda nos índices de criminalidade, fato detectado pelos órgãos estaduais de segurança.

Esta constatação reforça, também, o entendimento do Governo de que o esforço realizado no Paraná para implementar programas participativos, em que a comunidade associa-se às autoridades policiais para traçar diretrizes e coordenar ações na área de segurança pública é o processo mais adequado para enfrentar a criminalidade. O fato mais significativo que pode ser apontado para comprovar esta tese é o caso de Cianorte, onde o empenho e o entusiasmo da população em participar de um trabalho comunitário permanente fez reduzir a praticamente zero a ocorrência de crimes contra o patrimônio.

A modernização dos órgãos policiais, tanto do ponto de vista de aparelhamento material como de aperfeiçoamento dos recursos humanos e dos métodos de trabalho, política adotada desde o início do Governo, prosseguiu, com resultados efetivos, na área de segurança pública.

Mais de 160 delegacias foram reformadas e outras 40 estão sendo construídas. Todas as unidades foram equipadas com telefone, rádio e armamento adequado. Todas as sedes de subdivisões policiais e comandos de batalhões estão interligados por rede de telex. O uso do computador também está sendo ampliado, principalmente no DETRAN. Desenvolveu-se um processo de integração de todos os órgãos policiais: Polícia Civil, Polícia Militar e DETRAN, para uma coordenação mais efetiva das ações. Ampliou-se o relacionamento da Secretaria de Segurança com as congêneres dos demais Estados e com outros órgãos do Governo estadual. Abriam-se aos interessados áreas até então definidas como sigilosas, como é o caso da identificação de chassis de automóveis que só podia ser feita pelos policiais credenciados e que, hoje, pode ser realizada por pessoas treinadas em cursos oferecidos pelas entidades policiais. Intensificou-se o policiamento ostensivo, inclusive com a utilização de policiais montados, medida que tem resultado também na redução dos índices de criminalidade, principalmente na periferia das cidades. Foi restrito ao mínimo indispensável o número de policiais em funções administrativas, liberando maior contingente para a ação policial direta.

3.5.2 Diretrizes da Justiça

Apesar do grande esforço realizado no sentido de assegurar à população carente seus direitos de cidadania, com a campanha destinada a fornecer os documentos

básicos — principalmente certidão de nascimento e certidão de casamento — e que já beneficiou mais de 60 mil pessoas, ainda é muito grande o número de paranaenses, naturais do Estado ou migrantes, que não estão beneficiados com este direito fundamental. Para acelerar o processo de integração social desse contingente que vive em situação de marginalidade completa, o caminho mais prático seria a participação direta das prefeituras, método que foi adotado com pleno êxito nos municípios de Curitiba e Cascavel.

Na Capital as ações do programa Pró-Cidadania foram intensificadas em decorrência de um convênio entre a Municipalidade e a SEJU, tendo sido utilizadas as estruturas das Freguesias — subdivisões regionais da administração municipal — com recursos da própria Prefeitura; em Cascavel, a Secretaria despendeu Cz\$ 45 mil. Em Medianeira o programa teve o suporte do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, em decorrência de convênio, no valor de Cz\$ 18 mil, com a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná. A Universidade Estadual de Maringá continuou a atuar naquela cidade, mediante convênio que demandou recursos da ordem de Cz\$ 256,6 mil.

Outro problema grave que a sociedade enfrenta é o da recuperação de apenados. As condições carcerárias atuais não favorecem a profissionalização dos detentos: ao deixar o presídio após o cumprimento da pena ou por liberdade condicional, desarvorado e desassistido, sem profissão e sem dinheiro, o egresso não tem qualquer oportunidade de obter emprego mesmo que esteja determinado a reintegrar-se na sociedade.

Para enfrentar esse problema o Governo implementou o programa Pró-Egresso, decorrente da Lei de Execuções Penais, que se encontra em desenvolvimento em 14 cidades com apoio das promotorias, dos juizados de Direito, das instituições de ensino superior e, principalmente, das comunidades. Orientados por universitários que recebem bolsas de estudo da SEJU os egressos participam de reuniões de trabalho com os grupos comunitários — em alguns municípios já existem conselhos municipais de assistência —, freqüentam cursos profissionalizantes, recebem carteira de trabalho e são preparados para reingressar na sociedade. Em 1986 grande número de egressos obteve trabalho, o que confirma a utilidade do programa.

O Paraná está no meio da rota do tráfico de drogas, o que torna de extrema importância as ações de mobilização da sociedade para enfrentar o problema. O Governo tomou a iniciativa de coordenar a organização de conselhos comunitários municipais de combate às drogas, experiência que surgiu em Londrina, há 10 anos. Em 1986 foram criados sete conselhos municipais nas principais cidades do Estado e as comunidades estão se estruturando para enfrentar o problema.

Além da insuficiência de renda para atender as necessidades fundamentais de subsistência, as populações marginalizadas sofrem, também, a carência de meios de defesa legal. Não têm acesso à Justiça. A Secretaria da Justiça ampliou o programa de assistência judiciária com experiências pioneiras, em 1986: estabeleceu convênios com as prefeituras de Curitiba e de Cascavel mediante os quais órgãos municipais atuam, com seus advogados, na assistência à população carente. A experiência demonstrou que a descentralização é produtiva e a assistência judiciária será mais eficaz com uma maior participação das prefeituras, universidades e outras instituições.

A Coordenadoria de Defesa do Consumidor (CODEC) foi transferida da Secretaria da Indústria e do Comércio para a Secretaria da Justiça. Houve uma mudança

em sua maneira de operar. Em lugar de órgão fiscalizador, passou exercer o papel de orientador da população quanto aos seus direitos, no combate ao mau comerciante e ao mau industrial. Ela também auxilia a promotoria pública nas ações em defesa dos consumidores lesados.

O sistema penitenciário paranaense tem avançado, dentro dos limites dos recursos disponíveis, no caminho da humanização dos presídios e da reintegração dos apenados na sociedade. Uma das principais causas da delinquência no Estado é a miséria e a desprofissionalização. A população carcerária do Paraná é composta de jovens com menos de 30 anos, oriundos do meio rural mas que não são agricultores: são filhos de agricultores que abandonaram o campo por falta de condições de sobrevivência e se instalaram na periferia das cidades. Analfabetos ou semianalfabetos e sem qualificação profissional enveredaram pelo caminho da delinquência, muitas vezes premidos por circunstâncias sobre as quais não tinham controle. Pesquisas da Secretaria da Justiça demonstram que raramente se tornam reincidentes, quando saem do presídio com uma profissão.

Entre as providências adotadas, em 1986, para o aperfeiçoamento do sistema, destacam-se:

— Criação do sistema semi-aberto na penitenciária feminina, onde as internas trabalham em uma pequena fábrica de vestuário de malha e se encarregam da venda da produção — 1.365 unidades de camisetas, pijamas, agasalhos, e outras peças — diretamente às populações carentes dos bairros periféricos de Curitiba;

— Instalação de uma central de triagem, que avalia as condições de saúde dos prisioneiros que ingressam na penitenciária, e de um mini-hospital para atender exclusivamente a população carcerária — o que evita, também, aos usuários, funcionários e médicos da rede hospitalar comum, o constrangimento das inesperadas visitas de presos, com policiais armados e todas as demais medidas de segurança exigidas em tais ocasiões;

— Início do processo de informatização de todas as informações relativas aos presos, nas penitenciárias do Estado, mediante convênio entre a Secretaria da Justiça e a CELEPAR: o Paraná encaminhou ao BNDES, sem nenhuma resposta até agora, o primeiro projeto solicitando recursos de um programa anunciado pelo Ministério da Justiça, com esta finalidade;

— Início da ampliação da Penitenciária Central do Estado, em Piraquara, que passará a dispor de uma área cercada, com 60.000m², onde os internos poderão dedicar-se a atividades que demandam esforço físico, como a produção de hortigranjeiros, descarregando parte da tensão que o sistema atual de confinamento provoca;

— Elaboração de projeto para a construção dos 10 primeiros minipresídios ocupacionais — de um programa de 30 — destinados a descentralizar o sistema penitenciário paranaense, para o qual foram solicitados recursos federais do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social (FAZ).

4. FOMENTO ÀS ATIVIDADES PRODUTIVAS

4. FOMENTO ÀS ATIVIDADES PRODUTIVAS

Imprimir o máximo de seriedade e eficácia às ações dos órgãos do Governo responsáveis pela execução da política econômico-financeira do Estado; integrar cada vez mais o empresariado na formulação das diretrizes e na tomada de decisões sobre a ação governamental no campo da economia; estimular e apoiar os empreendimentos produtivos do setor privado; criar novos instrumentos de incentivo à poupança e ao investimento: estas foram as prioridades adotadas no atual período de Governo, como suporte para as ações de fomento às atividades produtivas.

O exemplo mais significativo do desempenho das instituições financeiras do Governo foi a recuperação e consolidação do Banco do Estado do Paraná. Recebido pela atual Administração em situação crítica, o Banco teve que submeter-se a um rigoroso programa de recuperação econômica imposto pelo Banco Central, instituição responsável pela fiscalização de todo o sistema bancário brasileiro. Em 17 de novembro de 86 o BANESTADO saldou, antecipadamente, os compromissos que assumira e a autoridade monetária federal reconheceu, formalmente, o desempenho do Banco, isentando-o do pagamento de juros, multas e correção monetária que lhe deveriam ser debitados no decorrer do programa de saneamento financeiro a que se submeteu. Vale ressaltar que este reconhecimento público da situação saudável em que se encontra o BANESTADO ocorreu logo após as eleições, o que demonstra que os negócios do Banco se mantiveram rigorosamente dentro dos parâmetros exigidos pelo BACEN em pleno período da campanha eleitoral.

Mesmo assim, cumprindo um severo programa de racionalização de suas aplicações e de contenção de seus custos, o BANESTADO não deixou de atender às necessidades da produção sacrificando, inclusive, melhores negócios, do ponto de vista empresarial, para cumprir seu papel de instrumento do Governo para assistir o produtor nos momentos de crise. Assim, quando milhares de pequenos e médios agricultores do Vale do Ivaí estiveram na iminência de perder suas propriedades, após a frustração das safras com 8 meses de estiagem, em 1986, acumulando os prejuízos da falta de preços da safra 85/86, o Banco assumiu a dívida dos produtores para com as instituições de crédito da rede privada, que já haviam encaminhado os títulos a cartório, e os refinanciou até que pudessem saldar os débitos com o resultado de outras safras.

O apoio ao setor privado demonstra-se com a orientação dos financiamentos do BADEP. Em 1982 a maior parte dos financiamentos do Banco (57,3%) destinou-se a empreendimentos do Governo; de 83 a 86 só 6,1% teve o mesmo destino: os recursos restantes (93,9%) foram aplicados em projetos do setor privado.

A mobilização dos empresários no Conselho Consultivo da Política Industrial e Comercial (COIND), que tem assessorado o Governo na definição de políticas no campo econômico, tem aproximado cada vez mais as lideranças dos diversos segmentos da atividade produtiva da Administração Pública. Em 1986 este relacionamento foi ampliado com a criação da Comissão de Política Financeira, órgão misto com poder decisório, que definirá quais os projetos que serão beneficiados com os recursos oriundos dos títulos da dívida pública e proporá medidas relativas ao endividamento do Estado.

Entre os novos instrumentos de incentivo ao setor produtivo, privilegiando a poupança e o investimento, criado, em 1986, destacam-se, pela sua importância, os títulos da Dívida Pública, com a finalidade única e exclusiva de financiar projetos produtivos industriais e agrícolas, e a dilação do ICM, que só foram possíveis em virtude do equilíbrio financeiro do Estado.

4.1 AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

4.1.1 Política Agrícola

A política do Governo do Estado para o setor agropecuário, nos últimos quatro anos, obedeceu a três premissas básicas que orientaram as ações do aparelho administrativo: beneficiar diretamente o pequeno produtor rural através de programas que têm alcançado significativos resultados na melhora das condições de produção e na produtividade das pequenas propriedades rurais: melhoramento genético de sementes, tecnologias alternativas, integração agrosilvopastoril, desenvolvimento da tração animal, eletrificação rural, entre outros; apoiar institucionalmente, fortalecendo seus pleitos por uma política federal mais adequada para conter a descapitalização da agricultura, as cooperativas e o empresariado agrícola ligado às principais culturas de mercado; implementar, dinamizar e consolidar os grandes projetos que, indistintamente, beneficiam todos os segmentos da agropecuária paranaense, a exemplo do Programa de Manejo Integrado de Solos e Água.

A capacidade de ação do Estado no que se refere à política agrícola é, entretanto, muito restrita. O principal instrumento de governo que influencia o desempenho do setor, o crédito — para custeio, para comercialização e para investimentos — é manejado pelo Governo Federal.

O primeiro impacto do Plano Cruzado sobre a agropecuária foi uma euforia dos produtores, pois o Paraná estava saindo de uma safra frustrada, inferior em 40% às previsões. Nos meses que se seguiram houve uma mudança no comportamento do setor: o produtor rural tomou consciência da necessidade de investir em lugar de especular; de melhorar a produtividade e racionalizar a produção para obter os recursos de investimento cada vez mais escassos.

O desenvolvimento da política de crédito agrícola do Governo Federal, entretanto, aos poucos foi mudando o quadro, no decorrer do ano. Os empréstimos para custeio agrícola tornaram-se difíceis e só em dezembro o problema foi parcialmente resolvido. Mesmo assim os pequenos agricultores e os produtores de café atravessaram o ano com problemas sérios: os primeiros enfrentando juros altos e dificuldades para comprar insumos a prazo — pouco interesse dos revendedores pelas pequenas quantidades de demanda —, além do ágio generalizado; os segundos, impossibilitados de receber financiamentos bancários com base no VBC, tendo de procurar empréstimos a juros de mercado ou de vender seus patrimônios para custear a produção.

Também para os investimentos, os recursos continuaram cada vez mais escassos, apesar da grande demanda de máquinas e equipamentos agrícolas. Sem condições para solucionar esse problema de modo geral, o Governo do Estado destinou Cz\$ 100 milhões para o Programa Pró-Leite, lançado no fim do ano para que pequenos e miniprodutores realizassem pequenos investimentos em suas propriedades.

4.1.2 Apoio ao Pequeno Produtor e ao Trabalhador Rural

Além do apoio institucional, com o Governo alinhando-se em favor de todos os pleitos dos produtores junto às autoridades federais, principalmente para melhora do crédito e das condições de compra das safras, a ação direta da Secretaria da Agricultura caracterizou-se por:

— Orientação no manejo dos fatores de produção, redução de riscos, diversificação de explorações, uso de tecnologias adaptadas, produção de energia, instalação de indústrias caseiras, atendendo à realidade sócio-econômica do produtor e sem afetar os seus valores culturais e o meio ambiente, atingindo 51,700 produtores;

— Incremento do uso da tração animal na pequena propriedade, de modo a racionalizar o uso de mão-de-obra, reduzir custos de produção, diminuir os efeitos nocivos da mecanização do solo e racionalizar o consumo de derivados de petróleo: a ACARPA assistiu 72 mil produtores, treinou 6.080, instalou 137 unidades de demonstração e introduziu 604 equipamentos de demonstração nas pequenas propriedades e a CAFE do Paraná atendeu 1.120 produtores, firmou 22 contratos, promoveu 780 coberturas — nasceram 246 crias;

— Orientação às famílias do pequeno produtor sobre melhora nas condições de saúde, nutrição, educação e lazer, com assistência a 30 mil famílias;

— Orientação aos produtores de leite e suínocultores sobre as condições de criação, sanidade, instalações e comercialização e melhoramento zootécnico, que atendeu a 19.288 bovinocultores de leite e 8.439 suínocultores;

— Assistência quanto à necessidade da adoção de técnicas eficientes e de baixo custo de armazenagem para diminuir as perdas quantitativas e qualitativas de produtos, com a instalação, ao nível das propriedades, de 34 unidades armazenadoras rústicas, 21 para fins de conservação, e 36 secadores;

— Organização de grupos comunitários para facilitar a absorção dos benefícios do CLIC RURAL e utilização de fontes alternativas de energia em locais onde, por seu custo, a energia rural não é acessível, com a instalação de três carneiros hidráulicos e 20 rodas d'água, e organização de 328 comunidades para receberem energia da COPEL;

— Estímulo ao uso de sementes de alto padrão genético, tendo sido beneficiados 48.500 produtores em 300 municípios com a distribuição, à base de troca, de 1.143 toneladas de sementes;

— Repasse, para melhorar o plantel, de 192 caprinos, 124 suínos e 110 matrizes poedeiras para pequenos produtores.

4.1.3 Política Fundiária

O problema fundiário, de difícil equacionamento pelo número e complexidade das variáveis envolvidas, tem reflexos diretos e imediatos na administração pública estadual apesar de não dispor o Estado dos instrumentos legais para a sua solução. Mesmo assim, o Governo tem adotado as providências ao seu alcance para suprir os órgãos federais responsáveis pela execução do Plano Nacional de Reforma Agrária de todos os elementos necessários aos processos de desapropriação conduzidos pelo

INCRA e para atender, dentro dos limites da ação do Estado, às necessidades básicas das famílias que estão vivendo em assentamentos localizados no território paranaense.

Para melhor coordenar essas ações, até então executadas sem planejamento prévio por diversos órgãos da administração direta e indireta, foi criada, em maio, a Secretaria Extraordinária de Coordenação da Reforma Agrária (SECRA).

O fato mais importante a destacar, em 1986, foi a implementação de 13 projetos de assentamento, em áreas que perfazem um total de 16.532 hectares, beneficiando 904 famílias. De 1983 a 1985 haviam sido realizados 14 assentamentos e atendidas 1.247 famílias, em 28.917 hectares. O número de famílias acampadas diminuiu, durante o ano, de 5.000, em janeiro, para 3.031, em dezembro.

Nas ações desenvolvidas em benefício dos assentados deu-se prioridade à área de saúde realizando-se, de junho a outubro, levantamentos da situação de saúde em 25 assentamentos e mobilizando-se as entidades municipais, estaduais e federais para atender à população de assentados e acampados de cerca de 40 acampamentos.

Merece destaque a execução de um programa mensal de abastecimento alimentar aos trabalhadores sem-terra assentados, tendo em vista que na maioria dos casos podem ser caracterizados como miseráveis. Desse modo, a alimentação é o requisito mais urgente a ser atendido, antes do início de qualquer trabalho de produção nas áreas desapropriadas, até que os assentados logrem auto-suficiência. O programa beneficiou assentamentos localizados em 15 municípios, atendendo cerca de 1.100 famílias, num total de 5.650 pessoas, com a distribuição de 496 toneladas de alimentos. Além disso, as crianças foram atendidas pelo programa de merenda escolar sob responsabilidade da FUNDEPAR.

Em 1986 foram vistoriados 322 imóveis rurais, com 3.879.517 hectares, 80 dos quais, com área de 78.786, tiveram as vistorias aprovadas. Foram decretados de interesse social para desapropriação 16 imóveis, com 14.980 hectares e desapropriados 6, com 7.470 hectares; outros 10, com 7.510 hectares, encontram-se pendentes de decisão judicial aguardando imissão de posse ou decisão de mandado de segurança.

4.1.4 Apoio Creditício e Financeiro

Além dos recursos destinados à agropecuária pela Carteira de Crédito Rural do Banestado os bancos de fomento — BADEP e Agência do Paraná do BRDE — apoiaram o setor com as seguintes ações:

— Financiamentos, da ordem de Cz\$ 172 milhões, do BRDE, 81,2% dos quais destinados às cooperativas, viabilizando investimentos totais da ordem de Cz\$ 277 milhões. Os créditos destinados a inversões fixas representaram 73,1% do total, com acréscimo de 26,2% em relação a 1985; os projetos apoiados geraram 752 novos empregos e deverão promover acréscimo de Cz\$ 24,3 milhões na arrecadação do ICM. Merece destaque o projeto de implantação de módulos sericícolas da Cooperativa de Cafeicultores de Maringá (COCAMAR) que objetiva a criação de uma estrutura de sementagem e incubação que permita o estudo, aperfeiçoamento e desenvolvimento de linhagens puras e híbridas de bicho-da-seda.

— Financiamentos para ampliação da infra-estrutura de armazenagem: o BRDE-PR aplicou Cz\$ 85 milhões, para implantação de novas unidades ou ampliação das

já existentes, com recursos do BNDES e do BACEN-PRONAGRI e o BADEP comprometeu Cz\$ 20 milhões para 8 projetos que se encontravam em análise, em dezembro, à conta de um programa de Cz\$ 49 milhões, originários do BNDES, destinado a apoiar investimentos para aumento da capacidade de armazenagem das cooperativas.

— Financiamentos da ordem de Cz\$ 298 milhões do BADEP — 14% do total contratado pelo Banco em 1986 — para 22 cooperativas, viabilizando investimentos totais da ordem de Cz\$ 458 milhões. Os créditos destinam-se a projetos de industrialização de algodão, armazenagem, beneficiamento de cereais, laticínios, óleos vegetais e outros, que deverão gerar 210 novos empregos diretos.

— Financiamentos, com recursos do FINSOCIAL, pelo BADEP, para pequenos produtores rurais, destacando-se os seguintes projetos: instalação de 15 moinhos coloniais em 11 cidades — beneficiando indiretamente 2.550 famílias —; implantação de 5 agroindústrias artesanais para produção de açúcar mascavo e erva-mate; instalação de 7 unidades familiares de sericicultura, em Cerro Azul; iniciativas de irrigação, em Rio Branco do Sul; construções rurais; compra de materias e implementos agrícolas; apoio a assentamentos rurais, beneficiando 2.100 famílias.

4.1.5 Comercialização e Armazenagem

A comercialização de produtos de origem vegetal e animal, tanto no mercado interno como para exportações, exige uma permanente vigilância quanto à qualidade dos produtos, subprodutos, derivados e resíduos de valor econômico. Nesta área o papel do Estado também é relevante e uma das providências mais importantes do atual governo, para melhor atender os interesses dos consumidores e dos produtores, foi proceder à fusão da Empresa Paranaense de Classificação de Produtos (CLASPAR) com o Departamento de Fiscalização (DEFIS) da Secretaria da Agricultura, centralizando as atividades de classificação, defesa e fiscalização agropecuária e prestação de serviços laboratoriais.

Em 1986 a classificação de produtos vegetais pela CLASPAR sofreu influência da queda das safras agrícolas e da diminuição do volume das exportações pelo Porto de Paranaguá. Apesar da relação entre produtos classificados e produção total ter aumentado de 34% para 38%, de 1985 para 1986, o volume de produtos vegetais classificados diminuiu de 5,1 para 4,3 milhões de toneladas, no mesmo período, e a classificação de produtos destinados à formação de “pools” de exportação também sofreu significativa redução, de 1,2 milhão para 631 mil toneladas. O número de exames laboratoriais de rotina, para diagnosticar doenças e pragas animais e vegetais, em 1986, cresceu 17,9% em relação a 1985, na área animal, e 316%, na área vegetal.

Para o produtor rural, armazenar é fator de fundamental importância para obter uma remuneração pelo menos satisfatória. A rede armazenadora paranaense cresceu desordenadamente ao longo do tempo, predominando o caráter emergencial no contexto das ações governamentais voltadas para o desenvolvimento do setor. Em consequência, a infra-estrutura armazenadora é deficiente para atender a produção agrícola estadual que demanda armazenagem. A deficiência manifesta-se tanto no aspecto quantitativo, com a falta de capacidade estática, como no qualitativo, com a obsolescência e inadequação de muitas unidades ainda em operação.

O deficit atual, segundo estimativas dos órgãos técnicos, situa-se em torno de 4,3 milhões de toneladas nas redes coletora, intermediária, terminal e em ambiente

artificial — a frio —, modalidades fundamentais para a estrutura produtiva, pois se destinam a evitar perdas pós-colheita e preservar a estrutura de preços, ao nível do produtor.

A Companhia Paranaense de Silos e Armazéns (COPASA) contou, em 1986, com uma capacidade estática, em unidades próprias ou locadas, de 401,3 mil toneladas, 16,4% superior à disponível em 1985. Esta estrutura física possibilitou um acréscimo de 16,9% no recebimento de produtos — 621,7 mil toneladas, em 1986, e 531,8 mil, em 1985 —, no mesmo período.

4.1.6 Pesquisa Agropecuária

Gerar tecnologia básica para aumentar a produtividade da atividade agropecuária é uma exigência do atual estágio do desenvolvimento paranaense. Nesse sentido, o Governo definiu, em junho de 1985, as diretrizes que passaram a orientar as ações do Instituto Agronômico do Paraná (IAPAR).

Entre as principais atividades desenvolvidas, em 1986, destacam-se: intensificação da campanha de diversificação da cafeicultura, que se encontra no segundo ano de implementação; prosseguimento das pesquisas para desenvolvimento de variedades cítricas resistentes ao câncer cítrico, para viabilizar a expansão desta cultura no Estado, liberada por decisão do Ministério da Agricultura, em agosto de 1985; criação de variedades sintéticas de sementes adaptadas às condições do Paraná — a variedade de milho IAPAR-15, distribuída para testes de cultivo na safra 1984/85 apresentou muito bons resultados e encontra-se à disposição dos agricultores —; início de pesquisa sobre o manejo do bicudo, com apoio do Instituto Agronômico de Campinas, com os trabalhos de laboratório e computadores desenvolvidos em Londrina e os de campo e laboratório em Campinas, São Paulo; produção e oferta contínua e progressiva de sementes básicas, através de um dos mais aprimorados métodos de geração, o sistema de certificação de sementes, que colocou à disposição dos agricultores paranaenses 911,3 toneladas de sementes, 19,9% a mais do que em 1985; serviços de análise de solos em 8 laboratórios distribuídos no Estado — o de Londrina, considerado modelo, tem atendido solicitações de análise dos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Minas Gerais.

4.1.7 Abastecimento

A interiorização dos sacolões e varejões, que desde 1983 vêm atendendo as famílias de baixa renda com a oferta de gêneros diretamente pelos produtores, foi o principal acontecimento de 1986, nessa área. Teve grande evolução o sistema de compras comunitárias: o número de famílias atendidas aumentou mais de 4 vezes em relação a 1985 o mesmo ocorrendo com a quantidade de produtos comercializados, que chegou a cerca de 2 mil toneladas. Foi iniciada a construção da CEASA Maringá, com o término previsto para o primeiro semestre de 1987.

4.2 FOMENTO ÀS ATIVIDADES INDUSTRIAIS E TERCIÁRIAS

4.2.1 Geração de Emprego e Mercado Informal

A continuidade dos programas de apoio às pequenas e microempresas, dinâmicas geradoras de emprego, e ao mercado informal, com estímulo e assistência às organizações de produtores, prosseguiu, em 1986, com os seguintes destaques;

— Extensão dos programas de desenvolvimento do artesanato e proteção ao artesanato, de 50 para 80 municípios, criação de mais quatro associações e apoio técnico e financeiro para a realização de 26 feiras regionais de artesanato e duas estaduais e para a participação de artesãos paranaenses em 4 feiras nacionais;

— Intensificação das ações do Programa Nosso, que promove a comercialização de artigos fabricados pelas microindústrias e indústrias caseiras, e já conta com 5.907 produtores cadastrados e 12 mil itens para venda — o valor dos produtos comercializados no ano atingiram a, aproximadamente, Cz\$ 30 milhões, cerca de 90% a mais do que em 1985;

— Expansão do programa Nosso Coelho, com a criação de mais 9 cooperativas de cunicultores e incorporação de 411 novos cooperados — totalizando 1.413.

— Desde 1984 vêm escasseando os recursos para repasse dos bancos de fomento às microempresas, principalmente os provenientes da linha CEBRAE que, anteriormente, davam valioso suporte ao setor. Em virtude de tais restrições, o programa estadual que teve maior ênfase, em 1986, foi de responsabilidade do BADEP que financiou 285 microempresas industriais — além das que foram apoiadas nos outros setores, totalizando 2.236 com aplicação de Cz\$ 52,5 milhões — com financiamentos da ordem de Cz\$ 35,2 milhões e utilização de recursos provenientes do BNDES — PROMICRO

4.2.2 Expansão Industrial

— Os principais órgãos de fomento do Estado, Banco de Desenvolvimento do Paraná (BADEP) e Agência do Paraná do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo-Sul (BRDE-PR), aplicaram um total de Cz\$ 3,4 bilhões em financiamento e prestação de garantias para inversões fixas, capital de giro e saneamento financeiro, em 1986. Deste total, 94,8% destinou-se ao setor privado da economia, caracterizando a diretriz do Governo de apoiar o empresariado em seus empreendimentos voltados à expansão econômica paranaense. O exemplo mais significativo dessa orientação está no desempenho global do BADEP nos últimos quatro anos. Em 1982 só 42,7% do total dos créditos do Banco foram destinados às empresas particulares e os demais 57,3% financiaram empreendimentos do setor público; do total de recursos contratados

pelo Banco no quadriênio 1983/86, 93,9% destinou-se ao setor privado e só 6,1% foi aplicado para projetos governamentais.

— Os recursos do BRDE-PR dirigidos ao setor industrial totalizaram Cz\$ 689,5 milhões, para financiamento de projetos de 209 empresas. Os gêneros de atividade que absorveram maior parcela destes créditos foram: produtos alimentares, com 30% de participação no total; têxtil e material elétrico e de comunicações, com 7,9%; papel e papelão, com 7,5%. As cooperativas receberam 25,3% do total, principalmente para empreendimentos nos gêneros alimentar, têxtil e químico, — óleos vegetais. A expansão das atividades existentes e a construção de novas unidades absorveram 54,4% dos recursos e 50%, aproximadamente, foi aplicado em inversões fixas, o que reforça a tendência de declínio dos financiamentos destinados a saneamento financeiro das empresas.

— As fontes repassadoras tradicionais — BNDES, FINAME E FINAP — continuaram, em 1986, como principais supridores de recursos para as empresas industriais paranaenses e a linha POC-BNDES teve a maior parcela de participação no financiamento aos projetos industriais, desde as pequenas empresas até os grandes empreendimentos, com Cz\$ 389,9 milhões, 56,5% do total. As inversões fixas apoiadas pelo Banco no setor secundário propiciarão 3.758 novos empregos, aumento de Cz\$ 234,2 milhões na arrecadação do ICM e acréscimo de faturamento das empresas da ordem de Cz\$ 4 bilhões anuais. Outra característica da atuação do BRDE-PR, no exercício, foi a concentração de empréstimos para as grandes empresas.

— Dos totais de recursos destinados pelo BADEP ao setor privado, em 1986, da ordem de Cz\$ 2,2 bilhões de cruzados, Cz\$ 1,8 bilhão, ou 81,8%, destinou-se ao financiamento de projetos de empresas industriais. As agroindústrias, com 22,5% do total, e as cooperativas, com 14%, dividiram com as empresas dos gêneros de papel e papelão, com 18,3%, produtos alimentares, com 16,1%, e metal-mecânico, com 9,3%, as maiores parcelas dos créditos concedidos pelo Banco. A indústria têxtil — basicamente representada pelas fiações de propriedade de cooperativas, que estão sendo montadas com apoio do BADEP, e pela expansão da unidade de fiação da ARTEX — elevou expressivamente sua posição entre os gêneros apoiados pelo Banco, passando da 5ª para a 2ª posição — 22,4% do total —, com um aumento real da ordem de 320% nos financiamentos recebidos entre 1985 e 1986. Com o financiamento recebido, a Artex realizará investimento da ordem de Cz\$ 200 milhões, o que propiciará aumento superior a 100% na produção de fios, estimada em 10,250 toneladas/ano após a conclusão do projeto. Merece também destaque o fato de que só 30,5% dos financiamentos do Banco, em 1986, destinou-se a empreendimentos localizados na Região Metropolitana de Curitiba.

Dois importantes programas de apoio às empresas paranaenses tiveram continuidade em 1986, beneficiando principalmente o setor industrial. O Programa de Modernização das Empresas Paranaenses (PROMEP), apesar de ter sofrido contratempos em virtude da implementação do Plano Cruzado, atendeu 17 empresas com financiamentos da ordem de Cz\$ 60 milhões, com a finalidade de reforçar a capacidade de competição, ao nível nacional e internacional, das empresas paranaenses, mediante incorporação de novas tecnologias, renovação de máquinas e equipamentos, pesquisa e lançamento de produtos, controle de qualidade. Os financiamentos do programa têm o suporte de repasses de órgãos federais, como BNDES, FINAME, FINEP, BACEN e outros.

O Programa de Abertura de Capital de Empresas Paranaenses (PRÓ-CAPITAL) objetiva apoiar a capitalização de empresas que tenham porte e condições técnicas para recorrerem ao mercado acionário. Iniciado em 1985, o PRÓ-CAPITAL teve prosseguimento, em 1986, com o BADEP participando da oferta pública de ações, tanto na função de líder como na de contratado, das seguintes empresas: Muller Irmãos, Londrimalhas, Trombini e Inepar. O Programa de Apoio à Racionalização do Parque Moageiro de Óleos Vegetais, cuja implementação também foi iniciada em 1985 com o objetivo de reduzir os custos de produção das unidades industriais do setor, alocou recursos da ordem de Cz\$ 20 milhões.

O Programa Paranaense de Microdestilarias — unidades com capacidade nominal de até 5.000 litros para consumo próprio — teve continuidade, mediante apoio técnico e tecnológico e assistência organizacional para instalação de mais 35 unidades, realização de 54 reuniões de promoção, 100 visitas de assistência técnica, dois seminários técnicos e um curso sobre cana-de-açúcar; em dezembro, existiam 57 microdestilarias funcionando ou em fase de instalação.

Em 1986 teve desfecho o caso da empresa Produtos Médicos do Paraná S.A. (PROMEPAR), produtora de seringas e agulhas descartáveis cuja instalação, na Cidade Industrial de Curitiba, foi financiada pelo BADEP. Em virtude de grave crise financeira por deficiência de gerenciamento — que se arrastou durante vários anos tendo sido objeto, inclusive, de investigação por parte da Assembléia Legislativa — o capital da empresa passou ao controle do Banco, pela conversão de seus créditos, em 1982. Na impossibilidade de vendê-la pela falta de interessados, o BADEP assumiu, também, a administração, em fins de 1983: reativou suas linhas de produção, realizou investimentos, saldou todos os encargos fiscais e sociais não recolhidos desde 1979 e, em 15 de abril, com a fábrica operando 100% da capacidade instalada, com 450 empregados diretos — 220 a mais do que 1983 — negociou seu ativo por 8,5 milhões de dólares, suficientes para cobrir todos os débitos.

4.2.3 Comércio e Serviços

O aquecimento do setor comercial e de serviços, a partir da decretação do Plano Cruzado, é demonstrado pela composição dos empréstimos dos bancos de fomento estaduais ao setor terciário, no exercício, se comparados com os dois anos imediatamente anteriores. No biênio 1984/85, 37,5% dos financiamentos do BADEP e do BRDE-PR para este setor destinaram-se a capital fixo — instalação de novas empresas ou expansão das existentes — e 31,2% para saneamento financeiro — recuperação de empresas com problemas —; em 1986 os recursos para capital fixo cresceram, representando 67% do total dirigido ao setor, e as necessidades de saneamento financeiro reduziram-se para 3,5%.

A escassez de fontes de recursos para repasses ao setor terciário influiu no volume de créditos que lhe foram destinados, em 1986, pelos dois bancos que, do total de financiamentos contratados para o setor privado da economia — Cz\$ 487,1 milhões — dirigiram 15,2% às empresas comerciais e prestadoras de serviços. Para atender as necessidades do setor, o BADEP contribuiu com Cz\$ 324 milhões e a Agência do Paraná do BRDE com Cz\$ 163 milhões. Há um equilíbrio, entretanto, na significação relativa destas cifras: os créditos do BADEP representam 14,9% dos recursos que destinou ao setor privado; os do BRDE-PR, 15,9%.

4.2.4 Turismo

Não obstante a riqueza potencial de interesse turístico em seu território, pois o Estado dispõe de atrações ao nível do turismo internacional, como é o caso de Foz do Iguaçu, e inúmeras outras, em grande parte exploradas com timidez, muita coisa ainda necessita ser feita para que sejam aproveitadas as possibilidades do setor, com maior rendimento econômico e social. A ação do Governo, nesta área, objetiva principalmente dar suporte à iniciativa privada, promovendo adequada divulgação para ampliar o fluxo de turistas, introduzindo melhoras na infra-estrutura e mobilizando recursos para apoiar empreendimentos de iniciativa empresarial.

O fato mais importante foi a transferência da Empresa Paranaense de Turismo (PARANATUR) para a jurisdição da Secretaria da Indústria e do Comércio, através do Decreto 8.631, de 23 de julho de 1986. A empresa deu seqüência às suas atividades participando de congressos nacionais e internacionais especializados; editando folhetos, cartazes e "folders" sobre as principais atrações turísticas do Estado; promovendo eventos e divulgando-os; patrocinando cursos para capacitação e aperfeiçoamento de mão-de-obra especializada.

Merecem destaque as obras destinadas a melhorar as condições receptivas de alguns pontos turísticos, como a construção do Parque Turístico de Capivara, em Primeiro de Maio, e do núcleo de recepção do Parque de Vila Velha. Foi concluída a restauração do antigo Hotel Cassino de Foz do Iguaçu, transformado em escola de hotelaria.

O Programa de Apoio à Infra-estrutura de Turismo no Paraná (PROINTUR), com que o Governo está procurando atender às carências regionais de equipamentos de hotelaria com financiamentos para a construção de novos hotéis e ampliação ou modernização dos existentes, apoiou 17 projetos, em 7 municípios. O BADEP, executor do programa, alocou Cz\$ 61,8 milhões com recursos do BNDES e está negociando, com o órgão federal, recursos para financiar mais 30 projetos.

4.2.5 Ação Institucional

O fomento às atividades produtivas no setor industrial e no comercial e de serviços não se esgota no trabalho direto das agências governamentais, específicas. A ação institucional, caracterizada pela coordenação e mobilização dos agentes econômicos, desempenha papel importante no processo.

Em 1986 intensificou-se a participação dos empresários na formulação dos planos e tomada de decisões, com o fortalecimento do Conselho Consultivo da Política Industrial e Comercial do Paraná (COIND), órgão da Secretaria da Indústria e do Comércio que já conta com mais de 1.000 membros, representando os diversos segmentos do empresariado, e 38 comissões funcionando plenamente, na Capital e no Interior. Dois importantes programas foram criados, como resultado dos debates e das sugestões dos empresários com vistas à abertura de novos espaços para a expansão das atividades produtivas do Estado.

Com o objetivo de divulgar oportunidades de operações comerciais e de investimentos no setor industrial, inclusive com a formação de "joint ventures" e participação de capitais estrangeiro, iniciou-se o programa Jornadas Empresariais do Paraná, que reúne importadores e exportadores paranaenses e estrangeiros em seminários de troca

de idéias e experiências. Em 1986 foram realizadas jornadas com empresários da Alemanha, Japão, Paraguai, Países Árabes, Itália e Argentina.

O segundo programa, também fundamentado no esforço conjunto de empresários e órgãos do Governo, é a Bolsa de Oportunidades de Investimentos, que objetiva fortalecer a economia estadual com a atração de novos investimentos para os setores secundário e terciário. Participam da Bolsa todos os órgãos do Governo do Estado vinculados ao desenvolvimento industrial, comercial e tecnológico. Como resultado do trabalho desenvolvido durante o ano foram tomadas decisões no sentido de efetivar 30 novos empreendimentos industriais no Estado, com investimentos da ordem de 130 a 156 milhões de dólares.

4.2.6 Apoio a Outras Atividades Econômicas

A construção civil teve importante papel na expansão dos níveis de emprego no período de maior repercussão do Plano Cruzado, beneficiando, principalmente, a mão-de-obra não-qualificada, segmento mais penalizado da classe trabalhadora nos anos em que o setor esteve desativado. No biênio 1985/86, a queda dos depósitos de poupança provocou uma evasão dos recursos destinados à construção civil para outros tipos de investimento, fato que repercutiu na atuação do sistema bancário privado. A BANESTADO crédito Imobiliário, entretanto, manteve o seu papel de entidade pública voltada em primeiro lugar ao estímulo à atividade econômica privada do que à procura direta de lucro. Em 1986 financiou 5.000 unidades residenciais, completando a quota que se propôs a atingir no período de Governo: 18 mil novas habitações, 20% da meta do programa habitacional previsto para o quadriênio. O BRDE-PR também deu substancial apoio às empresas de construção civil, para as quais foram direcionados 21,5% dos recursos de financiamento absorvidos, no ano, pelo setor terciário privado.

As empresas emissoras de TV dependem, para levar suas programações a todas as regiões do Estado, dos serviços da rede de repetição e transmissão de sinais de TV de propriedade da Paraná Radiodifusão S.A. (RADIPAR), empresa do Governo do Estado que vem melhorando e expandindo sua infra-estrutura, nos últimos anos, apesar da escassez de recursos, deficiência de pessoal especializado e instrumentos e equipamentos técnicos essenciais para assegurar mais segurança, confiabilidade e qualidade ao sistema.

Em 1986 foram investidos Cz\$ 6,2 milhões em obras de reestruturação e implantação de subsistemas básicos, principalmente com a instalação de "links" de repetição e retransmissoras de média potência — para apoio a outras retransmissoras de baixa potência, de ação restrita às áreas urbanas — e de retransmissoras isoladas, de baixa potência. Foram instaladas 11 estações e implantados 4 novos canais em estações existentes. Em dezembro, a rede da RADIPAR contava com 119 estações em funcionamento e 14 obras encontravam-se em andamento.

4.3 FOMENTO AO SETOR MINERAL

4.3.1 Prospecção, Pesquisa e Lavra

As atividades empresariais no setor primário da economia paranaense têm-se expandido predominantemente na agropecuária e na exploração florestal. A idéia de um Paraná “essencialmente agrícola” atrasou, de certo modo, a expansão de outras atividades, principalmente no campo da mineração e da industrialização de matérias-primas de origem mineral.

O atual Governo procurou recuperar esse atraso dando ênfase ao trabalho da Minerais do Paraná S.A. (MINEROPAR), empresa que teve atuação destacada, em 1986, com a dinamização de alguns programas e a implementação de novos projetos que apresentaram resultados significativos, dentre os quais destacam-se:

— Identificação de novas ocorrências de ouro com possibilidades de exploração econômica em depósitos aluvionares no litoral, tendo sido bloqueada uma reserva de 657 kg de ouro contido em 5.053.840m³ de cascalho, com um teor médio de 0,13g/m³ para um corte de 0,1g/m³, o que possibilita atrair investimentos da iniciativa privada para a região;

— Organização de cooperativa de garimpeiros que assumiu empresarialmente, em abril, a lavra do depósito aluvionar de diamante localizado em Campina dos Pupos, Município de Ortigueira, empreendimento até então explorado experimentalmente com suporte técnico e financeiro da empresa: o resultado da comercialização, até dezembro, dos diamantes produzidos, ultrapassa um milhão de dólares;

— Cubagem das reservas de calcário agrícola tipo B, no Município de Sapopema — 1,5 milhão de toneladas — e elaboração do plano de aproveitamento econômico que beneficiará, sobremaneira, a agricultura paranaense pela redução dos custos de frete e do próprio insumo;

— Associação com a Mineração Canopus Ltda., do grupo Rhodia S.A. — em fase de assinatura do contrato —, para desenvolvimento dos estudos e trabalhos prévios ao aproveitamento econômico das reservas de terras raras, identificadas no Município de Cerro Azul;

— Associação com empresa mineradora nacional qualificada para exploração econômica da reserva de 2,2 milhões de toneladas de carvão da Campina dos Pupos, Município de Ortigueira, em fase de assinatura do respectivo protocolo;

— Identificação de novas reservas: de minérios de fluorita — 200 mil toneladas — no Município de Cerro Azul; de calcário calcítico — 10 milhões de toneladas — no Vale do Rio Carumbé, Municípios de Cerro Azul e Adrianópolis; de galena,

em Rio Branco do Sul; e de cascalho diamantífero — 20 mil metros cúbicos — em Ortigueira.

4.3.2 Tecnologia Industrial

Dois importantes projetos de desenvolvimento de tecnologia mineral, do maior interesse para o Estado pois objetivam aumentar a agregação de valor ao produto e reativar atividades atualmente deprimidas por diversas razões, receberam recursos da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP): Cz\$ 797,5 milhões, com contrapartida de Cz\$ 584,7 por parte da MINEROPAR e do TECPAR, para o Projeto de Tecnologia de Aproveitamento de Prata e Ouro do Vale do Ribeira, que beneficiará diretamente os mineradores de Chumbo da região, hoje condicionados a vender seu minério a um grupo metalúrgico multinacional e monopolista, recebendo valores aviltados pelo ouro, prata e chumbo nele contidos; 6.000 OTN's, com contrapartida de 10.000 OTNs do Estado, para o Projeto de Produção de Rutilo Sintético das Areias Ilmeníticas do Paraná, que já está com 80% dos equipamentos necessários ao seu desenvolvimento adquiridos — o rutilo sintético tem alto valor de comercialização, colocação imediata no mercado e é, atualmente, importado em sua totalidade pelo Brasil; sua produção vai valorizar as reservas, hoje inexploradas, de ilmenita, minério de titânio de baixo valor comercial e grande oferta no mercado mundial.

5. OUTROS PROGRAMAS E POLÍTICAS BÁSICAS

5. OUTROS PROGRAMAS E POLÍTICAS BÁSICAS

Fomentar o desenvolvimento sem agredir o meio ambiente é uma das preocupações fundamentais do Governo. O testemunho maior de que esta diretriz tem sido obedecida dentro dos limites que a legislação permite ao Estado, é a continuidade das ações do Programa de Manejo Integrado de Solos e Água. Pioneiro no Brasil, este projeto tem, acima de tudo, a grande função educativa de demonstrar ao produtor rural o resultado econômico que ele obtém quando participa, junto com todos os demais produtores da região, da tarefa de preservar o solo e utilizar corretamente os recursos hídricos.

A manutenção de um equilíbrio orçamentário que evite ao Estado ultrapassar os limites de endividamento compatíveis com sua capacidade de arrecadação, é uma das preocupações do Governo na área financeira. Além disso, a manutenção das despesas de custeio em patamares que permitam disponibilidade de recursos para investimentos tem assegurado ao Governo condições de assumir projetos sob a responsabilidade do Tesouro do Estado.

Por outro lado, a iniciativa na elaboração de projetos capazes de receber apoio financeiro de instituições internacionais, como o BID e o Banco Mundial, possibilita uma maior atuação do Estado no apoio às áreas deprimidas e na melhora dos padrões de vida das populações carentes. O PARANÁ RURAL, elaborado a partir da experiência do PRORURAL — este em fase final de implementação — e o PIRME, que objetiva melhorar as condições da ocupação urbana na Região Metropolitana de Curitiba, ambos montados pela Secretaria do Planejamento, são exemplos da preocupação do Governo em deixar equacionadas soluções globais para problemas da maior gravidade que as administrações futuras terão, forçosamente, que enfrentar.

Outro programa relevante para o futuro do Estado é o de apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico que teve grande impulso, em 1986, com a criação do Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná e do Prêmio Paranaense de Ciência e Tecnologia e a elaboração do Programa Paranaense de Biotecnologia, instrumentos de grande valia para incentivar a comunidade científica do Estado e apoiar os seus projetos.

5.1 MEIO AMBIENTE

5.1.1 Ação Institucional

Os esforços do Governo para criar e manter condições propícias à preservação do meio ambiente, uma das mais declaradas exigências que a sociedade faz ao poder público nos dias de hoje, têm sido orientados principalmente no sentido de mobilizar lideranças comunitárias e políticas — como as autoridades municipais — a utilizarem os recursos materiais e humanos de que a Administração do Estado dispõe, para implementar projetos locais e regionais nas áreas mais críticas de degradação ambiental de abrangência estadual, para os quais tem procurado obter, também, a maior participação possível da população e de instituições que a representem.

Apesar do considerável atraso em relação aos países industrializados, o Paraná sobressai, hoje, no cenário nacional como um dos Estados mais adiantados na implementação de providências, institucionais e administrativas, de preservação de meio ambiente, entre as quais se destacam: a lei de fiscalização e controle do uso de agrotóxicos; o monitoramento das águas dos rios e mananciais; a ampliação da rede estadual de estações de amostragem do ar e análise e controle das águas de abastecimento público; o incentivo à incorporação de tecnologias alternativas no tratamento dos resíduos industriais e do lixo urbano; o desenvolvimento de projetos para peixamento de rios, controle biológico de pragas, identificação e uso de fontes alternativas de energia e de recursos hídricos; a implementação de programas de manejo integrado de solos e água.

5.1.2 Ações no Meio Rural

O Programa de Manejo Integrado de Solos e Água (PMISA) continua sendo o mais importante esforço de preservação ambiental em desenvolvimento no Paraná. Não obstante tenha propiciado aos proprietários rurais que a ele aderiram expressivos resultados, pelo aumento da produção e da produtividade de suas culturas, a repercussão econômica e social deste projeto, iniciado no atual período de governo, vai muito além: seu objetivo de longo prazo é estancar o processo de deterioração dos solos do nosso Estado — patrimônio de toda a comunidade — permanentemente ameaçados pelas práticas inadequadas e predatórias de manejo. Pelo pioneirismo dos seus métodos de atuação o PMISA tem servido de modelo para a formulação de projetos semelhantes, em outros Estados. Várias comitivas de técnicos das secretarias estaduais de agricultura já estiveram no Paraná para conhecer os detalhes de sua implementação. O Governo Federal também têm adotado sua metodologia em projetos de desenvolvimento agrícola e preservação ambiental.

A despeito dos problemas que têm dificultado a execução do programa — evasão de técnicos, deficit de máquinas para atender à demanda, insuficiência de insumos, falta de apoio de algumas prefeituras, entre os principais — seu desempenho, em

1986, foi razoável: em relação a 1985 aumentou em 9,8% o número e em 13,5% a área das microbacias trabalhadas — que ultrapassa de um milhão de hectares em 258 dos 311 municípios do Estado — e cresceu 21,2% o número de produtores rurais que a ele se incorporaram, no total de 33 mil.

Mesmo assim, a erosão rural persiste como um dos problemas cruciais do meio ambiente no Paraná. As microbacias trabalhadas no Programa de Manejo Integrado de Solos e Água representam só 12,5 a 13% do total da área do Estado ocupada com todas as espécies de culturas — exceto pastagens — e a Região Noroeste, onde predominam os solos constituídos de arenito, continua castigada pelo fenômeno da erosão. O programa de Controle da Erosão Rural da Região Noroeste do Paraná — PRONOROESTE, instituído em 1976 para enfrentar o problema, teve o apogeu de suas ações em 1983, quando atingiu o maior número de municípios atendidos. Ele depende, entretanto, de recursos federais repassados pela Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — (SUDESUL). Estes recursos diminuíram drasticamente no período 1984/86, além das verbas terem sido liberadas em época inoportuna, em 1985, fato que teve reflexos negativos na sequência dos trabalhos. Em 1986 a renovação do convênio entre a SUDESUL e o Estado, no valor de Cz\$ 4,4 milhões, foi assinado em agosto, mas a liberação dos recursos só ocorreu em dezembro. Desse modo, a programação de 1986 deverá ser iniciada a partir de janeiro de 1987.

5.1.3 Erosão Urbana

A erosão urbana continua grave no Paraná; mas a consolidação das cidades, ultrapassada que foi a fase explosiva e desordenada da ocupação econômica e populacional da maior parte do território do Estado, já permite que seus efeitos sejam rapidamente controlados, desde que se adote um programa global que não sofra atrasos ou solução de continuidade pela oscilação no fluxo dos recursos alocados, pois a natureza do fenômeno não permite interrupções na sequência das obras programadas. Um programa desse porte e com tais características não deverá ter duração superior a três anos e demandará investimentos da ordem de 50 a 60 milhões de dólares para alcançar os resultados previstos.

Estas são as conclusões de um pormenorizado estudo elaborado pela Secretaria do Interior e no qual foi baseado um projeto, encaminhado no início de 1986 ao Ministério do Interior — sem resposta, até o final do ano — que prevê a ação conjunta e mais intensa da União, Estado e Municípios para enfrentar o problema, que não é exclusivamente de âmbito local ou regional. Entretanto, nos últimos anos, tem sido muito oscilante a participação de recursos federais nos programas em desenvolvimento no Estado. Em 1983 as verbas federais para o controle da erosão urbana no Paraná representavam 48,3%, parcela que diminuiu para 28,6% em 1984, elevou-se para 40,9%, em 1985 e reduziu-se a apenas 11,5% em 1986.

Os investimentos em obras de controle da erosão urbana no exercício, em 124 municípios, principalmente da Região Noroeste, totalizaram Cz\$ 70,8 milhões, dos quais Cz\$ 62,7 milhões do Tesouro do Estado — (Cz\$ 33,3 milhões para projetos do PrAM) e Cz\$ 8,1 milhões provenientes de convênios com o Governo Federal. A Superintendência do Controle da Erosão no Paraná (SUCEPAR), responsável pela coordenação dos programas, nessa área, além de dar orientação executiva às prefeituras na execução das obras elaborou 23 projetos completos e 28 parciais de drenagem pluvial e 13 de galerias. Os núcleos regionais de produção de tubos de concreto da SUCEPAR produziram 105.212 metros de tubos de diversos diâmetros para atender as prefeituras.

5.2 PLANEJAMENTO E ORIENTAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO

5.2.1 Planejamento Regional e Urbano

O ano de 1986 foi decisivo para o encaminhamento futuro dos programas de planejamento e desenvolvimento regional no Paraná. O desempenho, no exercício, do Projeto Integrado de Apoio ao Pequeno Produtor Rural do Paraná (PRORURAL) e do Programa de Ação Municipal (PrAM), respectivamente apoiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e pelo Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (Banco Mundial), serviu de balizamento para avaliação, pelos técnicos daquelas duas instituições financeiras internacionais, quanto à capacidade política e administrativa do governo paranaense de aplicar os recursos liberados de acordo com os propósitos que fundamentaram as propostas originais e com as cláusulas dos contratos assinados pelo Estado, para receber os financiamentos necessários à execução de cada projeto.

O PRORURAL, iniciado em 1981 e reformulado em 1983 — para ajustar-se às diretrizes do atual governo —, teve em 1986 o ano de encerramento de todos os seus programas setoriais, apesar de que tenham restado, para 1987, algumas pequenas complementações.

Nos principais subprogramas do amplo espectro de atuação desse projeto — regularização fundiária, pesquisa agropecuária, extensão rural, fomento agropecuário, crédito rural, comercialização de hortigranjeiros, armazenagem coletora, classificação de grãos, desenvolvimento de cooperativismo, construção de estradas rurais, saneamento, educação e saúde — foram aplicados, em 1986, cerca de 33 milhões de dólares.

A experiência do PRORURAL gerou estudos da Secretaria do Planejamento para um programa bem mais ambicioso, destinado a desenvolver em todo o Estado ações de fomento semelhantes às que o PRORURAL proporcionou nos municípios mais deprimidos da região Centro-Sul.

O Projeto Integrado de Desenvolvimento do Pequeno Produtor Rural Paranaense (PARANÁ RURAL), deverá ser objeto de detalhada negociação entre o Estado e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para o necessário suporte financeiro a um programa de tal envergadura. Os recursos de financiamento previstos são da ordem de US\$ 100 milhões e os entendimentos com o BID já foram iniciados, pois o PARANÁ RURAL se enquadra nas linhas de crédito do Banco, tendo em vista suas quatro linhas básicas de atuação:

— Conservação e recuperação de solos — Dando continuidade e intensificando as ações do Programa de Manejo Integrado de Solos e Água, que vem sendo desenvolvido, desde 1983, com a premissa capital de que o solo é o maior patrimônio da coletividade e do produtor rural, especialmente aquele que tem na agropecuária o seu único meio de trabalho e de subsistência.

— Escoamento da produção — Complementando o grande projeto de construção e melhora de estradas vicinais, desenvolvido nos últimos quatro anos, com a implementação de um programa de armazenagem, ao nível dos pequenos e médios produtores, tradicionalmente prejudicados no processo de comercialização das safras, em face das oscilações do mercado e da ação dos intermediários.

— Adestramento da mão-de-obra rural — Propiciando o avanço do pequeno produtor em direção a uma nova etapa de sua promoção econômica e social, mediante a apropriação de novas tecnologias no campo — inclusive uma primeira elaboração dos produtos primários — com o aproveitamento de boas propostas, nesse sentido, do Ministério da Educação.

— Saúde e saneamento — Estendendo às pequenas comunidades rurais os benefícios do esforço de municipalização dos serviços de saúde.

O Programa de Ação Municipal (PrAM), que se destina a viabilizar obras de melhoramentos urbanos nas sedes municipais com até 50 mil habitantes, aplicou, em 1986, cerca de Cz\$ 300 milhões — contra Cz\$ 196 milhões em 1985 e Cz\$ 45 milhões em 1984. O excelente desempenho desse projeto nos três últimos anos, bem superior à média de programas da mesma natureza, apoiados pelo Banco Mundial em outras regiões, segundo a opinião dos técnicos do próprio Banco, animou o Governo a encaminhar àquela instituição internacional de crédito pedido de financiamento para um outro programa de desenvolvimento regional e urbano, de grande significação para o futuro do Paraná.

O PrAM, voltado para cidades de pequeno porte, dotando-as de infra-estrutura urbana e de serviços públicos compatíveis, gerando empregos e ofertando melhores opções e oportunidades de trabalho, conseqüentemente proporcionando às populações do interior melhor qualidade de vida, propunha-se a reduzir o êxodo para as grandes cidades, agindo na origem. Apesar disso, a migração de levadas populacionais, cada vez maiores para os principais centros urbanos do Estado não pôde ser totalmente detida, pois é um fator que acompanha as mudanças estruturais da economia e se acentuá com a modernização do campo e com a industrialização das metrópoles. O fenômeno está sendo particularmente assinalado na Região Metropolitana de Curitiba, onde o processo de conurbação é a conseqüência inapelável do crescimento desordenado das áreas periféricas da Capital e das sedes dos municípios mais próximos.

É para intervir nesse processo, evitando maior degeneração das condições de vida já precárias das populações marginais, que a Secretaria do Planejamento desenvolveu o Programa de Investimentos para a Região Metropolitana de Curitiba (PIRMC), com ações previstas para atender às áreas de abastecimento alimentar, promoção econômica, habitação popular, saneamento, transportes, serviços de saúde, educação, segurança e gestão metropolitana.

Esse programa já passou por todas as fases de avaliação: recebeu o beneplácito de todas as prefeituras municipais envolvidas e o apoio do Conselho Nacional do Desenvolvimento Urbano (CNDU) e do Ministério do Desenvolvimento Urbano (MDU); foi aprovado pelo Ministério do Planejamento, que já atribuiu a prioridade necessária à liberação dos recursos federais concernentes; está sendo analisado, desde julho de 1986, pelo Banco Mundial, que, influenciado pelo desempenho do PrAM, está empenhado na sua ratificação. Já no início de 1987, a primeira missão de avaliação do Banco deverá chegar ao Paraná para análise final do projeto.

A composição de recursos do Programa de Investimentos para a Região Metropolitana de Curitiba é bastante benéfica ao Paraná. O Tesouro do Estado participará com 35%, o Ministério do Desenvolvimento Urbano com outros 35% e os municípios com 30% financiados pelo Banco Mundial; no PrAM, a contribuição do Estado é de 65%, a fundo perdido, e o Banco financia os 35% que cabe aos municípios.

A consolidação de providências com o objetivo de assegurar condições adequadas ao desenvolvimento do litoral paranaense, harmonizando os interesses de expansão econômica com as aspirações de preservação ambiental, também foi prioridade do Governo no período. O Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense analisou e aprovou o traçado rodoviário entre Alexandra e Matinhos e o tombamento da Serra do Mar, além de submeter a rigoroso controle todos os projetos de reflorestamento, exploração rural e edificações na área urbana — que devem obedecer os parâmetros de zoneamento.

5.2.2 Ciência e Tecnologia

A evolução dos recursos aplicados nos últimos três anos, para apoiar instituições empenhadas em projetos de ciência e tecnologia, demonstra a ênfase que o Governo tem atribuído a esse estratégico setor de decisiva importância para a consolidação do desenvolvimento estadual. Em 1986 o Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia (CONCITEC) liberou Cz\$ 2,7 milhões — duas vezes mais do que no exercício anterior. Os repasses, em 1985, já haviam sido duas vezes superiores aos de 1984.

Além desse aumento substancial de recursos para estimular o trabalho de instituições e de cientistas, duas outras iniciativas caracterizaram a prioridade com que a ciência e a tecnologia estão sendo encaradas pelo poder público estadual; foram criados e regulamentados o Prêmio Paranaense de Ciência e Tecnologia — as primeiras premiações foram concedidas nas áreas de ciências agrárias e ciências sociais e humanas — e o Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná (FUNCITEC), este pela Lei nº 8387, de 15.10.86. Foi elaborado, também, em trabalho conjunto entre órgãos do Governo, empresários e especialistas das diversas instituições científicas do Estado, o Programa Paranaense de Biotecnologia (PARANABIO), que deverá orientar os esforços do Paraná nessa área avançada do conhecimento, no quadriênio 1987/90.

A extraordinária evolução da ciência e da técnica exige do Paraná intenso esforço para que suas forças produtivas acompanhem esse processo, de modo a sustentar o desenvolvimento do Estado. Além do fortalecimento do CONCITEC, órgão coordenador do apoio financeiro do Estado às iniciativas de métodos, técnicas e equipamentos capazes de propiciar o avanço tecnológico em todas as áreas, o Governo deu continuidade a diversos programas de ação de órgãos diretamente vinculados à Administração Pública estadual.

O Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR), entidade de pesquisa voltado ao desenvolvimento de tecnologias de produtos — principalmente do setor agroindustrial, tendo em vista acelerar o processo de diversificação do parque industrial instalado — ampliou substancialmente suas atividades, em 1986: com o aumento da produção de vacina anti-rábica humana, de quinhentas para um milhão e duzentas mil doses anuais, para suprir as necessidades do programa nacional de autosuficiência, em imunobiológicos, do Ministério da Saúde, e da vacina anti-rábica, canina, de treze para quinze milhões de doses anuais; com a expansão do apoio técnico às indús-

trias, graças ao aumento da capacidade do laboratório de metal — mecânica que recebeu novos equipamentos; reforma e ampliação de suas instalações, para atender aos novos compromissos.

5.2.3. Outras Ações de Planejamento

O Sistema Estadual de Planejamento prosseguiu empenhado na condução de projetos e programas em andamento, destacando-se: a continuidade dos estudos para o Projeto de Regionalização Administrativa do Estado, que propõe maior autonomia de decisão às administrações regionais, os trabalhos para institucionalização da Metrópole Linear do Norte do Paraná (METRONOR); e as medidas iniciais para a criação do Parque Metropolitano de Piraquara e da Floresta Estadual e Estação Ecológica da RMC.

5.3 POLÍTICAS DE MEIOS ADMINISTRATIVOS

5.3.1 Política Tributária

Foi implantada uma nova sistemática de arrecadação de tributos estaduais, exceção dos pagamentos efetuados em GR3 (produtos primários), viabilizando maior rapidez na entrada dos recursos e assegurando maior facilidade aos contribuintes para recolhimento dos tributos. Reduziu-se, assim, o prazo de repasse da arrecadação bancária ao Tesouro Geral do Estado, que anteriormente chegava até 9 dias e passou a ser efetuado no 4º dia útil após o recebimento. Foram estabelecidas penalidades ao banco arrecadador que deixar de cumprir com esta obrigação.

Em decorrência de alterações na legislação, foi significativo o aumento da receita, proporcionado pela Lei nº 8.083, de 28.5.85, que incluiu no texto da Lei Orgânica do ICM critério objetivo para realização da conversão cambial nas operações de crédito em moeda estrangeira, quando da exportação de produtos primários. Os novos critérios para cobrança do ICM sobre as exportações de café beneficiado — definidos pelo Conselho de Política Fazendária (CONFAZ) — em vista à extinção do confisco cambial, resultaram, também, no acréscimo de valor na base tributária desse produto.

A partir de janeiro, em decorrência da Emenda Constitucional nº 27, de 11.85, que extinguiu a TRU e criou o Imposto de Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), e da Lei Estadual nº 8.216, de 31.12.85, foram modificados, também, os coeficientes de repasse do antigo tributo.

Através de atos normativos, foram estabelecidas as normas para a programação dos órgãos da administração direta e indireta do Estado e definidos modelos de demonstrativos mensais para a execução orçamentária, financeira e contábil das unidades da administração indireta.

No que diz respeito às microempresas, foram enquadradas, nesta situação, até 1986, 55.000 empresas, dentro de um universo de 112.000 contribuintes cadastrados.

5.3.2 Arrecadação Geral do Estado

A arrecadação estadual alcançou, em 1986, o valor de Cz\$ 17,1 bilhões, ingresso nominal superior em 182,1% ao total de receitas, em cruzeiros, obtido em 1985.

Da receita tributária, que nominalmente cresceu de 1985 para 1986, em 215,7%, tem destaque o ICM com um ingresso de Cz\$ 11,6 bilhões. Os impostos sobre a Transmissão de Bens Móveis — ITBI e sobre a Propriedade de Veículos Automotores — IPVA (instituído pela Emenda Constitucional nº 27, de 28.11.85) foram responsáveis, em 1986, pelo ingresso de Cz\$ 0,4 bilhões. O crescimento nominal de 284,0%, de 1985 para 1986, nos ingressos do ITBI, deveu-se à valorização dos imóveis, decorrente da ativação do mercado imobiliário.

Comparativamente a 1985, o desempenho das receitas oriundas das transferências federais apresentou um incremento nominal de 183,4%, tendo contribuído, no exercício findo, com Cz\$ 1,8 bilhão.

Por outro lado, as receitas de operações de crédito, que proporcionaram um ingresso de Cz\$ 2,6 bilhões, apresentaram um incremento nominal inferior, 107,8%, entre 1985 e 1986.

Na composição da receita total, tem destaque a contribuição dos tributos, com 71,4% do total arrecadado, seguindo-se a participação das operações de crédito, com 15,1%, das transferências federais com 10,6% e de outras receitas próprias com 2,9%.

Comparativamente aos anos anteriores, observa-se uma recuperação da importância da fonte tributária no total de recursos disponíveis, uma redução da participação das receitas de operação de crédito e uma estabilização das Transferências Federais. Relativamente a 1986, as receitas próprias do Governo do Estado tiveram, portanto maior expressão, participando com 74,3%, enquanto anteriormente representaram 69,1% do total do ingresso.

O mais baixo desempenho foi o dos ingressos creditados a "outras receitas correntes", que, integrando as fontes próprias de recursos, excetuadas as fontes tributárias, estiveram, ao longo desses últimos exercícios, fortemente influenciados pelas receitas patrimoniais, as quais, por sua vez provinham basicamente de aplicações financeiras dos recursos do Tesouro e daqueles oriundos das amortizações de empréstimos concedidos aos municípios pelo PrAM. A queda de expressão destes ingressos, em 1986, decorreu do Plano de Estabilização Econômica, que reduziu os níveis de remuneração do mercado financeiro.

5.3.3 Imposto sobre Circulação de Mercadorias

O setor primário participou, em 1986, com 26,0% da arrecadação total do ICM. Neste grupo, estão apropriadas as receitas oriundas dos produtos agropecuários e alguns derivados, dos quais são mais expressivos: café, com 22,7%, complexo soja-grãos com 4,0%, farelo com 13,2%, óleo, com 0,6%, trigo, com 24,2%, algodão, com 10,6%, o milho, com 4,2% bovinos, com 4,3%, suínos em pé, com 4,5%, e outros com 8,0%.

A participação do setor comércio foi de 38,80%, tendo um crescimento real em relação a 1985 de 52,4%. O perfil de contribuição foi o seguinte: comércio varejista com 66,0%, atacadista com 27,0% e outras atividades com 7,0%. O crescimento real dos subsetores no comparativo com 1985 foi de: comércio varejista com 51,3%, comércio atacadista com 52,3% e outras atividades com 62,2%.

Os recolhimentos da indústria, que participaram em 1986 com 34,8% do ICM, tiveram um crescimento real de 52,4% relativamente a 1985, se deflacionados pelo Índice de Preços ao Consumidor ampliado. Embora esse índice não seja o melhor indicador do comportamento de preços da indústria, não resta dúvida sobre a excelente performance do desempenho do ICM no setor.

Este crescimento reflete de fato a recuperação da indústria, inclusive porque a base sobre a qual as taxas de crescimento de 1986 são obtidas já era elevada nos dois últimos anos anteriores a 1986, tendo em vista que desde 1984, por conta do

segmento exportador, e 1985, devido à retomada da demanda interna, o setor industrial vem se recuperando.

Ainda, em termos globais para a indústria, o excelente desempenho do ICM guarda relação, em parte, com a retomada do crescimento interno da economia, já que a exportação de produtos industrializados é imune de ICM. Assim é que, seja devido a algumas restrições nas exportações para evitar maior escassez no mercado interno, seja aliado ao crescimento deste, o ICM está crescendo em níveis mais que proporcionais ao da produção, renda e emprego industrial da economia paranaense.

O desempenho do ICM da indústria em 1986 foi puxado principalmente pelos ramos de metalurgia, mecânica, material de transporte, mobiliário, material plástico, vestuário e calçados, bebidas e fumo, com taxas reais de crescimento, sobre 1985, respectivamente de 55%, 111%, 87%, 62%, 66%, 98%, 73% e 583%. Esses ramos responderam por 32% da arrecadação do setor em 1986. Embora outros ramos tenham apresentado crescimento excelente, não chegaram a afetar o desempenho global da indústria por deterem uma baixa participação no total da arrecadação. A indústria de produtos alimentares, responsável por 21% dos recolhimentos do setor, teve um desempenho real de 46%, próximo à média global da indústria, que foi de 48%.

5.3.4 Transferências Federais

O desempenho nominal das receitas de Transferências Federais, de 183,4%, foi influenciado de 1985 para 1986, influenciado principalmente pela contribuição do Fundo de Participação dos Estados, do Salário Educação e do Imposto sobre Serviços de Transporte.

As duas primeiras fontes citadas têm seu comportamento correlacionado diretamente com o desempenho da atividade econômica, visto assentarem-se sobre a comercialização de produtos industrializados e sobre as folhas de salários. A última fonte referida ampliou sua capacidade contributiva para o Estado, principalmente em razão da alteração da Emenda Constitucional nº 27, de 28.11.85 que ampliou a distribuição de recursos à esfera estadual e municipal.

Vale observar que as relações percentuais obtidas pela comparação entre a receita arrecadada e a receita orçamentária prevista têm pouca expressão analítica, tendo em vista as alterações decorrentes do Plano de Estabilização Econômica ao longo de 1986.

Do total de Cz\$ 16.969 da despesa realizada sobressaíram os gastos com pessoal, de Cz\$ 8.271; os compromissos relativos a outros custeios totalizaram Cz\$ 2.886 e os dispêndios de capital Cz\$ 5.812.

5.3.5 Administração da Dívida Pública

As operações de crédito realizadas em 1986 foram da ordem de Cz\$ 2,5 bilhões, recursos que se destinaram às seguintes áreas: rolagem do serviço da dívida em moeda estrangeira, Cz\$ 291,9 milhões; Programas Rodoviários Vicinais PR IV e V, Cz\$ 202,3 milhões; BID/PRORURAL, Cz\$ 161,6 milhões; BID/Rodovias Vicinais III, Cz\$ 657,8 milhões; BIRD/PrAM, Cz\$ 117,2 milhões; outros, Cz\$ 73,8 milhões.

As operações de crédito destinadas a investimentos totalizaram Cz\$ 1,3 bilhão com obrigações contratuais que exigem contrapartida de recursos do Tesouro do Esta-

do. Em virtude da não existência, no mercado, de linhas de crédito de longo prazo, tornou-se difícil o acesso do Estado a recursos não vinculados para aplicação em seu orçamento e a projetos que não exijam contrapartidas. Os contratos assinados em 1986 mantiveram o mesmo perfil da dívida — com prazo médio de 17,2 anos, observado nos últimos exercícios.

Em 1986 os encargos da dívida interna e externa totalizaram Cz\$ 1,6 bilhão, correspondendo maior parcela — 74,7% — à externa. O incremento real desses dispêndios, em relação a 1985, foi de 56%. As amortizações foram da ordem de Cz\$ 917,8 milhões, dos quais 30% relativos à dívida interna. As despesas totais efetuadas nesse item cresceram 58% em relação ao exercício anterior.

5.3.6 Administração Financeira de Programas Especiais

A administração dos recursos financeiros aplicados em programas em implementação no Estado tem obedecido, rigorosamente, às obrigações estipuladas nos contratos e às diretrizes do Plano de Ação do Governo, em especial a que recomenda austeridade, parcimônia e respeito pela coisa pública.

Pelo que representam, no contexto das ações voltadas ao desenvolvimento do Paraná, merecem referência os seguintes:

- **BID III:** programa iniciado em 1984, destinado à construção, restauração e recuperação, no prazo de 4 anos, de 700 km de estradas pavimentadas. O investimento global previsto é de US\$ 256,8 milhões, com contrapartida, do Estado, de US\$ 139,8 milhões. Em 1986, foram liberados Cz\$ 634,8 milhões do BID e Cz\$ 390,6 milhões do Tesouro do Estado.
- **PARANÁ V:** iniciado em 1986, para construção de 556,4 km de rodovias vicinais pavimentadas, com financiamento do BNDES e do Banco Mundial no valor de 3,4 milhões de OTN. Em 1986, foram liberados Cz\$ 185,2 milhões do BNDES e Cz\$ 151,7 de contrapartida do Tesouro do Estado.
- **PRORURAL:** para projetos de apoio ao pequeno produtor rural, em municípios de regiões deprimidas. Utiliza recursos do BID, com valor contratado de US\$ 80 milhões e contrapartida do Estado de US\$ 96 milhões. Iniciado em 1981, com vigência até 1986. Foram liberados, em 1986, Cz\$ 161,6 milhões do BID e Cz\$ 203,4 milhões do Tesouro do Estado, ficando para o exercício de 1987, somente os recursos de contrapartida do Tesouro do Estado para atender ao Programa.
- **PRAM:** destinado a promover o desenvolvimento de pequenas e médias cidades, com investimento de US\$ 52,6 milhões do Banco Mundial (BIRD) e US\$ 97,6 milhões de contrapartida do Estado. Foi iniciado em 1983 e tem vigência até 1987. Foram liberados, em 1986, Cz\$ 117,2 milhões do BIRD e Cz\$ 307,8 milhões de recursos públicos — Tesouro do Estado.

5.3.7 Servidores Públicos e Ações Administrativas

Estabelecer melhoras na qualidade de vida do funcionalismo público estadual foi a principal preocupação do Governo, no exercício de 1986, no trato com os servido-

res. Nesse sentido, uma das medidas mais importantes foi a instituição de uma comissão paritária, com membros da administração e da FESPEP, para o estabelecimento de um permanente diálogo nas questões que envolvem os interesses e direitos dos servidores. Complementando a série de vantagens e benefícios concedidos, a partir de 1983, foram assegurados: gratificação de risco de saúde aos servidores da SESB; melhora salarial de 31,2% aos policiais civis e militares, a partir de outubro; piso de 2,2 salários mínimos e estruturação da carreira aos professores; reajustes gerais de salários de 89,35% para todas as categorias, a partir de janeiro, e adequação do valor dos salários e vencimentos em cruzeiros para cruzados, a partir de março.

Outra importante vertente da ação governamental tendo em vista o bem-estar dos servidores do Estado é representada pelas diretrizes do sistema assistencial e previdenciário. O maior empenho, em 1986, foi ampliar os convênios de assistência médica e melhorar os serviços do Instituto de Previdência do Estado (IPE) que inaugurou 14 farmácias — 5 em Curitiba e 9 no interior — incorporou mais 8 municípios ao programa de interiorização dos serviços odontológicos, com elemento moderador de 40%, e concluiu a construção de 3.072 unidades habitacionais para seus associados.

Prosseguiram as medidas de racionalização dos serviços públicos estaduais. Ampliou-se para todos os órgãos da administração direta e indireta o controle de utilização da frota rodoviária o que resultou em significativa redução do consumo de combustíveis, apesar do aumento de 7,6% da frota.

Entre outras medidas para racionalizar os serviços merecem destaque:

— centralização de todas as aquisições de material, com a resultante economia, pela mudança de escala de compra e melhor controle dos estoques;

— centralização dos serviços de construção de obras públicas: a EMOPAR contratou obras e executou projetos no valor total de Cz\$ 412,5 milhões;

— transferência, à iniciativa privada, daqueles serviços que os empresários particulares estão em condições de executar com mais eficiência e a menores custos; como exemplo, foram fechadas duas gráficas — do BADEP e da SUCEPAR — e oficinas mecânicas da administração direta.

As providências adotadas em 1986, na área da administração, estão inseridas em um amplo projeto de reforma administrativa praticamente pronto e que será entregue ao futuro governo, que deverá decidir sobre sua oportuna implementação.

5.3.8 Participação Comunitária

Com o principal objetivo de mobilizar o potencial de trabalho das comunidades o Governo continuou implementando programas de grande significação social, principalmente voltados para os trabalhadores com precário poder de organização. Os principais projetos realizados em 1986 foram:

— construção de 58 centros comunitários, com instalações adequadas para servir de sede social — podendo ser utilizadas como local de reuniões, cursos ou creches — para associações de trabalhadores;

— instalação de 58 oficinas comunitárias, para apoio do trabalho produtivo de trabalhadores rurais e urbanos, principalmente desempregados, em atividades de marcenaria, sapataria, artesanato, beneficiamento de produtos agrícolas, fabricação de

conservas alimentícias e outras; servem, também, para qualificar mão-de-obra nessas áreas, mediante programas específicos;

— organização de 289 hortas e 12 sítios e granjas comunitárias, destinadas a incentivar as associações de trabalhadores, principalmente volantes, a mobilizar os familiares para produção de alimentos básicos — milho, feijão, arroz, mandioca, hortifrutigranjeiros — e criação de pequenos animais, para consumo próprio, comercialização de excedentes e suprimento de programas de suplementação alimentar;

— implantação de 18 viveiros comunitários, para produção de mudas de hortaliças destinadas a hortas caseiras ou escolares, e difusão de conhecimentos e utilização de ervas medicinais de uso caseiro;

— constituição de 21 organizações comunitárias, tais como conselhos municipais de desenvolvimento, comissões de saúde, associações de moradores, de pais e mestres, de pequenos produtores e coordenadorias ou secretarias municipais de assuntos comunitários.

Foram aplicados nesses projetos, que beneficiaram 86 municípios, Cz\$ 7,7 milhões, dos quais Cz\$ 3 milhões de repasses do Governo Federal e Cz\$ 4,7 milhões da Secretaria do Trabalho e Assuntos Comunitários (SETC).

O Programa de Complementação Alimentar beneficiou 350 mil pessoas, entre crianças e adultos, e abasteceu albergues, asilos, creches e hospitais em 57 municípios. Os recursos financeiros aplicados, no total de Cz\$ 21,9 milhões — Cz\$ 3,6 milhões do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Cz\$ 18,3 do Tesouro do Estado — possibilitaram a aquisição de 37 equipamentos para a produção de hidrossolúveis e complementação de 21 equipamentos básicos, capazes de produzir 2.400 litros de leite por dia.

A Secretaria do Trabalho e Assuntos Comunitários desenvolveu outros programas dirigidos a trabalhadores e segmentos carentes da população, destacando-se:

— treinamento de 9.381 pessoas, em 178 municípios, através de cursos nas áreas de técnicas agrícolas, construção civil, comércio, serviços e indústria; esse programa demandou recursos da ordem de Cz\$ 3 milhões e contou com a colaboração de prefeituras municipais, sindicatos, associações comunitárias e empresas públicas e privadas;

— esclarecimento, através de mais de 30 reuniões, sobre o direito do trabalhador ao seguro desemprego; mais de 20 mil trabalhadores procuraram habilitar-se ao benefício, após a campanha;

— mediação de mais de 20 conflitos trabalhistas ocorridos no Estado;

— criação de comitês de prevenção de acidentes do trabalho em 26 municípios, com treinamento de 50 técnicos para atuarem como agentes multiplicadores na disseminação de métodos preventivos.

6. APÊNDICE ESTATÍSTICO

CONVENÇÕES

Foram usadas nas tabelas e quadros, as seguintes convenções, adotadas pelo Departamento Estadual de Estatística:

- ... O dado é desconhecido, podendo o fenômeno existir ou não.
- O fenômeno não existe.
- ? O dado é provisório, sujeito a retificação.
- § O dado é retificado, diferindo do anteriormente publicado.

TRANSPORTES

**OBRAS E PROJETOS CONCLUÍDOS E EM ANDAMENTO,
SEGUNDO O TIPO, NO PARANÁ — 1986**

TIPO	OBRAS E PROJETOS	
	Concluídos	Em Andamento
Pavimentação (km)	661,64	1.970,52
Restauração ou Rejuvenescimento de Pavimento (km)	412,21	741,60
Revestimento Primário (km)	4.683,94	1.690,42
Obras-de-Arte Especiais (m)	5.245,74	2.421,16
Construção de Prédios Públicos (m ²)	2.152,75	—
Projetos de Engenharia (km)	1.106,69	1.771,75

FONTE: DER-SETR

**REDE RODOVIÁRIA A CARGO DO DER, SEGUNDO O TIPO DE LEITO,
NO PARANÁ — DEZEMBRO — 1986**

TIPO DE LEITO	REDE RODOVIÁRIA (km)		
	Estadual	Federal Delegada	TOTAL
Pavimentado	7.978,1	1.937,4	9.915,5
Revestido	2.176,7	84,7	2.261,4
Natural	504,9	—	504,9
Em obras (1)	1.138,7	72,0	1.210,7
TOTAL	11.798,4	2.094,1	13.892,5

FONTE: DER-SETR

(1) Classificação temporária de trechos da rede rodoviária, onde se processam trabalhos diversos que alterarão a natureza do leito estradal.

**TERRAPLENAGEM E REVESTIMENTO PRIMÁRIO CONCLUÍDOS, NO
PROGRAMA NORMAL, POR RODOVIA (E/OU TRECHO), SEGUNDO OS
MUNICÍPIOS, NO PARANÁ – 1986**

MUNICÍPIOS	TERRAPLENAGEM E REVESTIMENTO PRIMÁRIO	
	Rodovia e/ou Trecho	Extensão (km)
Abatiá	Abatiá-S. Antônio da Platina	6,00
	Diversos	32,00
Altamira do Paraná	Altamira-Rio Cantu	20,80
Alto Paraná	Sede-Ribeirão Andumaí	11,40
Alto Piquiri	Paulistana-Água da Amora	6,00
	Alto Piquiri-Paulistana	5,40
Alvorada do Sul	Diversos Trechos não Denominados	37,10
Ampere	Ampere-Pinhal-São Bento-Sede União	20,60
	PR-182-Linha Cotegipe	11,90
Andirá	PR-517-Bairro Mandi	6,10
Apucarana	Apucarana-Califórnia	0,41
Arapongas	DP/101-DP/202	26,00
Arapoti	PR-092-Sapé-Esperança	12,50
Araruna	Sede-Rio Guarita	10,40
Assis Chateaubriand	PR-364 Assis Chateaubriand-Encantado	0,20
Astorga	PR-454-Granada-Rio Picapó	15,00
Bandeirantes	BR-369-Bairro do Sertãozinho	2,00
	BR-369-Bairro do Anenésio	12,40
Barbosa Ferraz	Sede-Pocinho	15,40
Barra do Jacaré	PR-092-Rio Jacaré	5,20
	Sede-Rio Jacaré	3,40
Barracão	Acesso a Bom Jesus do Barracão	5,00
	Diversos	34,30
Boa Esperança	Palmital-Riozinho	11,00
Boa Vista da Aparecida	Rio Andrade-Linha Progresso	2,66
	Linha Progresso-B. Vista da Aparecida	1,48
Bom Sucesso	Marumbi-Fazenda Monte Negro	31,90
Borrazópolis	Sede-Santa Terezinha-Café Norte	20,40
Braganey	Sede-Longeópolis-Somália	18,70
Cafeara	Diversos	16,80
Cafelândia	PR-180 Cafelândia-Central Santa Cruz	7,65
	Diversos	17,38
	PR-180-Cafelândia-Cascavel	3,39
Califórnia	Sede-Miranda	17,00
Cambará	BR-369-Salto Grande	2,40
Cambé	Diversos	23,00
Cambira	Sede-Itacolomi	19,70
Campina da Lagoa	PR-239-Sales de Oliveira	14,60
Campo Largo	PR-090-Rio Açunguí-Div. Ponta Grossa	3,48
	PR-090 Curitiba-Rio Açunguí	36,10
	PR-090-Rio Açunguí-Div. Ponta Grossa	0,47
Campo Mourão	BR-272 Campo Mourão-Goioerê	0,20
	Estrada do Rio Formoso	23,50

continua

**TERRAPLENAGEM E REVESTIMENTO PRIMÁRIO CONCLUÍDOS, NO
PROGRAMA NORMAL, POR RODOVIA (E/OU TRECHO), SEGUNDO OS
MUNICÍPIOS, NO PARANÁ — 1986**

continuação		
MUNICÍPIOS	TERRAPLENAGEM E REVESTIMENTO PRIMÁRIO Rodovia e/ou Trecho	Extensão (km)
Cândido de Abreu	PRT-487 Bairro da Imbúia-Tereza Cristina	4,10
	PRT-487 Tereza Cristina-Três Bicos	3,20
Cantagalo	Pinhalzinho-Groncoro	12,60
	PR-364 Goxim-Marquinho	3,10
	Pinhalzinho-Groncoro-Guampara-PR-486	43,20
	PR-364 Três Capões-Marquinho	2,80
	Invernadinha-Marquinhos-Juriti	39,00
	PR-364 Três Capões-Palmital	22,00
Capanema	Capanema-Faraday-Porto Marmelândia	33,70
Capitão Leônidas Marques	Trecho não Denominado	3,68
	S. Lúcia-Rio Andrade	4,23
Carlópolis	PR-218-Nova Brasília	4,00
Cascavel	Núcleo Industrial	1,33
	PR-180 Cafelândia-Cascavel	2,67
Castro	S. Salvador-Linha S. Roque	13,42
	PR-090 Div. Ponta Grossa-Div. Piraí	4,59
	PR-340 Entronc. PR-090-Castrolândia	6,15
Colorado	Horma-Água Grande	4,50
	Horma-Água Verde	8,30
Congonhinhas	PR-160-Triolândia	23,90
Conselheiro Mairinck	BR-153-Guapé-Japira	9,50
Cornélio Procópio	Cornélio Procópio-S. Mariana	11,00
Dois Vizinhos	PR-180 Santa Lúcia-Div. Verê	23,00
Doutor Camargo	Diversos	8,00
	PR-471-Divisor	4,70
	Nova Esperança-São Luiz	5,90
	Alto Bela Vista-Arroio de Paula	3,60
	KM 38-Km45	7,20
	Km 42-Novo Horizonte	4,20
	Travessa do Vitória-PR-471	4,60
	Revestimento de Div. Trechos Rodov.	14,20
Enéas Marques	Rio da Várzea-Mandijuba PR-317	5,10
	PR-082-Saltinho	8,10
	PR-317-Usina Sabaralcool	6,00
	PR-317 Rio Ivaí-Campo Mourão	20,00
Faxinal	Fazenda Limeira-Rio Perigoso	10,30
Fênix	Sede-Bela Vista	26,00
Figueira	Figueira-Curiúva	0,16
Floraí	Reserva-Paranhos	14,00
Floresta	Diversos	10,00
Florestópolis	Diversos	20,35

continua

**TERRAPLENAGEM E REVESTIMENTO PRIMÁRIO CONCLUÍDOS, NO
PROGRAMA NORMAL, POR RODOVIA (E/OU TRECHO), SEGUNDO OS
MUNICÍPIOS, NO PARANÁ — 1986**

MUNICÍPIOS	TERRAPLENAGEM E REVESTIMENTO PRIMÁRIO Rodovia e/ou Trecho	continuação
		Extensão (km)
Flórida	PR-461 Ângulo-Flórida	0,80
Foz do Iguaçu	Estrada Boiadeira-Olaria	10,30
Francisco Beltrão	Rodovia das Cataratas	10,23
	PR-180 F. Beltrão-Vista Alegre (acostamento)	0,92
	Francisco Beltrão-Vista Alegre	0,40
Grandes Rios	Rio Perigoso-Três Encruzos	5,10
Guaíra	PRT-163 Mal. Cândido Rondon-Guaíra	0,02
Guapirama	Sede-PR-092	4,50
Guaraci	Diversos Trechos não Denominados	14,80
Guaraniaçu	Campo Bonito-BR-277	2,28
	BR-277 Diamante-BR-277 Rocinha	21,00
Guarapuava	BR-373-Colônia São Pedro	10,20
	Acesso a Copasa	0,50
	BR-373 São Pedro	13,00
	Campina do Simão-Grigoro	7,80
	PR-540-PR-170-Colônia Socorro	0,70
	PR-844 Guará-Góes Artiga	12,70
	PR-364 Guarapuava-Góes Artiga	13,00
Ibaiti	Avenida (frente do 16.DR.)-Ibaiti	0,30
	PRT-153 Ibaiti-Ventania	21,27
	Santa Maria-Vassoural	7,90
	PR-436 Ibaiti-Vassoural	11,58
Ibiporã	Diversos	27,00
Imbituva	PRT-153 Irati-Imbituva	0,98
Inácio Martins	PR-364 Irati-Inácio Martins	9,13
Inajá	São João-Oito Irmãos-Guanabara	7,50
Ipiranga	Descalvado-Macucos	6,80
Iporã	Estrada do Oriente	20,00
Irati	PR-364 Riozinho-Barra Zampier	2,70
	PR-438 BR-277-Rio Guarauninha	0,46
	PR-438 Irati-Rio Guarauna	0,08
	PRT-153 Irati-Imbituva	2,48
	PRT-153 Irati-Imbituva	0,31
	PR-364 Rio Turvo-PRT-153-Riozinho	0,22
	Barra do Gavião-Papua dos Fiori	7,50
	Arroio Grande-Estrada Geral	5,60
Iretama	Sede-Venda Azul-Três Butelos	19,60
Itambaracá	Sede-Bairro São João-Pontal	6,20
	PR-436 Itambaracá-Bandeirantes	8,00
Itambé	Acesso a Mariza	1,00
	Diversos	15,50

continua

**TERRAPLENAGEM E REVESTIMENTO PRIMÁRIO CONCLUÍDOS, NO
PROGRAMA NORMAL, POR RODOVIA (E/OU TRECHO), SEGUNDO OS
MUNICÍPIOS, NO PARANÁ — 1986**

continuação

MUNICÍPIOS	TERRAPLENAGEM E REVESTIMENTO PRIMÁRIO Rodovia e/ou Trecho	Extensão (km)
Itauna do Sul	Estrada Municipal	0,51
Ivaí	PRT-487 Ivaí-Bairro da Imbuia	4,00
	PRT-487 Ivaí-Três Bicos	1,50
Ivaiporã	Corumbataí-Arapuã-Rondópolis-Alto do Lageado	32,00
	Sede-Nova Aliança	25,00
Ivatuba	Diversos	1,00
Jaboti	Sede-Divisa Tomasina	27,00
Jaguapitã	Diversos	12,40
Janiópolis	BR-272-Bredalópolis-Rio Goioerê	18,00
Japira	Diversos	16,30
Jardim Olinda	E401-E304/E301-E402	6,00
Jesuítas	Diversos	16,37
Joaquim Távora	Estradas Municipais	17,50
Jundiá do Sul	Diversos	8,00
Jussara	Jussara-Destilaria de Álcool	1,81
	Trecho não Denominado	3,00
	Estrada do Horto	4,10
Laranjeiras do Sul	Nova Laranjeiras-Rio Piquiri	52,10
	PR-843-Laranjeiras do Sul-Porto Santana	
Leópolis	Leópolis-Santa Mariana	16,00
	Leópolis-Divisa Sertaneja	16,00
Londrina	Rodovia Municipal não Denominada	37,00
	Diversos	15,00
Lupionópolis	Diversos	27,60
Mamborê	Mamborê-Guacani	23,00
	BR-369 Campo Mourão-Rio Piquiri	0,12
Mandirituba	Div. S. José dos Pinhais-Cemitério P. Amarelo	11,70
Marechal Cândido Rondon	Vila Margarida-Pato Bragado	15,10
Maria Helena	Estrada Alto Alegre-Estrada da Figueira	13,13
Marilândia do Sul	Marilândia-Nova Amoreira	12,80
	Diversos	24,00
Marilena	JB/070 Entronc. JB/050 Foz do R. Areia Branca	1,00
	JB/080 Entronc. JB/090 Entronc. JB/060	10,90
	JB/090 Marilena-Rio Areia Branca	8,80
Mariluz	Estrada São Luiz	10,90
Maringá	PR-454 Maringá-Granada	9,81
Medianeira	Diversos	23,51
Missal	PR-495 Missal-Esquina Céu Azul (PR-488)	2,31

continua

**TERRAPLENAGEM E REVESTIMENTO PRIMÁRIO CONCLUÍDOS, NO
PROGRAMA NORMAL, POR RODOVIA (E/OU TRECHO), SEGUNDO OS
MUNICÍPIOS, NO PARANÁ — 1986**

<i>continuação</i>		
MUNICÍPIOS	TERRAPLENAGEM E REVESTIMENTO PRIMÁRIO	
	Rodovia e/ou Trecho	Extensão (km)
Munhoz de Melo	Estrada Municipal	4,10
	Água dos Altos	3,76
Nova Aliança do Ivaí	Diversos	5,00
Nova Esperança	Estrada Zacharias	4,05
Nova Fátima	Diversos	18,00
Nova Prata do Iguaçu	Sede-Sarandi-São Jorge	25,60
	PR-158 Palmital-Marquinho	14,60
Palmital	Sede-Mirim (Divisa)	41,00
	PR-364 Três Capões-Palmital	6,80
Palotina	Sede-Vila Maripó	5,40
Paraíso do Norte	Estrada da Barra Verde	13,00
Paranapoema	E002-E001	12,50
Paulo Frontin	KJ/102-Subsede-Vicinal 7	4,80
Peabiru	Estrada Placa União-Muchulu	12,10
Pérola do Oeste	Diversos	32,60
Pinhalão	Sede-Ribeirão do Café	4,70
Pinhão	Pinhão-Salto Segredo	3,00
	PR-170 Guarapuava-Foz do Areia	0,30
Piraí do Sul	Pinhão-Usina Segredo	23,00
	PR-090 Div. Castro-Entr. PR-151	0,18
Pitanga	Pitanga-Mato Rico	23,80
	PR-460 Pitanga-Bela Vista (Trevo de Acesso no Km 86)	1,00
	Pitanga-Mato Rico-Água Doce	47,00
	PR-239-Pitanga-Roncador	0,40
	PR-460-Pitanga-Rio Muquidão	1,30
	PR-456 Santa Maria-PR-456 São José	33,00
	PR-090 Div. Campo Largo-Div. Castro	0,10
PR-513-Entronc. BR-376-PR-090	0,45	
Ponta Grossa	Ribeirão Grande	33,20
Primeiro de Maio	Prefeitura Municipal de Prudentópolis	3,70
Prudentópolis	Sede-Sapé	9,60
	PR-852 Entr. PR-092-Ac. Quatiguá	1,20
Quatiguá	Estrada da Concisa	1,30
	Borda do Campo-Div. Piraquara	1,90
	Estrada Milton Perini	2,20
	Pinheirinho-Pedreiras	5,00
	Estrada da Concisa	1,30
	Borda do Campo-Div. Piraquara	1,90
	Estrada Milton Perine	2,20
Quatro Barras	Estrada do Anhangava-Serta	5,20

continua

**TERRAPLENAGEM E REVESTIMENTO PRIMÁRIO CONCLUÍDOS, NO
PROGRAMA NORMAL, POR RODOVIA (E/OU TRECHO), SEGUNDO OS
MUNICÍPIOS, NO PARANÁ — 1986**

continuação

MUNICÍPIOS	TERRAPLENAGEM E REVESTIMENTO PRIMÁRIO	
	Rodovia e/ou Trecho	Extensão (km)
Quedas do Iguaçu	PR-473 Água do Melo-Linha Gaúcha	24,50
Quinta do Sol	Quinta do Sol-Irapuã-Rio da Várzea	19,60
Ribeirão Claro	Estrada LZ/218 (Água da Mula)	4,40
Ribeirão do Pinhal	PR-218-Divisa Abatiá	14,80
	PR-436 Água do Limeira-Bairro do Britado	3,00
Rio Azul	Prefeitura Municipal de Rio Azul	5,80
	Rodovia Municipal não Denominada	5,11
Rio Bom	PR-539 Rio Bom-S. Antônio do Palmital (acostamento)	19,00
	PR-539 Rio Bom-S. Antônio do Palmital	15,40
Rio Branco do Sul	Balsa Assungui-Divisa Castro (Rib. Costa)	14,40
Rolândia	Ac/986 S. Martinho-Pitangueira	15,40
Rondon	Diversos	16,50
Salto do Itararé	Salto do Itararé-São Campos	18,00
Santa Amélia	Sede-Bairro Água da Prata	12,00
Santa Cecília do Pavão	Sede-Viação	20,00
Santa Fé	Estrada Margarida-Bandeirante	10,50
Santa Helena	PR-595 Missal-Esquina Céu Azul	0,55
	PR-317 Rio S. Quitéria-São Clemente	0,02
	PR-488 Diamante do Oeste-S. Helena	0,05
Santa Inês	Santa Inês-Imbiacara	6,00
Santa Isabel do Ivaí	Sede-S. José do Ivaí	11,00
Santa Isabel do Oeste	PR-281-Rio Cotegipe	7,50
	PR-281-R. Cotegipe-S. Judas Tadeu-R. da Prata	
Santa Mariana	BR-369-Bairro do Palmital	12,00
Santa Terezinha de Itaipu	BR-277-Estrada Velha Guarapuava	15,60
Santana do Itararé	Trecho Municipal não Denominado	18,00
	Santana do Itararé-Siqueira Campos	18,00
	Estradas Municipais	10,40
Santo Antônio da Platina	Estrada Beira Rio	6,20
Santo Antônio do Caiuá	Estrada do Cristo Rei	5,70
	Corrego Mercúrio	5,30
	Estrada Marabá	4,10
	Estrada Caiuá	2,00
Santo Antônio do Paraíso	Sede-Viação	26,00
Santo Antônio do Sudoeste	PR-481 Pinhal-S. Bento-Cab. do Pinhal	18,25
Santo Inácio	Diversos	13,85
São Carlos do Ivaí	Estrada Pé de Galinha	10,33
São Jerônimo da Serra	Estradas Municipais	20,00
São João do Ivaí	S. João do Ivaí-Godoy Moreira	35,00

continua

**TERRAPLENAGEM E REVESTIMENTO PRIMÁRIO CONCLUÍDOS, NO
PROGRAMA NORMAL, POR RODOVIA (E/OU TRECHO), SEGUNDO OS
MUNICÍPIOS, NO PARANÁ — 1986**

MUNICÍPIOS	TERRAPLENAGEM E REVESTIMENTO PRIMÁRIO	
	Rodovia e/ou Trecho	Extensão (km)
São João do Triunfo	PR-151-Taió-Mangueirinha	12,00
São Jorge do Oeste	Diversos Trechos não Denominados	18,50
São José da Boa Vista	S. José da Boa Vista	12,00
	S. Jose da Boa Vista-Div. Jaguariaíva	8,20
São Jose da Boa Vista	Wenceslau Braz-S. José da Boa Vista	9,10
	PR-151-Div. Sengés-S. José da Boa Vista	1,57
	Estradas Municipais	13,70
São José das Palmeiras	Codal-Barrafunda	8,20
	Baixadão-União	4,00
São José dos Pinhais	Capão Grosso-Estrada do Ronco	4,80
São Miguel do Iguaçu	BR-277-Guanabara	1,75
	Aparecidinha-Santa Inês	1,31
	S. José do Itavo-Caramuru	2,18
Sapopema	Estradas Municipais	23,00
Sengés	PR-151 Sengés-Div. S. José da B. Vista	48,7
Sertanópolis	Diversos	42,00
	Siqueira Campos-Santana do Itararé	18,00
	Estradas Municipais	11,00
Tamboara	Est. 404/Est.001	16,20
Teixeira Soares	PR-438-Entronc. PR-151-Rio Guarauninha	0,10
Terra Boa	Terra Boa-Rio Taquarimbé	10,70
Terra Roxa	Bela Vista-Acesso Santa Rita	3,53
Tibagi	Entronc. BR-376-Descalvado	2,50
Toledo	PRT-467 Quatro Pontes-Toledo	1,11
	PR-182 Palotina-Toledo	0,05
	Diversos	15,65
Tomasina	Sede-Barra Mansa	7,00
Três Barras do Paraná	PR-471-Rio Guarani	10,20
	S. Terezinha-S. Sebastião-V. Bonito	23,00
Tupassi	Diversos	3,18
Ubiratã	Vila Yolanda-IV Centenário	10,20
União da Vitófia	Ligação S. Martinho-Pitangueira	15,00
Vitorino	Entronc. PR-280-Pato Branco-Fartura	14,85
Wenceslau Braz	Wenceslau Braz-S. José da Boa Vista	9,10
	Estradas Municipais	11,90
TOTAL		3.119,28

FONTE: DER-SETR

**TERRAPLENAGEM E REVESTIMENTO PRIMÁRIO CONCLUÍDOS, NO
PROGRAMA PRÓ-RURAL, POR RODOVIA (E/OU TRECHO), SEGUNDO OS
MUNICÍPIOS, NO PARANÁ – 1986**

MUNICÍPIOS	TERRAPLENAGEM E REVESTIMENTO PRIMÁRIO Rodovia e/ou Trecho	Extensão (km)
Adrianópolis	Estrada do Perau	38,00
Agudos do Sul	PR-281 Lagoa dos Pretos-Palmito	9,60
Antonio Olinto	DM-401-Entronc. BR-476-Imbuial-Div. Lapa	11,00
	DM-303-Campina-Entronc. PR-281	4,30
	DM-404 Sede-Div. São Mateus	6,00
	DM-201 Água Amarela de Baixo-Entronc. BR-476	3,20
	DM-001-Sede-Entronc. BR-476	14,70
Arapoti	PR-092-Esperança	10,00
	PR-092-Natureza	10,00
Balsa Nova	Mata do Chiqueiro	3,50
	Sede-Bugre	10,50
Bituruna	Empossado Serraria Ravanello	2,00
	Engano-Boa Esperança	3,00
	Engano-Rosário	4,00
	Bituruna-S. Antônio-S. Augusto Balsa	14,10
Bocaiúva do Sul	BR-476 Estrada Salto S. Rita	14,90
	Divisa Colombo-Bacaetava-BR-476	8,80
	Sede-Divisa Colombo	6,00
	Corujinha	1,70
	BR-476 Campina-Salto S. Rita	15,00
Campina Grande do Sul	Acesso Camp. Grande do Sul-Roseira	11,00
	Sede-Marcelina	2,90
	Rio Capivari-Roseira-Div. Bocaiúva	6,60
	BR-116-Cerne	4,10
	Sede-Maravilha	2,90
Campo do Tenente	Pau de Casca-Div. Rio Negro	2,30
	BR-116-Capoeirinha	5,80
Campo Largo	Itambé-Taquara	12,50
	Barreiro-Jacui	13,50
Cândido de Abreu Castro	Entronc. PRT/487-Serra do Caju	18,80
	Guararema-Castro	12,60
	PR-090 Div. Ponta Grossa-Div. Piraí	4,70
Cerro Azul	Barra Teixeira-Caraguatá	26,00
Clevelândia	PRT-280 Rondinha-Div. Santa Catarina	6,80
	São Francisco-Encruzilhada	22,20
Cruz Machado	Iapó-Lageado Liso	15,10
General Carneiro	GN/101 Jangada do Sul-Santa Lúcia	9,00
	GN/401-Entronc. PR-170-Faxinal dos Santos	5,20
Guaraqueçaba	BR-405 Serra Negra	12,00
	PR-405 Tromomo (Rios das Canoas)	5,00
Imbituva	Fazenda Diavam-Barro Preto	13,00
	BR-373 Água Branca	6,00

continua

**TERRAPLENAGEM E REVESTIMENTO PRIMÁRIO CONCLUÍDOS, NO
PROGRAMA PRÓ-RURAL, POR RODOVIA (E/OU TRECHO), SEGUNDO OS
MUNICÍPIOS, NO PARANÁ — 1986**

continuação

MUNICÍPIOS	TERRAPLENAGEM E REVESTIMENTO PRIMÁRIO	
	Rodovia e/ou Trecho	Extensão (km)
Inácio Martins	S. Miguel-Faxinal dos Stresser	12,00
	Sede-Divisa Irati	6,00
Ipiranga	Ipiranga-Fazendinha	11,70
	Entronc. PRT-487-Col. Scheiffer-Rio Tibagi	7,20
Irati	Entronc. PRT-487-Espigão Grande	4,60
	Serra Papua-Divisa Imbituva	4,00
	Cruz. da Serra dos Nogueiras-Serra Papua	7,80
Ivaí	Cerro da Ponte Alta-Barra do Gavião	10,00
	São Roque-Divisa Tibagi	12,00
Lapa	BR-476 Bonito	7,00
	Butiá de Baixo-Divisa Rio Negro	2,20
	BR-476 Água Azul de Cima	13,50
	Butiá de Baixo-Butiá	6,30
Mallet	IN/205 Rio Claro do Sul-Volta Grande	10,20
	IN/205 Serra do Tigre-Dorizon	10,80
Mandirituba	Lima-Colônia Marcelino	6,20
	Igreja do Ganchinho-Rio Maurício	7,00
	Igreja dos Lima-Trinaquia	4,80
	Espigão das Antas-Pedra Preta	2,60
	Guajuvira-Espigão das Antas	8,50
	Espigão das Antas-Pedra Preta	2,60
	Estrada Guajajara-Espigão das Onças	8,50
Mangueirinha	S. Amaro-Lagoa dos Ferreira-Esp. das Onças	9,00
	Covo-Estil	10,30
	Volta do Morro Verde II	7,00
	Volta do Morro Verde I	7,00
Morretes	Honório Serpa-Dario-Div. Pato Branco	25,10
	JM/102 Rio Sambaqui-Morro Alto	5,00
Palmas	JM/407-PR-411-Colônia Marques	5,00
	Cel. Domingos Soares-Rio Iguaçu	40,00
Palmeira	Travessão do Retiro	13,80
	Mandacaia-Santa Bárbara	7,00
	Vitorino Marins-Faxinal Grande	6,70
Paula Freitas	S. Barbara-Rio das Pedras-Cantagalo	11,00
	KI/206-Faxinal-Poço Preto	6,40
	KI/306 Vicinal Donana-Boa Vista	5,50
	KI/306-BR-476-Vargem Grande	3,00
Paulo Frontin	KI/002 Paula Freitas-Faxinal	8,10
	KJ/003-KJ/417-Bom Retiro-Água Fria	6,70
	KJ/005-BR-153-Vicinal 8	4,70
Pien	Cachoeira-Trigolândia	7,00
Piraí do Sul	Entronc. PR-151-Jararaca	8,20

continua

**TERRAPLENAGEM E REVESTIMENTO PRIMÁRIO CONCLUÍDOS, NO
PROGRAMA PRÓ-RURAL, POR RODOVIA (E/OU TRECHO), SEGUNDO OS
MUNICÍPIOS, NO PARANÁ — 1986**

continuação

MUNICÍPIOS	TERRAPLENAGEM E REVESTIMENTO PRIMÁRIO Rodovia e/ou Trecho	Extensão (km)
Ponta Grossa	Passo do Pupo-Princesa do Ribeirão	23,10
Porto Amazonas	Nova Restinga-PR-427	5,30
	Três Encruz.-Ol. Rufino-Restinga-Boqueirão	8,70
Porto Vitória	Linha São Miguel	5,40
Prudentópolis	Sede-Jaciaba-Div. Cândido de Abreu	90,00
Quatro Barras	Estr. da Graciosa-Palmitalzinho-BR-116	9,00
	Rib. do Tigre-BR-116-Graciosa-Rio do Meio	6,40
Quitandinha	Doce Grande-Rio da Várzea	12,50
	Pangaré-Ganchinho-Quice-Doce Fino	12,70
Rebouças	DW/106 Potinga-Div. Irati	7,00
	Sede-Marmeleiro (LN/102-LW/203)	14,70
Reserva	Serra da Laranjeira-B. Bonita-Marumbi	24,60
	Reserva-Mirins	8,30
	Pinhal Preto	4,50
Rio Azul	Sede-Serra Azul-Via Pinhalzinho	10,70
	Elias-Marumbi dos Ribeiros-Taquari	26,80
Rio Branco do Sul	São Pedro-Assungui-Licurgo	26,00
Rio Negro	Sítio dos Ruthes-Lag. dos Cordeiros	15,00
São João do Triunfo	Sede-Taió	12,00
	PR-151-Porto Feliz	17,50
São José dos Pinhais	BR-277-Capão Grosso	7,00
	Santinho-Ronco	4,80
	Cachoeira	2,00
	Capão Grosso-Gamela	2,20
São Mateus do Sul	Lageado-Porto Ribeiro	10,80
	NY/501-Entronc. PR-364-(Estiva) Mourão	8,00
	NY/404-Entronc. PR-364-Caíta	11,90
	Espigãozinho-Maria Clara	7,40
	NY/302-Col. Taquaral-Taquara dos Bugres	8,00
	NY/001 Espigãozinho-Água Branca	8,00
Sengés	Sengés-Miolinho	22,00
	Miolinho-Porto Felício	5,20
	Miolinho-Barra Itararé	6,00
	PR-151 Sengés-Div. S. José da B. Vista	1,10
Teixeira Soares	Kalinowski-Violas	21,00
	Violas-Fazenda das Almas	8,60
	Pinheiro Alto-Rio das Almas	9,10
Tibagi	Gaias-Água Clara-Boa Vista	9,90
	S. Bento-Faxinal dos Empossados	24,00
TOTAL		1.287,50

FONTE: DER-SETR

**SERVIÇOS CONCLUÍDOS DE RESTAURAÇÃO E REJUVENESCIMENTO DE
PAVIMENTO, NO PROGRAMA NORMAL, POR RODOVIA (E/OU TRECHO),
SEGUNDO OS MUNICÍPIOS, NO PARANÁ – 1986**

RESTAURAÇÃO E REJUVENESCIMENTO		
MUNICÍPIOS	Rodovia e/ou Trecho	Extensão (km)
Abatia	PR/436-Entr. PR/439-Ribeirão do Pinhal	5,50
	PR/182 Jacutinga-Ampere	6,58
Apucarana	PR/182 Trevo Ampére-Trevo Santa Izabel	0,62
	PR/481 Ampére-Santo Antônio	9,30
Assaí	Acesso Apucarana (Cont. Sul)	1,10
Assis Chateaubriand	PR-090 Assaí-São Jerônimo da Serra	0,18
	PR-090 Assaí-Entr. PR-218	3,00
Atalaia	PR-364 Assis Chateaubriand-Encantado	0,02
	PR-239 Assis Chateaubriand-PR-317	0,06
	PR-364 Assis Chateaubriand-Palotina	0,05
Balsa Nova	Rua Municipal	1,95
Cambará	Acesso a Refinaria Milho Brasil	1,60
Cantagalo	Entr. BR-369-Acesso a Casquel	6,50
Cap. Leônidas Marques	PR-364 Três Capões-Marquinho	6,70
	PR-182-BR-277 Cap. Leônidas Marques	1,32
Castro	PR-182 Cap. Leônidas Marques-Rio Iguaçu	0,01
	PR-151-Ponta Grossa-Castro	1,86
Catanduvas	PR-471 Catanduvas-Três Barras do Paraná	1,44
	PR-471 BR-277-Catanduvas	0,30
Congonhinhas	Rio do Peixe-Congonhinhas	0,33
Cornélio Procópio	PR-369 Jataízinho-Cornélio Procópio	3,40
Faxinal	PR-451 Entr. PRT-272-Entr. PR-082	3,00
Formosa do Oeste	PR-317 Rio Piquiri-Formosa do Oeste	0,03
Foz do Iguaçu	BR-469 Foz do Iguaçu-Cataratas do Iguaçu	3,10
	Avenida Costa e Silva	3,00
Francisco Beltrão	PR-180 Francisco Beltrão-Vista Alegre	0,20
General Carneiro	BR-153 União da Vitória-Divisa PR/SC	0,30
Guaíra	PRT-163 Mal. Cândido Rondon-Guaíra	0,82
Guapirama	PR-218 Joaquim Távora-Guapirama	0,80
Guaraniaçu	Acesso a Guaraniaçu	1,80
	PR-170 Guarapuava-Foz do Areia	1,60
	PR-540-PR-170 Colônia Socorro	2,00
	PR-540-PR-170-Colônia Cachoeira	6,30
Guarapuava	PR-170 Guarapuava-Rio Jordão	1,00
	Acesso Ferry-Boat	0,30
Guaratuba	Ibaiti-Rio do Peixe	0,11
	PRT-272 Ibaiti-Tomasina	2,09
	PR-436 Ibaiti-Vassoural	0,30
Ibiporã	Avenida Santos Dumont	0,20
Itambé	PR-546 Perímetro Urbano Itambé	1,20
Ivaí	PRT-487 Ivaí-Rio Quatis	2,70
Jacarezinho	PR-431 Jacarezinho-Cambará	2,37
Jesuítas	PR-239 Nova Aurora-Jesuítas	0,75
Joaquim Távora	Rua Getúlio Vargas-Joaquim Távora	0,17

continua

**SERVIÇOS CONCLUÍDOS DE RESTAURAÇÃO E REJUVENESCIMENTO DE
PAVIMENTO, NO PROGRAMA NORMAL, POR RODOVIA (E/OU TRECHO),
SEGUNDO OS MUNICÍPIOS, NO PARANÁ — 1986**

continuação

RESTAURAÇÃO E REJUVENESCIMENTO		
MUNICÍPIOS	Rodovia e/ou Trecho	Extensão (km)
Loanda	PR-182 Loanda Santa Isabel do Ivaí	8,50
Londrina	PR-445 Trevo da BR-369-PR-445 Trevo PR-445-Londrina	0,55 1,00
Marechal Cândido Rondon		
	PRT-163 Mal Cândido Rondon-Guaíra	0,87
Maringá	BR-376 Maringá-Paiçandu	1,00
	Campus Universitário (Maringá)	0,40
Marmeleiro	PR-180 Marmeleiro	0,02
Matinhos	Avenida Atlântica	3,00
N. Senhora das Graças	Rua Municipal	1,06
Nova Aurora	PR-239-Entr. BR-369-Nova Aurora	0,07
	PR-180 Rio Piquiri-Nova Aurora	0,03
	PR-239 Nova Aurora-Jesuítas	0,01
	PR-182 Palotina-Toledo	0,46
Palotina		
Paranavaí	Acesso Batalhão Polícia Militar	1,20
Paula Freitas	Acesso Paula Freitas-BR-476	4,00
Pinhão	PR-170 Guarapuava-Foz do Areia	1,40
Piraí do Sul	Acesso Brotas	4,20
Piraquara	Acesso BR-277-Greder	3,00
Ponta Grossa	PR-151 Ponta Grossa-Castro	0,82
	Acesso Clube Verde	0,80
Porto Vitória	BR-153 União da Vitória-Divisa PR/SC	0,24
Primeiro de Maio	PR-445 Primeiro de Maio-B. Vista do Paraíso	43,80
Quatiguá	PR-852-Entr. PR-092-Acesso Quatiguá	1,00
Realeza	Recap. da Ponte s/Rio Iguaçu em Marmelândia	0,50
Ribeirão Claro	PR-151 Ribeirão Claro-Divisa SP/PR	13,00
Ribeirão do Pinhal		
Salto do Lontra	PR-281 Alto Bela Vista-Salto do Lontra	0,12
Santa Fé	Rua Municipal	1,66
Santa Helena	PR-488 Diamante do Oeste-Santa Helena	0,04
S. Antônio da Platina	PR-439 S. Antônio da Platina-Ribeirão do Pinhal	4,10
	PR-439 S. Antônio da Platina-Entronc. PR-436	63,00
S. Antônio do Sudoeste	BR-163 S. Antônio do Sudoeste-Pranchita	4,60
S. Jerônimo da Serra	PR-090 Assaí-São Jerônimo da Serra	0,18
Sarandi	Rua Municipal	1,76
	PR-239 Entronc. PR-182-Novo Sarandi	0,07
Toledo	PR-691 Ligação PR-317-PR-585 PR-182 Palotina-Toledo	0,02 1,00
Umuarama	Acesso a Cidade de Umuarama	0,11
Vera Cruz do Oeste	PR-488 Vera C. do Oeste-Diamante do Oeste	0,02
TOTAL		253,57

FONTE: DER-SETR

**OBRAS-DE-ARTE ESPECIAIS CONCLUÍDAS, NO PROGRAMA NORMAL,
POR OBSTÁCULO, E EXTENSÃO, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS,
NO PARANÁ — 1986**

MUNICÍPIOS	Obstáculo	Extensão (m)
Altamira do Paraná	Ponte — Rio Cantu	150,00
Andirá	BR/369 Viaduto Andirá	18,00
Araruna	Ponte — Rio Ligeiro	35,00
Araucária	BR/476 Pass. inf. (R. Archelau-Av. das Torres)	12,00
Balsa Nova	Ponte — Rio das Pombas	46,00
Bituruna	Ponte — Ribeirão do Veado	16,00
Boa Esperança	Ponte — Rio Riozinho	25,00
Capanema	Ponte — Rio Siemens	14,00
Coronel Vivida	Ponte — Rio Quieto	9,00
Cruzeiro do Oeste	Ponte — Rio Corimbatá	22,00
Guarapuava	Ponte — Rio Banana	23,00
Guaraqueçaba	Ponte — Rio Bananal	23,00
	Ponte — Rio Lageado	13,00
	Ponte — Rio Moratinho	13,00
Guaratuba	Ponte — Rio da Berta	16,00
Ibaiti	Ponte — Rio Engano	32,00
Irati	Ponte — Rio Preto	37,70
Jataizinho	Viad. Jataizinho (alargamento)	24,40
Lapa	Ponte — Rio da Várzea	23,00
Londrina	Ponte — Rio Gamelão	23,00
Maringá	Passarela — RFFSA	38,00
Matinhos	Canal DNOS (Av. Maringá em Caiobá)	9,00
	Ponte — Rio Cachoeirinha	30,00
Morretes	Ponte — Rio Ipiranguinha	7,00
	Ponte — Rio Barroca	7,30
	Ponte — Rio Sapitanduva	9,70
Ortigueira	Ponte — Rio Lamedor	32,00
Palmeira	Ponte — Rio dos Papagaios	70,00
Paranaguá	Viad. na BR/277	75,00
	Ponte — Rio Santa Cruz	30,00
	Rio Brejatuba	25,00
	Rio Ribeirão	40,00
	Rio das Pombas	30,00
	Rio Col. Pereira	40,00
Pitanga	Ponte — Rio Corumbataí	23,00
	Ponte — Rio Liso	30,00
	Ponte — Rio Palmitalzinho	20,00
Ponta Grossa	BR/376 Pass. inferior (Cibrazem)	35,00
	BR/376 Pass. inferior (Tamoio)	35,00
	BR/376 Viad. RFFSA (Coimbra)	28,35
	BR/376 Pass. inferior (Estr. Metal em Aço)	35,00

continua

**OBRAS-DE-ARTE ESPECIAIS CONCLUÍDAS, NO PROGRAMA NORMAL,
POR OBSTÁCULO, E EXTENSÃO, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS,
NO PARANA — 1986**

continuação		
MUNICÍPIOS	OBRAS-DE-ARTE ESPECIAIS Obstáculo	Extensão (m)
	BR/376 Cont. de P. Grossa (Viad. Vendramini II)	66,00
	BR/376 Cont. de Ponta Grossa (Viad. Santa Maria)	26,40
	BR/376 Cont. de P. Grossá (Viad. S. Terezinha)	26,40
	Ponte — Rio Cara-Cara	25,00
	Viaduto Vendramini I	170,00
	Viaduto Visconde de Taunay	50,00
	Viaduto RFFSA	42,00
	Ponte — Rio Botuquara	61,00
	Ponte — Rio Quebra Perna	35,00
	Ponte — Rio Gabiroba	28,00
	Ponte — Rio Tibagi	190,00
S. Jerônimo da Serra	Ponte — Rio do Tigre	25,60
S. José dos Pinhais	BR/376 Pass. inferior (R. João Britto)	22,00
Teixeira Soares	Ponte — Rio Barreiro	9,00
Terra Boa	Ponte — Ribeirão Azul	5,00
Tuneiras do Oeste	Ponte — Rio da Areia	25,00
Umuarama	Ponte Córrego 215	30,00
TOTAL		2.060,85

FONTE: DER-SETR

**TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO CONCLUÍDAS, NO PROGRAMA
NORMAL, POR RODOVIA E/OU TRECHOS, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS,
NO PARANÁ — 1986**

MUNICÍPIOS	TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO	
	Rodovia e/ou Trecho	Extensão (km)
Arapongas	BR/369-PR/218 Cont. Norte de Arapongas	5,21
Arapongas	Acesso ao Aeroporto de Arapongas	0,90
Araucária	Posto da Polícia Rodoviária BR/476	0,30
Campo Mourão	BR/487 acesso Dest. de Álcool Coamo	0,90
Capanema	PRT/163 Rio Iguaçú-Capanema	23,58
Castro	PR/151 Variante do Rio Iapó	1,20
Curitiba	Ruas João Betega e Vicente Michelotto	5,44
Doutor Camargo	Acesso a Doutor Camargo	1,60
Foz do Iguaçu	Avenida Costa e Silva	3,00
Guaraci	Contorno de Guaraci	3,10
Guarapuava	Acesso à Copasa	0,50
Guaratuba	Av. Beira Mar-R. Damião de Souza Aeroporto	7,20
Guaratuba	Acesso ao Iate Clube de Guaratuba	0,40
Londrina	Parque Governador Ney Braga	0,51
Maringá	Pátio do Seminário Arquidiocesano	0,30
Medianeira	PRT/163 Medianeira-Rio Iguaçú	26,30
Morretes	S. João da Graciosa-Entr. PR/480	10,10
Palmeira	BR/376 S. Luís do Purunã-Ponta Grossa	30,40
Ponta Grossa	BR/376 Cont. e Trevo de Ponta Grossa	10,00
Ponta Grossa	BR/376 São Luís do Purunã-Ponta Grossa	26,30
Santa Helena	Acesso à Ponte s/ o Rio S. Francisco Falso	0,80
S. José dos Pinhais	Passagem inferior da BR/376	0,20
S. Mateus do Sul	Contorno Sul de São Mateus do Sul	4,20
Toledo	Anel Viário de Toledo	2,10
TOTAL		164,54

FONTE: DER-SETR

**OBRAS-DE-ARTE ESPECIAIS CONCLUÍDAS, NO PROGRAMA PRÓ-RURAL,
POR OBSTÁCULO E EXTENSÃO, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS,
NO PARANÁ — 1986**

MUNICÍPIOS	OBRAS-DE-ARTE ESPECIAIS	
	Obstáculo	Extensão (km)
Adrianópolis	Placa — Rio Barra Limpa	12,00
Adrianópolis	Placa — Rio Córrego Feio	8,00
Agudos do Sul	Bueiro — Ribeirão Grande	3,36
Antonina	Bueiro — Rio Faisqueira	9,72
Arapoti	Ponte — Ribeirão da Natureza	9,00
Balsa Nova	Placa — Rio Itaquí	12,00
Bituruna	Placa — Rio Lagoa do Herval	12,00
Bocaiuva do Sul	Placa — Rio Capivari	10,80
Campina Grande do Sul	Bueiro — Rio Canguiri	2,24
Cerro Azul	Placa — Rio Jaguatirica	7,00
Cruz Machado	Ponte — Rio da Areia	90,00
Inácio Martins	Bueiro — Rio Jararaca	4,36
Inácio Martins	Bueiro — Ribeirão São Miguel	5,50
Ipiranga	Ponte — Rio Capivari	8,00
Ipiranga	Placa — Arroio Paiol	5,10
Ipiranga	Bueiro — Rio Arroio Descálvado	5,45
Irati	Ponte — Rio Riozinho	12,00
Ivaí	Bueiro — Rio Enxada Velha	6,45
Lapa	Ponte — Rio Passa-Dois	24,00
Mangueirinha	Ponte — Rio Marrecas	32,00
Morretes	Ponte — Rio Bromado	30,00
Ortigueira	Ponte — Rio Burro	23,00
Palmas	Ponte — Rio Caldeiras	28,00
Piên	Placa — Rio Vermelhinho	12,00
Piraquara	Ponte — Rio Piraquara	22,00
Piraquara	Placa — Rio Currealinho	12,50
Prudentópolis	Ponte — Rio São João	25,60
Prudentópolis	Placa — Rio Anta Gorda	12,00
Quatro Barras	Placa — Rio do Meio	8,00
Quitandinha	Placa — Rio Doce Grande	11,00
Rio Azul	Ponte — Rio Água Quente	25,00
Rio Branco do Sul	Ponte — Rio Açungüí	50,00
Rio Negro	Bueiro — Rio Lageado das Mortes	8,10
S. João do Triunfo	Bueiro — Rio Taquaruçu	4,45
S. José dos Pinhais	Ponte — Rio Pequeno I	20,00
S. José dos Pinhais	Ponte — Rio Pequeno II	18,00
Sengés	Placa — Rio Matão	11,00
Sengés	Placa — Rio Água do Capim	7,00
Tibagi	Ponte — Rio Capivari	20,00
TOTAL		626,63

FONTE: DER-SETR

**OBRAS-DE-ARTE ESPECIAIS CONCLUÍDAS, NO PROGRAMA
PRÓ-PONTES, POR OBSTÁCULO E EXTENSÃO, SEGUNDO OS
MUNICÍPIOS, NO PARANÁ — 1986**

MUNICÍPIOS	OBRAS-DE-ARTE ESPECIAIS	
	Obstáculo	Extensão (km)
Cantagalo	Placa — Rio Divisa	12,00
Cascavel	Ponte — Rio Tormenta	37,00
Conselheiro Mairinck	Placa — Rio Vermelho	10,00
Cornélio Procópio	Ponte — Rio Laranjinha	75,00
Engenheiro Beltrão	Ponte — Rio Claro	25,00
Francisco Beltrão	Ponte — Rio Marrecas	65,00
Goio-Erê	Ponte — Rio Comissário	54,00
Iguaçu	Ponte — Rio Muriaé	12,00
Iretama	Ponte — Rio Chupador	60,00
Janiópolis	Ponte — Rio Barreiros	15,00
Joaquim Távora	Ponte — Rio do Meio	26,00
Kaloré	Ponte — Rio Itacolomi	30,00
Laranjeiras do Sul	Ponte — Rio Tapera	50,00
Leópolis	Ponte — Rib. dos Veados	20,00
Munhoz de Melo	Ponte — Rio Interventor	23,00
Nova Olímpia	Ponte — Rio Capricórnio	25,00
Nova Prata do Iguaçu	Ponte — Rio Quietó	20,00
Nova Prata do Iguaçu	Bueiro — Rio Nova Prata	4,36
Nova Prata do Iguaçu	Placa — Rio Guapia	12,00
Piraquara	Ponte — Rio Piraquara	22,00
Roncador	Ponte — Rio das Barras	12,00
Salto do Itararé	Ponte — Rio Farturinha	35,00
Salto do Lontra	Ponte — Rio Cotegipe	54,00
Santana do Itararé	Ponte — Rio das Pombas	12,00
S. Antônio do Caiuá	Ponte — Ribeirão do Caiuá	20,00
S. Antônio do Sudoeste	Ponte — Rio Capanema	65,00
S. Jorge do Oeste	Ponte — Rio Faxina	6,45
Sapopema	Ponte — Rio dos Cabritos	10,00
Terra Rica	Ponte — Ribeirão do Corvo	30,00
Toledo	Ponte — Rio Toledo	40,00
Três Barras do Paraná	Ponte — Rio Barra Grande	25,00
Três Barras do Paraná	Ponte — Rio Adelaide	25,00
Vera Cruz do Oeste	Ponte — Rio S. Francisco Falso	30,00
TOTAL		961,81

FONTE: DER-SETR

**REVESTIMENTO PRIMÁRIO CONCLUÍDO, NO PROGRAMA PrAM, POR
EXTENSÃO, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS, NO PARANÁ — 1986**

MUNICÍPIOS	Extensão (km)
Campo Mourão	16,40
Douradina	2,90
Enéas Marques	9,10
Fênix	3,40
Figueira	4,70
Floraí	65,70
Guaíra	4,10
Imbituva	6,00
Irati	9,00
Ivaiporã	7,40
Marmeleiro	6,00
Matelândia	14,00
Nova Prata do Iguaçu	7,00
Peabiru	7,00
Pérola do Oeste	3,50
Quedas do Iguaçu	8,30
Salto do Lontra	3,40
Santa Amélia	6,70
Santa Izabel do Oeste	16,20
São Jerônimo da Serra	9,70
Sertanópolis	30,00
Siqueira Campos	8,00
Terra Boa	6,00
Vera Cruz do Oeste	23,00
TOTAL	277,50

FONTE: DER-SETR

COMPARATIVO DO PrAM, NO PARANÁ — 1984-86

ANOS	MUNICÍPIOS ATENDIDOS	VALOR (Cr\$ 1.000.000)
1984	27	299,1
1985	77	9.982,3
1986 ⁽¹⁾	58	18.265,9

FONTE: CPMT-SETR

(1) Valor em Cz\$ 1.000,00.

**TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO CONCLUÍDAS, NO PROGRAMA
RODOVIAS ALIMENTADORAS, POR RODOVIA E/OU TRECHO E EXTENSÃO,
SEGUNDO OS MUNICÍPIOS, NO PARANÁ — 1986**

MUNICÍPIOS	TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO	
		Rodovia Extensão (km)
Apucarana	BR/369-BR/376 Pirapó (Contorno Norte)	13,17
Atalaia	Acesso a Atalaia	0,50
Barracão	PRT/163 S. Ant. do Sudoeste-Barracão	25,00
Barracão	Pavimentação de Ruas	4,00
Bom Sucesso	Acesso a Bom Sucesso	5,10
Bom Sucesso	Pavimentação de Rua	0,40
Cândido de Abreu	PRT/487 Manoel Ribas-Reserva (Lote 2)	31,01
Cândido de Abreu	Acesso a Cândido de Abreu	3,50
Cascavel	Acesso ao Parque/Exp. e Aeroporto	1,40
Cascavel	Pátio do Parque/Exp. Celso Garcia Cid	1,10
Cascavel	Rua Rio e Janeiro	0,60
Castro	Acesso a Cooperativa Castrolândia	0,60
Catanduvas	Ruas em Catanduvas	0,60
Catanduvas	Acesso a Catanduvas	0,80
Céu Azul	Acesso a Cotrefal	2,20
Corbélia	Interseção de Corbélia	0,30
Curiuva	PR/160 PR/239 Harmonia-Curiuva	43,32
Itambé	Acesso Itambé	0,40
Jaguariaiva	Interseção de acesso a Pisa	0,30
Jundiá do Sul	PR/218 Jundiá do Sul-Ribeirão do Pinhal	14,00
Londrina	Rua Vicente Carvalho	0,70
Londrina	Avenida Guilherme de Almeida	2,10
Londrina	Pátio da Univ. Estadual de Londrina	0,90
Mangueirinha	PR/459 Mangueirinha-Palmas	36,08
Manoel Ribas	PR/239 Manoel Ribas-Reserva	31,04
Manoel Ribas	PRT/487 Manoel Ribas-Reserva	24,00
Matelândia	Acesso ao Parque/Exp. de Matelândia	1,30
Palmital	PR/456 Palmital-Entr. PR/460 (Pitanga)	58,73
Palotina	Acesso a Maripá	0,40
Reserva	Acesso a Reserva	0,80
Rolândia	Entr. BR/369-Entr. PR/170 (Contorno Norte)	5,08
Santa Helena	PR/495 Santa Helena-São Clemente	17,00
S. Antônio do Sudoeste	PRT/163 acesso a Marcianópolis	3,50
São João do Triunfo	PR/151 Palmeiras-S. Mateus do Sul (Lote 2)	24,37
São João do Triunfo	Acesso a São João do Triunfo	0,30
São Mateus do Sul	Acesso à Petrobrás	0,54
São Mateus do Sul	Acesso a São Mateus do Sul	4,72
São Mateus do Sul	Acesso à Ponte sobre o Rio Iguazu	1,30
União da Vitória	Acesso à Ponte sobre o Rio Iguazu	3,02
TOTAL		364,18

FONTE: DER-SETR

OBRAS-DE-ARTE ESPECIAIS CONCLUÍDAS, NO PROGRAMA RODOVIAS ALIMENTADORAS, POR RODOVIA E/OU TRECHO E EXTENSÃO, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS, NO PARANÁ — 1986

OBRAS-DE-ARTE ESPECIAIS		
MUNICÍPIOS	Obstáculo	Extensão (km)
Almirante Tamandaré	Viaduto RFFSA	44,00
Apucarana	Viaduto RFFSA	35,00
Apucarana	Viaduto RFFSA	76,00
Apucarana	Viaduto RFFSA	76,00
Cascavel	Ponte — Rio São José	30,00
Cascavel	Ponte — Rio do Salto	44,00
Cascavel	Ponte — Rio do Oeste	28,00
Goio-Erê	Ponte — Córrego Ligeiro	40,00
Londrina	Ponte — Rio Jacutinga	29,00
Londrina	Viaduto RFFSA	33,00
Mallet	Ponte — Rio Barra Linda	30,00
Manoel Ribas	Ponte — Rio Ivaí	182,15
Mal. Cândido Rondon	Ponte — Rio Arroio Guaçu	52,00
Rebouças	Ponte — Rio Riozinho I	26,60
Rebouças	Ponte — Rio Riozinho II	30,00
Rio Azul	Ponte — Rio Potinga II	29,50
Rio Azul	Ponte — Rio Potinga I	51,20
União da Vitória	Ponte — Rio Iguaçu	470,00
TOTAL		1.306,45

FONTE: DER-SERT

SERVIÇOS CONCLUÍDOS DE RESTAURAÇÃO E REJUVENESCIMENTO DE PAVIMENTO, NO PROGRAMA RODOVIAS ALIMENTADORAS, POR RODOVIA E/OU TRECHO E EXTENSÃO, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS, NO PARANÁ — 1986

RESTAURAÇÃO E REJUVENESCIMENTO		
MUNICÍPIO	Rodovia e/ou Trecho	Extensão (km)
Palotina	PR/364 Terra Roxa-Palotina	33,80
Paraíso do Norte	PR/466 Paranavaí-Rondon	55,70
Pérola	PR/485 Pérola Cafezal	21,60
Primeiro de Maio	PR/437 Primeiro de Maio-Sertanópolis	21,20
Terra Roxa	PR/487 Terra Roxa-BR/272	10,10
Vera Cruz do Oeste	PR/482 Vera Cruz do Oeste-BR/277	10,00

FONTE: DER-SETR

**TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO CONCLUÍDAS, NO PROGRAMA
RODOVIAS VICINAIS, POR RODOVIA, E/OU TRECHO, E EXTENSÃO,
SEGUNDO OS MUNICÍPIOS, NO PARANÁ — 1986**

MUNICÍPIOS	TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO	
	Rodovia e/ou Trecho	Extensão (km)
Altônia	Acesso a Altônia	2,60
Cafelândia	Acesso a Cafelândia	0,60
Cafelândia	Contorno de Cafelândia	0,20
Campo do Tenente	Rua Clara B. Tesserolli	0,50
Campo do Tenente	Rua Leopoldo Jacomel	0,30
Campo do Tenente	Pav. de Rua em Wenceslau Braz	1,00
Campo Mourão	Pav. do Parque de Exposição	3,70
Coronel Vivida	PR/562 V. Alegre-Coronel Vivida	18,40
Coronel Vivida	Pavimentação de Rua	2,70
Ipiranga	PRT/487 BR/373-Ipiranga	23,00
Itaguajé	Avenida em Itaguajé	0,60
Itapejara do Oeste	Avenida Manoel Ribas	2,00
Jandaia do Sul	Contorno de Jandaia do Sul	2,79
Mandaguari	Pavimentação de Rua	1,50
Marialva	Acesso São Miguel do Cambuí	5,10
Mirador	Pav. de Rua em Mirador	1,00
N. Senhora das Graças	PR/317 Santa Fé-N. S. das Graças	14,00
Nova Aurora	Acesso ao Clube Campestre	0,20
Nova Esperança	Pav. de Rua em Barão de Lucena	0,60
Nova Esperança	Interseção com a BR/376	0,70
Paraíso do Norte	Acesso a Paraíso do Norte	2,60
Pato Branco	Trevo Catani	0,20
Pato Branco	Acesso à COPEG	0,90
Pato Branco	Acesso à FUNESP	0,30
Pérola	Ligação Pérola da B. Esperança-PR/487	10,70
Primeiro e Maio	Pavimentação do Pátio Turístico	1,70
São João	PR/562 Vista Alegre-São João	12,83
S. Jorge do Patrocínio	Pavimentação de Ruas	0,90
Tamboara	Acesso a Tamboara	1,40
Telêmaco Borba	Pavimentação da Interseção	0,70
Tijucas do Sul	Acesso ao P. Fiscal da Rec. Estadual	1,60
Toledo	Duplicação da Av. São Paulo	2,30
Toledo	Acesso ao Parque de Exposição	3,90
Toledo	Acesso à Piscicultura	0,10
Toledo	Avenida Industrial	4,20
Tuneiras do Oeste	Avenida Pernambuco	0,70
Turvo ⁽¹⁾	Acesso a Turvo	0,70
Vera Cruz do Oeste	Duplicação de Rua	2,30
Verê	Avenida Iguaçu	1,00
Vitorino	Interseção Vitorino-Posto Muki	0,50
Vitorino	Interseção e acesso a Vitorino	0,90
TOTAL		131,92

FONTE: DER-SETR

(1) Pavimentação poliédrica.

OBRAS-DE-ARTE ESPECIAIS CONCLUÍDAS, NO PROGRAMA RODOVIAS VICINAIS, POR OBSTÁCULO E EXTENSÃO, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS, NO PARANÁ — 1986

MUNICÍPIO	OBRAS-DE-ARTE ESPECIAIS	
	Obstáculo	Extensão (km)
Barbosa Ferraz	Ponte — Rio do Óleo	40,00
Grandes Rios	Ponte — Rio das Antas	22,00
Iretama	Ponte — Rio Laranjeiras	35,00
Londrina	Ponte — Rio dos Apertados	20,00
	Ponte — Rio Três Bocas	25,00
S. Antônio do Caiuá	Ponte — Rio Coroa de Frade	70,00
Terra Rica	Ponte — Ribeirão Guairacá	40,00
Umuarama	Ponte — Córrego 215 II	38,00
TOTAL		290,00

FONTE: DER-SETR

SERVIÇOS CONCLUÍDOS DE RESTAURAÇÃO E REJUVENESCIMENTO DE PAVIMENTO, NO PROGRAMA RODOVIAS VICINAIS, POR TRECHO E EXTENSÃO, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS, NO PARANÁ — 1986

MUNICÍPIO	RESTAURAÇÃO E REJUVENESCIMENTO	
	Trecho	Extensão (km)
Coronel Vivida	Interseção da BR/373	0,90
Jaguariaíva	Ligação Jaguariaíva-PR/151	2,10
Lapa	Rua Aloísio Leone	1,00
Nova Aurora	Acesso a Nova Aurora	0,20
Pirai do Sul	Pavimentação de Rua	0,50
Vitorino	Av. Brasil Argentina	2,20
TOTAL		6,90

FONTE: DER-SETR

**CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS PÚBLICOS, CONCLUÍDOS, POR ÁREA,
SEGUNDO O MUNICÍPIO, NO PARANÁ — 1986**

MUNICÍPIO	CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS PÚBLICOS	
	Área (m ²)	
Ponta Grossa	1.511,90	
Londrina	191,77	
Mariluz	224,54	
Salgado Filho	224,54	

FONTE: DER-SETR

NOTA: As obras referem-se a núcleos de conservação e outros.

INDENIZAÇÕES AMIGÁVEIS E DOAÇÕES, NO PARANÁ — 1982-86

DISCRIMINAÇÃO	INDENIZAÇÕES AMIGÁVEIS E DOAÇÕES				
	1982	1983	1984	1985	1986 ⁽¹⁾
Escrituras Indenizadas	54	270	479	405	1.795
Escrituras Doadas	26	376	920	1.290	667
Área Total Indenizada (km ²)	962,1	3.425,0	11.292,7	5.656,2	9.962,0
Área Obtida por Doação (km ²)	580,5	3.765,0	10.640,0	14.467,5	25.613,5
Valor da Área Indeniza- da (Cr\$ 1.000.000)	20,2	127,1	675,5	2.467,3	27.271,5
Valor das Benfeitorias (Cr\$ 1.000.000)	2,1	104,9	423,0	2.176,2	20.583,3
Total das Indenizações (Cr\$ 1.000.000)	22,3	232,0	1.098,5	4.643,6	47.854,8
Valor das Doações (Cr\$ 1.000.000)	14,3	294,0	1.746,6	14.005,1	99.283,4

FONTE: DER-SETR

(1) Valores em Cz\$ 1.000,00.

**EXPORTAÇÕES DE LONGO CURSO PELO PORTO DE PARANAGUÁ, SEGUNDO
O TIPO DE CARGA — 1982-86**

TIPO DE CARGA	EXPORTAÇÕES DE LONGO CURSO				
	1982	1983	(t) 1984	1985	1986
Carga Geral	480.701	716.702	868.508	865.710	716.413
Café	179.781	187.655	134.317	122.561	39.804
Madeira	72.503	99.702	155.451	148.491	156.922
Algodão	24.638	73.677	16.165	35.269	28.455
Café Solúvel ⁽¹⁾	434	454	135	254	—
Congelados	105.450	150.041	159.684	165.720	129.147
Têxteis	5.408	9.012	11.980	7.653	4.468
Cerâmicas	13.423	21.603	42.706	34.478	43.820
Papel	6.165	50.125	157.789	115.181	172.988
Diversos ⁽¹⁾	72.899	124.433	190.281	236.103	140.809
Granéis Sólidos	4.499.957	5.766.151	5.617.886	7.079.064	5.390.521
Milho	484.530	632.885	356.285	63.604	—
Soja	526.052	1.027.123	1.241.046	2.372.140	1.131.839
Farelos	3.421.967	4.077.406	4.009.109	4.633.214	4.245.702
Trigo Mourisco	56.805	28.737	11.446	10.106	12.980
Centeio	10.603	—	—	—	—
Granéis Líquidos	892.486	616.221	1.533.603	1.684.469	1.055.483
Óleos Vegetais	322.098	357.253	306.899	450.338	137.914
Derivados de Petróleo	570.388	257.918	1.226.704	1.234.131	917.569
G.L.P.	—	1.050	—	—	—
TOTAL	5.873.144	7.099.074	8.019.997	9.629.243	7.162.417

FONTES: APPA/SETR

(1) As diferenças em relação aos quadros publicados em anos anteriores são consequência de aperfeiçoamento da metodologia de apropriação de dados.

**EXPORTAÇÕES POR CABOTAGEM PELOS PORTOS DE PARANAGUÁ E
ANTONINA, SEGUNDO O TIPO DE CARGA — 1982-86**

TIPO DE CARGA	EXPORTAÇÕES POR CABOTAGEM				
	1982	1983	(t) 1984	1985	1986
Carga Geral ⁽¹⁾	13.836	82.795	9.545	5.069	4.143
Café	4.216	1.656	1.676	—	597
Feijão	—	59.730	—	—	—
Diversos ⁽¹⁾	9.620	21.409	7.869	5.069	3.546
Granéis Sólidos	742.030	267.664	207.459	535.274	1.246.276
Milho	594.673	161.487	58.447	126.764	49.189
Farelos	143.096	87.875	83.533	78.015	77.207
Minérios	—	18.302	65.479	15.088	20.580
Soja	4.261	—	—	—	—
Trigo em Grão	—	—	—	315.407	1.099.300
Granéis Líquidos	1.663.055	2.905.493	2.303.332	1.799.624	1.994.377
Óleos Vegetais	22.739	16.515	24.865	18.915	42.275
Derv. do Petróleo ⁽¹⁾	1.408.102	2.577.104	1.990.545	1.477.349	1.654.870
G.L.P. ⁽¹⁾	39.094	27.155	39.561	31.532	29.070
Comb. para Navios	132.367	148.974	170.066	190.860	182.005
Água para Navios	60.753	76.569	78.295	80.968	86.157
Alcool	—	59.176	—	—	—
TOTAL	2.418.921	3.255.952	2.520.336	2.339.967	3.244.796

FONTE: APPA/SETR

(1)As diferenças em relação aos quadros publicados em anos anteriores são consequência de aperfeiçoamento da metodologia de apropriação de dados.

**IMPORTAÇÕES DE LONGO CURSO PELO PORTO DE PARANAGUÁ, SEGUNDO
O TIPO DE CARGA — 1982-86**

TIPO DE CARGA	IMPORTAÇÕES DE LONGO CURSO				
	1982	1983	(t) 1984	1985	1986
Carga Geral	100.751	85.590	110.785	150.725	275.738
Carga Containerizada	7.606	5.666	12.472	11.250	11.616
Diversos	93.145	79.924	98.313	139.475	264.122
Granéis Sólidos	232.102	206.472	208.486	250.241	942.802
Fertilizantes	232.102	120.993	144.534	151.689	210.876
Milho	—	82.202	27.835	52.496	399.043
Minérios	—	3.277	3.228	14.559	42.208
Soja em Grão	—	—	32.889	31.497	127.627
Arroz	—	—	—	—	163.048
Granéis Líquidos	34.936	20.697	8.470	36.991	87.764
Derivados de Petróleo	34.936	20.697	1.448	36.991	423
Produtos Químicos	—	—	7.022	—	65.491
Óleos Vegetais	—	—	—	—	21.850
TOTAL	367.789	312.759	327.741	437.957	1.306,304

FONTE: APPA/SETR

**IMPORTAÇÕES POR CABOTAGEM PELOS PORTOS DE PARANAGUÁ
E ANTONINA, SEGUNDO O TIPO DE CARGA — 1982-86**

TIPO DE CARGA	EXPORTAÇÕES POR CABOTAGEM				
	1982	1983	1984	1985	1986
	(t)				
Carga Geral	33.885	26.328	20.526	7.018	3.654
Diversos	33.885	26.328	20.526	7.018	3.654
Granéis Sólidos	622.372	521.505	530.814	459.989	320.878
Carvão	305.512	314.179	271.151	208.489	136.671
Fertilizantes	155.790	12.517	17.086	41.565	28.261
Milho ⁽¹⁾	—	3.387	—	2.088	—
Minérios ⁽¹⁾	38.449	40.215	52.166	—	28.359
Sal	122.621	151.197	190.411	207.847	127.587
Granéis Líquidos	44.430	65.831	57.671	149.734	32.161
Deriv. de Petróleo ⁽¹⁾	41.393	58.144	53.205	141.118	26.048
G.L.P. ⁽¹⁾	3.037	7.687	4.466	8.616	6.113
TOTAL	700.687	613.664	609.011	616.741	356.693

FONTE: APPA-SETR

(1) As diferenças em relação aos quadros publicados em anos anteriores são consequência de aperfeiçoamento da metodologia de apropriação de dados.

**MOVIMENTAÇÃO DE MERCADORIAS PELOS PORTOS DE PARANAGUÁ
E ANTONINA, SEGUNDO OS ANOS — 1977-86**

ANOS	MOVIMENTAÇÃO DE MERCADORIAS				TOTAL
	(1.000 t)			Porto de Antonina	
	Porto de Paranaguá	Granéis Sólidos	Granéis Líquidos		
	Carga Geral				
1977	453	5.056	1.443	60	7.012
1978	360	3.870	2.429	41	6.700
1979	524	4.489	1.890	103	7.006
1980	629	5.698	2.550	135	9.012
1981	723	5.837	3.213	249	10.022
1982	602	5.791	2.635	333	9.361
1983	893	6.448	3.608	332	11.281
1984	1.008	6.293	3.903	273	11.477
1985	1.027	8.116	3.671	210	13.024
1986	1.000	7.734	3.170	166	12.070

FONTE: APPA-SETR

**ATIVIDADES DAS CENTRAIS DE INFORMAÇÃO DE FRETES,
NO PARANÁ — 1982-86**

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE				
	1982	1983	1984 ⁽¹⁾	1985	? 1986
Motoristas Atendidos	24.466	32.973	39.246	39.859	27.637
Comissionamentos	29.206	34.738	39.554	40.150	27.662
Tonelagem Comissionada (1000 t)	524	622	754	785	577
Percurso Total Evitado (1000 km)	3.670	(1)4.946	5.887	5.979	4.145
Combustível Economizado (1000 l)	1.468	(1)1.978	2.355	2.392	1.658

FONTE: DER-SETR

(1) Os dados acima diferem dos anteriormente publicados, em virtude destes terem sido estimados, ou são consequência de aperfeiçoamento da metodologia de apropriação de dados.

TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGENS, NO PARANÁ — 1982-86

DISCRIMINAÇÃO	ANOS				
	1982	1983	1984	1985	? 1986
Movimentação de Passageiros (1.000.000)	96	96	(1)106	114	126
Linhas de Operação	734	(1)741	(1)745	(1)763	809
Frota de Veículos	2.577	(1)2.540	(1)2.494	(1)2.519	2.589
Empresas Concessionárias	53	55	54	54	51

FONTE: DER-SETR

(1) As diferenças verificadas nos valores acima indicados, são consequências de aperfeiçoamento da metodologia de apropriação de dados.

**OBRAS AEROPORTUÁRIAS CONCLUÍDAS, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS,
NO PARANÁ — 1986**

MUNICÍPIOS	OBRAS
Realeza	Terraplenagem iniciada em setembro/85 e concluída em fevereiro/86.
Guaratuba	Pavimentação asfáltica iniciada em janeiro/86 e concluída em março/86.
Paranavaí	Restauração do pavimento da pista iniciada em novembro/86 e concluída em dezembro/86.
Paranaguá	Construção do muro do aeroporto.

FONTE: DA-SETR

ENERGIA

**REDES DE DISTRIBUIÇÃO E LINHAS DE TRANSMISSÃO DO
SISTEMA COPEL — 1982-86**

ANOS	REDES DE DISTRIBUIÇÃO E LINHAS DE TRANSMISSÃO		
	Número de Postes Instalados	Número de Transformadores ⁽¹⁾	Linhas de Transmissão e Distribuição (km)
1982	528.353	74.471	37.806
1983	553.018	84.872	42.890
1984	574.621	95.847	51.009
1985 §	597.103	130.881	71.929
1986	612.612	156.871	87.534

FONTE: COPEL

(1) Inclui transformadores de linhas rurais e também equipamentos de propriedades de terceiros atendidos pelo sistema da COPEL.

**DISPONIBILIDADE E VENDA DE ENERGIA ELÉTRICA, SEGUNDO O BALANÇO
DE ENERGIA ELÉTRICA, PELO SISTEMA COPEL — 1982-86**

BALANÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	DISPONIBILIDADE E VENDA DE ENERGIA ELÉTRICA (GWh)				
	1982	1983	1984	1985	1986
Geração Própria	5.102	6.416	7.664	5.042	4.878
Energia Recebida	1.258	310	582	3.133	3.398
Energia Requerida	6.360	6.726	8.246	8.175	8.276
Distribuição Direta	5.380	5.756	6.436	7.485	7.626
Suprimento em Grosso	488	433	1.296	174	195
Perdas e Diferenças	492	537	514	516	455

FONTE: COPEL

NOTA: 1 GWh (Gigawatt-hora) equivale a 1.000.000 Kwh (quilowatt-hora).

**CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA, DO SISTEMA COPEL, SEGUNDO
AS CLASSES DE CONSUMIDORES — 1982-86**

CLASSES DE CONSUMIDORES	CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA (GWh)				
	1982	1983	1984	1985	1986
Residencial	1.254	1.397	1.487	1.608	1.685
Industrial	2.333	2.417	2.809	3.500	3.547
Comercial	832	898	983	1.059	1.016
Rural	267	309	367	448	522
Poderes Públicos	141	143	153	182	186
Iluminação Pública	341	356	379	413	392
Serviços Públicos	187	210	231	243	251
Próprio	25	26	27	32	27
TOTAL	5.380	5.756	6.436	7.485	7.626

FONTE: COPEL

NOTA: 1 GWh (Gigawatt-hora) equivale a 1.000.000 Kwh (quilowatt-hora).

**NÚMERO DE CONSUMIDORES DE ENERGIA ELÉTRICA, DO SISTEMA COPEL,
SEGUNDO AS CLASSES DE CONSUMIDORES — 1982-86**

CLASSES DE CONSUMIDORES	NÚMERO DE CONSUMIDORES				
	1982	1983	1984	1985	1986
Residencial	937.999	1.001.735	1.053.064	1.123.738	1.187.467
Industrial	17.243	16.970	16.899	18.006	21.851
Comercial	125.364	128.728	130.520	134.274	142.987
Rural	82.730	96.362	109.016	148.226	178.717
Poderes Públicos	11.122	11.419	12.175	13.635	15.787
Iluminação Pública	913	917	945	976	1.005
Serviços Públicos	1.017	1.126	1.217	1.346	1.490
Próprio	999	1.053	1.091	1.078	1.131
TOTAL	1.177.387	1.258.310	1.324.927	1.441.279	1.550.435

FONTE: COPEL

**CONSUMO INDUSTRIAL DO SISTEMA COPEL, SEGUNDO OS RAMOS
DE ATIVIDADE — 1983-86**

RAMOS DE ATIVIDADE	CONSUMO INDUSTRIAL (GWh)				
	1982	1983	1984	1985	1986
Indústrias Extrativas de Produtos Minerais	27,6	28,2	36,3	41,0	32,7
Indústrias de Transformação	2.130,7	2.291,7	2.693,1	3.374,7	3.414,3
Minerais Não-Metálicos	363,5	325,4	293,1	323,6	365,8
Metalúrgia	70,7	158,5	187,8	219,1	212,4
Mecânica	39,6	47,7	72,6	87,0	94,7
Materiais Elétricos e de Comunicação	41,2	39,5	47,8	49,4	38,9
Construção e Montagem de Material de Transporte	12,6	13,6	19,6	28,2	49,9
Madeira	171,9	163,2	146,7	159,9	170,8
Mobiliário	46,8	32,4	31,9	36,1	39,7
Papel e Papelão	291,8	298,5	342,6	653,5	719,5
Couro, Peles e Produtos Derivados	6,6	8,3	10,2	11,9	12,4
Química	333,7	393,9	534,9	621,3	528,9
Têxtil	93,3	99,1	95,4	95,6	104,5
Vestuários, Calçados e Artefatos de Tecidos	3,8	4,4	4,9	6,4	8,2
Produtos Alimentares	461,9	487,1	703,0	863,5	846,2
Bebidas	46,8	45,9	57,4	65,1	63,6
Editorial e Gráfica	7,8	8,7	6,9	7,6	8,5
Diversas	65,3	88,8	58,5	53,4	43,1
Borracha	8,8	8,7	8,2	9,4	11,5
Produtos de Perfumaria, Sabões e Velas	1,7	1,6	1,7	2,5	2,1
Produtos Farmacêuticos e Medicinais	4,9	4,5	3,2	2,3	1,3
Matérias Plásticas	52,3	54,3	58,5	69,6	82,7
Fumo	5,6	6,5	7,2	8,9	9,6
Indústrias de Construção Civil	175,2	96,6	79,7	84,9	100,0
TOTAL	2.333,5	2.416,6	2.809,2	3.500,6	3.547,0

FONTE: COPEL

NOTA: 1 GWh (Gigawatt-hora) equivale a 1.000.000 Kwh (quilowatt-hora).

**DISPONIBILIDADE E VENDA DE ENERGIA ELÉTRICA, SEGUNDO O BALANÇO
DE ENERGIA ELÉTRICA, NO PARANÁ — 1982-86**

BALANÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	DISPONIBILIDADE E VENDA DE ENERGIA ELÉTRICA (GWh)				
	1982	1983	1984	1985	1986
Disponibilidade de Energia Elétrica	13.403	17.568	22.781	19.657	27.357
Geração Bruta no Estado	13.314	17.478	22.667	19.240	27.264
Copel	5.102	6.417	7.664	5.042	4.878
Eletrosul	5.655	7.550	11.619	8.259	8.752
Itaipu	—	—	138	3.164	10.926
Cesp	1.936	2.874	2.568	2.084	1.900
Força e Luz Coronel Vivida	2	1	2	2	3
Autoprodutores	619	636	676	689	801
Recebimentos	89	90	113	417	93
Requisitos de Energia Elétrica no Estado	6.605	7.051	7.754	8.885	9.054
Distribuição Direta	6.111	6.495	7.220	8.349	8.576
Concessionárias	5.554	5.927	6.626	7.692	7.845
Autoprodutores	557	568	594	657	731
Perdas e Diferenças Internas	494	556	534	536	478
Fornecimento para Outros Estados e Exterior	6.798	10.517	15.027	10.772	18.303

FONTE: COPEL

NOTAS: (1) Foi considerada como geração bruta no Estado a metade da energia elétrica gerada em rios limítrofes — Paraná e Paranapanema, explorados respectivamente, pela Itaipu Binacional e pela Companhia Energética de São Paulo.

(2) 1 GWh (Gigawatt-hora) equivale a 1.000.000 KWh (quilowatt-hora).

**CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA, NAS ÁREAS URBANA E RURAL,
SEGUNDO AS CLASSES DE CONSUMIDORES, NO PARANÁ — 1982-86**

CLASSES DE CONSUMIDORES	CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA (GWh)				
	1982	1983	1984	1985	1986
Residencial	1.300	1.449	1.540	1.665	1.742
Industrial	2.964	3.030	3.453	4.224	434
Comercial	852	918	1.004	1.083	1.040
Poderes Públicos	144	146	156	185	189
Iluminação Pública	351	366	391	426	404
Serviços Públicos	194	218	239	250	258
Próprio	34	51	62	61	67
Subtotal-Urbano	5.839	6.178	6.845	7.894	8.047
Rural	272	317	375	455	529
TOTAL	6.111	6.495	7.220	8.349	8.577

FONTE: COPEL

NOTAS: (1) Inclusive autoprodutores.

(2) 1 GWh (Gigawatt-hora) equivale a 1.000.000 Kwh (quilowatt-hora).

**NÚMERO DE CONSUMIDORES DE ENERGIA ELÉTRICA, SEGUNDO
AS CLASSES DE CONSUMIDORES, NO PARANÁ — 1982-86**

CLASSES DE CONSUMIDORES	NÚMERO DE CONSUMIDORES				
	1982	1983	1984	1985	1986
Residencial	969.291	1.034.511	1.087.628	1.160.358	1.226.376
Industrial	17.813	17.546	17.414	18.538	22.414
Comercial	128.761	132.319	134.149	137.975	147.003
Rural	84.482	98.197	110.924	149.948	180.612
Poderes Públicos	11.448	11.762	12.550	14.046	16.204
Iluminação Pública	926	931	957	990	1.019
Serviços Públicos	1.037	1.148	1.240	1.371	1.515
Próprio	1.019	1.073	1.113	1.101	1.154
TOTAL	1.214.777	1.297.487	1.365.975	1.484.327	1.596.297

FONTE: COPEL

NOTA: Inclusive autoprodutores.

**CONSUMO DE ENERGIA PRIMÁRIA, SEGUNDO AS FONTES,
NO PARANÁ — 1982-86**

FONTES	CONSUMO DE ENERGIA PRIMÁRIA (1.000 tEP)							
	1982	%	1983	%	1984	%	? 1985 ⁽¹⁾	%
Petróleo e Derivados	3.321	45,8	3.272	43,8	3.277	41,6	3.386	40,1
Energia Hidráulica	1.891	26,0	1.996	26,7	2.130	27,1	2.453	29,1
Lenha	1.203	16,5	1.188	15,9	1.421	18,1	1.407	16,7
Cana-de-Açúcar	559	7,7	755	10,1	753	9,6	909	10,8
Carvão Mineral	266	3,7	246	3,3	270	3,4	264	3,1
Outras Fontes	20	0,3	19	0,2	18	0,2	18	0,2
TOTAL	7.260	100,0	7.476	100,0	7.869	100,0	8.437	100,0

FONTE: Balanço Energético do Paraná — COPEL

NOTAS: (1) Os dados de 1986 ainda se encontram em fase de coleta e preparação em diferentes áreas do MME e do MIC. (2) tEP — Tonelada Equivalente de Petróleo.

(1) Os dados de 1985 foram coletados em diversas fontes.

EDUCAÇÃO

**NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DE 1º GRAU, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA,
SEGUNDO A LOCALIZAÇÃO, NO PARANÁ — 1982-85**

LOCALIZAÇÃO	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA				Particular	TOTAL GERAL
	Federal	Estadual	Municipal	Total		
Urbana						
1982	1	1.449	544	1.994	387	2.381
1983	1	1.541	705	2.247	356	2.603
1984	1	1.579	739	2.319	353	2.672
1985	1	1.604	783	2.388	363	2.751
Rural						
1982	9	1.364	8.510	9.883	205	10.088
1983	10	1.219	8.391	9.620	114	9.734
1984	11	1.196	8.286	9.493	85	9.578
1985	11	1.174	8.163	9.348	86	9.434
Total						
1982	10	2.813	9.054	11.877	592	12.469
1983	11	2.760	9.096	11.867	470	12.337
1984	12	2.775	9.025	11.812	438	12.250
1985	12	2.778	8.946	11.736	449	12.185

FONTE: FUNDEPAR-SEED

NOTA: Os dados de 1986 ainda se encontram em fase de coleta e preparação.

**MATRÍCULAS NO ENSINO DE 1: GRAU, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA, SEGUNDO A LOCALIZAÇÃO,
NO PARANÁ — 1982-85**

LOCALIZAÇÃO	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA					TOTAL GERAL
	Federal	Estadual	Municipal	Total	Particular	
Urbana						
1982	481	751.725	157.851	910.057	150.195	1.060.252
1983	491	793.108	201.040	994.639	139.751	1.134.390
1984	568	838.309	205.687	1.044.564	136.995	1.181.559
1985	532	846.948	207.032	1.054.512	141.704	1.196.216
Rural						
1982	402	92.954	335.070	428.426	16.689	445.115
1983	497	61.820	314.727	377.044	9.125	386.169
1984	539	62.991	309.121	372.651	7.208	379.859
1985	564	62.413	294.430	357.407	6.647	364.054
Total						
1982	883	844.679	492.921	1.338.483	116.884	1.505.367
1983	988	854.928	515.767	1.371.683	148.876	1.520.559
1984	1.107	901.300	514.808	1.417.215	144.203	1.516.418
1985	1.069	909.361	501.462	1.411.919	148.351	1.560.270

FONTE: FUNDEPAR-SEED

NOTA: Os dados de 1986 ainda se encontram em fase de coleta e preparação.

NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS DE ENSINO QUE OFERTAM EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA, SEGUNDO A LOCALIZAÇÃO, NO PARANÁ – 1982-85

LOCALIZAÇÃO	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA				Particular	TOTAL
	Federal	Estadual	Municipal	Total		
Urbana						
1982	148	526	278	952	481	1.433
1983	338	542	287	1.167	495	1.662
1984	781	549	251	1.581	538	2.119
1985	654	620	354	1.628	601	2.229
Rural						
1982	41	79	153	273	17	290
1983	206	40	119	365	7	372
1984	399	29	68	496	10	506
1985	298	47	97	442	11	453
Total						
1982	189	605	431	1.225	498	1.723
1983	544	582	406	1.532	502	2.034
1984	1.180	578	319	2.077	548	2.625
1985	952	667	451	2.070	612	2.682

FONTE: FUNDEPAR-SEED

NOTA: Os dados de 1986 ainda se encontram em fase de coleta e preparação.

MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA, SEGUNDO A LOCALIZAÇÃO, NO PARANÁ – 1982-85

LOCALIZAÇÃO	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA				Particular	TOTAL
	Federal	Estadual	Municipal	Total		
Urbana						
1982	6.212	24.300	15.625	46.137	45.431	91.568
1983	14.722	26.300	17.183	58.205	47.302	105.507
1984	30.988	27.095	16.002	74.085	48.844	122.929
1985	23.471	30.853	20.775	75.099	55.094	130.193
Rural						
1982	1.095	2.008	3.748	6.851	926	7.777
1983	4.917	982	2.749	8.648	279	8.927
1984	9.533	740	1.532	11.805	355	12.160
1985	6.397	1.211	2.246	9.854	277	10.131
Total						
1982	7.307	26.308	19.373	52.988	46.357	99.345
1983	19.639	27.282	19.932	66.853	47.581	114.434
1984	40.521	27.853	17.534	85.890	49.199	135.089
1985 §	29.868	32.064	23.021	84.953	55.371	140.324

FONTE: FUNDEPAR-SEED

NOTA: Os dados de 1986 ainda se encontram em fase de coleta e preparação.

**NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DE 2º GRAU, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA, SEGUNDO
A LOCALIZAÇÃO, NO PARANÁ — 1982-85**

LOCALIZAÇÃO	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA				Particular	TOTAL
	Federal	Estadual	Municipal	Total		
Urbana						
1982	2	330	5	337	173	510
1983	2	358	4	364	177	541
1984	2	364	1	367	179	546
1985	2	381	1	384	181	565
Rural						
1982	—	6	1	7	9	16
1983	—	2	1	3	3	6
1984	—	2	1	3	3	6
1985	—	3	—	3	4	7
Total						
1982	2	336	6	344	182	526
1983	2	360	5	367	180	547
1984	2	366	2	370	182	552
1985	2	384	1	387	185	572

FONTE: FUNDEPAR-SEED

NOTA: Os dados de 1986 ainda se encontram em fase de coleta e preparação.

MATRÍCULAS NO ENSINO DE 2º GRAU, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA, SEGUNDO A LOCALIZAÇÃO, NO PARANÁ – 1982-85

LOCALIZAÇÃO	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA					TOTAL
	Federal	Estadual	Municipal	Total	Particular	
Urbana						
1982	5.781	122.830	438	129.049	40.036	169.085
1983	5.733	124.300	423	130.456	40.136	170.592
1984	6.396	133.132	61	139.589	38.248	177.837
1985	7.010	135.357	58	142.425	38.743	181.168
Rural						
1982	—	699	121	820	740	1.560
1983	—	218	80	298	343	641
1984	—	245	58	303	389	692
1985	—	318	—	318	466	784
Total						
1982	5.781	123.529	559	129.869	40.776	170.645
1983	5.733	124.518	503	130.754	40.479	171.233
1984	6.396	133.377	119	139.892	38.637	178.529
1985 §	7.010	135.675	58	142.743	39.209	181.952

FONTE: FUNDEPAR-SEED

NOTA: Os dados de 1986 ainda se encontram em fase de coleta e preparação.

**MATRÍCULAS EM INSTITUIÇÕES ESPECIALIZADAS EM EDUCAÇÃO
ESPECIAL, DA ZONA URBANA, SEGUNDO A DEPENDÊNCIA
ADMINISTRATIVA, NO PARANÁ — 1982-86**

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	MATRÍCULAS E, INSTITUIÇÕES ESPECIALIZADAS				
	1982	1983	1984	1985	? 1986
Estadual	268	185	165	322	426
Municipal	262	325	251	258	336
Total	530	510	416	580	762
Particular	5.166	5.779	6.071	6.654	8.382
TOTAL	5.696	6.289	6.487	7.234	9.144

FONTE: FUNDEPAR-SEED

**MATRÍCULAS EM CLASSES ESPECIAIS NOS ESTABELECIMENTOS QUE
OFERTAM ENSINO REGULAR, DA ZONA URBANA, SEGUNDO A
DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA, NO PARANÁ — 1982-86**

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	MATRÍCULAS EM CLASSES ESPECIAIS				
	1982	1983	1984	1985	? 1986
Estadual	1.671	1.962	1.745	2.004	3.140
Municipal	284	315	406	862	385
Total	1.955	2.277	2.151	2.866	3.525
Particular	323	137	173	212	94
TOTAL	2.278	2.414	2.324	3.078	3.619

FONTE: FUNDEPAR-SEED

**NÚMERO DE INSTITUIÇÕES ESPECIALIZADAS EM EDUCAÇÃO ESPECIAL,
DA ZONA URBANA, SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA,
NO PARANÁ — 1982-86**

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	NÚMERO DE INSTITUIÇÕES ESPECIALIZADAS				
	1982	1983	1984	1985	? 1986
Estadual	3	2	2	3	3
Municipal	5	8	5	5	9
Total	8	10	7	8	12
Particular	80	85	102	121	147
TOTAL	88	95	109	129	159

FONTE: FUNDEPAR-SEED

**NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS DE ENSINO REGULAR QUE OFERTAM
CLASSES DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, DA ZONA URBANA, SEGUNDO
A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA, NO PARANÁ — 1982-86**

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS				
	1982	1983	1984	1985	? 1986
Estadual	101	118	121	267	514
Municipal	20	20	24	44	49
Total	121	138	145	311	563
Particular	13	4	6	15	33
TOTAL	134	142	151	326	596

FONTE: FUNDEPAR-SEED

**CANDIDATOS INSCRITOS AO VESTIBULAR E MATRÍCULAS INICIAIS NAS INSTITUIÇÕES OFICIAIS DE ENSINO SUPERIOR,
SEGUNDO A INSTITUIÇÃO E O MUNICÍPIO, NO PARANÁ – 1982-86**

INSTITUIÇÃO	MUNICÍPIO	1982		1983		1984		1985		1986 ⁽²⁾	
		Inscritos	Matrículas	Inscritos	Matrículas	Inscritos	Matrículas	Inscritos	Matrículas	Inscritos	Matrículas
FUEL	Londrina	21.194	3.032	20.924	3.016	17.618	2.771	16.192	⁽¹⁾ 1.342	9.030	1.467
FUEM	Maringá	10.769	2.036	10.642	2.127	9.895	2.413	9.806	2.462	4.736	1.337
FUEPG	Ponta Grossa	6.325	1.061	7.700	1.225	6.594	1.506	7.448	1.770	4.460	1.198
Total		38.288	6.129	39.266	6.368	34.107	6.690	33.446	5.574	18.226	4.002
FFECEA	Apucarana	591	490	726	549	650	503	674	547	451	338
FAFI	Cornélio Procopio	895	524	1.069	651	899	599	898	623	655	388
EMBAP	Curitiba	275	158	255		132	102	364	156	306	152
FEMP	Curitiba	525	180	508	210	460	210	303	192	348	195
FAFIG	Guarapuava	756	565	705	526	632	565	785	683	577	380
FUNDINOP	Jacarezinho	631	70	567	70	454	70	434	70	589	70
FFEEFJ	Jacarezinho	240	100	284	100	229	100	224	103	223	101
FAFIJA	Jacarezinho	594	475	815	480	779	450	897	450	760	300
FUNFAFI	Paranaguá	636	467	666	518	537	467	751	488	902	596
FAFI	União da Vitória	363	287	428	264	350	273	516	279	520	285
Total		5.506	3.316	6.023	3.368	5.122	3.339	5.846	3.591	5.331	2.805
TOTAL		43.794	9.445	45.289	9.736	39.229	10.029	39.292	9.165	23.557	6.807

FONTE: DAU-SEED

NOTA: As matrículas iniciais acima apontadas, se referem aos alunos que prestaram o concurso vestibular e/ou transferências externas, e/ou portadores de curso superior.

(1) Consta apenas o dado de matrícula do vestibular do 2º semestre de 1985, da FUEL. (2) Os dados do ano de 1986 se referem apenas ao vestibular do 1º semestre.

MATRÍCULAS E GRADUADOS NO ENSINO SUPERIOR, SEGUNDO A INSTITUIÇÃO E O MUNICÍPIO, NO PARANÁ — 1982-86

INSTITUIÇÃO	MUNICÍPIO	1982		1983		1984 ⁽¹⁾		1985		1986 ⁽²⁾	
		Matrículas	Graduados	Matrículas	Graduados	Matrículas	Graduados	Matrículas	Graduados	Matrículas	Graduados
FUEL	Londrina	9.554	1.152	10.185	1.166	10.438	1.134	10.102	1.516	9.856	
FUEM	Maringá	5.802	615	6.376	655	7.030	751	7.263	958	7.626	
FUEPG	Ponta Grossa	3.623	483	4.007	631	4.227	604	4.782	684	5.280	
Total		18.979	2.250	20.568	2.452	21.695	2.489	22.147	3.158	22.762	
FFECEA	Apucarana	1.314	202	1.379	222	1.341	199	1.289	180	1.310	
FAFI	Cornélio Procópio	1.746	479	1.660	370	1.665	403	1.808	618	1.858	
EMBAP	Curitiba	367	55	352	45	336	41	361	33	341	
FEMP	Curitiba	506	125	545	130	580	159	635	170	636	
FAFIG	Guarapuava	1.109	223	1.169	88	1.292	216	1.460	248	1.569	
FUNDINOP	Jacarezinho	301	66	296	52	283	07	266	45	265	
FFEEFJ	Jacarezinho	260	78	264	66	267	62	258	60	244	
FAFIJA	Jacarezinho	1.064	363	1.274	327	1.365	696	1.461	513	1.421	
FUNFAFI	Paranaguá	1.198	211	1.234	103	1.388	235	1.475	253	1.723	
FAFI	União da Vitória	597	97	709	83	779	126	853	160	850	
Total		8.562	1.899	8.882	1.486	9.296	2.144	9.866	2.280	10.217	
TOTAL		27.541	4.149	29.450	3.938	30.991	4.633	32.013	5.438	32.979	

FONTE: DAU-SEED

(1) Os dados relativos ao ano de 1984, foram retificados, por se referirem anteriormente apenas ao 1º semestre. (2) Os dados relativos às matrículas do ano de 1986 se referem apenas ao 1º semestre, e os dados sobre graduados ainda se encontram em fase de coleta e preparação.

**CONSTRUÇÕES, RECONSTRUÇÕES E AMPLIAÇÕES ESCOLARES,
CONCLUÍDAS E EM ANDAMENTO, NO PARANÁ — 1986**

DISCRIMINAÇÃO	OBRAS	
	Concluídas	Em Andamento
Prédios	305	467
Salas Comuns	604	1.063
Salas Específicas	02	26
Salas Especiais	12	43
Salas de Orientação	07	36
TOTAL	625	1.168
Investimento em Cz\$ 1.000,00	41.288	151.551

FONTE: FUNDEPAR-SEED

NOTA: As informações relativas às obras se referem até a data de 10/10/86, enquanto que as de investimento à 30/09/86.

SAÚDE

**NÚMERO DE CONSULTAS MÉDICAS, SEGUNDO O GRUPO POPULACIONAL,
NO PARANÁ — 1982-86**

GRUPO POPULACIONAL	NÚMERO DE CONSULTAS				
	1982	1983	1984	§ 1985	? 1986
Menor de 1 ano	135.744	146.285	171.839	177.093	184.570
1 a 4 anos	104.635	196.610	248.615	259.550	255.026
5 a 14 anos	225.715	193.908	247.809	251.031	236.957
15 e mais anos	582.244	638.542	794.604	900.639	873.632
Gestantes	107.875	110.015	123.468	137.413	144.266
Puérperas	10.858	10.167	11.003	12.503	11.842
TOTAL	1.167.071	1.295.527	1.597.338	1.738.229	1.706.293

FONTE: FSCMR-SESB

**ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR PRESTADA PELOS HOSPITAIS
DA FUNDAÇÃO DE SAÚDE CAETANO MUNHOZ DA ROCHA,
NO PARANÁ — 1982-86**

DISCRIMINAÇÃO	ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR				
	1982	1983	1984	§ 1985	? 1986
Internamentos	21.253	22.086	24.569	24.213	23.381
Saídas (1)	20.561	28.705	25.620	24.494	23.325
Pacientes/Dia/Ano	527.726	531.331	525.729	469.279	432.293
Taxa de Ocupação	65,5	67,0	60,0	57,0	53,2
Consultas Médicas	83.548	82.350	105.436	80.675	96.540
Exames Radiológicos	15.697	15.797	16.329	14.564	31.009
Atendimentos Odontol- ógicos	12.954	13.948	13.018	7.701	6.987
Cirurgias	1.969	2.317	2.308	2.281	1.819
Ações Obstétricas	3.174	3.069	3.435	4.316	4.858
Eletrodiagnósticos	568	655	1.104	1.119	1.213
Exames de Laboratório	56.001	63.143	82.192	97.871	122.784
Ações de Serviço Social	76.102	49.443	43.145	53.812	66.763

FONTE: FSCMR-SESB

(1) Estão incluídos os pacientes remanescentes do ano anterior.

NÚMERO DE ATENDIMENTOS DE ENFERMAGEM, SEGUNDO O GRUPO POPULACIONAL, NO PARANÁ — 1982-86

GRUPO POPULACIONAL	NÚMERO DE ATENDIMENTOS DE ENFERMAGEM				
	1982	1983	1984 ⁽¹⁾	§ 1985 ⁽²⁾	? 1986
Menor de 1 ano	174.913	140.938	49.340	371.937	542.112
1 a 4 anos	195.088	151.442	63.439	469.297	676.695
5 a 14 anos	176.439	110.599	41.846	425.390	545.352
15 e mais anos	406.655	356.132	§ 106.416	1.170.527	1.548.836
Gestantes	86.338	64.338	29.664	255.751	328.404
Puérperas	11.672	9.644	4.249	30.834	49.229
TOTAL	1.051.105	833.093	§ 294.954	(3) 3.161.939	3.690.628

FONTE: FSCMR-SESB

(1) No ano de 1984, houve mudança no critério de registro de atendimento de enfermagem, deixando de ser computadas tarefas como aplicação de injeção, preparo, entrega de medicamentos, pós-consulta e consulta de enfermagem. (2) Em 1985, todas as atividades já citadas acima, voltaram a ser computadas em um novo formulário, exceto consulta de enfermagem. (3) Inclui 438.203 atendimentos como: curativos, aplicações de injeção e inalação.

NÚMERO DE CONSULTAS DE ENFERMAGEM, SEGUNDO O GRUPO POPULACIONAL, NO PARANÁ — 1984-86

GRUPO POPULACIONAL	NÚMERO DE CONSULTAS DE ENFERMAGEM		
	1984	§ 1985	? 1986
Menor de 1 ano	8.676	10.806	8.790
1 a 4 anos	§ 11.113	12.098	7.420
5 a 14 anos	8.619	10.777	7.792
15 e mais anos	§ 16.481	27.150	18.776
Gestantes	8.645	8.334	8.314
Puérperas	911	1.097	854
TOTAL	§ 54.445	70.262	51.946

FONTE: FSCMR-SESB

NOTA: Os dados sobre consultas de enfermagem passaram a ser coletados a partir de 1984.

**ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA PRESTADA, SEGUNDO O
GRUPO POPULACIONAL, NO PARANÁ — 1982-86**

GRUPO POPULACIONAL	ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA				
	1982	1983	1984	§ 1985	? 1986
Aplicação do Flúor (crianças)	839.956	788.708	927.513	1.034.246	1.129.469
Escolares e Pré-Escola- res	143.634	133.851	146.956	194.894	392.524
Gestantes e Outros Gru- pos	121.535	100.657	87.287	97.766	175.760

FONTE: FSCMR-SESB

**NÚMERO DE CONSULTAS E ATENDIMENTOS PRESTADOS PELO
SERVIÇO DE SAÚDE MENTAL, NO PARANÁ — 1982-86**

DISCRIMINAÇÃO	NÚMERO DE CONSULTAS E ATENDIMENTOS				
	1982	1983	1984	§ 1985	? 1986
Consultas Médico-Psi- quiátricas	39.638	41.994	47.857	49.685	46.895
Consultas Psicológicas	40.236	40.424	51.246	50.924	47.243
Atendimento Preventi- vo — Individual e em Grupo	2.389	18.098	32.256	30.313	30.557

FONTE: FSCMR-SESB

AÇÕES PRESTADAS PELO SERVIÇO SOCIAL, NO PARANÁ — 1982-86

AÇÕES	ATENDIMENTOS À CLIENTELA INSCRITA				
	1982	1983	1984	§ 1985	? 1986
Individualizados	16.814	39.942	48.591	67.502	50.538
Grupais	55.171	56.302	116.084	92.714	92.378

FONTE: FSCMR-SESB

**NÚMERO DE MEDICAMENTOS DISTRIBUÍDOS ÀS UNIDADES DE
SAÚDE, NO PARANÁ — 1982-86**

DISCRIMINAÇÃO	1982 ⁽¹⁾	§ 1983	1984	§ 1985	1986
Unidades Distribuídas	50.973.798	35.557.633	45.210.394	54.968.775	61.544.767

FONTE: FSCMR-SESB

(1) O aumento dos medicamentos distribuídos em 1982 deve-se à doação do INAMPS, de 11.064.850 unidades.

**COBERTURA VACINAL DE ROTINA EM CRIANÇAS MENORES DE 1 ANO,
SEGUNDO O TIPO DE DOENÇA, NO PARANÁ — 1982-86**

TIPO DE DOENÇA	COBERTURA VACINAL				
	§ 1982	§ 1983	(%) § 1984	§ 1985	? 1986
Contra a Tuberculose (BCG)	80,7	102,8	100,6	95,9	87,4
Contra a Difteria, Tétano e Coqueluche (Tríplice) ⁽¹⁾	66,0	82,5	76,7	76,9	80,7
Contra o Sarampo	§ 100,3	101,9	84,7	80,4	81,7
Contra a Poliomielite ⁽¹⁾	63,2	73,7	73,5	74,1	80,2

FONTE: FSCMR-SESB

NOTA: As diferenças verificadas no período 1982-84 são consequência de aperfeiçoamento da metodologia de apropriação de dados.

(1) Refere-se à 3ª dose.

**COBERTURA VACINAL NOS DIAS NACIONAIS CONTRA A POLIOMIELITE EM
CRIANÇAS DE 0 A 4 ANOS, SEGUNDO AS FASES, NO PARANÁ — 1982-86**

FASES	COBERTURA VACINAL				
	§ 1982	1983	(%) 1984	1985	1986
1ª Fase	91,9	94,9	93,0	88,8	90,6
2ª Fase	100,6	99,9	89,9	87,4	78,6

FONTE: FSCMR-SESB

NÚMERO DE EXAMES LABORATORIAIS REALIZADOS, SEGUNDO O TIPO DE EXAME, NO PARANÁ — 1982-86

TIPO DE EXAME	NÚMERO DE EXAMES				
	1982	1983	1984	§ 1985	? 1986
Exames Físico-Químicos, Microbiológicos e Microscópicos, para Análises Fiscais e Controle de Alimentos	8.052	8.123	9.708	10.426	9.341
Exames Microbiológicos para o Diagnóstico, Controle e Tratamento das Doenças Infecto-Contagiosas	15.060	(1) 52.117	37.361	35.486	34.219
Exames Cito e Histopatológicos	7.917	16.808	10.164	11.884	15.412
Exames Imunológicos	18.866	15.568	21.470	31.136	20.601
Exames de Análises Clínicas	340.516	321.498	435.936	466.779	471.904
TOTAL	390.411	414.114	514.639	555.711	551.477

FONTE: FSCMR-SESB

(1) Aumento em razão do número de surtos de toxifecção alimentar ocorridos nesse ano.

NÚMERO DE INVESTIGAÇÕES EPIDEMIOLÓGICAS REALIZADAS, NO PARANÁ — 1982-86

DISCRIMINAÇÃO	1982	1983	1984	§ 1985	? 1986
Investigações Realizadas	6.915	18.672	24.017	10.804	10.631

FONTE: FSCMR-SESB

**NÚMERO DE SINTOMÁTICOS, COMUNICANTES E PACIENTES PORTADORES
DE TUBERCULOSE, CONTROLADOS PELO SERVIÇO DE PNEUMOLOGIA
SANITÁRIA, NO PARANÁ — 1982-86**

DISCRIMINAÇÃO	1982	1983	1984	§ 1985	? 1986
Sintomáticos Respirató- rios Examinados	14.977	16.127	18.428	19.149	16.315
Comunicantes Examina- dos	8.143	8.974	11.167	10.846	8.252
Casos de Tuberculose Diagnosticados e Trata- dos	3.017	3.124	3.733	3.355	3.198
Casos de Turberculose que Receberam Alta por Cura	3.305	2.241	2.511	2.239	1.716

FONTE: FSCMR-SESB

**NÚMERO DE PACIENTES PORTADORES DE HANSENÍASE, CONTROLADOS
PELO SERVIÇO DE DERMATOLOGIA SANITÁRIA, NO PARANÁ — 1982-86**

DISCRIMINAÇÃO	1982	1983	1984	§ 1985	? 1986
Doentes Controlados	11.817	13.824	13.024	13.499	13.596
Pacientes Submetidos às Técnicas de Prevenção de Incapacidades Físicas	439	2.356	3.457	10.353	6.898

FONTE: FSCMR-SESB

**NÚMERO DE AMOSTRAS COLETADAS EM ANIMAIS SUSPEITOS DE RAIVA
PELO SERVIÇO DE ZONÓSES, NO PARANÁ — 1982-86**

DISCRIMINAÇÃO	§ 1982	§ 1983	§ 1984	§ 1985	? 1986
Amostras Coletadas em Animais Suspeitos, para Exame de Raiva	942	1.023	1.310	1.796	1.344

FONTE: FSCMR-SESB

**NÚMERO DE ATENDIMENTOS PRESTADOS PELO CENTRO DE INFORMAÇÃO
TOXICOLÓGICA, NO PARANÁ — 1982-86.**

DISCRIMINAÇÃO	1982	1983	1984	§ 1985	? 1986
Atendimentos Prestados às Solicitações de Todo o Estado	921	1.408	1.545	2.183	3.131

FONTE: FSCMR-SESB

**NÚMERO DE MELHORIAS SANITÁRIAS EM DOMICÍLIOS E EM
ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS E INDUSTRIAIS, SEGUNDO O
TIPO DE MELHORIA, NO PARANÁ — 1982-86**

TIPO DE MELHORIA	NÚMERO DE MELHORIAS			
	1982	1983	1984	§ 1985
Em Abastecimento de Água	89.068	75.061	79.217	75.630
Em Destino dos Dejetos	50.388	44.774	46.034	45.771
Em Destino do Lixo	41.212	38.202	37.655	35.987
Em Instalações Físicas	47.248	41.940	41.534	40.483
TOTAL	227.916	199.977	204.440	197.871

FONTE: FSCMR-SESB

NOTA: A partir de 1986, os dados relativos à melhorias sanitárias deixaram de ser coletados, por não permitirem uma melhor avaliação dos serviços executados. Em outubro de 1986, passou-se a coletar apenas os dos referentes às visitas domiciliares rotineiras, coletas de amostras de água, visitas para acompanhamento de obras, coleta de amostras de água, visitas para habite-se e visitas domiciliares emergenciais.

**NÚMERO DE INSPEÇÕES REALIZADAS PELO SERVIÇO DE HIGIENE
E CONTROLE DE ALIMENTOS, NO PARANÁ — 1982-86**

DISCRIMINAÇÃO	1982	1983	1984	§ 1985	? 1986
Inspeções em Estabelecimentos Comerciais e Industriais	457.223	380.980	417.716	52.952	103.155

FONTE: FSCMR-SESB

NOTA: Até 1984, incluem estabelecimentos prestadores de serviços; em 1985, somente estabelecimentos de alimentos.

**NÚMERO DE REFORMAS EM UNIDADES DE SAÚDE, SEGUNDO O TIPO
DE UNIDADE, NO PARANÁ — 1982-86**

TIPO DE UNIDADE	NÚMERO DE REFORMAS				
	1982	1983	1984	1985	1986
Centros de Saúde	9	6	15	68	11
Escritórios Distritais	—	2	—	3	—
Laboratórios	3	2	2	—	—
Hospitais	8	—	3	2	17
Centro Social Rural Adaptado para Hospital	—	—	1	—	—
Postos de Saúde	—	—	—	7	42

FONTE: FSCMR-SESB

NÚMERO DE CONSTRUÇÕES E AMPLIAÇÕES DE UNIDADES, SANITÁRIAS, SEGUNDO O TIPO DE UNIDADE, NO PARANÁ — 1982-86

TIPO DE UNIDADE	NÚMERO DE CONSTRUÇÕES E AMPLIAÇÕES									
	1982		1983		1984		§ 1985		1986	
	Número	Área (m ²)	Número	Área (m ²)	Número	Área (m ²)	Número	Área (m ²)	Número	Área (m ²)
Postos de Saúde Construídos	24	1.523	8	500	5	315	186	10.240	114	6.599
Postos de Saúde Ampliados	—	—	1	40	—	—	3	179	—	—
Centros de Saúde Construídos	8	2.335	2	252	—	—	17	3.545	15	3.028
Centros de Saúde Ampliados	3	1.487	1	79	1	35	16	593	1	107
Hospitais Ampliados	1	431	—	—	—	—	1	73	1	264
Centros Sociais Rurais Construídos	14	2.799	25	5.355	22	4.032	28	5.345	16	3.138
Hospital Construído	—	—	—	—	—	—	1	778	2	1.556
Escritório Distrital Ampliado	—	—	—	—	—	—	1	80	—	—

FONTE: FSCMR-SESB

SANEAMENTO

SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, NO PARANÁ — 1982-86

DISCRIMINAÇÃO	SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA				
	1982	1983	1984	1985	1986
Sanepar					
Sedes Municipais	250	258	264	264	265
Distritos	53	76	132	182	230
Ligações	729.253	797.255	847.605	902.992	967.693
População Abastecida	3.649.600	3.911.032	4.223.077	4.498.791	4.797.883
Não-Operados pela Sa- nepar	49	46	46	46	46

FONTE: SANEPAR-SEIN

SERVIÇOS DE ESGOTOS SANITÁRIOS, NO PARANÁ — 1982-86

DISCRIMINAÇÃO	SERVIÇOS DE ESGOTOS SANITÁRIOS				
	1982	1983	1984	§ 1985	1986
Sanepar					
Sedes Municipais	33	33	37	37	37
Ligações	170.559	195.709	204.025	211.901	225.454
População Atendida	969.350	1.118.128	1.205.001	1.259.711	1.339.570
Não-Operados pela Sa- nepar	5	5	5	5	5

FONTE: SANEPAR-SEIN

INVESTIMENTOS EM SANEAMENTO, PELO SISTEMA SANEPAR,
NO PARANÁ — 1982-86

DISCRIMINAÇÕES	INVESTIMENTOS				
	(Cr\$ 1.000.000)				
	1982	1983	1984	1985	1986
Água	8.034,9	13.063,0	33.385,0	168.827,0	163.999
Esgoto	2.835,2	4.274,0	6.853,0	56.454,0	84.016
Outros	1.726,8	2.749,0	1.967,0	9.739,0	22.634
TOTAL	12.596,9	20.086,0	42.205,0	235.020,0	270.649

FONTE: SANEPAR-SEIN

**NOVOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA CONCLUÍDOS,
PELA SANEPAR, SEGUNDO OS DISTRITOS BENEFICIADOS,
NO PARANÁ — 1986**

DISTRITOS (MUNICÍPIOS)	Valores Correntes		
	Total de Ligações	População Beneficiada	Investimentos (Cr\$ 1.000,00)
América de Cima (Morretes)	111	555	408
Vila Agro-cafeeira (Matelândia)	138	690	903
Espírito Santo (Campo Tenente)	50	250	767
Rancho Alegre do Oeste (Goioerê)	340	1.700	1.416
Vargem Grande (Paula Freitas)	48	240	512
Saudades (Chopinzinho)	—	—	1.992
Bourbônia (Barbosa Ferraz)	181	905	902
Fazendinha (Araucária)	52	260	141
Jardim Ceccon (Campina Gde. Sul)	73	365	663
Jardim Eugênia Maria (Campina Gde. do Sul)	29	145	297
Rincão (Balsa Nova)	137	685	1.028
São Dimas (Colombo)	320	1.600	6.461
Timbú Velho (Campina Grande do Sul)	82	410	1.281
Cerrado das Cinzas (Arapoti)	50	250	385
Coinciolândia (Pérola do Oeste)	121	605	139
Cel. Domingos Soares (Palmas)	30	150	170
Covó (Mangueirinha)	107	535	202
Herculândia (Umuarama)	18	90	545
Honório Serpa (Mangueirinha)	133	665	324
Retiro (Almirante Tamandaré)	46	230	229
Rio Bonito (Francisco Alves)	159	795	725
São Camilo (Palotina)	155	775	559
Candonga (Morretes)	68	340	130
Fagundes (Tijucas do Sul)	44	220	684
José Lacerda (Reserva)	130	650	747
Lontrão (Imbituva)	67	335	632
Marquês de Abrantes (Bocaiúva do Sul)	64	320	498
TOTAL	2.753	13.765	22.740

FONTE: SANEPAR-SEIN

**OBRAS DE AMPLIAÇÃO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA CONCLUÍDAS,
PELA SANEPAR, SEGUNDO OS DISTRITOS BENEFICIADOS,
NO PARANÁ — 1986**

DISTRITOS (MUNICÍPIOS)	Valores Correntes		
	OBRAS DE AMPLIAÇÃO		
	Total de Ligações	População Beneficiada	Investimentos (Cr\$ 1.000,00)
Borda do Campo (Quatro Barras)	—	—	86
Anahy (Corbélia)	18	90	259
Água Boa (Paiçandú)	323	1.615	1.321
Boa Esperança (Pérola)	148	740	647
Palmital (Boa Esperança)	95	475	572
Santa Zélia (Astorga)	54	270	537
Perobal (Umuarama)	21	105	1.151
Serra dos Dourados (Umuarama)	7	35	351
Ourlândia (Barbosa Ferraz)	220	1.100	555
TOTAL	886	4.430	5.479

FONTE: SANEPAR-SEIN

**OBRAS DE AMPLIAÇÃO DE SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA,
EM ANDAMENTO, DO SISTEMA SANEPAR, SEGUNDO OS DISTRITOS
BENEFICIADOS, NO PARANÁ — 1986**

DISTRITOS (MUNICÍPIOS)	Valores Constantes		
	OBRAS DE AMPLIAÇÃO		
	Ligações Previstas	População Beneficiada	Investimentos (Cr\$ 1.000,00)
Bragantina (Assis Chateaubriand)	25	125	213
Cachoeira (Antonina)	—	—	155
Luar (São João do Ivaí)	33	165	798
Corumbá do Sul (Barbosa Ferraz)	288	1.440	1.500
TOTAL	346	1.730	2.666

FONTE: SANEPAR-SEIN

**NOVOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, EM ANDAMENTO,
DO SISTEMA SANEPAR, SEGUNDO OS DISTRITOS BENEFICIADOS,
NO PARANÁ — 1986**

Valores Constantes

DISTRITOS (MUNICÍPIOS)	NOVOS SISTEMAS		
	Ligações Previstas	População Beneficiada	Investimentos (Cr\$ 1.000,00)
Água Azul de Baixo (Lapa)	76	380	646
Arroio Grande (Imbituva)	61	305	645
Bela Vista (Pérola do Oeste)	123	615	960
Bom Retiro (Pinhão)	—	—	1.800
Botiatuva/Fecho (Lapa)	159	795	3.015
Briolândia (Ortigueira)	96	480	1.173
Conceição dos Correias (Almirante Tamandaré)	—	—	94
Itaqui (Guaraqueçaba)	60	300	95
Jacutinga (Ivaiporã)	163	815	960
Joanesdorf (Lapa)	87	435	1.304
Mato Dentro (Almirante Tamandaré)	—	—	405
Meia Lua dos Freitas (Almirante Tamandaré)	—	—	152
Morro Inglês (Paranaguá)	42	210	66
Rocinhas (Bocaiúva do Sul)	—	—	191
Queimadas (Agudos do Sul)	70	350	623
Rondinha (Paula Freitas)	60	300	803
Roseira (Colombo)	97	485	1.008
Tagaçaba de Baixo (Guaraqueçaba)	—	—	143
Tagaçaba de Cima (Guaraqueçaba)	—	—	84
Tigre (Rio Branco do Sul)	—	—	274
Areia Branca (Bocaiúva do Sul)	18	90	32
Jaracatiá (Goioerê)	236	1.180	960
Oroitê (Iporã)	223	1.115	3.000
Sete Saltos de Baixo (Ponta Grossa)	43	215	163
Tarumã (Agudos do Sul)	37	185	148
Vila Branca (Cerro Azul)	108	540	231
TOTAL	1.759	8.795	18.975

FONTE: SANEPAR-SEIN

**OBRAS DE AMPLIAÇÃO DE SISTEMAS DE ESGOTOS SANITÁRIOS
CONCLUÍDAS EM SEDES MUNICIPAIS, PELA SANEPAR,
NO PARANÁ — 1986**

Valores Correntes

DISTRITOS (MUNICÍPIOS)	OBRAS DE AMPLIAÇÃO		
	Total de Ligações	População Beneficiada	Investimentos (Cr\$ 1.000,00)
Londrina	16.564	82.820	196.068
Ponta Grossa	14.020	70.100	166
TOTAL	30.584	152.920	196.234

FONTE: SANEPAR-SEIN

**NOVOS SISTEMAS DE ESGOTOS SANITÁRIOS, EM ANDAMENTO, EM
SEDES MUNICIPAIS DO SISTEMA SANEPAR, NO PARANÁ — 1986**

Valores Constantes

SEDES MUNICIPAIS	NOVOS SISTEMAS		
	Ligações Previstas	População Beneficiada	Investimentos (Cr\$ 1.000,00)
Arapongas	60	300	6.672
Wenceslau Braz	600	3.000	2.395
TOTAL	660	3.300	9.067

FONTE: SANEPAR-SEIN

**OBRAS DE AMPLIAÇÃO DE SISTEMAS DE ESGOTOS SANITÁRIOS,
EM SEDES MUNICIPAIS, EM ANDAMENTO, DO SISTEMA SANEPAR,
NO PARANÁ — 1986**

Valores Constantes

SEDES MUNICIPAIS	OBRAS DE AMPLIAÇÃO		
	Ligações Previstas	População Beneficiada	Investimentos (Cr\$ 1.000,00)
Cascavel	11.076	55.380	130.738
Londrina	122	610	120.021
Campo Mourão	600	3.000	794
TOTAL	11.798	58.990	251.553

FONTE: SANEPAR-SEIN

HABITAÇÃO POPULAR

**CONJUNTOS HABITACIONAIS CONCLUÍDOS COM RECURSOS DO SISTEMA
FINANCEIRO DA HABITAÇÃO, NO PARANÁ — 1982-86**

DISCRIMINAÇÃO	1982	1983	1984	1985	1986
Número de Municípios					
Atendidos	78	38	7	8	41
Número de Conjuntos	78	39	7	9	43
Número de Unidades	8.665	4.832	1.384	1.141	1.812
Valor do Investimento ⁽¹⁾	10.248,2	13.675,4	9.313,0	30.461,5	77.415,2

FONTE: COHAPAR-SEIN

(1) 182/85 em Cr\$ 1.000, calculados pelo valor médio da UPC de cada ano; em Cz\$ 1,000,00.

**CONJUNTOS HABITACIONAIS FINANCIADOS COM RECURSOS PRÓPRIOS
DA COHAPAR, PELO SISTEMA DE MUTIRÃO, EM CONSTRUÇÃO,
SEGUNDO OS MUNICÍPIOS DO PARANÁ — 1986**

MUNICÍPIOS	CONJUNTOS HABITACIONAIS	
	Número de Unidades	Área Total (m²)
Cambé	5	269,10
Bela Vista do Paraíso	108	4.795,20
Cantagalo	18	799,20
Engenheiro Beltrão	18	799,20
Ibiporã	72	3.196,80
Iguaçu	13	577,20
Sabáudia	31	1.376,40
Tibagi	21	932,40
TOTAL	265	12.745,50

FONTE: COHAPAR-SEIN

**PROJETOS HABITACIONAIS FINANCIADOS COM RECURSOS DO BNH
PELO SISTEMA DE MUTIRÃO, CONCLUÍDOS, SEGUNDO OS
MUNICÍPIOS DO PARANÁ — 1986**

MUNICÍPIO	PROJETOS HABITACIONAIS		
	Número de Unidades	Área Total (m ²)	Valor do Investimento (OTN) ⁽¹⁾
São Tomé	14	621,60	2.938,00
Quedas do Iguaçu	30	1.332,00	6.848,00
Indianópolis	25	1.110,00	5.386,00
Cafelândia	21	932,40	7.264,67
Jacarézinho	61	2.708,40	14.030,00
Paiçandu	21	932,40	4.682,00
Sarandi	40	1.591,80	22.140,00
Sabáudia	32	1.420,80	7.681,00
Abatiá	20	888,00	4.522,00
Cruzeiro do Oeste	35	1.554,00	7.562,00
Céu Azul	24	1.065,60	5.640,00
Sta. Terezinha Itaipu	21	932,40	5.246,00
Floraí	31	1.376,40	6.963,00
Guarapuava	51	2.264,40	12.800,00
Paraíso do Norte	32	1.420,80	6.836,00
Pinhalão	10	444,00	2.294,00
Rebouças	20	888,00	4.492,00
Inajá	12	532,80	2.800,00
Centenário do Sul	44	1.953,60	9.790,00
N. S. das Graças	30	1.332,00	6.970,00
Peabirú	13	577,20	3.595,00
Campina da Lagoa	36	1.598,40	7.682,00
Campina da Lagoa	20	888,00	4.486,00
Braganey	30	1.332,00	6.946,00
Campo Mourão	30	1.332,00	6.747,00
Campo Mourão	20	888,00	4.497,00
Faxinal	15	666,00	3.569,00
Francisco Beltrão	30	1.332,00	6.612,00
Guaíra	30	1.332,00	8.203,00
Mirador	12	532,80	2.732,00
Três Barras do Paraná	20	888,00	4.589,00
Cidade Gaúcha	32	1.420,80	8.856,00
Eng. Beltrão	51	2.264,40	11.626,00
TOTAL	928	40.353,00	227.025,37

FONTE: SEIN-COHAPAR

(1) Valor da OTN: Cz\$ 106,40.

**CONJUNTOS HABITACIONAIS FINANCIADOS COM RECURSOS DO BNH,
PELO SISTEMA CONVENCIONAL, CONCLUÍDOS SEGUNDO OS
MUNICÍPIOS DO PARANÁ — 1986**

MUNICÍPIOS	CONJUNTOS HABITACIONAIS		
	Número de Unidades	Área Total (m ²)	Valor do Investimento (OTN) ⁽¹⁾
Alto Piquiri	17	639,54	10.433,00
Lobato	90	3.250,10	51.380,00
Centenário do Sul	54	1.864,60	30.118,00
Foz do Iguaçu	220	8.219,47	104.290,00
Medianeira	100	4.944,75	78.191,00
Céu Azul	80	3.552,00	58.545,00
Marilândia do Sul	27	852,12	12.997,65
Cianorte	94	3.740,73	54.364,18
Nossa Senhora das Graças	41	1.483,68	19.295,88
Jussara	176	6.019,83	80.946,14
TOTAL	884	34.566,82	500.560,85

FONTE: COHAPAR-SEIN

(1) Valor da OTN: Cz\$ 106,40.

**PROJETOS HABITACIONAIS FINANCIADOS COM RECURSOS DO TESOURO
DO ESTADO PELO SISTEMA DE MUTIRÃO, CONCLUÍDOS, SEGUNDO
OS MUNICÍPIOS DO PARANÁ – 1986**

MUNICÍPIOS	PROJETOS HABITACIONAIS		
	Número de Unidades	Área Total (m ²)	Valor do Investimento (OTN) ⁽¹⁾
Gurapuava	15	666,00	3.567,91
Irati	40	1.776,00	9.514,43
Inajá	24	1.065,60	5.708,66
Andirá	26	1.154,40	6.184,38
Cambé	03	161,46	1.134,89
Cambé	09	410,09	2.975,36
Fenix	24	1.065,60	5.708,66
Rio Negro	49	2.175,60	11.655,18
Ibaiti	70	3.108,00	16.650,26
Maringá	100	4.440,00	23.786,08
Santa Amélia	23	1.021,20	5.470,80
Quinta do Sol	08	355,20	1.902,89
Cap. Leônidas Marques	25	1.110,00	5.946,52
Mal. Cândido Rondon	36	1.598,40	8.563,00
Salto do Lontra	30	1.332,00	7.135,83
Conselheiro Mayrinck	19	843,60	4.519,36
Foz do Iguaçu	76	3.374,40	18.077,43
Tibagi	24	1.065,60	5.708,66
Terra Boa	14	1.065,60	3.330,05
Janiópolis	20	888,00	4.757,22
Cambé	05	219,04	1.875,99
Medianeira	42	1.864,80	9.990,16
Cambira	100	4.628,70	17.340,56
Tuneiras do Oeste	15	666,00	3.567,91
Umuarama	54	2.397,60	12.844,49
Cambé	06	298,17	2.051,89
Pranchita	30	1.332,00	7.135,83
Atalaia	26	1.154,40	6.184,38
N. S. das Graças	12	532,80	2.930,00
TOTAL	925	41.770,26	216.218,78

FONTE: COHAPAR-SEIN

(1) Valor da OTN: Cz\$ 106,40.

**PROJETOS HABITACIONAIS FINANCIADOS COM RECURSOS DO BNH E
DO MDU, PELO SISTEMA DE MUTIRÃO, EM CONSTRUÇÃO, SEGUNDO
OS MUNICÍPIOS DO PARANÁ — 1986**

MUNICÍPIOS	PROJETOS HABITACIONAIS		
	Número de Unidades	Área Total (m ²)	Valor do Investimento (OTN) ⁽¹⁾
Irati	40	1.776,00	9.354,00
Alto Paraná	24	1.065,60	5.220,00
Ampére	20	888,00	4.664,00
Bandeirantes	80	3.552,00	16.800,00
Araruna	39	1.731,60	10.920,00
Bom Sucesso	39	1.731,60	9.500,00
Cambará	50	2.220,00	12.481,00
Colorado	25	1.110,00	5.168,00
Colorado	12	532,80	2.682,00
Corbélia	18	799,20	4.023,00
Dois Vizinhos	55	2.442,00	11.463,00
Douradina	24	1.065,60	5.443,00
Guaraci	29	1.287,60	6.264,00
Guarapuava	70	3.108,00	17.900,00
Ibaiti	36	1.598,40	9.154,00
Lobato	22	976,80	4.675,00
Mal. Cândido Rondon	30	1.332,00	7.046,00
Nova Aurora	40	1.776,00	9.450,00
Pinhão	31	1.376,40	7.420,00
Quatiguá	15	666,00	3.350,00
Tamboara	15	666,00	3.380,00
União da Vitória	53	2.353,20	12.593,00
Sta. Cruz do Monte Castelo	47	2.086,80	10.634,00
Foz do Iguaçu	70	3.108,00	16.305,27
Matelândia	45	1.998,00	10.545,87
Flórida	26	1.154,40	6.135,90
Guaraci	41	1.820,40	9.356,00
Umuarama	52	2.308,80	11.160,44
Tibagi	21	932,40	4.485,30
Assis Chateaubriand	40	1.776,00	8.567,00
Cafelândia	32	1.420,80	4.874,00
Campina da Lagóa	19	843,60	—
Campo Mourão	45	1.998,00	10.828,57
Capanema	40	1.776,00	—
Catanduvas	38	1.687,20	—
Céu Azul	30	1.332,00	—
Congonhinhas	30	1.332,00	7.544,00
Doutor Camargo	16	666,00	3.425,98
Engenheiro Beltrão	48	2.131,20	12.642,46
Califórnia	34	1.509,60	—
Francisco Beltrão	32	1.420,80	7.223,41

continua

**PROJETOS HABITACIONAIS FINANCIADOS COM RECURSOS DO BNH E
DO MDU, PELO SISTEMA DE MUTIRÃO, EM CONSTRUÇÃO, SEGUNDO
OS MUNICÍPIOS DO PARANÁ — 1986**

MUNICÍPIOS	PROJETOS HABITACIONAIS		
	Número de Unidades	Área Total (m ²)	Valor do Investimento (OTN) ⁽¹⁾
Iporã	15	666,00	3.362,92
Irati	23	1.021,20	5.535,79
Itambé	14	621,60	3.194,74
Janiópolis	20	888,00	—
Mal. Cândido Rondon	32	1.420,80	—
Medianeira	46	2.042,40	10.372,42
Miraselva	18	799,20	—
N. Sra. das Graças	21	932,40	—
Nova Cantu	30	1.332,00	7.064,67
Palotina	100	4.440,00	—
Paulo Frontin	19	843,60	—
Pérola	20	888,00	—
Planalto	31	1.376,40	—
Realeza	30	1.332,00	6.998,88
Sto. Antônio do Sudoeste	36	1.598,40	8.634,42
São Pedro do Ivaí	94	4.173,60	21.255,64
Grandes Rios	16	538,11	3.045,14
Rio Bom	24	723,00	5.537,99
Sabáudia	20	644,32	4.993,12
Sta. Cecília do Pavão	34	794,34	4.997,21
Cap. Leônidas Marques	34	1.509,60	7.645,87
Manoel Ribas	46	2.042,42	11.279,70
Sta. Terezinha de Itaipu	16	710,40	3.532,85
Toledo	65	2.886,00	15.594,74
Tuneiras do Oeste	15	666,00	3.531,00
Toledo	21	932,40	4.850,43
Toledo	24	1.065,60	5.533,10
Toledo	20	888,00	4.667,30
Quinta do Sol	17	754,80	3.917,00
Guapirama ⁽²⁾	23	743,56	—
TOTAL	2.397	104.600,95	448.223,13

FONTE: COHAPAR-SEIN

(1) Valor da OTN: Cz\$ 106,40.

(2) Mutirão Indígena, financiado pelo MDU.

CONJUNTOS HABITACIONAIS FINANCIADOS COM RECURSOS DO TESOURO DO ESTADO, PELO SISTEMA DE MUTIRÃO, EM CONSTRUÇÃO SEGUNDO OS MUNICÍPIOS DO PARANÁ — 1986

MUNICÍPIOS	CONJUNTOS HABITACIONAIS		
	Número de Unidades	Área Total (m ²)	Valor do Financiamento (OTN) ⁽¹⁾
Atalaia	16	710,40	5.736,00
Mamborê	19	843,60	4.626,95
TOTAL	45	1.554,00	10.362,95

FONTE: COHAPAR-SEIN

(1) Valor da OTN: Cz\$ 106,40.

CONJUNTOS HABITACIONAIS FINANCIADOS COM RECURSOS DO ESTADO PELO SISTEMA DE MUTIRÃO, CONCLUÍDOS, NO PARANÁ — 1984-86

DISCRIMINAÇÃO	1984	1985	1986
Número de Municípios Atendidos	23	43	26
Número de Conjuntos	23	46	29
Número de Unidades	479	1.686	925
Valor do Investimento ⁽¹⁾	1.000,7	7.681,9	23.005,7

FONTE: COHAPAR-SEIN

(1) 1982/85 em Cr\$ 1.000, calculados pelo valor médio da UPC de cada ano; 1986, em Cz\$ 1.000,00.

CASAS ISOLADAS CONSTRUÍDAS COM RECURSOS DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, NO PARANÁ — 1982-86

DISCRIMINAÇÃO	1982	1983	1984	1985	1986
Número de Municípios Atendidos	22	48	—	—	—
Número de Unidades	91	487	—	—	—
Valor do Investimento ⁽¹⁾	72,0	1.059,5	—	—	—

FONTE: COHAPAR-SEIN

(1) Em Cr\$ 1.000, calculados pelo valor médio da UPC de cada ano.

**CONJUNTOS HABITACIONAIS FINANCIADOS COM RECURSOS DO BNH,
PELO SISTEMA CONVENCIONAL, EM CONSTRUÇÃO SEGUNDO OS
MUNICÍPIOS DO PARANÁ — 1986**

MUNICÍPIOS	CONJUNTOS HABITACIONAIS		
	Número de Unidades	Área Total (m ²)	Valor do Investimento (OTN) ⁽¹⁾
Cascavel	136	5.323,38	70.942,25
Cascavel	92	4.252,74	53.003,16
Cascavel	122	5.446,59	68.578,45
Cascavel	421	16.761,09	239.675,73
Francisco Beltrão	208	8.632,32	107.719,83
Maringá	257	10.090,66	149.970,04
Rolândia	228	9.393,26	138.946,25
Apucarana	7	144,45	—
Guarapuava	4	190,63	—
Guarapuava	3	154,09	—
Guarapuava	1	53,82	—
Apucarana	4	236,72	—
Apucarana	3	—	—
Guarapuava	3	146,73	—
Guarapuava	1	63,00	—
Irati	5	267,16	—
TOTAL	1.495	61.156,64	689.889,46

FONTE: COHAFAR-SEIN

(1) Valor da OTN: Cz\$ 106,40.

**CONJUNTOS HABITACIONAIS FINANCIADOS COM RECURSOS DO BNH,
PELO SISTEMA CONVENCIONAL, CONCLUÍDOS SEGUNDO OS
MUNICÍPIOS DO PARANÁ — 1986**

MUNICÍPIOS	CONJUNTOS HABITACIONAIS		
	Número de Unidades	Área Total (m ²)	Valor do Investimento (OTN) ⁽¹⁾
Alto Piquiri	17	639,54	10.433,00
Lobato	90	3.250,10	51.380,00
Centenário do Sul	54	1.864,60	30.118,00
Foz do Iguaçu	220	8.219,47	104.290,00
Medianeira	100	4.944,75	78.191,00
Céu Azul	80	3.552,00	58.545,00
Marilândia do Sul	27	852,12	12.997,65
Cianorte	94	3.740,73	54.364,18
Nossa Senhora das Graças	41	1.483,68	19.295,88
Jussara	176	6.019,83	80.946,14
TOTAL	884	34.566,82	500.560,85

FONTE: COHAPAR-SEIN

(1) Valor da OTN: Cz\$ 106,40.

**PROJETOS HABITACIONAIS ENCAMINHADOS PELA COHAPAR AO BNH,
APROVADOS, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS DO PARANÁ — 1986**

MUNICÍPIOS	PROJETOS HABITACIONAIS		
	Número de Unidades	Área Total (m ²)	Valor do Investimento (Cz\$ 1.000,00)
Foz do Iguaçu	320	14.099,20	27.096,0
Matinhos	245	10.878,00	20.729,4
Ponta Grossa	328	13.739,17	26.838,1
Umuarama	114	4.536,63	8.646,2
Umuarama	76	3.025,24	5.897,9
Umuarama	61	2.475,34	4.773,6
Cambé	48	4.155,10	7.747,1
Curitiba	96	5.783,82	14.015,3
TOTAL	1.288	58.692,50	115.843,6

FORNTE: COHAPAR-SEIN

SEGURANÇA

**OCORRÊNCIAS POLICIAIS REGISTRADAS NA CAPITAL, SEGUNDO
O TIPO DE OCORRÊNCIA, NO PARANÁ — 1982-86**

TIPO DE OCORRÊNCIA	OCORRÊNCIAS POLICIAIS				
	1982	1983	1984	§ 1985	? 1986
Crimes Contra:					
a Pessoa	3.786	3.135	4.628	4.901	2.119
o Patrimônio	9.183	3.625	3.184	10.344	5.795
os Costumes	326	330	393	352	142
a Fé Pública	52	31	63	248	54
a Administração Pública	227	248	289	335	53
a Família	21	16	20	26	8
Tóxicos	182	238	180	333	106
Contravenções Penais	1.626	1.770	2.602	2.797	1.048
Acidentes de Trânsito	6.540	6.713	2.092	2.151	659
Diversas	9.893	1.397	4.147	12.018	4.109
TOTAL	31.836	17.503	17.598	33.505	14.093

FONTE: Departamento da Polícia Civil-SESP

**OCORRÊNCIAS POLICIAIS REGISTRADAS, SEGUNDO O TIPO DE
OCORRÊNCIA, NO INTERIOR DO PARANÁ — 1982-86**

TIPO DE OCORRÊNCIA	OCORRÊNCIAS POLICIAIS				
	1982	1983	1984	§ 1985	? 1986
Crimes Contra:					
a Pessoa	19.072	19.238	23.211	24.065	12.031
o Patrimônio	22.150	18.476	20.838	20.951	6.432
os Costumes	1.762	1.565	1.939	1.497	1.126
a Fé Pública	271	233	351	342	342
a Administração Pública	811	924	1.372	1.240	1.082
a Família	105	130	135	161	134
Tóxicos	410	477	580	461	426
Contravenções Penais	10.707	11.117	13.414	20.614	9.458
Acidentes de Trânsito	9.286	9.358	5.390	4.203	7.957
Diversas	16.523	8.161	11.119	7.365	3.923
TOTAL	81.097	69.679	78.349	80.899	42.911

FONTE: Departamento da Polícia Civil-SESP

AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

MICROBACIAS TRABALHADAS NO PROGRAMA DE MANEJO INTEGRADO DE SOLOS E ÁGUA, SEGUNDO OS NÚCLEOS REGIONAIS DO PARANÁ — 1984-86

NÚCLEOS REGIONAIS	1984				1985				1986			
	Micro-bacias	Área (ha)	Produtores	Municípios Envolvidos	Micro-bacias	Área (ha)	Produtores	Municípios Envolvidos	Micro-bacias	Área (ha)	Produtores	Municípios Envolvidos
Campo Mourão	14	32.773	1.008	14	23	98.477	1.976	18	23	98.477	1.976	18
Cascavel	53	157.389	6.692	17	97	157.389	6.692	17	97	157.389	6.692	17
Cornélio Procópio	21	30.975	864	18	37	62.088	1.599	18	37	62.088	1.599	18
Curitiba	16	9.206	629	16	29	23.651	1.095	22	29	35.670	1.234	22
Francisco Beltrão	15	5.697	183	10	25	12.743	583	13	25	12.743	583	15
Guarapuava	5	7.613	128	5	12	15.668	409	6	20	21.873	681	6
Irati	—	—	—	—	—	—	—	—	15	21.417	887	8
Ivaiporã	2	1.609	197	3	14	28.410	419	14	17	47.319	1.751	15
Jacarezinho	8	6.338	371	8	8	6.338	371	8	8	6.338	371	7
Londrina	22	15.709	411	18	22	15.709	411	18	29	22.111	520	18
Maringá	21	37.792	700	21	30	43.160	1.090	21	33	55.586	1.340	21
Paranaguá	6	11.089	219	6	9	31.704	365	6	14	31.704	475	6
Paranavaí	26	118.504	1.392	25	30	124.884	1.392	25	30	124.884	1.407	25
Pato Branco	12	11.692	283	8	16	13.653	396	10	21	25.443	844	11
Ponta Grossa	20	12.918	506	15	27	15.698	605	15	39	46.018	1.206	10
Toledo	72	199.202	8.182	12	72	207.704	8.182	12	12	219.687	9.792	14
Umuarama	13	7.547	355	12	27	15.943	729	17	27	15.943	729	17
União da Vitória	12	16.243	993	12	20	34.459	993	12	11	25.738	1.004	10
TOTAL	338	682.296	23.113	220	498	907.678	27.307	252	547	1.030.458	33.091	258

FONTE: SEAG

NOTA: O Núcleo Regional de Irati, foi desmembrado das Regiões de Ponta Grossa e União da Vitória.

**MOVIMENTAÇÃO DE PRODUTOS, SEGUNDO AS UNIDADES DA CEASA
DO PARANÁ — 1982-86**

UNIDADES	QUANTIDADE OFERTADA				
	1982	1983	(t) 1984	1985	1986
Ceasa de Curitiba	319.375,5	287.479,1	308.164,3	321.863,3	342.731
Ceasa de Maringá	113.611,1	114.555,2	88.024,0	87.083,6	100.601
Ceasa de Foz do Iguaçu	48.022,1	50.527,6	27.405,5	23.685,1	26.635
Ceasa de Cascavel	21.638,2	19.799,9	14.553,8	13.392,4	11.969
Ceasa de Londrina	64.652,5	76.962,5	78.520,6	78.067,2	40.533
Mercado Produtor de Morretes	977,2	914,9	1.271,5	1.202,6	1.728
Mercado Produtor de Cerro Azul	66,0	92,3	209,9	693,5	772
Hortomercado de Santa Quitéria	4.384,4	7.946,0	9.072,6	9.284,7	7.526
Hortomercado de Maringá	1.311,1	1.114,6	801,3	675,5	816
Hortomercado Cornélio Procópio	—	114,2	534,3	816,4	819
Feira de Foz do Iguaçu	570,7	443,7	42,4	—	—
Feira de Cascavel	1.571,7	1.119,4	740,0	449,0	441
Feira de Toledo	186,8	158,4	217,4	179,7	302
Varejão da Ceasa/Foz do Iguaçu	890,1	842,8	422,4	139,0	20
Varejão do Capão Raso	1.407,3	1.339,6	3.625,3	2.600,9	2.655
Varejão da Ceasa/Londrina	342,0	333,2	5,5	—	—
Varejão do Capão da Imbuia	—	—	2.410,1	2.176,2	2.491
Sacolão da Vila Hauer	—	1.826,1	5.858,2	1.013,2	1.204
Sacolão do Bacacheri	—	—	852,4	838,9	628
Sacolão de Pinhais	—	—	583,4	622,6	422
Sacolão de Maringá	—	—	829,0	1.700,8	2.562
Sacolão de Cascavel	—	—	139,1	374,8	392
Sacolão de Londrina	—	194,4	3.216,9	2.380,6	751
TOTAL	579.006,5	565.763,9	547.499,9	549.240,0	545.998

FONTE: CEASA-SEAG

**APOIO AO PROGRAMA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL, PELA ACARPA,
SEGUNDO O TRABALHO REALIZADO, NO PARANÁ — 1983-86**

TRABALHO REALIZADO	APOIO				
	1982	1983	1984	1985	(?)1986 ⁽¹⁾
Assistência a Produtores	...	1.862	16.576	23.676	22.040
Eletrificação de Propriedades	778	659	6.605	11.248	10.017
Instalações de Carneiros Hidráulicos	...	20	44	8	3
Instalação de Turbinas	...	7	13	1	—
Instalação de Cataventos	...	6	8	—	—
Instalação de Rodas d'Água	...	28	30	4	20

FONTE: ACARPA-SEAG

(1) Dados até 30/11/86

**OPERAÇÕES CONTRATADAS PELO BANESTADO S/A, NO CRÉDITO RURAL,
SEGUNDO A FINALIDADE, NO PARANÁ — 1986**

FINALIDADE	OPERAÇÕES CONTRATADAS	
	Número	Valor (Cz\$ 1.000.000,00)
Custeio Agrícola	23.052	936
Custeio Pecuário	1.060	65
Investimento Agrícola	5.316	520
Investimento Pecuário	6.672	725
Comercialização Agrícola	249	136
Comercialização Pecuária	183	49
TOTAL	36.532	2.431

FONTE: BANESTADO

**FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS CONTRATADOS PELO BADEP, AO SETOR PRIMÁRIO, SEGUNDO
A FINALIDADE, NO PARANÁ — 1982-86**

Valores Constantes

FINALIDADE	FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS (Cz\$ 1.000,00)									
	1982		1983		1984		1985		1986	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Inversões Fixas	32.011	41.5%	35.843	94.0%	19.412	40.0%	7.506	65.2%	45.485	89.5%
Capital de Giro	45.140	58.5%	2.281	6.0%	29.146	60.0%	4.008	34.8%	5.351	10.5%
Saneamento Financeiro	0	.0	0	.0	0	.0	0	.0	0	.0
TOTAL GERAL	77.151	100.0%	38.224	100.0%	48.558	100.0%	11.514	100.0%	50.836	100.0%

FONTES: APL-BADEF

**FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS CONTRATADOS PELO
BRDE, AO SETOR PRIMÁRIO, SEGUNDO OS BENEFICIÁRIOS,
NO PARANÁ — 1985-86**

Valores Constantes

BENEFICIÁRIOS	FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS (Cz\$ 1.000,00)					
	1985			1986		
	Número	Valor	%	Número	Valor	%
Cooperativas	45	57.604	44,85	61	139.635	81,2
Empresas Agrícolas	40	8.839	6,88	10	8.076	4,7
Produtores Rurais	149	61.990	48,27	53	23.701	13,8
Outras Empresas	—	—	—	01	531	0,3
TOTAL	224	128.433	100,00	125	171.943	100,00

FONTE: Gerência de Planejamento — BRDE/PR

NOTAS: (1) Porte de Empresas Segundo Padrão Normal ABDE.

**FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS CONTRATADOS PELO BRDE, AO SETOR PRIMÁRIO, SEGUNDO
A FINALIDADE, NO PARANÁ — 1982-86**

Valores Constantes

FINALIDADE	FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS (Cz\$ 1.000,00)									
	1982		1983		1984		1985		1986	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Pré-Investimentos	240	,22	1.816	,78						
Inversões Fixas	36.033	32,42	45.157	19,41	89.820	49,42	99.662	77,59	125.785	73,15
Capital de Giro	74.857	67,36	11.685	5,02	60.706	33,39	22.252	17,33	42.967	24,99
Saneamento Financeiro			174.040	74,79	31.256	17,19	6.519	5,08	3.191	1,86
TOTAL	111.130	100,00	232.698	100,00	181.782	100,00	128.433	100,00	171.943	100,00

FONTE: Gerência de Planejamento — BRDE/PR

**ESTIMATIVA DA ÁREA PLANTADA E DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA
DAS CULTURAS DE VERÃO, SEGUNDO O PRODUTO,
NO PARANÁ — 85/86 — 86/87**

PRODUTO	ÁREA PLANTADA (1000 ha)		PRODUÇÃO (1000 t)		
	85/86	? 86/87 ⁽¹⁾	Obtida em		Estimada em
			85/86		? 86/87 ⁽¹⁾
Algodão	445,0	395,0	768,4		700,0/ 780,0
Amendoim das Águas	12,5	9,9	5,4		16,6/ 18,0
Arroz	201,5	218,0	206,0		380,0/ 410,0
Batata das Águas	25,0	28,7	246,6		350,0/ 390,0
Café Beneficiado	424,0	430,0	114,0/	120,0	270,0/ 300,0
Cana-de-Açúcar	160,0	180,0	10.500,0/11.500,0		14.000,0/15.300,0
Feijão das Águas	697,0	745,0	185,0		550,0/ 620,0
Mamona	21,5	16,0	26,7/	26,8	24,4/ 25,6
Mandioca	92,0	92,0	1.650,0/	1.750,0	1.900,0 2.000,0
Milho	2.820,0	2.630,0	4.300,0		6.600,0/ 7.200,0
Sericicultura	20,0	26,9	5,9		6,4/ 6,6
Soja	2.140,0	1.700,0	2.600,0		3.400,0/ 3.600,0
Tomate	1,1	0,9	35,5		38,0/ 42,0

FONTE: DERAL-SEAG

(1) Dados segundo avaliação até final 10/86.

**FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS CONTRATADOS PELO
BRDE, AO SETOR PRIMÁRIO, SEGUNDO O OBJETIVO DO
INVESTIMENTO, NO PARANÁ — 1985-86**

OBJETIVO DO INVESTIMENTO	Valores Constantes			
	FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS (Cz\$ 1.000,00)			
	1985		1986	
	Valor	%	Valor	%
Implantação	16.506	12,85	41.973	24,41
Expansão	88.576	68,96	76.351	44,41
Aumento de Produtividade			7.124	4,14
Desenvolvimento Tecnológico	1.179	,92	918	,53
Economia de Combustível			2.990	1,74
Saneamento Financeiro	6.519	5,08	3.191	1,86
Capital de Giro	15.653	12,19	39.396	22,91
TOTAL	128.433	100,00	171.943	100,00

FONTE: Gerência de Planejamento — BRDE/PR

REPERCUSSÕES DO APOIO FINANCEIRO CONTRATADO PELO BRDE, AO SETOR PRIMÁRIO, SEGUNDO OS GÊNEROS DE ATIVIDADE, NO PARANÁ — 1986

Valores Correntes

GÊNEROS DE ATIVIDADE	INVESTIMENTOS (Cz\$ 1.000,00)			VALOR DOS Total FINANCIA- MENTOS	INCREMENTOS (Cz\$ 1.000,00) Faturamento	EMPREGOS		MANUTENÇÃO DE EMPREGOS	EMPRESAS ATENDIDAS	
	Fixo	Giro	Saneamento Financeiro			ICM	GERADOS			
Agricultura e Silvicultura	182.520	83.789	5.330	271.639	167.003	2.085.089	24.252	752	45.417	76
Criação de Animais	5.770			5.770	4.940				91	2
Extração Vegetal										
Pesca										
TOTAL	188 290	83.789	5.330	277.409	171.943	2.085,089	24.252	752	45.508	78

FONTE: Gerência de Planejamento — BRDE/PR

NOTAS: Somatório das empresas atendidas nos subsetores pode não corresponder ao valor do setor.

EVOLUÇÃO DA ÁREA COLHIDA E DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA, SEGUNDO O PRODUTO, NO PARANÁ — 81/82 — 85/86

PRODUTO	81/82		82/83		83/84		? 84/85		? 85/86	
	Área (ha)	Produção (t)	Área (ha)	Produção (t)	Área (ha)	Produção (t)	Área (ha)	Produção (t)	Área (ha)	Produção (t)
Grãos e Algodão										
Culturas de Verão										
Algodão	369.500	739.000	440.000	695.608	322.124	611.865	540.000	1.035.661	415.000	768.434
Amendoim das Águas	24.700	36.530	20.480	28.000	9.586	14.302	12.598	25.425	7.190	5.420
Amendoim da Seca	2.393	1.463	860	525	678	480	1.300	1.400	1.090	1.000
Arroz	204.000	256.620	216.400	368.313	196.700	(1)242.570	200.000	296.000	140.000	206.000
Café Beneficiado	303.000	96.000	440.000	354.000	424.000	252.000	424.000	318.000	424.000	114.000/ 120.000
Feijão das Águas	790.700	618.000	642.135	320.920	670.327	461.887	659.500	475.000	561.746	185.000
Feijão da Seca	89.290	48.800	57.550	26.115	70.674	17.221	64.264	24.617	56.700	28.000
Girassol	30.615	30.615	5.130	2.720	2.645	2.357	1.500	1.650	1.120	1.344
Mamona	28.570	43.286	26.500	37.100	27.220	39.556	27.157	41.306	21.215	26.700/ 26.800
Milho	2.276.700	5.430.000	2.361.800	5.018.870	2.447.000	5.400.000	2.332.840	5.803.713	2.300.000	4.300.000
Soja	2.100.000	4.200.000	2.022.000	4.315.000	2.177.900	4.121.000	2.196.370	4.413.000	1.745.000	2.600.000
Sorgo	5.904	16.285	12.320	33.092	15.054	39.574	7.908	24.546	9.450	35.350
Total	6.225.372	11.516.599	6.245.175	11.200.263	6.363.908	11.202.812	6.467.437	12.460.318	5.682.511	8.271.248/8.277.348
Culturas de Inverno										
Aveia	16.400	14.022	17.462	18.439	21.277	28.036	23.503	29.729	20.000	28.000/ 30.000
Centeio	1.820	1.856	1.862	1.092	2.597	1.835	10.713	11.100	4.000	3.700/ 3.900

continua

EVOLUÇÃO DA ÁREA COLHIDA E DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA, SEGUNDO O PRODUTO, NO PARANÁ — 81/82 — 85/86
continuação

PRODUTO	81/82		82/83		83/84		? 84/85		? 85/86	
	Área (ha)	Produção (t)	Área (ha)	Produção (t)	Área (ha)	Produção (t)	Área (ha)	Produção (t)	Área (ha)	Produção (t)
Cevada	35.950	27.247	21.442	18.574	19.574	18.400	36.297	62.152	27.000	35.000/ 41.000
Trigo	1.175.000	1.025.000	898.265	1.066.000	829.211	1.113.009	1.295.548	2.696.023	1.945.000	1.700.000/ 2.800.000
Total	1.229.170	1.068.125	939.031	1.104.446	872.659	1.161.280	1.366.061	2.799.364	1.996.000	2.766.700/ 2.874.900
Hortalças										
Alho	(1)1.376	4.180	1.360	3.580	(1)919	(1)2.258	800	2.400	1.050	2.700/ 2.900
Batata das Águas	31.300	415.000	30.128	271.000	25.904	333.415	24.888	353.708	25.019	246.596
Batata da Seca	19.160	188.553	14.876	151.000	172.500	14.104	143.814	15.490	170.000	
Cebola	4.180	21.903	4.184	23.000	3.485	19.089	4.590	27.635	4.634	19.300
Tomate	1.080	46.494	1.090	46.000	1.107	1.059	40.673	1.070	35.500	
Total	57.096	676.130	51.638	495.450	46.415	572.459	45.441	568.230	47.263	474.096/ 474.296
Outros										
Cana-de-Açúcar	90.000	6.840.000	110.930	9.664.965	121.696	8.428.836	140.878	10.425.000	160.000	10.500.000/11.500.000
Fumo	17.150	30.000	19.130	29.250	19.474	34.844	19.150	35.980	18.300	27.914

continua

**EVOLUÇÃO DA ÁREA COLHIDA E DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA, SEGUNDO O PRODUTO, NO PARANÁ — 81/82 — 85/86
conclusão**

PRODUTO	81/82		82/83		83/84		? 84/85		? 85/86	
	Área (ha)	Produção (t)	Área (ha)	Produção (t)	Área (ha)	Produção (t)	Área (ha)	Produção (t)	Área (ha)	Produção (t)
Mandioca	62.500	1.218.750	69.870	1.383.000	73.688	1.446.258	85.800	1.722.864	92.000	1.650.000/ 1.750.000
Rami	5.818	9.477	4.670	9.583	4.495	9.625	4.887	10.004	5.530	7.000
Sericultura	10.754	3.491	13.582	4.071	16.298	4.563	17.000	5.507	22.376/20.253	5.968
Total	186.222	8.101.718	218.182	11.090.869	235.651	9.924.126	267.715	12.199.355	298.206/296.083	12.190.882/13.290.882
TOTAL GERAL	7.697.860	—	7.454.026	—	7.518.633	—	8.146.654	—	8.023.980	—

FONTE: IBGE, DERAL - SEAG

(1) As diferenças verificadas nesses dados são consequência de aperfeiçoamento da metodologia de apropriação de dados.

EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO PECUÁRIA, SEGUNDO O PRODUTO, NO PARANÁ – 1982-86

PRODUTO	UNIDADE	EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO PECUÁRIA				1986 ⁽²⁾
		1982	1983	§ 1984	§ 1985	
Carne Bovina ⁽¹⁾	t	212.908	187.104	139.131	155.443	158.500
Carne Suína ⁽¹⁾	t	101.838	107.324	90.892	98.637	104.000
Carne Avícola ⁽¹⁾	t	133.971	176.286	207.171	231.179	243.000
Pescado ⁽²⁾	t	—	—	—	—	—
Leite	1000 litros	896.775	905.808	940.160	⁽²⁾ 1.020.000	1.122.000
Ovos	1000 dúzias	156.191	141.540	179.238	209.000	225.000
Mel	t	637	§ 955	1.490	⁽³⁾ 5.000	⁽³⁾ 5.000
Lã	t	196	211	226	230	240
Ovos de Codorna	1000 dúzias	57	78	88	90	100
Cera de Abelha	t	52	56	83	93	104
Casulo de Bicho-da-Seda ⁽⁴⁾	t	3.491	4.071	4.563	5.507	4.000

FONTE: MA, IBGE

(1) Referente a Abates com Inspeção Federal. (2) Estimativa DERAL-SEAG. (3) Associação Paranaense de Apicultores. (4) EMATER/PR - ACARPA.

EVOLUÇÃO DO REBANHO PECUÁRIO, SEGUNDO O TIPO DE REBANHO, NO PARANÁ — 1982-86

TIPO DE REBANHO	REBANHO PECUÁRIO				
	1982	1983	(Cabeças) § 1984	1985 ⁽²⁾	1986 ⁽²⁾
Bovino	§ 7.938.760	§ 7.964.042	7.934.294	8.460.000	8.500.000
Bubalino	43.727	46.306	55.053	55.000	60.000
Suíno	5.122.929	4.210.724	4.191.709	4.260.000	4.600.000
Aves Total ⁽¹⁾	55.781.253	54.036.005	57.772.499	56.000.000	58.000.000
Aves de Corte ⁽²⁾	22.000.000	26.000.000	30.600.000	32.000.000	33.000.000
Aves de Postura ⁽²⁾	13.000.000	11.000.000	10.000.000	10.000.000	10.500.000
Aves de Subsistência ⁽²⁾	20.781.253	17.036.005	17.172.499	14.000.000	14.500.000
Asinino	1.875	1.710	1.825	1.870	1.900
Muar	123.371	122.343	121.792	123.000	123.000
Eqüino	408.905	412.899	420.261	420.000	420.000
Caprino	269.817	282.757	289.827	290.000	290.000
Ovino	231.725	248.497	261.925	260.000	270.000
Coelho	56.704	76.124	99.670	100.000	120.000
Codornas	9.142	11.897	12.680	15.000	15.000
Perus	86.852	83.342	84.685	90.000	90.000
Patos, Marrecos e Gansos	693.327	645.826	620.867	700.000	700.000

FONTE: IBGE

(1) Galinhas, Galos, Frangos, Frangas e Pintos. (2) Estimativa DERAL-SEAG.

BANCOS DE FOMENTO

**FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS CONTRATADOS PELO BADEP, SEGUNDO OS SETORES DE ATIVIDADE,
NO PARANÁ — 1982-86**

Valores Constantes

SETORES DE ATIVIDADE	FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS (Cz\$ 1.000,00)									
	1982		1983		1984		1985		1986	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Setor Privado	1.480.894	42.7	1.597.697	85.6	998.996	94.0	1.227.835	97.8	2.175.952	98.6
Setor Primário	77.151	2.2	38.224	2.0	48.558	4.6	11.515	.9	50.836	2.3
Setor Secundário	1.150.838	33.2	1.467.390	78.7	879.645	82.8	1.110.110	88.4	1.801.078	81.6
Setor Terciário	252.905	7.3	92.083	4.9	70.793	6.7	106.210	8.5	324.038	14.7
Setor Público	1.989.553	57.3	267.873	14.4	63.595	6.0	27.614	2.2	31.597	1.4
TOTAL	3.470.447	100.0	1.865.570	100.0	1.062.591	100.0	1.255.449	100.0	2.207.549	100.0

FONTE: APL-BADEP

MOVIMENTAÇÃO DE RECURSOS DO BADEP, SEGUNDO AS FONTES — 1985-86
Valores Constantes

FONTES	MOVIMENTAÇÃO DE RECURSOS (Cz\$ 1.000,00)		
	1985		1986
	Valor	%	Valor
Tesouro Estadual (FDE)	14.216	.8%	61.461
Convênios e Repasses	818.819	48.7%	1.152.111
BNDES	556.390	33.1%	736.632
FINAME	129.864	7.7%	285.765
BACEN	44.987	2.7%	112.442
Outros	87.578	5.2%	17.272
Captação Líquida no Mercado	439.318	26.1%	137.142
Interno (CDB)	0	.0	21.000
Externo (Moeda Estrangeira)	439.318	26.1%	116.142
Arrecadação Própria	150.184	-8.9%	103.500
Total (Financiamentos)	1.422.537	84.6%	1.454.214
Avais e Fianças Concedidos	99.735	5.9%	132.496
Total (Aplicações)	1.522.272	90.5%	1.586.710
Arrecadação Própria (Custeio)	159.280	9.5%	165.626
TOTAL	1.681.552	100.0%	1.752.336

FONTE: APL — BADEP.

**FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS CONTRATADOS PELO
BADEP, SEGUNDO OS SETORES E GÊNEROS DE ATIVIDADE,
NO PARANÁ — 1986**

SETORES E GÊNEROS DE ATIVIDADES	FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS			Valores Correntes
	Contratos	Investimentos (Cz\$ 1.000,00)	Financiamentos (Cz\$ 1.000,00)	Total de Mão-de-Obra
Setor Primário	1.973	69.881	50.836	476
Setor Secundário	832	2.478.911	1.801.078	5.989
Minerais Não-Metálicos	44	120.540	73.332	340
Metalurgia	56	55.569	33.459	321
Mecânica	53	138.504	97.036	684
Material Elétrico e de Comunicação	23	73.019	43.834	327
Material de Transporte	15	46.351	30.624	102
Madeira	89	190.431	135.892	497
Mobiliário	92	103.917	69.073	879
Papel e Papelão	87	421.881	403.863	165
Borracha	9	13.056	8.767	44
Couro, Peles e Similares	8	16.794	9.811	103
Química	18	29.250	19.597	52
Produtos Farmacêuticos e Similares	1	622	370	0
Perfumes, Sabões e Velas	7	15.073	10.530	18
Produtos de Matéria Plás- tica	38	52.849	36.963	228
Têxtil	26	513.106	364.701	213
Vestuário, Calçados e Artigos de Tecidos	96	81.208	51.722	699
Produtos Alimentares	113	524.159	355.597	993
Bebidas	12	33.131	22.064	26
Editorial e Gráfica	20	30.726	20.361	129
Diversos	25	18.725	13.482	169
Setor Terciário	376	534.169	324.038	1.806
Setor Público	3.181	3.082.961	2.175.952	8.271
Setor Privado	12	68.930	31.597	0
TOTAL	3.193	3.151.891	2.207.549	8.271

FONTE: APL-BADEP

**FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS CONTRATADOS PELO
BADEP, SEGUNDO OS SETORES E O TAMANHO DAS EMPRESAS,
NO PARANÁ — 1986**

SETORES E TAMANHO DAS EMPRESAS	FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS			
	Contratos	Investimentos (Cz\$ 1.000,00)	Financiamentos	
			Valor (Cz\$ 1.000,00)	%
Setor Privado	3.181	3.082.961	2.175.952	98.6%
Microempresas	2.236	68.199	52.514	2.4%
Pequenas Empresas	447	556.931	360.245	16.6%
Médias Empresas	241	693.445	465.349	21.4%
Grandes Empresas	257	1.764.386	1.297.844	59.6%
Setor Público	12	68.930	31.597	1.4%
TOTAL	3.193	3.151.891	2.207.549	100.0%

FONTE: APL-BADEP

**PRINCIPAIS ATIVIDADES APOIADAS NO SETOR INDUSTRIAL PELO
BADEP, NO PARANÁ — 1986**

DISCRIMINAÇÃO	FINANCIAMENTOS CONTRATADOS			INVESTIMENTO
	Valor	%	RESULTANTE	
	(Cz\$ 1.000,00)		(Cz\$ 1.000,00)	
Agroindústrias	496.785	22.5%	749.285	
Cooperativas	308.017	14.0%	479.059	
Indústria de Papel e Pa- pelão	403.863	18.3%	421.881	
Indústria Metal-Mecâni- ca	204.953	9.3%	313.443	
Indústria Madeireira	135.892	6.2%	190.431	
Indústria de Produtos Alimentares	36.386	1.6%	53.693	
Outras Atividades	621.653	28.1%	944.099	
TOTAL	2.207.549	100.0%	3.151.891	

FONTE: APL-BADEP

**FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS CONTRATADOS
PELO BADEP, SEGUNDO AS MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS
DO PARANÁ — 1986**

Valores Correntes

MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS	FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS			
	Contratos	Investimentos (Cz\$ 1.000,00)	Financiamentos (Cz\$ 1.000,00)	Total de Mão-de-Obra
Curitiba	548	958.100	673.843	3.366
Litoral Paranaense	73	16.219	10.072	39
Alto Ribeira	14	2.059	1.566	47
Alto Rio Negro	5	5.014	3.258	61
Campos da Lapa	25	46.331	32.077	231
Campos de Ponta Grossa	137	297.765	285.496	124
Campos de Jaguariaiva	11	38.086	32.764	19
São Mateus do Sul	1	47	47	0
Colonial de Irati	34	9.270	5.954	108
Alto Ivaí	1	87	70	3
Norte de Wenceslau Braz	1	1.190	714	0
Norte Velho de Jacarezinho	23	146.292	111.866	604
Algodoeira de Assaí	1	174.978	124.984	0
Norte Novo de Londrina	440	218.981	153.443	622
Norte Novo de Maringá	97	216.998	153.021	547
Norte de Paranavaí	19	18.044	11.600	121
Norte Novo de Apucarana	31	46.540	30.030	187
Norte de Umuarama	41	51.182	32.984	490
Campo Mourão	29	165.070	85.745	320
Pitanga	5	652	511	8
Extremo Oeste Paranaense	142	356.734	235.764	631
Sudoeste Paranaense	640	80.909	49.030	398
Campos de Guarapuava	322	242.104	146.149	247
Médio Iguaçu	553	59.239	26.561	98
TOTAL	3.193	3.151.891	2.207.549	8.271

FONTE: APL-BADEP

**RECURSOS DO CEBRAE E BNDES APLICADOS NO PROMICRO, PELO BADEP,
SEGUNDO AS MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS DO PARANÁ — 1986**

Valores Correntes

MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS	RECURSOS APLICADOS			Total de Mão-de-Obra
	Operações	Investimentos (Cz\$ 1.000,00)	Financiamentos (Cz\$ 1.000,00)	
Curitiba	57	11.098	6.817	181
Litoral Paranaense	2	437	350	20
Alto Ribeira	0	0	0	0
Alto Rio Negro	0	0	0	0
Campos da Lapa	2	750	600	6
Campos de Ponta Grossa	15	2.643	1.290	30
Campos de Jaguariaiva	0	0	0	0
São Mateus do Sul	0	0	0	0
Colonial de Irati	3	237	190	10
Alto Ivaí	1	87	70	3
Norte de Wenceslau Braz	0	0	0	0
Norte Velho de Jacarezinho	5	1.080	660	22
Algodoeira de Assaí	0	0	0	0
Norte Novo de Londrina	23	3.965	2.983	65
Norte Novo de Maringá	21	4.021	3.015	91
Norte de Paranavaí	5	1.408	815	23
Norte Novo de Apucarana	4	726	530	15
Norte de Umuarama	13	3.151	2.480	105
Campo Mourão	8	1.858	1.377	38
Pitanga	1	370	290	0
Extremo Oeste Paranaense	35	7.727	5.477	110
Sudoeste Paranaense	84	10.256	7.504	146
Campos de Guarapuava	4	853	590	9
Médio Iguaçu	2	235	170	3
TOTAL	285	50.893	35.208	877

FONTE: APL-BADEP

FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS CONTRATADOS PELO BADEP, NO PARANÁ — 1982-86

Valores Constantes

ANOS	FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS						
	Fixo/Misto	INVESTIMENTO (Cz\$ 1.000,00)		Total	Valor dos Financiamentos (Cz\$ 1.000,00)	Empregos Gerados	ICM (Cz\$ 1.000,00)
		Giro	Saneamento Financeiro				
1982	814.246	3.318.827	0	4.133.073	3.470.447	4.595	577.765
1983	2.663.509	845.132	135.000	3.643.641	1.865.570	5.353	615.987
1984	652.146	324.887	424.053	1.401.086	1.062.591	3.735	254.962
1985	458.794	538.591	532.820	1.530.205	1.255.449	3.545	365.805
1986	1.816.435	1.158.900	176.556	3.151.891	2.207.549	8.271	365.600

FONTE: APL-BADEP

**FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS CONTRATADOS PELO BADEP, SEGUNDO A FINALIDADE,
NO PARANÁ — 1982-86**

Valores Constantes

FINALIDADE	FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS (Cz\$ 1.000,00)									
	1982		1983		1984		1985		1986	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Inversões Fixas	684.302	19.7	863.224	46.3	495.619	46.6	338.953	27.0	1.272.256	57.6
Capital de Giro	2.786.145	80.3	873.618	46.8	237.245	22.3	396.485	31.6	758.737	34.4
Saneamento Financeiro	0	.0	128.728	6.9	329.727	31.0	520.011	41.4	176.556	8.0
TOTAL	3.470.447	100.0	1.865.570	100.0	1.062.591	100.0	1.255.449	100.0	2.207.549	100.0

FONTE: APL-BADEP

**FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS CONTRATADOS PELO BADEP, SEGUNDO OS SETORES
DE ATIVIDADE, NO PARANÁ — 1982-86**

Valores Constantes

SETORES DE ATIVIDADE	FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS (Cz\$ 1.000,00)									
	1982		1983		1984		1985		1986	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Setor Privado	1.480.894	42.7%	1.597.697	85.6%	998.996	94.0%	1.227.835	97.8%	2.175.952	98.6%
Setor Primário	77.151	2.2%	38.224	2.0%	48.558	4.6%	11.515	.9%	50.836	2.3%
Setor Secundário	1.150.838	33.2%	1.467.390	78.7%	879.645	82.8%	1.110.110	88.4%	1.801.078	81.6%
Setor Terciário	252.905	7.3%	92.083	4.9%	70.793	6.7%	106.210	8.5%	324.038	14.7%
Setor Público	1.989.553	57.3%	267.873	14.4%	63.595	6.0%	27.614	2.2%	31.597	1.4%
TOTAL	3.470.447	100.0%	1.865.570	100.0%	1.062.591	100.0%	1.255.449	100.0%	2.207.549	100.0%

FONTE: APL-BADEP

FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS CONTRATADOS PELO BADEP, AO SETOR SECUNDÁRIO, SEGUNDO A FINALIDADE, NO PARANÁ – 1982-86

Valores Constantes

FINALIDADE	FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS									
	(Cz\$ 1.000,00)									
	1982		1983		1984		1985		1986	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Inversões Fixas	381.620	33.2	688.640	46.9	380.745	43.3	297.282	26.8	946.581	52.6
Capital de Giro	769.218	66.8	650.022	44.3	187.703	21.3	293.669	26.5	678.214	37.7
Saneamento Financeiro	0	.0	128.728	8.8	311.196	35.4	519.159	46.8	176.283	9.8
TOTAL	1.150.838	100.0	1.467.390	100.0	879.644	100.0	1.110.110	100.0	1.801.078	100.0

FONTE: APL-BADEP

**FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS CONTRATADOS PELO BADEP, AOS SETORES TERCIÁRIO E PÚBLICO,
SEGUNDO FINALIDADE, NO PARANÁ — 1982-86**

Valores Constantes

FINALIDADE	FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS (Cz\$ 1.000,00)									
	1982		1983		1984		1985		1986	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Setor Terciário	252.905	100.0	92.083	100.0	70.793	100.0	106.210	100.0	324.038	100.0
Inversões Fixas	85.698	33.9	32.149	34.9	36.712	51.9	26.805	25.2	248.593	76.7
Capital de Giro	167.207	66.1	59.934	65.1	26.890	38.0	79.405	74.8	75.172	23.2
Saneamento Financeiro	0	.0	0	.0	7.191	10.2	0	.0	273	.1
Setor Público	1.989.553	100.0	267.873	100.0	63.596	100.0	27.615	100.0	31.597	100.0
Inversões Fixas	184.972	9.3	112.610	42.0	53.664	84.4	7.360	26.7	31.597	100.0
Capital de Giro	1.804.581	90.7	155.263	58.0	4.484	7.1	19.403	70.3	0	.0
Saneamento Financeiro	0	.0	0	.0	5.448	8.6	852	3.1	0	.0
TOTAL	2.242.458	100.0	359.956	100.0	134.389	100.0	133.825	100.0	355.635	100.0

FONTE: APL-BADEP

**MONTANTE DAS LIBERAÇÕES DO BRDE, SEGUNDO OS FUNDOS,
NO PARANÁ — 1985-86**

Valores Constantes

FUNDOS	LIBERAÇÕES (Cz\$ 1.000,00)			
	1985		1986	
	Valor	%	Valor	%
Recursos Próprios	<u>166.174</u>	<u>21,0</u>	<u>61.710</u>	6,8
Contratos Específicos	150.522	19,0	35.260	3,9
Com Fundos	15.652	2,0	7.243	0,8
Lease Back	—	—	19.207	2,1
Recursos de Terceiros	<u>621.069</u>	<u>79,0</u>	<u>810.181</u>	93,3
BACEN	<u>85.804</u>	<u>10,9</u>	<u>81.984</u>	9,1
PAGRI	583	0,1	—	—
PRONAGRI	80.241	10,2	81.984	9,1
PRONINVEST	4.980	0,6	—	—
BNDES	<u>236.389</u>	<u>30,1</u>	<u>282.453</u>	31,1
POC	202.119	25,7	246.399	27,5
PNA	27.374	3,5	—	—
CONSERVE	2.466	0,3	—	—
PROMICRO	4.430	0,6	9.742	1,1
PROINFO	—	—	9.217	1,0
PAR	—	—	1.375	0,2
ARMAZENAGEM	—	—	15.720	1,8
FINAME	<u>205.233</u>	<u>26,1</u>	<u>205.557</u>	23,0
FINEP	<u>3.758</u>	<u>0,5</u>	<u>8.789</u>	1,0
EMBRATUR	<u>155</u>	<u>0,0</u>	—	—
CEF	<u>922</u>	<u>0,1</u>	70	0,0
RES. 63	<u>61.426</u>	<u>7,8</u>	<u>178.980</u>	20,0
LEASE-BACK	—	—	<u>40.171</u>	4,5
OTE PR/FDE	—	—	<u>34.719</u>	3,9
CIRC. 761	4.597	0,6	—	—
BID/BNCC	<u>22.785</u>	<u>2,9</u>	—	—
TOTAL	787.243	100,0	896.443	100,0

FONTE: Gerência de Planejamento — BRDE/PR

FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS CONTRATADOS PELO BRDE. POR SETORES DE ATIVIDADE, SEGUNDO A ORIGEM DOS RECURSOS, NO PARANÁ — 1986

Valores Correntes

ORIGEM DOS RECURSOS	FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS (Cz\$ 1.000,00)							
	Setor Primário		Setor Secundário		Setor Terciário		Total	
	Operações	Valor	Operações	Valor	Operações	Valor	Operações	Valor
Recursos Próprios								
Lease Back-Recursos Próprios			42	11.588	25	8.768	67	20.356
BRDE/RP-Recursos Próprios			5	45.324	1	428	6	45.752
BRDE-PREMP					1	2.534	1	2.534
Total			47	56.912	27	11.730	74	68.642
Recursos de Terceiros								
FINAME/Longo Prazo	32	15.321	125	43.970	38	10.214	195	69.505
FINAME/Peq. e Média Empresa			53	21.064	1	900	54	21.964
BACEN/PRONAGRI	68	65.909	8	64.270			76	130.179
FINEP/ADTEN	2	4.948	6	6.910	1	2.100	9	13.958
BNDES/PROINFO Usuário			8	10.129	5	3.748	13	13.877
BNDES/PROMICRO Com. Giro					11	310	11	310
BNDES/PROMICRO Ind. Giro			7	613			7	613
BNDES/IBDF — Reflorest.	3	2.990					3	2.990
BNDES/PROMICRO — Ind. Mista			40	8.195	1	30	41	8.225
Resolução 63 Dólar US\$	1	6.780	12	40.172	15	53.931	28	100.883
BNDES/POC — FINEM — Giro	3	6.200	14	30.693	2	11.013	19	47.906
BNDES/POC — FINAC			4	26.126			4	26.126
BNDES/PROINFO MICRO					1	475	1	475
BNDES/PROMICRO COM. MISTO					8	1.199	8	1.199
BNDES/POC — FINEM — SAN. FIN.	1	3.191	6	37.881			7	41.072

continua

FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS CONTRATADOS PELO BRDE.POR SETORES DE ATIVIDADE, SEGUNDO A ORIGEM DOS RECURSOS, NO PARANÁ — 1986

continuação

Valores Correntes

ORIGEM DOS RECURSOS	Setor Primário		Setor Secundário		Setor Terciário		Total	
	Operações	Valor	Operações	Valor	Operações	Valor	Operações	Valor
BNDES/POC — FINEM — Fix/Misto	5	20.564	78	278.596	12	12.970	95	312.130
Lease Back — CDB					4	40.172	4	40.172
BNDES/POC — FINEM — Madeira			1	5.899			1	5.899
BNDES/Armagem	7	22.140					7	22.140
OTE PR/SDE	1	13.000	3	21.719			4	34.719
FINAME/Especial					1	118.212	1	143.515
BNDES/POC — FINEM C. Ambient.			5	10.661			5	10.661
Total	123	161.043	370	606.898	100	255.274	593	1.048.518
Prestação de Garantias								
CEF/PIS Normal	2	10.900	4	18.000	5	9.900	11	38.800
Garant./Fornacimento			3	6.626			3	6.626
Garant./Licitação			7	1.106			7	1.106
CEF/Mini — PIS					1	70	1	70
Garant./Empr. Moeda Nac.					1	320	1	320
Garant./Empr. Moeda Estr.					1	3.976	1	3.976
Total	2	10.900	14	25.732	8	14.266	24	50.898
TOTAL	125	171.943	431	689.542	135	281.270	691	1.168.058

FONTE: Gerência de Planejamento — BRDE/PR.

FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS CONTRATADOS PELO BRDE, SEGUNDO OS SETORES E OS GÊNEROS DE ATIVIDADE, NO PARANÁ – 1986

Valores Correntes

SETORES E GÊNEROS DE ATIVIDADE	FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS (Cz\$ 1.000,00)							
	Empréstimos e Financiamentos		Prestação de Garantias		Operações Especiais ⁽¹⁾		Total	
	Operações	Valor	Operações	Valor	Operações	Valor	Operações	Valor
Setor Primário								
Agricultura e Silvicultura	119	156.103	2	10.900			121	167.003
Criação de Animais	4	4.940					4	4.940
Total	123	161.043	2	10.900			125	171.943
Setor Secundário								
Extração de Minerais	2	2.930			1	292	3	3.222
Minerais Não-Metálicos	15	16.326	7	1.106	2	635	24	18.067
Metalúrgica	10	29.156			2	499	12	29.655
Mecânica	33	21.941			4	1.453	37	23.394
Material Elétrico e de Comunicações	20	54.425					20	54.425
Material de Transporte	7	14.344			2	487	9	14.831
Madeiras	18	39.966	1	4.000	2	272	21	44.238
Mobiliário	25	35.200	1	1.000	11	2.866	37	39.066
Papel e Papelão	45	51.393			1	500	46	51.893
Borracha	2	1.401			1	342	3	1.743
Couros e Peles e Similares	4	21.428					4	21.428
Química	13	25.409	1	6.000			14	31.409

continua

FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS CONTRATADOS PELO BRDE, SEGUNDO OS SETORES E OS GÊNEROS DE ATIVIDADE, NO PARANÁ — 1986

continuação

SETORES E GÊNEROS DE ATIVIDADE	FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS (Cz\$ 1.000,00)							
	Empréstimos e Financiamentos		Prestação de Garantias		Operações Especiais ⁽¹⁾		Total	
	Operações	Valor	Operações	Valor	Operações	Valor	Operações	Valor
Perfumaria, Sabões e Velas					1	130	1	130
Matéria Plástica	10	21.324	1	2.522			11	23.846
Têxtil	8	54.079			1	346	9	54.425
Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos	24	5.473			4	1.438	28	6.911
Produtos Alimentares	110	197.661	2	8.000	6	1.465	118	207.126
Bebidas	3	3.175			1	70	4	3.245
Editorial e Gráfica	11	39.074	1	3.104	2	393	14	42.571
Diversas	10	10.455			1	400	11	10.855
Apoio e Serviços de Caráter Industrial	5	7.062					5	7.062
Total	375	652.222	14	25.732	42	11.588	431	689.542
Setor Terciário								
Construção, Civil	35	25.752	4	5.900	6	3.365	45	35.017
Serviços Industriais de Utilidade Pública	2	143.515					2	143.515
Comércio Varejista	32	37.993	4	8.366	10	41.913	46	88.272
Comércio Atacadista	4	1.736			3	1.004	7	2.740

continua

FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS CONTRATADOS PELO BRDE, SEGUNDO OS SETORES E OS GÊNEROS DE ATIVIDADE, NO PARANÁ — 1986

conclusão

SETORES E GÊNEROS DE ATIVIDADE	FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS (Cz\$ 1.000,00)							
	Empréstimos e Financiamentos		Prestação de Garantias		Operações Especiais ⁽¹⁾		Total	
	Operações	Valor	Operações	Valor	Operações	Valor	Operações	Valor
Transportes	10	7.423			5	1.691	15	9.114
Serviços	16	26.948			5	967	21	27.915
Total	99	243.367	8	14.266	29	48.940	136	306.573
TOTAL GERAL	597	1.056.632	24	50.898	71	60.528	692	1.168.058
Setor Público	2	143.515					2	143.515
Setor Privado	595	913.117	24	50.898	71	60.528	690	1.024.543

FONTE: Gerência de Planejamento — BRDE/PR

(1) Operações de Leasing Back, participação acionária, CDC e aquisição de debêntures.

FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS CONTRATADOS PELO BRDE. POR SETORES DE ATIVIDADE, SEGUNDO O OBJETIVO DO INVESTIMENTO, NO PARANÁ — 1986

Valores Correntes

OBJETIVO DO INVESTIMENTO	FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS (Cz\$ 1.000,00)							
	Setor Primário		Setor Secundário		Setor Terciário		Total	
	Operações	Valor Operações	Operações	Valor Operações	Operações	Valor Operações	Valor	
Implantação	15	41.973	36	112.387	5	121.150	56	275.510
Expansão	92	76.351	206	262.409	51	48.384	350	387.144
Relocalização			6	3.866	2	120	8	3.986
Relocalização com Expansão			27	40.667	2	887	29	41.554
Aumento de Produtividade	4	7.124	12	16.946	1	370	17	24.440
Desenvolvimento Tecnológico	1	918	6	4.755			7	5.673
Modernização Administrativa e/ou Organização			29	14.378	6	3.765	35	18.143
Proteção Ambiental			4	6.416			4	6.416
Economia de Combustível	3	2.990	1	169			4	3.159
Saneamento Financeiro	1	3.191	17	116.455	10	22.061	28	141.707
Capital de Giro	9	39.396	87	111.094	58	109.836	154	260.326
TOTAL	125	171.943	431	689.542	135	306.573	692	1.168.058

FONTE: Gerência de Planejamento — BRDE/PR

FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS CONTRATADOS PELO BRDE.POR SETOR DE ATIVIDADE, SEGUNDO AS MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS DO PARANÁ — 1986

Valores Correntes

MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS	FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS (Cz\$ 1.000,00)							
	Setor Primário		Setor Secundário		Setor Terciário		Total	
	Operações	Valor Operações	Operações	Valor Operações	Operações	Valor Operações	Valor	
Curitiba	1	6.780	183	271.194	64	88.195	248	366.169
Litoral Paranaense					1	792	1	792
Campos da Lapa	10	5.149	9	6.207	1	798	20	12.154
Campos de Ponta Grossa	11	15.151	33	52.852	2	1.168	46	69.171
Campos de Jaguariaiva	1	1.361					1	1.361
São Mateus do Sul	1	339					1	339
Alto Ivaí					1	734	1	734
Norte Velho de Wenceslau Braz	2	3.519	3	3.027			5	6.546
Norte Velho de Jacarezinho	7	14.682	4	1.080	1	182	12	15.944
Norte Velho de Londrina	1	83	29	58.697	13	41.699	43	100.479
Norte Novo de Maringá	3	4.260	40	43.819	15	5.333	58	53.412
Norte Novíssimo de Paranavaí			5	17.049	3	903	8	17.952
Norte Novo de Apucarana			18	28.275	2	667	20	28.942
Norte Novíssimo de Umuarama			11	12.147	3	1.345	14	13.492
Campo Mourão	9	7.662	16	39.296	3	40	28	46.998
Extremo Oeste Paranaense	17	25.785	36	102.707	10	126.421	63	254.913
Sudoeste Paranaense	14	11.009	12	7.849	10	5.750	36	24.608
Campos de Guarapuava	41	47.432	12	18.812	1	420	54	66.664
Médio Iguaçu			5	3.036			5	3.036
Fora do Estado	7	28.731	15	23.495	5	32.126	28	84.352
TOTAL	125	171.943	431	689.542	135	306.573	692	1.168.058

FONTE: Gerência de Planejamento — BRDE/PR

SÍNTESE DAS REPERCUSSÕES DO APOIO FINANCEIRO CONCEDIDO PELO BRDE, SEGUNDO OS SETORES DE ATIVIDADE, NO PARANÁ — 1986

Valores Correntes

SETORES DE ATIVIDADES	INVESTIMENTOS (Cz\$ 1.000,00)				VALOR DOS FINANCIAMENTOS (Cz\$ 1.000,00)	INCREMENTO (Cz\$ 1.000,00)		N: EMPREGOS GERADOS	MANUTENÇÃO DE EMPREGOS	N: DE EMPRESAS ATENDIDAS
	Fixo	Giro	Saneamento Financeiro	Total		Faturamento	ICM			
Primário	188.290	83.789	5.330	277.409	171.943	2.085.089	24.252	752	45.508	78
Secundário ⁽¹⁾	546.475	490.521	168.590	1.205.586	689.542	3.996.094	234.232	3.758	111.908	209
Terciário ⁽²⁾	221.733	142.454	26.394	390.581	306.573	400.469	10.201	1.167	15.242	82
TOTAL	956.498	716.764	200.314	1.873.576	1.168.058	6.481.652	268.685	5.677	172.658	361

FONTE: Gerência de Planejamento — BRDE/PR

NOTAS: O somatório das empresas atendidas nos setores não corresponde ao total.

(1) Estão incluídas 7 empresas que receberam financiamentos no setor primário.

(2) Está incluída uma empresa que recebeu financiamento no setor primário.

REPERCUSSÕES DO APOIO FINANCEIRO CONCEDIDO PELO BRDE, AO SETOR SECUNDÁRIO, SEGUNDO OS GÊNEROS DE ATIVIDADE, NO PARANÁ — 1986

Valores Correntes

GÊNEROS DE ATIVIDADE	INVESTIMENTOS (CZ\$ 1.000,00)			VALOR DOS FINANCIAMENTOS (Cz\$ 1.000,00)	INCREMENTOS (Cz\$ 1.000,00)		EMPREGOS GERADOS	MANUTENÇÃO DE EMPREGOS	EMPRESAS ATENDIDAS	
	Fixo	Giro	Saneamento Financeiro		Total	Faturamento				ICM
Extração de Minerais	538	3.863		4.401	3.222	1.540		5	138	3
Minerais Não-Metálicos	7.084	6.083	10.167	23.334	18.067	7.932	914	137	895	11
Metalúrgica	33.214	19.619	897	53.730	29.655	94.751	7.616	66	1.504	11
Mecânica	30.161	2.201		32.362	23.394	15.204	1.097	149	840	22
Material Elétrico e de Comunicações	71.855	22.464		94.319	54.425	141.025	15.722	758	6.381	6
Material de Transporte	20.001	7.647		27.648	14.831	197.931	31.101	103	352	9
Madeira	13.810	12.818	51.477	78.105	44.238	20.623	2.239	113	6.180	11
Mobiliário	27.736	16.987	16.743	61.466	39.066	126.370	11.291	313	4.384	22
Papel e Papelão	32.226	74.922		107.148	51.893	167.265	23.712	611	13.497	8
Borracha	1.609	648		2.257	1.743	7.936	474	20	7	2
Couros, Peles e Similares	37.477	9.968		47.445	21.428	86.197	4.633	65	848	4
Química	5.617	14.439	20.309	40.365	31.409	60.262	6.325	43	1.462	8
Perfumaria, Sabões e Velas		130		130	130				10	1
Produtos de Matérias Plásticas	36.899	12.910		49.809	23.846	66.812	5.029	351	2.747	7
Têxtil	11.531	98.178		109.709	54.425	199.989	16.989	15	31.247	6
Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos	5.768	3.583		9.351	6.911	12.216	594	133	319	26
Produtos Alimentares	178.985	153.953	24.999	357.937	207.126	1.745.435	104.209	734	34.545	34
Bebidas	2.583	745	1.275	4.603	3.245	9.151	1.098	23	218	3
Editorial e Gráfica	9.386	2.257	42.723	54.366	42.571	6.929	502	15	267	10
Diversas	10.963	24.496		35.459	10.855	13.426	710	40	1.128	8
Atividades de Apoio e de Serviços de Caráter Industrial	9.032	2.610		11.642	7.062	1.015.100		64	4.939	5
TOTAL	546.475	490.521	168.590	1.205.586	689.542	3.996.094	234.232	3.758	111.908	209

FONTE: Gerência de Planejamento — BRDE/PR

NOTAS: Somatório das empresas atendidas nos subsetores pode não corresponder ao valor do setor.

Estão incluídas no setor secundário 7 empresas que recebem financiamentos no setor primário.

REPERCUSSÕES DO APOIO FINANCEIRO CONCEDIDO PELO BRDE, AO SETOR TERCIÁRIO, SEGUNDO OS GÊNEROS DE ATIVIDADE, NO PARANÁ — 1986

Valores Correntes

GÊNEROS DE ATIVIDADE	Fixo	INVESTIMENTOS (Cz\$ 1.000,00)		Total	VALOR DOS FINANCIAMENTOS (Cz\$ 1.000,00)	INCREMENTOS (Cz\$ 1.000,00)		EMPREGOS GERADOS	MANUTENÇÃO DE EMPREGOS	EMPRESAS ATENDIDAS
		Giro	Saneamento Financeiro			Faturamento	ICM			
Construção Civil	10.834	11.637	22.955	45.426	35.017			871	7.615	14
Serviços Industriais de Utilidade Pública	169.449			169.449	143.515					2
Comércio Varejista	14.868	102.291	3.439	120.598	88.272	374.927	10.178	172	5.550	35
Comércio Atacadista	3.306	1.004		4.310	2.740			10	144	7
Comércio e Administração de Imóveis e Valores Mobiliários		100		100	100				4	1
Transportes	10.198	2.408		12.606	9.114	24.018		60	913	7
Serviços de Reparação, Manutenção de Conservação	886	72		958	637	915	7	12	14	3
Serviços de Diversões, Radiodifusão e Televisão		108		108	108				34	1
Serviços Técnicos e Profissionais	2.891	24.737		27.628	21.632			26	739	6
Serviço Auxiliar de Atividade Econômica	6.676			6.676	3.241	609	16	16	52	4
Serviços de Comunitários e Sociais		97		97	97				10	1
Atividade não Especificada	2.625			2.625	2.100				167	1
TOTAL	221.733	142.454	26.394	390.581	306.573	400.469	10.201	1.167	15.242	82

FONTE: Gerência de Planejamento — BRDE/PR

NOTAS: Somatório das empresas atendidas nos subsetores pode não corresponder ao valor do setor.

Estão incluídas no setor secundários 7 empresas que receberam financiamentos no setor primário.

Estão incluídas no setor terciário uma empresa que recebeu financiamento no setor primário.

**FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS CONTRATADOS PELO BRDE, AO SETOR SECUNDÁRIO, SEGUNDO
A FINALIDADE, NO PARANÁ — 1982-86**

Valores Constantes

FINALIDADE	FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS (Cz\$ 1.000,00)									
	1982		1983		1984		1985		1986	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Pré-Investimentos	5.298	,91	1.058	,14	91.602	25,33	206.860	43,65	337.692	48,97
Inversões Fixas	126.463	21,76	417.403	54,46	126.335	34,94	165.584	34,93	235.395	34,14
Capital de Giro	328.145	56,47	214.240	27,95	143.674	39,73	101.553	21,42	116.455	16,89
Saneamento Financeiro	121.236	20,86	133.763	17,45						
TOTAL	581.142	100,00	766.464	100,00	361.611	100,00	473.997	100,00	689.542	100,00

FONTE: Gerência de Planejamento — BRDE/PR

**FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS CONTRATADOS PELO
BRDE, AO SETOR SECUNDÁRIO, SEGUNDO O OBJETIVO DO
INVESTIMENTO, NO PARANÁ — 1985-86**

Valores Constantes

OBJETIVO DO INVESTIMENTO	FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS (Cz\$ 1.000,00)			
	1985		1986	
	Valor	%	Valor	%
Pré-Investimento				
Implantação	121.795	25,70	112.387	16,30
Expansão	93.102	19,64	262.409	38,05
Relocalização	1.645	,35	3.866	,56
Relocalização c/ Expansão			40.667	5,90
Aumento de Produtividade	1.786	,38	16.946	2,46
Desenvolvimento Tecnológico	1.117	,24	4.755	,69
Modernização Administrativa e/ou Org.	2.303	,49	14.378	2,09
Fusão e Incorporação				
Proteção Ambiental	419	,09	6.416	,93
Economia de Combustível	1.520	,32	169	,02
Saneamento Financeiro	101.660	21,45	116.455	16,89
Capital de Giro	148.650	31,34	111.094	16,11
TOTAL	473.997	100,00	689.542	100,00

FONTE: Gerência de Planejamento — BRDE/PR

**FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS CONTRATADOS PELO
BRDE, AO SETOR SECUNDÁRIO, SEGUNDO OS BENEFICIÁRIOS,
NO PARANÁ — 1985-86**

Valores Constantes

BENEFICIÁRIOS	FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS (Cz\$ 1.000,00)					
	1985			1986		
	Número	Valor	%	Número	Valor	%
Microempresas	43	2.676	0,6	63	36.553	5,3
Pequenas Empresas	33	46.759	9,9	75	119.115	17,3
Médias Empresas	30	36.913	7,7	17	64.045	9,3
Grandes Empresas	63	387.649	81,8	54	469.829	68,1
TOTAL	169	473.997	100,0	209	689.542	100,0

FONTE: Gerência de Planejamento — BRDE/PR

NOTA: Porte de empresas segundo padrão ABDE.

**FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS CONTRATADOS PELO BRDE, AO SETOR SECUNDÁRIO,
SEGUNDO OS GÊNEROS DE ATIVIDADE, NO PARANÁ — 1985-86**

Valores Constantes

GÊNEROS DE ATIVIDADE	FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS (Cz\$ 1.000,00)							
	1985		1986		1986			
	Cooperativas	%	Total	%	Cooperativas	%	Total	%
Extração de Minerais			888	,19			3.222	,47
Minerais Não Metálicos			36.808	7,77			18.067	2,62
Metalúrgica			2.917	,62			29.655	4,30
Mecânica			6.388	1,35			23.394	3,39
Material Elétrico e de Comunicações			15.517	3,27			54.425	7,89
Material de Transporte			1.358,29	,29			14.831	2,15
Madeiras			46.867	9,89	3.000	1,72	44.238	6,42
Mobiliário			8.694	1,83			39.066	5,67
Papel e Papelão			27.452	5,79			51.893	7,53
Borracha			27	,01			1.743	,25
Couros, Peles e Similares			18.517	3,91			21.428	3,11
Química	10.160,00	5,72	30.680	6,47	18.786	10,75	31.409	4,56
Perfumaria, Sabões e Velas			146	,03			130	,02
Produtos de Matérias Plásticas			5.272	1,11			23.846	3,46
Têxtil	159.264	89,68	159.264	33,59	52.396	29,99	54.425	7,89
Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos			3.003	,63			6.911	1,00
Produtos Alimentares	7.045	3,97	97.614	20,59	97.386	55,74	207.126	30,04
Bebidas			1.036	,22			3.245	,47
Editorial e Gráfica			3.320	,70			42.571	6,17
Diversas			7.112	1,50			10.855	1,57
Atividades de Apoio e de Serviços de Caráter Industrial	1.117	,63	1.117	,24	3.142	1,80	7.062	1,02
TOTAL	177.586	100,00	473.997	100,00	174.710	100,00	689.542	100,00

FONTE: Gerência de Planejamento — BRDE/PR

**FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS CONTRATADOS PELO BRDE, AO SETOR TERCIÁRIO, SEGUNDO
A FINALIDADE, NO PARANÁ — 1982-86**

Valores Constantes

FINALIDADE	FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS (Cz\$ 1.000,00)									
	1982		1983		1984		1985		1986	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Pré-Investimento					1.343	,93				
Inversões Fixas	34.808	5,82	143.987	48,80	21.282	14,70	180.508	46,89	174.133	56,80
Capital de Giro	477.595	79,93	59.371	20,12	61.047	42,15	43.522	11,31	110.379	36,00
Saneamento Financeiro	85.186	14,25	91.703	31,08	61.147	42,22	160.931	41,80	22.061	7,20
TOTAL	597.589	100,00	295.061	100,00	144.819	100,00	384.961	100,00	306.573	100,00

FONTE: Gerência de Planejamento — BRDE/PR

**FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS CONTRATADOS PELO
BRDE, AO SETOR TERCIÁRIO, SEGUNDO O OBJETIVO DO
INVESTIMENTO, NO PARANÁ — 1985-86**

Valores Constantes

OBJETIVO DO INVESTIMENTO	FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS (Cz\$ 1.000,00)			
	1985		1986	
	Valor	%	Valor	%
Implantação			121.150	39,51
Expansão	187.185	48,63	48.384	15,78
Relocalização			120	,04
Relocalização c/ Expansão			887	,29
Aumento de Produtividade			370	,12
Desenvolvimento Tecnológico				
Modernização Adm. e/ou Organ.			3.765	1,23
Fusão e Incorporação				
Saneamento Financeiro	160.693	41,74	22.061	7,20
Capital de Giro	37.083	9,63	109.836	35,83
TOTAL	384.961	100,00	306.573	100,00

FONTE: Gerência de Planejamento — BRDE/PR

**FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS CONTRATADOS PELO
BRDE, AO SETOR TERCIÁRIO, SEGUNDO OS BENEFICIÁRIOS,
NO PARANÁ — 1985-86**

Valores Constantes

BENEFICIÁRIOS	FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS (Cz\$ 1.000,00)					
	1985			1986		
	Número	Valor	%	Número	Valor	%
Microempresas	25	449	0,1	15	2.922	1,0
Pequenas Empresas	29	4.075	1,1	28	19.368	6,3
Médias Empresas	21	18.698	4,9	18	19.637	6,4
Grandes Empresas	39	361.739	93,9	20	264.646	86,3
TOTAL	114	384.961	100,0	81	306.573	100,0

FONTE: Gerência de Planejamento — BRDE/PR

**FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS CONTRATADOS PELO BRDE, AO SETOR TERCIÁRIO,
SEGUNDO OS GÊNEROS DE ATIVIDADE, NO PARANÁ — 1985-86**

Valores Constantes

GÊNEROS DE ATIVIDADE	FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS (Cz\$ 1.000,00)							
	1985		1986		1986			
	Cooperativas	%	Total	%	Cooperativas	%	Total	%
Construção Civil			23.042	5,99			35.017	11,42
Serviços Industriais de Utilidade Pública			151.456	39,34			143.515	46,82
Comércio Varejista			29.261	7,60	798	27,54	88.272	28,79
Comércio Atacadista			3.288	,85			2.740	,89
Comércio de Administração de Imóveis e Valores Mobiliários							100	,03
Transportes			23.038	5,98			9.114	2,97
Serviços de Alojamento e Alimentação			4.113	1,07				
Serviços de Reparação, Manutenção e Conservação			881	,23			637	,21
Serviços Pessoais e Higiêne Pessoal			458	,12				
Serviços Domiciliares			22	,01				
Serviços de Diversões, Radiodifusão, e Televisão							108	,04
Serviços Técnicos e Profissionais			104	,03			21.632	7,06
Serviços Auxiliares de Atividade Econômica							3.241	1,06
Serviços Comunitários e Sociais							97	,03
Ensino								
Administração Pública			149.298	38,78				
Atividade não Especificada					2.100	72,46	2.100	,68
TOTAL			384.961	100,00	2.898	100,00	306.573	100,00

FONTE: Gerência de Planejamento — BRDE/PR

DISTRIBUIÇÃO DOS FINANCIAMENTOS CONTRATADOS PELO BRDE, SEGUNDO AS MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS DO PARANÁ — 1982-86

Valores Constantes

MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS	FINANCIAMENTOS CONTRATADOS (Cz\$ 1.000,00)									
	1982		1983		1984		1985		1986	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Curitiba	676.742	52,46	355.046	27,41	281.589	40,93	316.128	32,02	366.169	31,34
Litoral Paranaense	53.217	4,13	25.879	2,00	2.754	,40	13.436	1,36	792	,07
Campos da Lapa	17.307	1,34	28.870	2,23	3.669	,53	15.853	1,61	12.154	1,04
Campos de Ponta Grossa	63.242	4,90	50.933	3,94	90.423	13,14	56.588	5,73	69.171	5,92
Campos de Jaguariaiva	30.141	2,34	107.888	8,34	13.857	2,01	3.491	,35	1.361	,12
São Mateus do Sul									339	,03
Colônia Irati	3.881	,30			405	,06	1.911	,19		
Alto Ivaí					190	,03	1.208	,12	734	,06
Norte Velho de Wenc. Braz	979	,08	2.265	,18			1.458	,15	6.546	,56
Norte Velho de Jacarezinho	15.976	1,24	16.035	1,24	13.979	2,03	2.870	,29	15.944	1,37
Norte Velho de Londrina	73.706	5,71	124.777	9,64	56.627	8,23	74.697	7,57	100.479	8,60
Norte Novo de Maringá	47.934	3,72	25.009	1,93	45.768	6,65	97.381	9,86	53.412	4,57
Norte Novis. de Paranavaí	1.542	,12	29.460	2,28	144	,02	5.258	,53	17.952	1,54
Norte Novo de Apucarana	31.483	2,44	6.180	,48	28.564	4,15	57.277	5,80	28.942	2,48
Norte Novis. de Umuarama	1.880	,15	53.554	4,14	24.174	3,51	6.386	,65	13.492	1,16
Campo Mourão	5.220	,40	97.021	7,50	33.336	4,84	59.315	6,01	46.998	4,02
Pitanga					361	,05				
Extremo Oeste Paranaense	67.693	5,25	252.544	19,51	42.658	6,20	56.325	5,70	254.913	21,82
Sudoeste Paranaense	11.156	,86	26.758	2,07	18.199	2,64	22.342	2,26	24.608	2,11
Campos de Guarapuava	75.050	5,82	22.271	1,72	18.994	2,76	32.623	3,30	66.664	5,71
Médio Iguaçu	4.743	,37	29.721	2,30	959	,14	2.421	,25	3.036	,26
Fora do Estado	107.969	8,37	40.012	3,09	11.562	1,68	160.423	16,25	84.352	7,22
TOTAL	1.289.861	100,00	1.294.223	100,00	688.212	100,00	987.391	100,00	1.168.058	100,00

FONTE: Gerência de Planejamento — BRDE/PR

SISTEMA BANESTADO

BANESTADO S/A — APLICAÇÕES TOTAIS

DISCRIMINAÇÃO	APLICAÇÕES TOTAIS (Cz\$ 1.000,00)				
	1982	1983	1984	1985	1986
Agropecuária	753	979	562	802	2.125
Indústria	916	813	671	725	1.419
Comércio	250	279	199	295	1.554
Instituições Financeiras	—	—	4	—	4
Outras Atividades	433	520	301	390	1.223
Pessoa Física	87	253	92	297	561
Operações Especiais	5.075	5.511	5.359	7.416	5.538
Demais Operações do Setor Público	224	328	340	—	—
Adiantamentos a Depositantes	3	1	14	19	19
Desconto de Títulos	735	130	700	1.456	—
Crédito em Liquidação	122	524	357	577	326
Rendas de Crédito em Liq. a Apropriar	(55)	(167)	(145)	(189)	(118)
Rendas a Apropriar de Operações de Crédito	—	(3)	(39)	(105)	(103)
Provisão para Crédito em Liq. Duvidosa	(126)	(356)	(252)	(387)	(208)
TOTAL	8.416	8.416	8.163	11.296	12.340

FONTE: BANESTADO

COMPOSIÇÃO DA REDE DE AGÊNCIAS DO BANESTADO S/A — 1982-86

DISCRIMINAÇÃO	NÚMERO DE AGÊNCIAS				
	1982	1983	1984	1985	1986
Agências no Paraná	286	287	287	287	286
Agências em Outros Estados	21	22	22	22	22
Total de Agências	307	309	309	309	308
Agências Pioneiras	50	45	42	41	47
Postos Especiais de Prestação de Serviços	56	58	61	68	140
Caixas Avançadas	2	9	28	58	—
Postos Avançados de Crédito Rural	9	9	6	6	2
Municípios Atendidos no Paraná	249	249	249	250	252

FONTE: BANESTADO

BANESTADO S/A — INDICADORES — 1982-86

Valores Constantes

DISCRIMINAÇÃO	INDICADORES (Cz\$ 1.000,00)				
	1982	1983	1984	1985	? 1986
Capital Social	622	437	485	455	769
Patrimônio Líquido	1.285	841	1.231	1.486	1.460
Depósitos Totais	2.854	2.626	2.796	4.380	8.648
Empréstimos Totais	8.416	8.812	8.163	11.296	12.340
Financiamentos Rurais	753	979	562	802	2.125
Financiamentos à Exportação	478	348	914	1.325	1.166
Financiamentos à Importação	16	4	10	41	101

FONTE: BANESTADO

BANESTADO S/A – EXECUÇÃO FINANCEIRA – 1982-86

Valores Constantes

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO FINANCEIRA (Cz\$ 1.000,00)									
	1982		1983		1984		1985		? 1986	
	1º sem.	2º sem.	1º sem.	2º sem.	1º sem.	2º sem.	1º sem.	2º sem.	1º sem.	2º sem.
Receitas	1.610	2.657	1.750	3.507	2.127	4.200	3.049	6.520	2.715	2.725
Operacional	1.599	2.651	1.748	3.503	2.124	4.191	3.047	6.506	2.696	2.700
Não Operacional	11	6	2	4	3	9	2	14	19	25
Despesas	1.473	2.578	2.033	3.562	2.239	4.173	2.936	6.295	2.656	2.530
Operacional	1.472	2.575	2.032	3.561	2.237	4.172	2.936	6.293	2.653	2.524
Não-Operacional	1	3	1	1	2	1	—	2	3	6
Correção Monetária	(36)	(52)	27	86	124	132	(12)	(30)	(55)	(60)
Resultado do Semestre	101	27	(256)	31	12	159	101	195	4	135
Resultado do Exercício	—	128	—	(225)	—	171	—	296	—	139

FONTE: BANESTADO

BANESTADO S/A – CRÉDITO IMOBILIÁRIO – EXECUÇÃO FINANCEIRA
Valores Constantes

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO FINANCEIRA (Cz\$ 1.000,00)				
	1982	1983	1984	1985	? 1986
Capital Social	110	79	83	80	139
Patrimônio Líquido	282	289	285	288	302
Depósitos de Poupança	2.464	3.317	3.813	5.039	3.529
Letras Imobiliárias	39	36	46	25	7
Recursos do BNH	866	843	967	1.212	1.602
Aplicações Imobiliárias	3.262	3.287	3.787	5.573	5.303
Receita	2.351	3.102	4.066	5.109	572
Despesa	2.146	2.965	3.940	4.999	664
Correção Monetária	(84)	(118)	(123)	(101)	—
Resultado	121	18	3	9	(92)

FONTE: BANESTADO

**BANESTADO S/A – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO –
EXECUÇÃO FINANCEIRA – 1982-86**

Valores Constantes

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO FINANCEIRA (Cz\$ 1.000.000,00)				
	§ 1982	1983	1984	1985	1986
Capital	36	33	28	29	86
Patrimônio Líquido	89	92	94	134	158
Refinanciamentos e Repas- ses	17	2	—	—	—
Títulos Cambiais ⁽¹⁾	320	228	542	711	271
Financiamentos ⁽²⁾	395	289	650	1.002	447
Receita	293	243	348	871	372
Despesa	218	188	285	707	289
Correção Monetária	(36)	(51)	(56)	(56)	(46)
Resultado	39	4	7	108	37

FONTE: BANESTADO

(1) Estão sendo consideradas as despesas com recursos de aceites cambiais a apropriar.

(2) Estão sendo consideradas as rendas de financiamentos a apropriar.

**FINANCIAMENTOS REALIZADOS PELO BANESTADO S/A — CRÉDITO,
FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO, SEGUNDO AS GERÊNCIAS
REGIONAIS — 1982-86**

Valores Constantes

DISCRIMINAÇÃO	FINANCIAMENTOS REALIZADOS (Cz\$ 1.000.000,00)				
	1982	1983	1984	1985	1986
Apucarana	18	23	—	—	—
Campo Mourão	54	28	—	—	—
Cascavel	50	46	227	475	537
Cornélio Procópio	20	26	—	—	—
Curitiba	104	94	103	193	229
Francisco Beltrão	41	28	—	—	—
Jacarezinho	23	24	—	—	—
Londrina	28	26	225	474	403
Maringá	32	36	216	471	535
Paranavaí	24	33	—	—	—
Pato Branco	19	17	—	—	—
Ponta Grossa	108	43	73	153	141
São Paulo	18	16	22	32	37
Toledo	40	40	—	—	—
Umuarama	41	50	—	—	—
Balcão	86	45	92	—	96
Prefeituras	8	5	1	—	—
Poderes Públicos	—	—	4	33	51
Funcionários Públicos	—	—	41	—	6
TOTAL	714	580	1.004	1.831	2.036

FONTE: BANESTADO

BANESTADO LEASING S/A — ARRENDAMENTO MERCANTIL — 1982-86

Valores Constantes

DISCRIMINAÇÃO	ARRENDAMENTO MERCANTIL (Cz\$ 1.000.000,00)				
	1982	1983	1984	1985	1986
Serviços	—	16	5	16	328
Indústria	98	4	5	26	491
Comércio	81	7	1	18	242
Prefeitura	112	—	—	—	—
Outros	132	—	1	27	20
TOTAL	423	27	12	87	1.081

FONTE: BANESTADO

BANESTADO LEASING S/A — EXECUÇÃO FINANCEIRA — 1982-86

Valores Constantes

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO FINANCEIRA (Cz\$ 1.000.000,00)				
	1982	1983	1984	1985	1986
Capital	15	10	18	10	20
Patrimônio Líquido	38	29	15	41	51
Arrendamento a Receber	422	321	174	254	484
Receita	176	238	170	153	181
Despesa	158	271	193	174	233
Correção Monetária	9	5	(6)	35	61
Resultado	27	(28)	(29)	14	9

FONTE: BANESTADO

BENS ARRENDADOS PELO BANESTADO LEASING S/A, SEGUNDO O TIPO DE BENS, NO PARANÁ — 1982-86

TIPO DE BENS	(CZ\$ 1.000.000,00)				1986
	§ 1982	§ 1983	§ 1984	§ 1985	
Equipamentos em Geral	133	7	9	53	116
Veículos e Afins	59	1	3	33	149
TOTAL	192	8	12	86	265

FONTE: BANESTADO

BANESTADO S/A — CORRETORA DE SEGUROS — EXECUÇÃO FINANCEIRA
Valores Constantes

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO FINANCEIRA (Cz\$ 1.000.000,00)				
	1982	1983	1984	1985	1986
Capital	2	1	2	3	5
Patrimônio Líquido	5	7	11	14	20
Receitas Técnicas Líquidas	6	6	7	12	35
Receitas Financeiras e Eventuais	4	5	10	18	7
Despesas Operacionais	4	4	3	5	6
Correção Monetária	(2)	(3)	(5)	(8)	(1)
Resultado Antes do IR	4	4	9	17	35

FONTE: BANESTADO

**EXECUÇÃO FINANCEIRA DO BANESTADO S/A — CORRETORA DE CÂMBIO,
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS — 1982-86**

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO FINANCEIRA (Cz\$ 1.000.000,00)				
	1982	1983	1984	1985	1986
Capital	59	135	68	66	96
Patrimônio Líquido	122	218	219	244	217
Títulos e Valores Mobiliá- rios	130	250	120	90	126
Receita	161	264	287	504	448
Despesa	75	153	145	317	335
Correção Monetária	(48)	(69)	(137)	(146)	(59)
Resultado (antes do IR)	38	42	5	41	54

FONTE: BANESTADO

**PROJETOS DE REFLORESTAMENTO DO BANESTADO S/A —
REFLORESTADORA — 1982-86**

DISCRIMINAÇÃO	PROJETOS DE RELORESTAMENTO				
	1982	1983	1984	1985	1986
Áreas Reflorestadas no Exercício (ha)	3.000	1.389	1.389	1.389	—
Áreas Reflorestadas Acumuladas (ha)	32.822	34.211	35.600	36.989	36.989
Áreas Plantadas no Exercí- cio (milhares)	7.500	3.472	3.472	3.472	—
Árvores Plantadas Acumu- ladas (milhares)	108.405	111.877	115.350	118.822	118.822

FONTE: BANESTADO

**ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO BANESTADO S/A — REFLORESTADORA
— 1982-86**

DISCRIMINAÇÃO	ÁREA DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS (ha)				
	1982	1983	1984	1985	1986 ⁽¹⁾
Reflorestamentos Implanta- dos	3.000	1.389	1.389	1.389	—
Área Preservada Perma- nente	300	139	139	139	—
Agricultura e Pecuária	200	—	—	—	—
Reserva para Refloresta- mento 1984	—	1.116	—	—	—
TOTAL	3.500	2.644	1.528	1.528	—

FONTE: BANESTADO

(1) Foi protocolada junto ao IBDF — Instituto Brasileiro e Desenvolvimento Florestal, Carta-Consulta de 2.000,00 hectares para o programa 1986/87, em via de aprovação.

**BANESTADO S/A — REFLORESTADORA — EXECUÇÃO
FINANCEIRA — 1982-86**

Valores Constantes

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO FINANCEIRA (Cz\$ 1.000.000,00)				
	1982	1983	§ 1984	1985	1986
Capital	23	17	14	14	26
Patrimônio Líquido	39	21	31	24	11
Receita	42	26	23	10	10
Despesa	49	46	26	23	31
Correção Monetária	—	10	14	7	6
Resultado	(7)	(10)	11	(6)	(15)

FONTE: BANESTADO

**BANESTADO S/A — PROCESSAMENTO E DADOS E SERVIÇOS —
EXECUÇÃO FINANCEIRA**

Valores Constantes

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO FINANCEIRA (Cz\$ 1.000.000,00)				
	1982	1983	1984	1985	1986
Capital	30	23	19	39	41
Patrimônio Líquido	73	84	84	118	112
Receita	220	225	234	318	293
Despesa	196	233	252	321	276
Correção Monetária	14	22	21	12	1
Resultado	38	14	3	9	18

FONTE: BANESTADO

BANCO DEL PARANÁ S/A — EXECUÇÃO FINANCEIRA — 1982-86**Valores Constantes**

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO FINANCEIRA (Cz\$ 1.000.000,00)				
	1982	1983	1984	1985	1986
Capital	40	103	70	26	71
Patrimônio Líquido ⁽¹⁾	43	108	163	14	41
Depósitos	169	550	370	169	602
Empréstimos	157	394	272	109	35
Receita	33	92	79	34	125
Despesa	32	94	86	42	123
Resultado	1	(2)	(7)	(8)	1

FONTE: BANESTADO

NOTA: As taxas utilizadas para a conversão do guarani em cruzeiros foram as seguintes:

1982 — 0,9260

1983 — 6,0883

1984 — 13,1740

1985 — 15,9070

1986 — 0,092446

(1) As modificações neste item devem-se à adoção do critério de dedução do item "Perdidas y Ganancias".

BANESTADO CLUBE S/C — EXECUÇÃO FINANCEIRA — 1982-86**Valores Constantes**

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO FINANCEIRA (Cz\$ 1.000.000,00)				
	1982	1983	1984	1985	1986
Donativos	4	1	1	7	13
Fundo Social	6	2	1	—	—
Patrimônio Líquido	2	1	9	8	6
Receita	7	6	11	16	19
Despesa	5	3	3	10	17
Saldo	2	3	8	6	2

FONTE: BANESTADO

MEIO AMBIENTE

**RECURSO DO PRAM NA PROGRAMAÇÃO DE OBRAS, PARA O
CONTROLE DA EROSÃO URBANA, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS
DO PARANÁ — 1986**

MUNICÍPIOS	VALOR (Cz\$ 1.000,00)
Alto Paraná	1.159.1
Amaporã	413.6
Andirá	200.0
Arapongas	3.157.8
Arapoti	953.0
Astorga	408.0
Bituruna	435.7
Cafeara	96.0
Cafelândia	441.1
Centenário do Sul	183.6
Cianorte	3.277.5
Cidade Gaúcha	758.4
Congonhinhas	624.8
Conselheiro Mairinck	53.8
Coronel Vivida	1.655.0
Dois Vizinhos	1.747.8
Douradina	316.7
Guaíra	1.226.7
Guairacá	370.5
Guaporema	213.0
Indianópolis	424.5
Jandia do Sul	141.8
Jussara	591.9
Loanda	1.113.0
Mirador	195.3
Missal	68.5
Munhoz de Mello	232.1
Nova Prata do Iguaçu	342.1
Peabiru	24.8
Piraí do Sul	402.0
Pranchita	394.9
Prudentópolis	490.7
Querência do Norte	1.105.5
Realeza	688.9
Santa Fé	285.6
Santa Isabel do Ivaí	565.4
Santa Terezinha do Itaipu	300.7
Santo Antonio do Caiuá	484.8
Santo Antonio do Sudoeste	1.274.0
São João do Ivaí	107.3
São Jorge do Patrocínio	305.3
São Pedro do Paraná	287.5
Três Barras do Paraná	739.5
Toledo	2.593.0
Umuarama	2.436.8
TOTAL	33.300.7

FONTE: SUCEPAR-SEIN

**RECURSO FEDERAL NA PROGRAMAÇÃO DE OBRAS, PARA O
CONTROLE DA EROSIÃO URBANA, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS
DO PARANÁ — 1986**

MUNICÍPIOS	VALOR (Cz\$ 1.000,00)
Apucarana	300
Arapongas	300
Astorga	200
Atalaia	200
Barbosa Ferraz	200
Campo Mourão	220
Cianorte	270
Cidade Gaúcha	280
Colorado	360
Cruzeiro do Oeste	270
Doutor Camargo	270
Floraf	440
Floresta	350
Guaíra	150
Guairaçá	420
Guaporema	210
Iporá	260
Manguaçu	370
Manguari	150
Mariluz	290
Miraselva	370
Munhoz de Mello	130
Nova Londrina	250
Paçandu	140
Pérola	150
Santa Cruz de Monte Castelo	110
Santo Antonio do Caiuá	500
Tapira	270
Terra Rica	360
Terra Roxa	120
Uraí	100
Xambrê	110
TOTAL	8.120

FONTE: SUCEPAR-SEIN

**RECURSO ESTADUAL NA PROGRAMAÇÃO DE OBRAS, PARA O
CONTROLE DA EROSIÃO URBANA, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS
DO PARANÁ — 1986**

MUNICÍPIOS	VALOR (Cz\$ 1.000,00)
Alto Piquiri	120
Amaporã	280
Assaí	300
Assis Chateaubriand	50
Barbosa Ferraz	200
Barra do Jacaré	80
Bela Vista do Paraíso	200
Bituruna	50
Boa Esperança	430
Boa Vista da Aparecida	40
Braganey	100
Cafeara	60
Cafelândia	50
Cambira	270
Capitão Leônidas Marques	100
Catanduvas	50
Centenário do Sul	80
Céu Azul	50
Civelândia	50
Congonhas	50
Corbélia	150
Cornélio Procópio	160
Diamante do Norte	150
Florestópolis	130
Formosa do Oeste	40
Guairaçá	60
Guaraci	100
Icaraíma	430
Iguaraçu	50
Imbituva	50
Indianópolis	200
Iporã	250
Itambé	140
Itaúna do Sul	100
Janiópolis	110
Jesuítas	470
Juranda	80
Jussara	50
Kaloré	60
Loanda	800
Lupionópolis	40
Mamborê	80
Maria Helena	250
Marilena	250
Mirador	100

continua

**RECURSO ESTADUAL NA PROGRAMAÇÃO DE OBRAS, PARA O
CONTROLE DA EROSÃO URBANA, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS
DO PARANÁ — 1986**

MUNICÍPIOS	continuação VALOR (Cz\$ 1.000,00)
Missal	40
Nossa Senhora das Graças	80
Nova Aliança do Ivaí	120
Nova Aurora	50
Nova Cantu	80
Nova Londrina	500
Ourizona	130
Palotina	200
Paraíso do Norte	110
Paranacity	100
Planaltina do Paraná	80
Porto Rico	200
Prudentópolis	50
Querência do Norte	100
Rolândia	1.000
Roncador	430
Sabáudia	30
Santa Cruz de Monte Castelo	150
Santa Isabel do Ivaí	375.473
Santa Helena	50
Santa Terezinha do Itaipu	50
São Carlos do Ivaí	200
São João do Caiuá	160
São José das Palmeiras	50
São Miguel do Iguaçu	30
São Pedro do Paraná	120
Tamboara	250
Tapira	500
Terra Boa	150
Terra Rica	400
Terra Roxa	200
Três Barras do Paraná	60
Tuneiras do Oeste	60
Tupãssi	50
Umuarama	300
Véra Cruz do Oeste	80
Vitorino	40
TOTAL	13.485.473

FONTE: SUCEPAR-SEIN

PRODUÇÃO DE TURBOS DE CONCRETO, PARA O CONTROLE DA EROSÃO URBANA, SEGUNDO O NÚCLEO INDUSTRIAL, NO PARANÁ — 1986

NÚCLEO INDUSTRIAL	DIÂMETROS DAS TUBULAÇÕES					TOTAL
	(m)					
	0,40	0,60	0,80	1,00	1,20	
Arapongas	18.258	12.615	4.588	2.671	—	38.132
Cruzeiro do Oeste	13.960	12.664	4.523	3.553	1.822	36.522
Paranavaí	13.733	8.154	2.218	2.537	3.916	30.558
TOTAL	45.951	33.433	11.329	8.761	5.738	105.212

FONTE: SUCEPAR-SEIN

CONTROLE DA POLUIÇÃO INDUSTRIAL REALIZADO PELA SUREHMA, NO PARANÁ — 1982-86

DISCRIMINAÇÃO	1982	1983	1984	1985	1986
Projetos de despejos industriais domésticos aprovados	135	42	90	160	115
Indústrias visitadas	915	919	1.324	1.789	1.992 ⁽¹⁾
Indústrias Cadastradas	176	149	163	184	260
Licenças de funcionamento de indústrias	361	331	303	406	168
Licenças de instalações de indústrias	140	87	144	118	127
Estações de amostragem de ar:					
— existentes	6	17	17	18	18
— instaladas	6	17	17	18	18
— análise efetuadas	4.380	18.615	20.075	21.170	64.850

FONTE: SUREHMA-SEIN

(1) Não computados o laboratório de Toledo.

NÚMERO DE MICROPOÇOS PERFURADOS PELA SUREHMA, NO PARANÁ — 1982-86

DISCRIMINAÇÃO	1982	1983	1984	1985	1986
Poços produtivos	18	04	70	92	127
Poços improdutivos	04	02	25	18	31
TOTAL	22	06	95	110	158

FONTE: SUREHMA-SEIN

**AMOSTRAS ANALISADAS NOS LABORATÓRIOS DA SUREHMA DE CURITIBA,
LONDRINA E TOLEDO, SEGUNDO O TIPO DE ANÁLISE,
NO PARANÁ — 1982-86**

TIPO DE ANÁLISE	1982	1983	1984	1985	1986
Físico-Química	5.731	8.303	8.018	5.936	6.845
Bacteriológica	16.189	11.934	17.137	19.684	20.063
Hidrobiológica	1.384	2.700	3.273	2.853	3.449
Cromatográfica	585	1.164	1.122	736	1.060
Absorção Atômica	1.013	1.745	2.719	2.237	2.059
Análise do Ar	2.183	2.541	3.943	10.813	16.672
Análise Sedimentométrica	14.703	12.734	12.788	11.381	14.702
TOTAL	41.788	41.121	49.000	53.640	64.850

FONTE: SUREHMA-SEIN

**DADOS HIDROLÓGICOS COLETADOS PELA SUREHMA,
NO PARANÁ — 1982-86**

DISCRIMINAÇÃO	1982	1983	1984	1985	1986
Fluviométrica	98.550	102.200	143.350	142.350	142.350
Pluviométrica	589.110	591.300	587.650	587.650	587.650
Qualidade de água (amostras)	11.000	0	9.447	10.750	10.750
Sedimentometria (amostras)	14.600	11.750	13.250	13.250	13.250
Evaporimetria	51.040	5.040	7.200	7.200	7.200
TOTAL	764.300	710.290	760.897	761.200	761.200

FONTE: SUREHMA-SEIN

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

**AUXÍLIOS CONCEDIDOS PELO CONCITEC, SEGUNDO A INSTITUIÇÃO,
NO PARANÁ — 1986**

INSTITUIÇÃO	AUXÍLIOS CONCEDIDOS		
	Número	Valores (Cz\$ 1.000,00)	Aprovados %
PUC	12	550,7	20,40
FUEM	10	549,4	20,31
FUEL	18	523,4	19,34
UFPR	14	484,9	17,92
FSCMR	5	127,0	4,70
IPARDES	3	74,1	2,73
IFP	2	68,2	2,50
SUREHMA	1	38,3	1,41
APSP	1	37,5	1,38
FALM	1	34,7	1,28
ASSOESTE	1	30,0	1,11
IAPAR	1	24,0	0,89
IHGEP	1	24,0	0,89
TECPAR	1	23,4	0,87
SBB	1	20,0	0,74
FUEPG	1	19,9	0,74
LPCC	1	17,6	0,65
MP	1	12,9	0,48
MINEROPAR	1	11,6	0,43
FECIVEL	2	8,7	0,32
SBP	1	7,3	0,27
FAFI	1	7,3	0,27
APAHA	1	5,8	0,21
CIESURP	1	4,2	0,16
TOTAL	82	2.705,5	100,0

FONTE: CONCITEC-SEPL

(1) PUC — Pontifícia Universidade Católica do Paraná. FUEM — Fundação Universidade Estadual de Maringá. FUEL — Fundação Universidade Estadual de Londrina. UFPR — Universidade Federal do Paraná. FSCMR — Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha. IPARDES — Fundação Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do Paraná. IFP — Instituto Florestal do Paraná. SUREHMA — Superintendência de Recursos Hídricos e Meio Ambiente. APSP — Associação Profissional dos Sociólogos do Paraná. FALM — Faculdade de Agronomia Luiz Meneghel. ASSOESTE — Associação Educacional do Oeste do Paraná. IAPAR — Fundação Instituto Agronômico do Paraná. IHGEP — Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. TECPAR — Instituto de Tecnologia do Paraná. SBB — Sociedade Brasileira de Botânica. FUEPG — Fundação Universidade Estadual de Ponta Grossa. LPCC — Liga Paranaense de Combate ao Câncer. MP — Museu Paranaense. MINEROPAR — Minerais do Paraná S.A. FECIVEL — Fundação Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Cascavel. SBP — Sociedade Brasileira de Patologistas/Regional do Paraná. FAFI — Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória. APAHA — Associação Paranaense de História. CIESURP — Centro Interamericano de Estudos Superiores de Relações Públicas e Opinião Pública.

**AUXÍLIOS CONCEDIDOS PELO CONCITEC, SEGUNDO OS SETORES
DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, NO PARANÁ – 1986**

SETORES DE C & T	AUXÍLIOS CONCEDIDOS		
	Número	Valores (Cz\$ 1.000,00)	Aprovados %
Pesquisa Básica	25	868,8	32,2
Biotecnologia	6	271,3	10,0
Tecnologia Energética	3	171,9	6,4
Tecnologia Ambiental	7	270,6	10,0
Tecnologia Industrial	6	210,6	7,7
Tecnologia Agropecuária	11	287,7	10,7
Tecnologia Biométrica	10	328,7	12,1
Desenvolvimento Social	11	168,4	6,2
Informática	3	127,5	4,7
TOTAL	82	2.705,5	100,0

FONTE: CONCITEC-SPL

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA, NO PARANÁ — 1985-86

Valores Correntes

RECEITAS	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA					
	Realizada em 1985 (Cr\$ 1.000.000) A	Prevista em 1986 (Cz\$ 1.000,00) B	Varição Percentual B/A	? Realizada em 1986 (Cz\$ 1.000,00)	Varição C/A	Percentual C/B
ICM	3.740.392	10.046.570	168,6	11.616.885	210,6	15,6
ITBI	65.658	135.876	106,9	252.139	284,0	85,6
IPVA	—	—	—	194.955	—	—
Outras Receitas Correntes ⁽¹⁾	385.925	501.460	29,9	674.851	74,9	34,6
Transferências Federais	638.500	1.702.693	166,7	1.809.563	183,4	6,3
Operações de Crédito	1.241.891	5.150,493	314,7	2.580.122	107,8	(49,9)
TOTAL	6.072.366	17.537.092	188,8	17.128,515	182,1	(2,3)

FONTE: CAFE-SEFI

(1) Este item inclui Taxas, Receita, Patrimonial, Agropecuária, Industrial, de Serviços, Outras Receitas Correntes, Alienação de Bens e Amortização de Empréstimos aos Municípios. Estas receitas só poderão ser detalhadas por ocasião da elaboração do Balanço Geral do Estado.

COMPORTAMENTO HISTÓRICO DA COMPOSIÇÃO DA RECEITA TOTAL, NO PARANÁ — 1982-86

Valores Constantes

ANOS	COMPOSIÇÃO DA RECEITA (Cz\$ 1.000,00)									
	Tributária		Outras		Operações de Crédito		Transferências Federais		TOTAL	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
1982	119.697.225	70,3	11.495.287	6,7	14.557.097	8,5	24.681.194	14,5	170.430.803	100,0
1983	288.209.461	67,5	15.561.151	3,6	71.832.936	16,8	51.604.274	12,1	427.207.822	100,0
1984	1.006.203.762	73,1	73.682.461	5,3	163.108.967	11,8	135.346.526	9,8	1.378.341.716	100,0
1985	3.878.188.110	63,9	313.787.016	5,2	1.241.891.225	20,4	638.500.083	10,5	6.072.366.434	100,0
? 1986	12.244.047.584	71,4	494.782.364	2,9	2.580.121.998	15,1	1.809.563.134	10,6	17.128.515.080	100,0

FONTE: CAFE-SEFI

TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS, PARA O ESTADO DO PARANÁ — 1985-86

Valores Correntes

DISCRIMINAÇÃO	TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS						
	Receita Executada em 1985 (Cr\$ 1.000.000)	Receita Orçamentária Prevista em 1986 (Cz\$ 1.000,00)	Variação Percentual B/A	? Receita Orçamentária Executada em 1986 (Cz\$ 1.000,00)	Variação Percentual		
	A	B		C	C/A	C/B	
Fundo de Participação dos Estados	298.857	583.573	95,3	939.388	214,3	61,0	
Imposto de Renda Retido na Fonte	117.183	219.153	87,0	187.668	60,1	(14,4)	
Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos	22.830	66.717	192,2	68.169	198,6	2,2	
Fundo Rodoviário Nacional	20.321	59.566	193,1	60.609	198,2	1,8	
Adicional	2.509	7.151	185,0	7.560	201,3	5,7	
Taxa Rodoviária Única	26.894	66.098	145,8	1.537	(94,3)	(97,7)	
Conservação e Melhorias	12.968	32.818	153,1	69	(99,5)	(99,8)	
Programa de Mobilização							
Energética	13.926	33.280	139,0	1.468	(89,5)	(95,6)	
Salário Educação	71.973	155.552	116,1	241.079	234,9	55,0	
Imposto sobre Serviços de Transporte Rodoviário	12.845	29.488	129,6	100.898	685,5	242,2	
Imposto Único sobre Energia Elétrica	73.316	149.504	103,9	209.070	185,2	39,8	
Imposto Único sobre Minerais	9.189	20.863	127,0	36.385	296,0	74,4	
Outras Transferências da União	5.413	411.745	7.506,6	25.369	368,7	(93,8)	
TOTAL	638.500	1.702.693	166,7	1.809.563	183,4	6,3	

FONTE: CAFE-SEFI

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, SEGUNDO AS ÁREAS E OS ÓRGÃOS, NO PARANÁ — 1985-86

Valores Constantes

ÁREAS E ÓRGÃOS	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA					Variação Percentual B/A
	Realizada	? Realizada em 1986			Total B	
	em 1985 (Cz\$ 1.000,00) A	Pessoal	(Cz\$ 1.000,00) ⁽¹⁾ Despesas Correntes			
Institucional						
ALE	181.098	177.200	42.559	1.480	221.239	22,2
TC	92.237	123.000	4.758	13.542	141.300	53,2
TJ	384.570	406.025	44.895	226.282	677.202	76,0
TA	23.603	31.800	4.180	1.170	37.150	57,4
GOV	245.054	26.900	92.087	288.998	407.985	66,5
SETC	11.142	7.296	14.700	22.353	44.349	298,0
SEPL	98.729	57.660	21.880	13.028	92.568	-6,2
SEFI	551.334	279.901	64.382	213.041	557.324	1,0
SEAD	227.871	57.923	196.104	55.830	309.857	36,0
AGE/SEPL	325.925	—	9.856	272.360	282.216	-13,4
AGE/SEFI	3.268.657	1.799.400	1.105.072	942.994	3.847.466	17,7
SECS	25.946	10.750	34.373	—	45.123	73,9
PGE	—	28.716	4.959	—	33.675	73,9
Social						
PGJU	76.642	140.400	1.360	20	141.780	85,0
SECE	69.672	51.830	39.340	35.804	126.974	82,3
SEED	2.607.882	3.328.309	320.505	257.285	3.906.099	49,8
SESB	480.943	334.500	185.886	59.094	579.480	20,5
SESP	797.449	890.999	93.965	80.757	1.065.721	33,6
SEJU	117.545	51.020	18.870	31.401	101.291	-13,8

continua

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, SEGUNDO AS ÁREAS E OS ÓRGÃOS, NO PARANÁ — 1985-86

conclusão

ÁREAS E ÓRGÃOS	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA					Variação Percentual B/A
	Realizada	? Realizada em 1986			Total	
	em 1985 (Cz\$ 1.000,00) A	Pessoal	(Cz\$ 1.000,00) ⁽¹⁾ Despesas Correntes	Capital	B	
Econômica						
SEAG	512.734	141.091	285.890	108.013	534.994	4,3
SEIN	355.749	48.640	48.123	637.403	734.166	106,4
SETR	1.487.560	264.589	193.002	2.518.076	2.975.667	100,0
SEIC	67.654	13.284	58.809	32.995	105.088	55,3
TOTAL	12.009.996	8.271.233	2.885.555	5.811.926	16.968.714	

FONTE: CAFE-SEFI

NOTA: Deflator IGP — Col. 2 (média dos meses).

(1) Não consta o Diferimento por LCD's emitidas.

SALDO DEVEDOR DA DÍVIDA PÚBLICA, NO ESTADO DO PARANÁ — 1985-86

DISCRIMINAÇÃO	SALDO DEVEDOR EM 31/12				EVOLUÇÃO DO SALDO DA DÍVIDA Moeda Or.ginal %
	1985 Moeda Original em 1.000 ⁽¹⁾	Equivalente em Cr\$ 1.000,00 ⁽¹⁾	1986 ? Moeda Original em 1.000	? Equivalente em Cz\$ 1.000,00	
Dívida Interna					
Cr\$	11.014.662	—	—	—	—
Cz\$	—	—	2,613	—	(77)
OTN	10.485	647.928.635	13,186	1.402.993	25
US\$	78,448	822.925.865	125,909	1.880.968	60
TOTAL		1.481.869.163		3.286.574	
Dívida Externa					
US\$	311,434	3.266.947.317	285,623	4.266.930	(9)
DM	84,585	361.558.185	83,696	642.532	(2)
Sw.Fr	42,363	214.815.097	74,947	688.676	76
YEN	17,999,373	943.365.125	22,127,281	2.066.887	22
FL	12,572	17.526.554	19,164	130.208	52
Libra	1,572	23.846.280	9,666	212.073	514
TOTAL		4.828.058.560		8.007.306	

FONTE: CAFE-SEFI

(1) Dados não deflacionados.

OPERAÇÕES DE CRÉDITO, INTERNAS E EXTERNAS, NO PARANÁ — 1986

Valores Correntes

DISCRIMINAÇÃO	ORÇAMENTO INICIAL (Cz\$ 1.000,00)	? OPERAÇÕES DE CRÉDITO REALIZADAS (INGRESSADAS EM 1986) (Cz\$ 1.000,00)
Interna	1.634.765	1.425.353
Vinculada	465.596	503.145
Não-Vinculada	1.169.169	922.208
Externa	3.515.727	1.067.973
Vinculada	1.382.318	936.732
Não-Vinculada	2.133.409	131.241
TOTAL	5.150.492	2.493.326

FONTE: CAFE-SEFI

**OPERAÇÕES DE CRÉDITO REALIZADAS E CONTRATADAS,
NO PARANÁ — 1986**

Valores Correntes

DISCRIMINAÇÃO	OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Cz\$ 1.000,00)		
	Contratadas		
	? Realizadas no Exercício	? Exercício 1986	Exercícios Anteriores
Dívida Interna	1.425.353	1.222.989	202.364
BNH/Sanepar	286.160	286.160	—
BNDES	202.364	—	202.364
Aviso 09 MF-BB	857.484	857.484	—
Resolução 63	64.724	64.724	—
Escriturais (BNH/BANESTADO)	14.621	14.621	—
Dívidas Externa	1.067.972	131.241	936.731
BID/PRORURAL	94.623	—	94.623
BID III	634.801	—	634.801
BIRD/PrAM	117.228	—	117.228
4131-Rolagem	131.241	131.241	—
Escriturais (BID III e PRORURAL)	90.079	—	90.079
TOTAL	2.493.325	1.354.230	1.139.095

FONTE: CAFE-SEFI

**RECURSOS HUMANOS
E ADMINISTRAÇÃO GERAL**

**SITUAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS DO PODER EXECUTIVO, SEGUNDO
A ADMINISTRAÇÃO DIRETA E AUTÁRQUICA, NO PARANÁ — 1982-86**

ADMINISTRAÇÃO DIRETA E AUTÁRQUICA	RECURSOS HUMANOS				
	§ 1982	§ 1983	§ 1984	1985	? 1986
Ativos	91.237	86.649	90.094	92.942	97.357
Inativos	20.688	25.718	29.014	32.087	34.105
TOTAL	111.925	112.367	119.108	125.029	131.462

FONTE: DRH-SEAD

NOTA: As diferenças verificadas no período 1982-84 são consequência de aperfeiçoamento da metodologia de apropriação de dados.

FROTA DE VEÍCULOS OFICIAIS, NO PARANÁ — 1982-86

DISCRIMINAÇÃO	FROTA DE VEÍCULOS				
	1982	1983	1984	1985	1986
Direta	2.358	2.271	2.417	2.586	2.875
Indireta	5.265	5.036	5.432	5.921	6.278
TOTAL	7.623	7.307	7.849	8.507	9.153

FONTE: DETO-SEAD

**CONSUMO DE COMBUSTÍVEL PELA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, SEGUNDO
O TIPO DE COMBUSTÍVEL, NO PARANÁ — 1982-86**

TIPO DE COMBUSTÍVEL	CONSUMO (1.000 l)				
	1982	1983	1984	§ 1985	? 1986
Gasolina	2.883	2.513	2.526	2.253	571
Álcool	2.018	2.399	3.254	4.136	1.486
Diesel	520	567	597	567	227
TOTAL	5.421	5.479	6.377	6.956	2.284

FONTE: DETO-SEAD

**CONSUMO DE COMBUSTÍVEL PELA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA, SEGUNDO
O TIPO DE COMBUSTÍVEL, NO PARANÁ — 1982-86**

TIPO DE COMBUSTÍVEL	CONSUMO (1.000 l)				
	1982	1983	1984	§ 1985	? 1986
Gasolina	6.484	5.034	4.799	4.488	2.183
Álcool	6.006	7.146	8.194	10.574	6.327
Diesel	12.947	13.368	14.313	15.133	8.908
TOTAL	25.437	25.548	27.306	30.195	17.418

FONTE: DETO-SEAD

**OBRAS REALIZADAS PELO PLANO DE REPAROS, SEGUNDO OS SETORES,
NO PARANÁ — 1982-86**

SETORES	OBRAS REALIZADAS				
	1982	1983	1984	1985	1986
Educação	890	237	523	907	892
Segurança	20	12	71	61	60
Finanças	2	7	1	4	3
Saúde	9	3	1	—	—
Outras	49	33	43	76	98
TOTAL	970	292	639	1.048	1.053

FONTE: CCR-SEAD

**RECURSOS APLICADOS E MUNICÍPIOS ATENDIDOS PELO PLANO DE
REPAROS, NO PARANÁ — 1982-86**

DISCRIMINAÇÃO	1982	1983	1984	1985	1986
Recursos Aplicados ⁽¹⁾	18.592	9.200	12.019	49.315	60.652
Municípios Atendidos	232	102	174	265	210

FONTE: CCR-SEAD

(1) Valores Constantes em Cz\$ 1.000,00

EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, NO PARANÁ — 1983-86

Valores Constantes

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO (Cz\$ 1.000.000)									
	1982		1983		1984		1985		1986	
	Quantidade	Investimento	Quantidade	Investimento	Quantidade	Investimento	Quantidade	Investimento	Quantidade	Investimento
Construções	467	160.234	340	99.097	710	516.768	921	226.661	826	291.858
Obras de Reparos e Melhoramentos	500	26.665	333	12.888	1.065	53.015	1.059	61.275	1.059	80.712
Projetos	72	2.045	24	482	160	3.308	104	4.599	76	4.712
Serviços Técnicos Especiais	—	—	8	480	17	720	104	1.532	34	4.206
TOTAL	1.039	188.944	705	112.947	1.952	573.811	2.188	294.067	1.995	412.537

FONTE: EMOPAR-SEAD